

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Juventude, Intelectualidade e Política: Espaços de Atuação e
Repertórios de Mobilização no MDB dos Anos 70.**

Dissertação de mestrado

Eliana Tavares dos Reis

Porto Alegre, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JUVENTUDE, INTELECTUALIDADE E POLÍTICA: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70.

Eliana Tavares dos Reis

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS-IFCH.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre, outubro de 2001.

AGRADECIMENTOS

Devo, neste momento, registrar os meus agradecimentos às instituições e pessoas que colaboraram para a realização desta pesquisa. Em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores e funcionários, que viabilizaram todas as condições necessárias para o cumprimento dos requisitos necessários para minha formação e para o desenvolvimento desta dissertação. Sublinho o meu reconhecimento também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que através de uma bolsa de estudos possibilitou a plena dedicação às atividades acadêmicas exigidas durante os dois anos de mestrado.

O auxílio de algumas pessoas foi igualmente fundamental para a obtenção dos dados sem os quais este trabalho não existiria. Agradeço muito sinceramente aqueles que gentilmente me concederam seu tempo e suas memórias com depoimentos riquíssimos. É preciso destacar os nomes de Raul Pont, Paulo D'Ávila e Pedro Osório que, além dos relatos, permitiram a utilização de seus arquivos pessoais e o contato com materiais quase inéditos produzidos no período analisado. Quero agradecer também ao Mauro (da banca) pela doação da coleção quase completa do semanário *Em Tempo*, além, é claro, do empenho que teve não só em localizar as referências bibliográficas solicitadas, mas de muitas vezes apresentar outras tantas que julgava relevante para o estudo e que, não raro, eram de fato. Agradeço ainda ao Manoel Passos que possibilitou o trânsito e a exploração

tranquila do material armazenado no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense.

Enfim, desejo firmar minha gratidão, por sua presença e confiança, com Céli Regina Jardim Pinto, minha orientadora ao longo destes dois anos de trabalho.

Resumo

A presente pesquisa tem como foco a “juventude” do MDB do Rio Grande do Sul na década de 70. Para o desenvolvimento desta foram contemplados dados provenientes da realização de entrevistas em profundidade e do exame de uma gama de materiais produzidos no período compreendido entre os anos de 1975 e 1979. A partir da análise de algumas instâncias de atuação e formação (notadamente o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – o IEPES – e os Setores Jovens) foi possível identificar a dinâmica de participação política institucional de um conjunto de “jovens” lideranças, a conformação de grupos e vínculos entre eles, bem como a afirmação de novos repertórios de mobilização política no período estudado. Além disso, as leituras retrospectivas sobre o momento e sobre as inserções nele, revelaram a utilização de uma idéia de geração cuja constituição se efetiva por meio de processos de consagração de personagens, eventos e emblemas de uma época.

Abstract

This work is focused on the so-called "Youth Group" belonging to the Brazilian Democratic Movement (MDB) in the State of Rio Grande do Sul during the 70'. The data here analyzed were collected through both detailed, long interviews and a vast arsenal of written information produced between 1975 and 1979. By examining some background institutions and spheres of action (specially the Institute of Political, Economic and Social Studies - IEPES - and the Youth Groups), this study brings to light the logic of institutional political participation of an ensemble of "young" leaders, the making of groups and the way they interconnected, as well as the consolidation of new repertoires of political mobilization. Furthermore, the historical view of the period reveals the use of a notion of generation whose making was possible through processes of celebrating political personages, events and symbols of that time.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1. A “ARTE DA VOZ” E O ENGAJAMENTO POLÍTICO DE ESQUERDA NOS ANOS 70	28
1.1. Condicionantes históricos e fatores de identificação.....	30
1.2. “Geração”, “Evento” e “Memória”.....	51
CAPÍTULO 2. IEPES: “GUARDA-CHUVA” DE IDEOLOGIAS E “UNIVERSIDADE POLÍTICA”	61
CAPÍTULO 3. CONSTITUIÇÃO DE “GRUPOS” E CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE INTERVENÇÃO	89
3.1. O Setor Jovem Metropolitano.....	91
3.2. Da “Nova Proposta” à “Tendência Socialista”.....	104
3.3. O “pessoal de Santa Maria”.....	115
3.4. Notas finais sobre a constituição de grupos no interior da “juventude”.....	133
CAPÍTULO 4. “UM PASSO ALÉM DO POPULISMO?”: POSICIONAMENTOS DA “JUVENTUDE” DIANTE DA CONJUNTURA POLÍTICA (1976-1979)	138
4.1. Construção de equivalências na juventude.....	141
4.1.1. “Vote Contra o Governo”.....	156
4.2. Dispersão na esquerda: posicionamentos e alinhamentos (1977-1979).....	166
4.2.1. Duas apostas “em nome do socialismo”.....	180
4.3. Notas finais sobre a construção de um espaço no MDB.....	187
CAPÍTULO 5. GERAÇÃO E MEMÓRIA	190
5.1. Memória Geracional: depoimentos de (auto) consagração.....	192
5.2. Um “Grande-Expediente” como um <i>lugar de memória</i>	200
5.2.1. A homenagem.....	203
5.2.2. O olhar dos oponentes.....	208
5.2.3. A recepção de um legado.....	210
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	218
7.1. Fontes Bibliográficas e Documentais.....	221
ANEXOS	223

SIGLAS E ABREVIATURAS

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

CEFIP: Centro de Filosofia e Política

GAS: Gabinete de Assessoria Superior

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PT: Partido dos Trabalhadores

PDS: Partido Democrático Social

PRC: Partido Revolucionário Comunista

POC: Partido Operário Comunista

ME: Movimento Estudantil

MUP: Movimento Universidade Política

NP: Nova Proposta

TS: Tendência Socialista

DS: Democracia Socialista

SJM: Setor Jovem Metropolitano

SJSM: Setor Jovem de Santa Maria

IEPES: Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais

SJ: Setor Jovem

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como foco de análise a “juventude de esquerda” do MDB gaúcho durante a década de 70. Visando compreender as condições e os repertórios de afirmação dos agentes na arena política institucional, a pesquisa se centrou nas instâncias de engajamento privilegiadas pela “juventude” durante o período que compreende 1975 a 1979, os posicionamentos assumidos com vistas a conquistas de espaços no âmbito partidário, os alinhamentos políticos decorrentes destes posicionamentos no processo de reorganização partidária e as leituras retrospectivas feitas sobre este momento pelos personagens envolvidos.

O ponto de partida para a investigação foi o intuito de compreender os discursos de oposição produzidos por “jovens” que inauguravam seu engajamento político sob o regime militar, priorizando as divergências aparentemente neutralizadas em um projeto democrático único representado pelo MDB. Este empreendimento permitiria revelar os possíveis antagonismos, rupturas e articulações no interior desta referência de síntese denominada “oposição”.

O interesse pela “diversidade” no interior do partido oposicionista vinha acompanhado pela percepção da relevância da intersecção do espaço político com o espaço intelectual na definição da agenda de problemáticas e de caminhos pertinentes para a “conquista democrática”. Assim, seguindo estas duas orientações, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) organizado em 1972 pelo MDB do Rio Grande do Sul, se apresentou como um alvo privilegiado, tanto para a observação dos sentidos e

valores compartilhados por seus participantes, como para a sistematização daqueles (sentidos e valores) na construção de projetos para a oposição e para alternativas de superação do regime militar.

O IEPES foi um instituto organizado para promover o diálogo político e intelectual e abrigou os setores situados à esquerda do espectro de forças que coabitavam no MDB, possibilitando, então, o debate entre políticos, estudantes, professores universitários, militantes de esquerda em geral e intelectuais de projeção nacional. Além disso, quando os participantes se remetem ao período em questão, as ênfases dadas ao instituto e a suas atividades o constitui como uma referência comum a uma “geração” de políticos que contemporaneamente se destacam no cenário público sul-rio-grandese sob a égide de diferentes siglas partidárias.

Nos investimentos preliminares, o jornal *Movimento* da chamada “imprensa alternativa”, serviu como base para a familiarização com os debates e os atores políticos na década de 70. Neste jornal, sobretudo a partir da segunda metade de 1975, ao lado das matérias dedicadas aos deputados do Rio Grande do Sul, às referências ao IEPES eram tão freqüentes quanto ao “Setor Jovem” gaúcho. Este setor era realçado pelas atividades que promovia (encontros da juventude) e pela postura de autonomia em relação ao partido.

A partir de 1976, foram encontradas matérias que se debruçavam nas atividades e nos posicionamentos do “Setor Jovem” do MDB de Santa Maria (cidade localizada a mais ou menos 300km de Porto Alegre). A visibilidade obtida por documentos produzidos por esta ramificação do “Setor Jovem” sobre a conjuntura nacional partidária e eleitoral evidenciou-se na reprodução integral e circulação nacional dos mesmos. As sucessivas interpretações oferecidas pelo conjunto de jovens (a grande maioria estudantes de jornalismo, ou recém formados neste curso) com origem em localidades situadas nesta

região do estado, tiveram como desdobramento a canalização dessas perspectivas no semanário político “*Informação*”, organizado pelo grupo em Porto Alegre¹.

Paralelamente, a atuação do Setor Jovem Metropolitano (SJM) adquiria destaque pela sua capacidade de mobilização e pela evidência de suas principais lideranças. A campanha e eleição do candidato da juventude e presidente do SJM no pleito de 1976, Marcos Klassmann, seguidas pela sua cassação em 1977, traduziam os posicionamentos “combativos” que este grupo procurava associar a sua forma de agir.

A partir de 1977, a perspectiva (ou expectativa) de reordenação política se manifestava nas polêmicas acerca da Assembléia Nacional Constituinte, da candidatura Euler-Magalhães à presidência da república e da criação de novos partidos. No rastro das prospecções sobre os efeitos de um provável rearranjo partidário, a fundação de uma “Tendência Socialista” no interior do MDB no Rio Grande do Sul mereceu debates e avaliações. O núcleo articulador do referido movimento era composto por integrantes do “Setor Jovem do MDB Metropolitano de Porto Alegre” (SJM).

Por conseguinte, esta primeira incursão em um espaço, o jornal *Movimento*, consagrado às manifestações “oposicionistas” (principalmente de seus setores mais à “esquerda” no espectro partidário), revelou o leque de canais de inserção e engajamento da “juventude emedebista gaúcha”, que excedia a participação no IEPES. Um universo de configurações e articulações desenhava um cenário muito mais rico e complexo do que aquele vislumbrado inicialmente.

O percurso seguido reorientou o olhar para uma série de esferas de engajamentos entrecruzadas, redefinindo o universo de análise a que se dedica o estudo em pauta.

¹ Na verdade referia-se a uma reativação do jornal *Semanário de Informação Política* de Ijuí, no qual a principal liderança do grupo foi trabalhar como repórter. Com o fim do jornal em 76 nesta localidade, o

Assim alguns esclarecimentos quanto ao recorte empírico enfim adotado devem ser elencados: 1) A pesquisa se dedica à análise da “juventude” do MDB do Rio Grande do Sul e não ao partido MDB como um todo. 2) A “juventude” contemplada se refere a uma parcela de agentes que se reconhecem e são reconhecidos como pertencentes a grupos mais “à esquerda” no âmbito partidário. Não se está trabalhando, portanto, com toda a “juventude” emedebista gaúcha. 3) Trata-se de indivíduos e grupos que optam por participar do MDB através dos seus canais institucionais de engajamento político (“setores jovens” e instituto de estudos) e por disputar posições no interior do partido. Não abarca, por isso, toda a “juventude de esquerda” gaúcha. 4) Enfim, esta “juventude” sofre influência das construções intelectuais da época, especificamente daqueles engajados no fortalecimento do MDB, na “ativação da sociedade civil” e nas formulações sobre a democracia a ser construída. Desta forma, os principais líderes da juventude gaúcha acabam adquirindo o estatuto de intelectuais ou representantes da “esquerda política intelectual”.

Sendo os principais lugares de atuação dos militantes estudados, o IEPES, os Setores Jovens, os jornais, tendências e organização políticas, estes são tomados como veículos de demarcação de identidades (aproximação/exclusão) no interior da juventude e do partido. As disputas e a ocupação destes lugares acabam cristalizando grupos de identificações e de mobilizações políticas, que muitas vezes são sedimentados por laços que extrapolam as instâncias e o período estudado.

Sendo assim, como objetivos da pesquisa, cabe captar como se dá o movimento de entrada para a “política institucional” entre os jovens militantes de esquerda na década de 70, tomando sua inserção nos canais oficiais de participação política (IEPES e Setor Jovem), mas também alguns espaços paralelos de atuação que são, principalmente, grupos

repórter (Adelmo Genro Filho) retoma o “projeto” em Porto Alegre.

mais ou menos coesos atuantes na universidade e nos jornais alternativos. Adiciona-se a isto, a pertinência de se atentar para as tomadas de posição dos grupos nos debates partidários e a própria produção de debates pela “juventude”, bem como a influência das formulações intelectuais nos posicionamentos assumidos. Finalmente, o trabalho visa compreender o trabalho de memória operado pelos agentes na reconstituição do período e das fronteiras dos grupos.

A relevância de um estudo deste tipo reside no enfoque adotado, tendo em vista a quase inexistência de pesquisas que se dediquem às expressões políticas localizadas durante o processo de abertura política brasileira. Na literatura em Ciência Política que se centra na compreensão do período militar e do processo de “redemocratização” encontra-se, grosso modo, seis tipos de abordagens privilegiadas: 1) trabalhos que atentam para as articulações no interior do bloco militar²; 2) alguns que enfocam as negociações entre “regime” e “oposição” em direção à democratização política³; 3) estudos preocupados com as manifestações e pressões da “sociedade civil”, isto é, estudantes, igreja, sindicatos, intelectuais, etc., comumente classificados como “movimentos sociais”⁴; 4)

² Ver, por exemplo, Rouquié (1994) que realizou um estudo comparado dos processos de “desmilitarização” do Estado e das forças institucionais com base nas transformações do “sistema de dominação militar” e, Stepan (1991) que desenvolveu um trabalho consagrado sobre a elite militar, priorizando os fatores internos, isto é, as características organizacionais, profissionais e ideológicas dos militares para, desta forma, identificar as condições criadas pelo regime que possibilitaram negociar a sua retirada de cena com garantias institucionais.

³ Geralmente os estudos deste tipo são empreendidos pelos adeptos das escolhas estratégicas que se amparam em noções como a de *incerteza* para entender os contextos em que as regras do jogo não estariam definidas e, ao contrário, as próprias regras de ação estão em negociação (racionalmente dirigidas) pelos principais atores em luta. Ver, por exemplo, O’Donnel e Schmitter, 1988 e Przeworski, 1994. É ilustrativo também o estudo de Zaverucha (1994) em que ele demonstra como, mediante os processos de interações estratégicas, no Brasil não houve uma tentativa de impor aos militares o controle civil e a alternativa compartilhada desde o início pelos negociadores foi de uma *tutela amistosa*, ou seja, de preservação de enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado.

⁴ Ver, por exemplo, J. A. Moisés (1979), que defendia a organização dos setores populares rurais e urbanos visando conduzir a transição democrática do Brasil.

empreendimentos direcionados aos comportamentos eleitorais nacionais ou localizados⁵; 5) investigações que analisam a interferência das formulações intelectuais no processo político brasileiro⁶; 6) e o trabalho de Maria D’Alva Gil Kinzo (1988) sobre o MDB na sua expressão mais institucional⁷.

Dentre os enfoques acima, os dois últimos devem ser grifados pela pertinência à pesquisa que se está propondo. A contribuição do estudo sobre a “gênese e trajetória do MDB (1966-1979)” de Maria Dalva Gil Kinzo evidencia-se justamente pela incorporação dos diferentes momentos da existência do partido oposicionista, as tomadas de posição perante os temas relevantes do período, seu desempenho eleitoral, os grupos mais formais que o compunham, etc. E o segundo diz respeito aos trabalhos sobre os intelectuais, que tratam das aproximações e distanciamentos no seu meio e com a política, dedicando-se, pois, ao entrecruzamento desta categoria com outras dimensões da vida social.

A justificativa para destacar o trabalho de Kinzo está na própria natureza do seu objeto (o MDB) e o que se está tomando para a análise nesta pesquisa (a “juventude” emedebista). Quanto aos estudos sobre os “intelectuais”, cabe fazer algumas considerações, que serão retomadas ao longo da dissertação.

Os momentos de maior atividade e visibilidade das instâncias em que estão inseridos os “jovens” do MDB do RS se dão a partir de 1973 e se intensificam entre 1975-

⁵ Sob a ótica dos processos eleitorais, abriu-se espaço para o reconhecimento das interferências do trabalho de recrutamento e comportamento eleitoral acionados pela oposição representada pelo MDB. Com a vitória do partido oposicionista em 74 nos maiores estados brasileiros, o processo eleitoral se afirma como termômetro da correlação de forças e da legitimidade dos atores, dando início à abertura política pela via eleitoral (Lamounier, 1986). A vitória inesperada neste ano e o crescimento progressivo da oposição motivaram o conjunto de pesquisas sobre o comportamento eleitoral e sobre a explicação da opção pelo MDB. Ver Cardoso e Lamounier (1975), Reis (1978) e Lamounier (1980).

⁶ Ver Sorj (2001), Fontes (1996) e Pécaut (1990).

⁷ Especificamente sobre a organização de grupos no interior do MDB, há o registro de Ana Beatriz Nader (1998) que reuniu uma série de depoimentos de membros do chamado “grupo autêntico” do MDB, grupo constituído na década de 70, em nível nacional.

78, coincidindo, desta forma, com o momento que Pécaut (1990) demarcou como de imersão dos intelectuais no campo político. Ambos os movimentos de entrada na política oficial (dos “jovens” e dos “intelectuais”) parecem resultado do reconhecimento do MDB como um espaço privilegiado e eficiente para a ação política. Portanto, o recorte cronológico adotado para a verificação das esferas de engajamento da “juventude” acompanha o momento de afirmação dos intelectuais na política partidária.

Tal procedimento justifica-se quando o universo de agentes tratado aqui inaugura seu envolvimento político nos meios estudantis, sobretudo universitário, e estão, em vista disto, sob as influências das transformações estruturais que ocorrem neste ambiente, como o crescimento dos efetivos das universidades, a expansão dos cursos de Ciências Sociais e a proeminência do marxismo⁸ – não só como um paradigma, mas também, mormente entre os estudantes, como constituidor de uma identidade coletiva. Além disso, estes “jovens” absorviam as formulações produzidas e divulgadas para este público. Uma das principais fontes de referências para os ativistas nas universidades e/ou partidos era o CEBRAP⁹.

Não é preciso grande esforço para confirmar a influência do trabalho intelectual entre os “jovens” a que se dedica este trabalho. A questão é perceber como esses

⁸ A abordagem seguida nesta dissertação prioriza a concorrência e a interdependência entre os grupos estudados no que tange aos posicionamentos tomados em relação ao MDB. Não serão privilegiados os rótulos acionados pelos agentes em sua relação com o marxismo e o socialismo (trotskismo, stalinismo, etc.). Cabe ressaltar que não está entre os objetivos deste estudo buscar os tipos de apropriação feita pelos indivíduos das concepções advindas destas “orientações filosóficas”. Não está em pauta os usos feitos dos ícones da tradição marxista. Dois obstáculos, segundo Ymonet (1984) se interpõem à explicação das categorias oriundas da tradição marxista: 1) a crença na versão verdadeira ou literal acerca dos significados das mesmas; 2) a constituição de um círculo vicioso em que os rótulos utilizados pelos envolvidos acabam se tornando a própria explicação para as divergências entre eles. Ao invés disso, a autora propõe que as classificações que dividem os agentes sejam compreendidas na lógica própria da competição/identificação entre eles, e que o marxismo seja tomado como um horizonte comum de crenças em constante redefinição sob o qual os agentes se localizam.

⁹ Segundo Pécaut: “Os cientistas sociais continuam a influir sobre um grande público, como demonstra a penetração dos trabalhos realizados no CEBRAP, o instituto que em 1969 acolheu muitos dos ‘aposentados’ da USP. Esses trabalhos têm uma feitura universitária, mas estão ao mesmo tempo em contato direto com a conjuntura, e assim, são também intervenções políticas”. (Pécaut, 1990, p. 259).

personagens (“intelectuais”) e suas formulações (acadêmicas) incidem praticamente na atividade engajada da “esquerda jovem gaúcha” neste momento. Por este motivo, o diálogo com os resultados obtidos por Pécaut (1990) são imprescindíveis para esta investigação.

Assim, a pesquisa que se está propondo busca observar os movimentos operados por um conjunto de agentes durante o processo de abertura política que optam por participar do MDB, e que não são contemplados (exclusivamente) nos estudos comumente realizados sobre o tema¹⁰.

O estudo de grupos de jovens militantes possibilita, como demonstraram Rey e Subileau (1991), compreender dimensões de um partido muitas vezes negligenciadas, pois “a realidade complexa dos partidos é muito freqüentemente reduzida àquela que os próprios [dirigentes] dão dos próprios partidos, a sua face militante, pública, oficial, um tanto homogênea que eles pretendem construir” (p. 15). Além disso, o tratamento detalhado das relações dos atores com a organização e entre eles permite:

“Analisar as características dos grupos militantes e as condições nas quais é efetuada a adesão [...] inserindo os militantes numa organização, **que tem sua própria história, seus particularismos locais, um modo de funcionamento específico** [grifos meus]. [...] Para compreender as práticas e os valores dos atores que escolhem atuar no sistema político, é preciso tomar em conta dimensões que são raramente associadas: a transmissão de valores ideológicos, as determinações sociais e a relação dos militantes com a história” (Rey e Subileau, 1991, p. 22).

Deste modo, podem ser melhor compreendidos o partido que se está estudando, os sentidos atribuídos à militância e a relação entre eles.

¹⁰ Há trabalhos que se dedicam aos militantes da luta armada na década de 60, mas não aos militantes inseridos no MDB na década de 70. Ver, por exemplo, Carneiro da Cunha (2000) e Ferreira (1996). Ver também os trabalhos de “memória” ou consagração da “geração de 68” tais como Ventura (1988), Gabeira (1984) e Sirkis (1980).

No caso do Rio Grande do Sul este recorte é particularmente significativo uma vez que as lideranças desta “juventude” da década de 70 conquistaram posições de destaque na luta política gaúcha posterior. Ademais, os objetos de disputa e os laços de identificação atuais, não raro encontram “raízes” naquele momento. Ou seja, a atuação durante a década de 70 marcou a construção de um repertório de problemáticas e de vínculos (políticos, ideológicos e afetivos) que predominam ainda hoje.

Sendo assim, cabe situar o objeto de análise no seu contexto histórico. Enfatizando que se trata da “juventude” que opta por atuar no âmbito partidário na década de 70 e tendo em vista que suas principais lideranças ocuparam, posteriormente, posições de destaque no cenário político-partidário gaúcho, deve-se então considerar o padrão de comportamento político do Rio Grande do Sul. A literatura compatível com o tema sinaliza para uma tendência de bipolarização secular ao longo da trajetória política-partidária sul-riograndense. Para os fins deste estudo é importante sublinhar a seguinte constatação: ao contrário da maior parte dos estados brasileiros que acomodaram, durante o bipartidarismo, no interior da Arena e do MDB forças discrepantes, no RS esta imposição apenas institucionalizou uma prática histórica recorrente¹¹.

Ou seja, a ideologia trabalhista arraigada historicamente no Rio Grande do Sul refletia-se nos êxitos eleitorais do PTB nos diferentes níveis de concorrência política do estado. Em contrapartida, as demais siglas (especialmente o PSD, PL e UDN) uniam forças alternando-se com os trabalhistas nos postos políticos de destaque. Sendo assim, com a implementação do bipartidarismo como sistema partidário do regime militar imposto em 64, a configuração possível ao partido de oposição (MDB) local apresentava-se em sintonia

¹¹ Ver Xauza e Ferraz sobre as eleições de 1966 e Trindade e Noll (1991), entre outros.

com a então conformação do PTB gaúcho e, conseqüentemente, a acomodação dos partidos conservadores-liberais na Arena¹².

Deste ponto de vista, pode-se refletir acerca dos arranjos efetuados com a reformulação partidária de 1979 no RS. Segundo Noll (1995), o multipartidarismo – pensado como estratégia de desarticulação, por parte do “regime”, de uma possível hegemonia de “um partido político com apelo popular” (p. 65) – viabilizou a recuperação pelo PMDB e PDT dos antigos redutos do PTB. A autora sugere:

“A fatia da oposição vinculada do antigo PTB e à liderança de Leonel Brizola organiza no Rio Grande do Sul um PDT mais forte, em termos nacionais (seguido pelo Rio de Janeiro), que ocupará, junto com o MDB rotulado de PMDB, o espaço reservado aos partidos de centro-esquerda. Do grupo mais jovem, sem raízes no sistema anterior a 64, mas na trilha do movimento sindical paulista, nasce o PT”. (Noll, 1995, p. 65)

Esta afirmativa permite cercar o objeto que se está propondo bem como reforçar sua relevância. Isto é, em primeiro lugar, um grupo significativo de jovens sem vínculos partidários anteriores a 1964, encontra na criação do Partido dos Trabalhadores a possibilidade de externalização de projetos políticos gerados durante a década de 70. Há, no entanto, também a presença destes jovens emedebistas da década de 70 no PMDB; e esta presença diminui muito no PDT, sendo este partido constituído, fundamentalmente, por lideranças com raízes no sistema anterior a 1964 e marcado por eventos anteriores (lutas nacionalistas, campanha pela legalidade, etc.)¹³.

¹² Ver Noll (1995) e sobre os dados eleitorais que sustentam tais proposições, ver Noll e Trindade (1995).

¹³ Weffort (1985) em um livro que oferece um balanço sobre a redemocratização no Brasil e ao mesmo tempo traduz a visão de um ator profundamente envolvido nos desdobramentos políticos afirma: “ Depois do regresso às atividades políticas, acalentaram (...) a idéia de um novo partido político. Houve mais de uma proposta neste sentido, mas todas visando o fortalecimento do movimento popular e a reorganização da democracia. Não queriam repetir o passado, mas assentar os fundamentos do futuro...o PDT, que conta, desde as origens, com a liderança de um político formado antes de 1964, o engenheiro Leonel Brizola, só pôde captar uma pequena parte daqueles políticos de esquerda” (p.26-27). O diagnóstico de Weffort sobre o quadro

A partir disto, a indicação de pesquisa é a de dar conta de um conjunto de militantes que não vivenciaram experiências anteriores ao regime militar e tiveram suas identidades marcadas pelos eventos sintetizados na “luta contra a ditadura militar”. Estes, (por fatores como idade) não pertenceram a uma sigla anterior (PTB, por exemplo) que definisse a tomada de posição pelo MDB e tal partido, por sua vez, era o único canal oposicionista de participação política institucional. Abre-se, então, a possibilidade de observar, no interior do partido oposicionista gaúcho, o surgimento de jovens com outros perfis e referências que estimulavam a construção de novos projetos. Com a reformulação partidária estes jovens se dividem principalmente entre PMDB e PT.

As questões que se coloca então são as seguintes: como se dá esse movimento de entrada destes “novos atores” no único canal institucional oposicionista de engajamento político? Que espaços eles ocuparam no interior do partido? Como eles utilizaram a categoria “juventude” e os canais a ela oferecidos para criar e definir laços de identificação/exclusão? Esta “juventude” é homogênea ou, assim como o MDB, compõe-se por grupos diferentes que compartilham uma mesma posição? Existe relação entre as possíveis diferenças e as escolhas partidárias possibilitadas pelo multipartidarismo? A participação no mesmo *evento marcante*, com uma série de condições comuns, compartilhando de uma gama infinita de valores, bandeiras, influências, etc. forjados naquele momento, enfim, com aproximação temporal, espacial e ideológica deixaram algum tipo de marca no itinerário destes militantes?

Estes são alguns questionamentos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa e que igualmente inspiraram a construção de algumas hipóteses de trabalho. A primeira e

nacional e a dificuldade do PDT devido às suas raízes pré 64 em seduzir os militantes forjados na década de 70 parece ter pontos de encontro com o quadro gaúcho, onde o trabalhismo sempre foi muito forte.

mais geral delas é que a juventude emedebista é composta de indivíduos e grupos que diferem entre si em termos de origens, modalidades de atuação no interior do MDB e itinerários.

Segue desta a sustentação de que estas diferenças são minimizadas ou vêm à tona em diferentes momentos da carreira dos agentes desde sua entrada no MDB. Melhor dito, que há momentos de aproximação e distanciamento (em termos de posicionamentos) conforme as disputas internas à “juventude” e àquelas travadas com um opositor externo. Acredita-se, então, que: 1) o sistema de diferenciações criado no interior da “juventude” só é possível porque há uma série de condições de homogeneização¹⁴ dos jovens envolvidos (socialismo, leitura marxista da realidade, atuação no meio estudantil, etc.) e há ainda a construção, durante o período estudado, de outros elos de ligações entre eles; 2) estes elos, por sua vez, são produzidos no processo de afirmação dos grupos e lideranças no interior do partido; 3) no momento de entrada desta “juventude” no jogo político há um movimento conjunto de afirmação dos seus componentes no interior do MDB, no sentido de buscar seu reconhecimento como ator político significativo no jogo político; 4) com a conquista de alguma margem de movimentação e de tomada de posição no âmbito partidário, o movimento convergente da “juventude” diminui seu ritmo, acentuando os deslocamentos diferenciais no seu interior.

Finalmente, afirma-se, como corolário destas hipóteses específicas, que estes movimentos de aproximação/distanciamento em um período específico, os vínculos de identificação/exclusão forjados neste momento e a construção de um repertório comum são

¹⁴ A idéia de homogeneização utilizada aqui segue as indicações de Sawicki (1998) como um trabalho de unificação entre práticas e crenças e de conciliação em relação às regras do jogo político local, cuja coesão é forjada por afinidades entre redes, sociabilidades e submissão a uma história comum.

os componentes que fomentaram a construção de uma referência geracional entre os personagens envolvidos.

Cabe, então, referir as fontes utilizadas para a sustentação das afirmativas construídas. Neste intuito, foram cotejados dados advindos das seguintes fontes que podem ser divididas em dois tipos: fontes produzidas retrospectivamente e fontes produzidas no “momento dos fatos”. Do primeiro tipo, foram feitas inicialmente algumas entrevistas informais com pessoas que participaram daquele momento, visando reunir informações sobre as principais lideranças da época, a configuração dos grupos e as possíveis fontes de registros existentes¹⁵. Depois, foram realizadas 13 entrevistas durante o ano de 2000, gravadas, guiadas por com um roteiro aberto, e com uma média de uma hora e meia de duração. O critério de escolha dos entrevistados seguiu a identificação com os diferentes grupos, a recorrência com que foram sendo citados ao longo dos contatos, a presença e destaque nos principais documentos escritos na época e o envolvimento nas campanhas eleitorais de 1976 e 1978. Foi levada em conta, também, a distribuição das lideranças nos principais municípios gaúchos (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul) bem como em contemplar candidatos a vereadores da “juventude” eleitos em 1976.

A seguir são elencados os treze entrevistados e são traçados rapidamente os seus perfis.

<p>Cristiano Tatsch: nasceu em Porto Alegre, tem 48 anos, é economista e foi professor universitário. Participou do grupo da economia dedicado às discussões sobre o marxismo e economia brasileira e foi presidente do diretório acadêmico da economia. Participou da direção do IEPES e do Gabinete de Assessoria Superior da Assembléia Legislativa. Optou pelo PMDB com a reorganização partidária participando das coordenações de campanha para o governo do estado (Simon e Britto) e ocupou cargos nesses governos, entre eles, ocupou presidência da CRT, criou o Dieese no RS e trabalhou na Fiergs (Fundação da Industrias do Estado do Rio Grande do Sul).</p>

¹⁵ Dentre as pessoas contatadas e que dedicaram um bom tempo para o auxílio no mapeamento destas questões, encontram-se os professores universitários Enno Liedke Filho e Eduardo Corsetti, o também professor universitário e assessor da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa Dilan Camargo e o dirigente partidário do PMDB Luiz Afonso.

Daniel Koslowski Herz: Nasceu em Porto Alegre e tem 46 anos. É jornalista, com mestrado na área, e empresário. Integrou o SJ de Santa Maria durante a década de 70 e em 1976 colabora na reativação do jornal semanário *Informação* em Porto Alegre sendo diretor deste, e da sucursal do jornal *Movimento* no RS. Pertenceu ao PRC e ao PMDB antes de filiar-se ao PT. Foi um dos promotores da criação do CEFIP e da revista *Práxis*. Atualmente coordena uma empresa de publicidade que é responsável pelo site em homenagem ao seu primo Adelmo Genro Filho na internet.

Flávio Coswig: Tem 50 anos, nasceu em Pelotas, município que reside e atua ainda hoje. É formado em agronomia. No início dos anos 70 militou no grêmio estudantil do Colégio Agrícola, no diretório acadêmico da faculdade de Agronomia da UFPEL, foi fundador do Setor Jovem do MDB e um dos articuladores do IEPES naquela localidade. Em 1976 se elege vereador, em 1982 se reelege já pelo PMDB, em 1986 é o candidato a deputado estadual mais votado do RS pelo PCB, em 1988 é candidato a prefeito de Pelotas e em 1990 a deputado estadual pelo PT. Na década de 90 se elegeu mais duas vezes vereador pelo PDT e pelo PSDB, sendo presidente da Câmara de Vereadores. Atualmente é filiado ao PSDB.

João Carlos Brum Torres: nasceu em Porto Alegre, tem 56 anos e é professor universitário de filosofia. Como resultado do “expurgo” da universidade sofrido no final da década de 60, em 69 viaja para França onde se dedicou ao estudo da obra de Karl Marx e desenvolveu estudos sobre política e economia no Brasil. Além da graduação em Filosofia também é formado em Direito e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Retornando ao Brasil em 1974, participou da direção do IEPES, trabalhou no Gabinete de Assessoria Superior na Assembléia Legislativa junto à bancada do MDB. Além do MDB, militou no PMDB, foi secretário de estado nos governos Pedro Simon e Antônio Britto e trabalhou no BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul), hoje em dia participa do Instituto Ulysses Guimarães (antigo Pedroso Horta) e é professor universitário do curso de Filosofia da UFRGS.

João Carlos Gastal Jr.: É natural de Pelotas, é assessor do Senado e tem 46 anos. É formado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde atuou no movimento estudantil e no Setor Jovem. Em 1976 foi candidato a vereador nesta cidade, ocupando a primeira suplência, chegando a atuar no legislativo. Sendo fundador do Partido dos trabalhadores, foi o primeiro vereador por esta legenda em Pelotas entre 1979 e 1980. Foi vinculado inicialmente à “Tendência Socialista” e depois à “Democracia Socialista”.

José Ivo Sartori: é natural de Farroupilha, tem 53 anos e é formado em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul. Nesta cidade atua politicamente. Participou da juventude estudantil católica, estudou em seminário formando neste um grêmio estudantil. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Caxias do Sul e, em 1974, entra para o MDB e participa do Setor Jovem e do IEPES na sua cidade. É eleito vereador em 1976 e concorre a deputado estadual em 1978. Foi vice-presidente do PMDB e coordenador do Instituto Pedroso Horta. Está no quinto mandato como deputado estadual pelo PMDB.

Luiz Miranda: tem 54 anos e é professor universitário no curso de economia. Deu aula de economia na UFRGS e ministrou cursos Estudos do Homem na Unisinos na década de 70. Ingressa no MDB em 1972 como assessor do então deputado Pedro Simon, participou do grupo de estudantes de economia que estudava Marx e conseqüentemente participou da organização e direção do IEPES. Permaneceu no PMDB até 1986 e posteriormente se vinculou ao PT, partido que o indicou para o conselho da AGERGS (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul).

Luiz Roberto Simon do Monte (Beto São Pedro): Nasceu em São Pedro do Sul, tem 46 anos de idade e se especializou em extensão rural na área de comunicação. Militou no DCE, no SJ de Santa Maria, participou da equipe de redação do jornal *Informação*. Pertenceu ao PRC e foi vereador de Santa Maria em 1982 sob a sigla do PMDB. Concorreu à reeleição em 1988, mas não teve êxito. Foi da direção estadual do PT e atualmente é assessor da Casa Civil do governo estadual do PT.

Marcos Klassmann: É jornalista, tem 48 anos e nasceu em Lajeado. Veio para Porto Alegre com 14 anos, não completou os cursos de Ciências Jurídicas e Sociologia. Lecionou Estudos Sociais no colégio São Francisco de Porto Alegre, foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundários e do Setor Jovem Metropolitano do MDB desta cidade durante quatro anos e foi um dos fundadores do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos. Em 1976 concorreu a vereador conseguindo uma vitória surpreendente e em 1977, no primeiro dia de mandato, teve seu mandato e seus direitos políticos cassados. No final da década de 70 retomou seu mandato exercendo-o até 1982, quando concorreu à deputação estadual pelo Partido Democrático Trabalhista. É um dos fundadores da corrente socialista interna do PDT, liderando em 1986 o “coliga-não”, movimento contrário à coligação do PDT com o PDS (Partido Democrático Social). É assessor de imprensa da Secretaria de Minas e Energia, no governo de Olívio Dutra, e atualmente é filiado ao PT.

Maria Rita Assis Brasil: Tem 48 anos de idade e nasceu em Porto Alegre. Aos 13 anos muda-se para Santa Maria e aos 18 entra para faculdade de medicina da Universidade Federal desta cidade. Neste curso participa do Diretório Acadêmico dos alunos e do Diretório Central dos Estudantes, ao lado de Adelmo Genro Filho e Sérgio Weigert, tendo sido casada, neste período, com este último. Em 1976 se elege vereadora por Santa Maria e investe na atuação do Setor Feminino do MDB e atua na articulação de um grupo de feminista “germinal” que acaba resultando na criação do grupo “Gêmina” em Pelotas e “Fêmina” em Porto Alegre. Ela também participa do PRC, filia-se ao PMDB e depois ao PT. Hoje é médica do Grupo Hospitalar Conceição e vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul.

Paulo D’Ávila: é natural de Passo Fundo, tem 51 anos e é sociólogo e funcionário público. No início dos anos 70 participa do movimento estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentro do agrupamento universitário “Nova Proposta”, grupo este que participará também do IEPES, do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre e que articula a Tendência Socialista deste. Atuante no Movimento Sindical, foi da direção estadual do PT, partido que ajudou a formar no estado, e da cúpula da tendência interna deste partido denominada Democracia Socialista. Hoje desvinculado do PT, atua no Sindicato dos Previdenciários e dos Sociólogos.

Raul Pont: É natural de Uruguaiana e tem 57 anos. É formado em história pela UFRGS com mestrado em Ciência Política pela Unicamp (Campinas). Foi professor universitário da Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos, RS). No final dos anos 60 pertenceu ao POC (Partido Operário Comunista), uma dissidência do PCB, dirigiu o “Movimento Universidade Política” na UFRGS e articulou a proposta de organização do “DCE Livre” nesta universidade. Ainda no movimento estudantil foi um dos articuladores da corrente política universitária chamada “Nova Proposta” e participou do grupo de estudantes da economia (disciplina que também cursava à época) que se reunia para ler Marx e aplicá-lo à “realidade brasileira”. Pertenceu à direção do IEPES e atuou no SJM do MDB de Porto Alegre. Também participou da formação do jornal *Em tempo* e de seu conselho editorial. Foi militante do Sindicato dos Professores do RS, um dos principais articuladores da “Tendência Socialista” do MDB, do Partido dos Trabalhadores e da corrente “Democracia Socialista”. Em 1982 foi candidato ao senado, foi secretário-geral do Diretório Regional do PT no RS, membro da direção estadual, 1986 foi deputado estadual, depois se elegeu deputado federal, vice-prefeito em 1992, prefeito em 1996, candidato em 2001 à presidência nacional do PT.

Sérgio Weigert: nasceu em Santa Maria, tem 50 anos, é jornalista e professor universitário de Comunicação Social e Sociologia. Foi Secretário Geral e presidente do Diretório Central dos Estudantes e do Setor Jovem do MDB, ambos em Santa Maria. Colaborou no *Semanário de Informação Política* de Ijuí e participou do Conselho Editorial e foi secretário de redação do jornal *Informação* em Porto Alegre. Na capital trabalhou no Gabinete de Assessoria Superior (GAS) por indicação de André Forster. Foi membro fundador do Partido Revolucionário Comunista (PRC), foi filiado ao PMDB, já no PT, em 1986, foi assessor do então deputado federal José Genuíno, e participa das coordenações de campanhas dos candidatos do PT vinculados

às correntes identificadas como “nova esquerda”, “PT amplo e democrático” e outras denominações assumidas, pelas quais ocupou cargos na direção do partido. Ministrou cursos no Centro de Filosofia e Política (CEFIP), dirigido por Adelmo Genro Filho, e foi articulista da revista *Praxis* também dirigida por este último.

A realização de entrevistas foi, então, o principal procedimento para abarcar as leituras retrospectivas dos participantes sobre o momento estudado. Para tanto, adotou-se um roteiro que abrangia os itinerários políticos dos membros da “juventude”, os espaços e as formas de expressão valorizadas, as disputas identificadas, os laços (políticos, afetivos, ideológicos) que os uniam e separavam, bem como seus efeitos nas escolhas políticas posteriores.

Os itinerários foram captados por perguntas referentes às formas de ingresso, às modalidades de inserção na arena política (formal e informal), às atribuições ocupadas no interior de organizações, campanhas, órgãos partidários, jornais, etc. e os deslocamentos partidários posteriores. Afora isto, foram formuladas questões com o intuito de contemplar os posicionamentos, as identificações e as fronteiras entre os grupos alocados nos espaços estudados e destes com os outros setores.

Simultaneamente, foram solicitadas informações que visaram dar conta das identificações mais próximas e duradouras, bem como as rivalidades existentes. Dito de outra forma, os processos e os conteúdos que definiam antagonismos e articulações entre os agentes, compondo as identidades forjadas naquele momento. Não menos importante foi a necessidade de verificar o trabalho de reconstrução identitária acionada pelos diferentes entrevistados com base nas suas posições atuais.

Foram utilizados ainda dados biográficos de três lideranças importantes já falecidas: André Forster, Adelmo Genro Filho e José Carlos Oliveira. Soma-se a estes, alguns materiais de consagração de membros da “geração” como o “Grande-Expediente” em

homenagem a André Forster e o *site* da internet para a divulgação da obra de Adelmo Genro Filho¹⁶. Estes dados, além de permitirem situar estas lideranças no universo de análise e reconstituir seus itinerários, possibilitaram igualmente observar o trabalho de consagração de uma “geração”.

Do segundo tipo de fontes, foram trabalhados documentos produzidos pelos próprios protagonistas durante o período tratado, tais como panfletos de campanha, boletins, cartilhas, documentos de circulação interna, cadernos, etc, produzidos pelos Setores Jovens e pelo IEPES, matérias de jornais da “imprensa alternativa”¹⁷, local e nacional, da época, principalmente os jornais *Movimento*, *Em tempo*, *Semanário de Informação Política* e seu sucessor *Informação*¹⁸. A análise deste material possibilitou

¹⁶ Entre os colaboradores do *site* destacados na apresentação: “Bruna Pasqualini Genro, Carla Ferreira, Célia Stadnik, Daniel Herz, Francisco Karam, José Miguel Martins, Júlia Pasqualini Genro, Letícia Pasqualini, Márcia Soares, Maria Elly Herz Genro, Maria Isabel Jornada, Maria Júlia Genro, Pedro Luiz S. Osório, Rogério Viola Coelho, Sérgio Murilo de Andrade e Tau Golin. Atualmente o site é mantido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM), com a coordenação editorial de Daniel Herz e apoio técnico de Backer Vieira da Rosa, Luiz Ernesto Oliveira da Cruz e Gilmar Simões”.

¹⁷ São várias as perspectivas sobre o significado de “imprensa alternativa”. Neste trabalho se está tomando esta expressão no seu uso comum, resultado do trabalho dos envolvidos, preocupados em distinguir o tipo de abordagem por eles proposta com um outro tipo, pensado, talvez, como o “tradicional”. Haveria a necessidade de um estudo específico sobre a construção desta categoria e seus usos. De qualquer modo, cabe citar a auto-definição dada por Raimundo Rodrigues Pereira, editor do *Movimento*, que entende por “imprensa alternativa como um ‘imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implantação’, sendo que o modelo ao qual ele se refere é o capitalista de desenvolvimento. E relaciona essa imprensa ao ‘movimento democrático e popular no ocidente, que impôs a discussão de formas alternativas de vida, de experiências comunitárias, de *contraculturas* [grifos do autor], de rebelião dos jovens e temas correlatos” (Aquino, 1999, p. 121).

¹⁸ O jornal *Movimento* foi então a primeira fonte buscada ainda no processo de construção do objeto. Muitas matérias foram selecionadas do semanário para sua utilização nesta dissertação, tomando-o, basicamente, como o filtro das discussões e posicionamentos nacionais da “oposição”. Este procedimento se justifica pelo fato de ter sido o *Movimento* um dos principais jornais da “imprensa alternativa” a partir da segunda metade da década de 70. Tendo no seu Conselho Editorial, entre outros: Fernando Henrique Cardoso, Alencar Furtado, Chico Buarque de Holanda e André Forster, chamados “personalidades democráticas”; entre os colaboradores: Francisco Weffort, Paul Singer e Nelson Werneck Sodré; e os repórteres do Rio Grande do Sul: Carlos Mossmann e Jefferson Barros (*Movimento*, 20/10/75, p. 8). Ao longo do trabalho serão utilizados quatro jornais que se definem como de “imprensa alternativa”: o *Movimento*, o *Em tempo*, o *Semanário de Informação Política* e seu sucessor *Informação*. Os dois primeiros são de circulação nacional. O *Movimento* foi constituído em julho de 75 e se apresentava como um “jornal democrático” e contava com participantes (políticos e intelectuais) de destaque nacional. O *Em Tempo* foi formado em 77, por iniciativa de grupos que constituíam as correntes socialistas (o jornal é identificado como “de trotskistas”) do MDB. Os dois últimos são de circulação local, sendo que o primeiro era mais voltado para as divulgações partidárias e o segundo era orientado por um grupo de jovens de Santa Maria.

identificar os elementos articulados no interior da “juventude” bem como seus “objetos exteriores”, observar suas idiossincrasias, os momentos de maior coincidência discursiva, as mudanças de ênfases como reflexo das mudanças de posição no universo oposicionista, enfim, os posicionamentos assumidos pela “juventude” estudada.

É preciso sublinhar que esta pesquisa sustenta que a “juventude emedebista” criou um espaço discursivo próprio a partir de conjunto de identificações/rupturas (inclusive com políticos oriundos de outras experiências políticas como o trabalhismo, a organização dos autênticos, etc.), conformando um universo de referências comuns compartilhadas pelos agentes nele inseridos. Para identificar os signos de identificação/exclusão e os produtos ideológicos, as principais dimensões focalizadas podem ser entendidas pelas noções de *lugar, milieu e rede* cunhadas por Christophe Prochasson (1993) e Frédéric Sawicki (1997).

O referencial conceitual apresentado pelos autores para o estudo dos intelectuais franceses e o socialismo, no primeiro caso, e dos militantes do Partido Socialista, no segundo caso, orientou os procedimentos de compreensão da atuação política/intelectual no interior do partido de oposição sul-rio-grandense (MDB) na segunda metade da década de 70. Ainda que nem sempre explicitados, estes níveis auxiliaram na orientação do olhar para a dinâmica de articulações e posicionamentos no período e no universo estudados.

Os lugares dizem respeito aos espaços de expressão oficial dos grupos, tais como revistas, grupos informais, escolas, livrarias, etc. No caso aqui em pauta, os jornais semanários, o IEPES, os setores jovens, a “tendência socialista” se constituem nos lugares privilegiados de investigação. É possível tomar os jornais, os canais de discussão e atuação política, fomentados pelos militantes em pauta, como instâncias de expressão das redes de convivência e como espaço de cristalização dos sentidos compartilhados, suas “ideologias”. Ou seja, pode-se perceber os cortes estabelecidos entre os que aderem a espaços e em nome

de que aderiam (constituição de laços de identificação de natureza ideológica e ao mesmo tempo amizades, fidelidades, etc.).

Nas palavras de Prochasson (1993), “cada *lugar* dá nascimento a um *milieu*”, isto é, uma condição informada por relações dinâmicas, afetivas e sociais entre vários indivíduos. Estas, por sua vez, são configuradas por redes que estruturam a vida “na esquerda”. Com efeito, é possível a formação entre jornais, lugares ou grupos, de redes guiadas por motivações políticas ou intelectuais. Por isso, cada indivíduo encontra aí, tal como no seio de um *milieu*, uma parte de sua identidade, revelando “a estrutura de relações estáveis e historicamente constituídas existindo entre setores diferentes (...) que significa entre outras coisas as fronteiras e a estrutura interna dos grupos” (Sawicki, 1997:24) no seio da partido.

Estas dimensões são úteis não só para a análise do material “da época” mas podem ser igualmente combinadas com os depoimentos retrospectivos. Assim, por exemplo, os *lugares*, o *milieu* e as *redes* são apreendidos também nas entrevistas, no entanto, com a interferência do trabalho de memória acionado para “contar uma história”, inserir-se coerentemente nesta, justificar o “passado” por referência ao “presente”, revelando, assim, o presente pelas referências do passado.

Como resultado destes procedimentos de análises, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos.

O primeiro é um capítulo de apresentação do cenário histórico e do arcabouço conceitual que pretende articular a compreensão do objeto em pauta com a periodização do regime militar. Na primeira parte há um exercício de apreensão do momento histórico inaugurado com o “golpe militar” no sentido de pensar o engajamento político e as construções de identidades nestas condições. Na segunda parte, há uma discussão específica sobre a idéia de “geração”, “memória” e “evento”, que visa esclarecer como

estas categorias são trabalhadas na pesquisa. Este capítulo procura estabelecer alguns fatores de homogeneização que podem ser atribuídos aos “jovens” estudados.

O segundo e terceiro capítulos tratam da descrição de instâncias de expressão e atuação tomadas como representativas da inserção militante da “juventude” do MDB no Rio Grande do Sul (IEPES, Setor Jovem Metropolitano, Setor Jovem de Santa Maria) bem como da reconstituição dos grupos identificados no interior da “juventude” do MDB (“tendência socialista”, “grupo de Santa Maria”, “direção do IEPES”). Estes capítulos buscam examinar as diferenças de constituição, modalidades de engajamentos e de posicionamentos sobre o significado da “luta” em que estão envolvidos.

O quarto capítulo é dedicado aos posicionamentos assumidos pelos membros da “juventude” perante temas variados. Pretende-se que a análise destes posicionamentos viabilize a apreensão dos movimentos conjuntos de afirmação no âmbito partidário e na política por parte dos “novos atores”, bem como a verificação dos diferentes movimentos de aproximação e distanciamentos entre eles. E, finalmente, com o último capítulo objetiva-se comprovar que, independentemente das divergências partidárias, dos confrontos, dos rompimentos, das assimetrias sociais e políticas, há um conjunto de agentes que se identificam entre si como membros de uma mesma categoria, de uma “geração”. A análise deste “denominador comum” permitirá constatar a persistência de marcas comuns no trajeto dos diferentes protagonistas.

1 – A “ARTE DA VOZ” E O ENGAJAMENTO POLÍTICO DE “ESQUERDA” NOS ANOS 70

O objetivo do capítulo que segue é o de sistematizar um quadro de referências analíticas que orientam a investigação em pauta. A pretensão aqui não é o de fazer um inventário bibliográfico descolado da adequação prática ao objeto de estudo proposto. Ao contrário, procura-se apresentar algumas dimensões de análise e as principais noções utilizadas articulando-as à descrição do cenário histórico e político e à construção do objeto empírico.

As discussões expostas a seguir visam explorar alguns conceitos passíveis de assimilar a atuação política de um conjunto de jovens militantes que ingressaram no MDB na década de 70, isto é, que inauguraram sua participação política institucional durante o período militar brasileiro, sem terem, portanto, atuado no quadro partidário anterior. Pode-se considerar este momento como privilegiado para a afirmação de novas identidades políticas uma vez que, nos contextos de crises políticas, evidenciam-se as fragilidades das definições rígidas do direito a tomar a palavra e ao “falar político”. Esta fragilização contribui para a abertura (ainda que vigiada) de espaços de manifestação e formação de novos agentes políticos (Le Bart, 1998).

As reflexões de Dobry (1992) apontam para a constituição, nos momentos de crise política, de locutores improvisados que participam excepcionalmente da formulação da oferta política e ampliação do campo do “pensável politicamente”. Nestes contextos, há ainda a tendência predominante de contestação do monopólio dos profissionais da política

sobre o duplo terreno da caracterização do social e da formulação de projetos de sociedade.

Segundo o autor:

“Esperar-se-ia então perceber, nestes fenômenos, os momentos de ‘verdade’ por excelência de uma sociedade, os momentos onde seus diferentes componentes, **grupos sociais, instituições, organizações, gerações** [grifos meus] e, em última análise, indivíduos, oferecem ao olhar do observador seus traços mais escondidos, seus segredos, suas fraquezas, mas também seus recursos mais insuspeitáveis, em uma palavra seus ‘seres profundos’” (Dobry, 1992, p. 287).

Nestes momentos, membros de diferentes “gerações” convivem e conflitam movidos por uma especificidade histórica, identidades são forjadas, espaços de manifestações são construídos, laços ideológicos e afetivos definem aproximações e promovem rupturas, grupos e indivíduos se engajam numa batalha e dela retiram sua relevância política e seu papel histórico.

No espaço de possibilidades constituído historicamente, as divergências políticas durante o regime militar brasileiro constituem-se então em um excelente alvo para a percepção de variações discursivas: “as diferenças de vocabulário podem também servir a acentuar simbolicamente essas divergências, cada organização tendo interesse a fazer entender sua diferença” (Le Bart, 1998, p.49). Se debruçar no universo discursivo de personagens que inauguram seu engajamento político durante o “regime militar” viabiliza desvendar “crenças” e “ideologias”. Ou seja, um universo de argumentações que constrói sentidos para seus membros e para “os outros”, no qual o discurso fabrica e significa uma comum visão do mundo e produz identidades.

1.1 – Condicionantes Históricos e Fatores de Identificação

Um modelo mais geral de análise dos movimentos operados por agentes que se posicionam politicamente pode ser o proposto por Albert Hirschman (1996,1977) através das concepções de *saída*, *voz* e *lealdade*. De forma sintética, por *saída* entende-se *pura e simplesmente o ato de partir*. A motivação para este ato seria a insatisfação com o produto oferecido por determinada organização (comercial, partido ou regime político, etc.) e a busca da satisfação em um outro lugar. Intencionalmente ou não, o abandono pode pressionar a organização a melhorar seu desempenho. Assim, em um primeiro momento, a saída apresentar-se-ia como um ato individual (abdicar do jogo), enfraquecendo o exercício da voz, uma vez que debilita o potencial de mobilização no interior da organização (ou grupo).

A direção contrária a esta conduta seria a de não abandonar a organização e buscar a superação da insatisfação pessoal, provocada pela baixa da qualidade do produto oferecido pela empresa, através de uma ação coletiva. A *voz*, então, é esta alternativa de continuar no “jogo”, mesmo em momentos de crise e insatisfação, buscando mudar o “estado das coisas”. Com o deterioro da organização opta-se pela ação, a pressão, o protesto.

No ensaio de 1996 de Alberto Hirschmann, a *saída* é concebida como uma possível estratégia para a “voz”. Ou seja, com o fim de pressionar a organização, pode-se não só jogar com a possibilidade da saída, mas pode-se sair de fato temporariamente para protestar. Além disso, ainda que não seja o fim primeiro o de retirar-se para contestar, esta ação poderá funcionar como instrumento de voz: no caso de a organização se mobilizar com vistas a não perder seus adeptos ou de o abandono não obstruir a crescente insatisfação

com o estado das coisas e acabar municiando a idéia de que a utilização da voz é a única alternativa para revertê-la.

Deste modo, quando a saída é viabilizada por uma gama de escolhas possíveis ela pode, ao contrário de solapar a voz, torná-la mais eficiente. Num espaço de forte concorrência entre as organizações (partidos políticos em um regime democrático, por exemplo), a saída deve ser evitada o que pode fortalecer o impacto da voz e este fortalecimento pode incentivar a busca de modalidades cada vez mais sofisticadas de intervenção¹⁹.

A introdução da noção de lealdade obedece à necessidade de compreender, mormente, as modalidades de vínculos que podem promover o enlaçamento do sujeito à organização. Inicialmente, os laços de lealdade podem apontar para a permanência na organização e a ativação da voz, quer dizer, por sentir-se membro e responsável pela organização (lealdade) o indivíduo adota a voz como estratégia de intervenção na mesma, buscando melhorar os “serviços” oferecidos e alcançar a satisfação pessoal almejada. Por outro lado, os vínculos de lealdade podem inspirar a colaboração entre *saída* e *voz* uma vez que para manterem-se leais, os indivíduos podem optar por sair para pressionar, quer dizer a saída não representando a abdicação ao jogo, mas, ao contrário, funcionando como instrumento de mobilização. Ou ainda, a existência de laços de lealdade pode também promover a apatia, porque os agentes permanecem fazendo parte da organização por serem

¹⁹ Hirschman lembra que no artigo “Exit and voice: na expanding...” de 1986, sublinhara a necessidade de transposição de um “modelo ‘hidráulico’ simples” analogicamente por ele utilizado para ilustrar o que seria um “padrão básico de gangorra existente na relação entre saída e voz”. A aplicação deste modelo se traduziria numa situação em que “a deteriorização gera pressão da insatisfação, a qual será canalizada para voz ou saída; quanto mais pressão escapa pela saída, menos dela ficará disponível para impulsionar a voz” (1996:21). Ao apresentar este modelo, Hirschman já teria apontado suas complicações, isto é, de que a “saída e voz são dois ingredientes básicos, complementares da liberdade democrática, foram de modo geral ampliados ou restritos conjuntamente”.

leais e não utilizam a voz, conformando-se com o “estado das coisas”: uma fidelidade acrílica associada à não intervenção no jogo.

Ainda que com riscos de simplificação, cabe propor uma rápida aplicação do esquema acima visando ressaltar alguns traços que compõem o cenário histórico em que emerge o objeto de estudo desta dissertação.

Mantendo-se a relação entre ator e organização, nos termos utilizados por Hirschman, pode-se estabelecer a relação entre o Movimento Democrático Brasileiro (enquanto ator) e o regime político (enquanto organização) e aprofundar a caracterização cronológica sobre a intervenção do MDB nas eleições a partir do sistema partidário criado pelo regime militar em 1966. Parece pertinente atentar para as combinações possíveis entre *saída, voz e lealdade* e seus significados nas derrotas “passivas” em 1966 e 1970, o trabalho de mobilização em 1974 e o processo de consolidação em 1978.

Neste intuito, esboça-se um tipo de correspondência que se estabelece em 1966 e 1970 refletida em derrotas passivas do único partido de oposição. As condições de existência do MDB nos marcos das iniciativas empregadas no interior do regime obstruíam a iniciativa de tomada da voz.

Instituído como oposição legal no início de 1966, o partido tinha pouco tempo de existência e, em consequência disto, incipiente articulação entre as diferentes tendências nele agregadas, o que, talvez, contribuiu para a “dificuldade” de mobilização e atuação conjunta e de oposição entre as lideranças que, até um momento recente aquele eram, por exemplo, petebistas ou pessedistas. Adiciona-se ainda que o MDB era coabitado por parlamentares que não haviam sofrido os “expurgos ‘revolucionários’” e, portanto, estava desfalcado dos políticos considerados mais “radicais” ou “oposicionistas”, (Kinzo, 1988, p. 98). Estes são alguns aspectos mencionados por Kinzo para entender as avaliações feitas

pelo “público de oposição” à atuação do MDB, exemplificadas pelo posicionamento da imprensa no período:

Os comentários na imprensa sobre o desempenho do MDB durante este início de vida do partido – mesmo por jornalistas simpatizantes – enfatizavam a incapacidade do MDB em dar respostas oportunas aos fatos políticos, sendo evasivo como consequência de sua ‘permanente perplexidade’ diante de uma decisão a tomar, seja quanto a sua posição sobre as políticas do governo, seja quanto ao seu apoio a protestos que ocorriam na sociedade” (idem).

Do ponto de vista do resultado eleitoral, a idéia de “derrotas passivas” em 1966 e 1970 pode se aplicar como *saída* ou como forma de protesto ou como abdicação do jogo político “oposicionista” por parte do “grande eleitoral”. No tocante às ações do MDB, sobretudo a partir de 1967, pode-se constatar uma série de movimentos de colaboração entre *voz* e *saída* com relação ao jogo político e não ao “regime”, o que implicaria (e não se está dizendo que isso não seja possível) na existência de elos de *lealdade* com este. Seria necessário fazer, então, uma análise mais detida sobre estes movimentos, o que não é o propósito deste estudo. De qualquer maneira cabe referir ao “episódio Moreira Alves” como cristizador de uma crise político-militar durante o governo Costa e Silva, simultaneamente à “radicalização do movimento oposicionista” no nível parlamentar e na “sociedade civil”:

“O período do final de 67 ao final de 68 seria marcado por um crescente movimento de oposição ao regime, evidenciado pela tentativa de mobilização política da chamada Frente Ampla, pelas greves e manifestações estudantis, pela postura crítica da Igreja com relação ao regime, por greves de trabalhadores e pela emergência de organizações de luta armada”. (Kinzo, 1988, p. 107).

A crescente insatisfação com as iniciativas militares e com os fracassos no desempenho eleitoral acabariam por estimular o desenvolvimento da *arte da voz*. A vitória eleitoral de 1974 se estabelece como um marco de ativação dos recursos disponíveis para a consolidação de uma “real” oposição que passa a ecoar e apurar sua voz na trilha da redemocratização.

Assim, pode-se supor que a eficácia do mecanismo de voz e a progressão eleitoral do partido de oposição se dão proporcionalmente ao descontentamento com o regime, ao desempenho do MDB e à crescente possibilidade de deterioro de ambos. A aposta no fim da ditadura (“luta pela democracia”) e na reorganização partidária (visualização do pluripartidarismo) paradoxalmente dependia do fortalecimento da voz no partido e nos parâmetros do regime.

Por este ângulo entende-se as considerações de Maria D’Alva Kinzo (1988) no tocante às tentativas do regime para se institucionalizar como um “sistema híbrido”, isto é, mantendo “mecanismos democráticos” (disputas eleitorais periódicas, existência de uma oposição, constituição de 1946, existência do Legislativo e Judiciário) e, ao lado destes, a adoção de uma política econômica cujo êxito legitimaria o fechamento do regime. As fendas abertas pela existência dos primeiros (unificando as forças opositoras com vistas ao restabelecimento democrático) e o aumento da dívida e as desigualdades provocadas pelo segundo (o preço dos altos índices de crescimento atingidos com o “milagre econômico”)²⁰ foram ingredientes fundamentais no avivamento das forças emedebistas no embate com o regime.

²⁰ Conforme Smith : “No período de 1964-85 o Estado aumentou seu já considerável envolvimento com a economia expandindo as empresas estatais e adotando medidas como a indexação salarial, incentivos fiscais, subsídios diretos e manipulação dos índices de preços. A meta era acelerar o crescimento e investimento

Uma outra correlação possível é aquela em que se enfoca a configuração da relação de alguns setores de esquerda (atores) com o MDB (organização).

Seguindo ainda um raciocínio cronológico, se destacam, logo na primeira década de instituição do golpe de estado e a primeira metade dos anos de existência do Movimento Democrático Brasileiro, o que se poderia caracterizar como uma estratégia de saída, ou melhor, a não participação e o não reconhecimento do canal oficial de expressão da oposição por parte de setores da esquerda brasileira²¹. Por este motivo, a estratégia de saída com relação ao MDB justificava-se pela opção de voz, através da luta armada, com relação ao regime. Não raras são as referências que distinguem o sentido de “oposição” e de “contestação” para esclarecer as ações que se pautavam, respectivamente, pelos reconhecimentos oficiais das divergências e aquelas que proclamavam o confronto direto.

Num segundo momento, com a instituição do Ato Adicional número 5 o exílio se constituía numa saída não só como contenção da voz para a preservação da própria vida, mas como um recurso mesmo de pressão, de extrapolação da voz, de incitamento dos recursos de mobilização (como os seqüestros de embaixadores para a libertação e deportação de presos políticos). Decretado em 1968, o AI-5 se constituiu num símbolo da repressão e resistência durante o período militar.

A dimensão da violência e de excepcionalidade que ele acaba sintetizando, ou que dele acabam derivando, mereceram sua consagração enquanto evento fundador de uma “geração” que, com certeza, ocupa um espaço privilegiado de reconhecimento social. Seus

privado (inclusive externo). O regime manteve sua orientação simbolizada pela famosa frase do ministro da Fazenda Delfim Neto de que o bolo tinha de aumentar antes de por ser dividido” (2000, p.34)

²¹ Em depoimento resgatado para o livro de celebração da “geração de 68”, escrito por Zuenir Ventura, uma das lideranças, analisando retrospectivamente já como aluno na Universidade Livre de Berlim, aponta como erros de avaliação da sua geração a crença de que o país estava à beira de uma crise econômica e o fato de terem subestimado o MDB. Este relato ilustra tanto as crenças compartilhadas no final da década de 60 quanto os efeitos da reconstrução retrospectiva sobre os fatos (1988, p. 71).

membros ou “simpatizantes” reivindicam sempre que possível a evocação da “memória” destes fatos, reconstituindo assim os eventos (prisões, torturas, violações, etc.), reforçando o enquadramento da memória, se posicionando como parte da história enquanto membro da geração e garantindo a durabilidade identitária construída naquele período.

No momento seguinte, a opção de saída com relação ao MDB e ativação da voz com relação ao regime, se converte no reconhecimento do partido de oposição como um canal eficiente de contestação, logo de voz no interior da oposição representada por este partido. Este processo é concomitante àquele trabalho de mobilização que em 1974 tem sua primeira vitória e nesta está seu estopim.

Ainda que o presente estudo se centre nesta dinâmica e na “geração” que neste período se constituiu no RS, o encontro entre os momentos é particularmente importante para a compreensão da dinâmica de construção de referências comuns entre os membros da “juventude” gaúcha. Quer dizer, muito dos parâmetros de engajamento se forjavam na convivência com militantes que participaram da luta armada ou foram exilados. Isso é evidenciado no fato de que entre os “grupos” de “jovens” analisados sempre há lideranças que fornecem sua “experiência” no momento anterior como estímulo para a ação neste momento. Este processo evidencia “que um partido político vê coexistirem em seu interior gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por conseguinte, cujos pólos de referência são diversos (...)” (Berstein, 1996, p.73), mas sempre construídos na relação entre eles.

Com efeito, o fortalecimento do MDB em termos eleitorais alimentou e foi alimentado por sua identificação como um espaço eficaz de expressão. Isto é, o caráter plebiscitário proposto por Lamounier (1986) era resultado do trabalho de identificação do partido como via de resistência, e o amadurecimento desta percepção se verificava na

mobilização de forças relevantes das diferentes esferas da sociedade (intelectuais, estudantes, sindicatos, igreja, além de abrigar militantes dos mais variados perfis ideológicos, inclusive facções que representavam partidos como o PCB, por exemplo.) e assim se apresentar como porta-voz da “sociedade civil”²².

Esquemáticamente, as duas periodizações (MDB-regime e esquerda-MDB) á luz das noções propostas por Hirschman podem ser expressas no quadro abaixo²³:

	MDB x “Regime Político”	“Esquerda” x MDB	“Esquerda” x “Regime Político”
1º momento (1964-1972)	<i>Saída</i> (“derrotas passivas”)	<i>Saída</i> (descrédito, voto nulo)	<i>Voz e Saída</i> (luta armada, exílio)
2º momento (1972-1979)	<i>Voz</i> (múltiplos canais)	<i>Voz</i> (participação institucional)	<i>Voz</i> (“luta pela democracia”)

Ilustrando o intercâmbio destes movimentos com o meio universitário, Pécaut (1990) e Sorj (2001) demonstram a existência de diferentes fases. Neste cenário, os intelectuais desempenharam um papel privilegiado tanto na produção de sentidos sobre a “realidade” quanto na formulação de táticas.

Conforme Daniel Pécaut (1990) na segunda metade da década de 60 (especificamente a geração de 1964-1968) os intelectuais brasileiros se facultavam o papel

²² Sob a ótica dos processos eleitorais, então, abriu-se espaço para o reconhecimento das interferências não menos significativas do trabalho de recrutamento e comportamento eleitoral acionados pela oposição, representada pelo MDB. Com a vitória do MDB em 1974 nos maiores estados brasileiros, o processo eleitoral se afirma como termômetro da correlação de forças e da legitimidade dos atores, dando início ao que Lamounier (1986) definiu como abertura política pela via eleitoral. A vitória inesperada neste ano e o crescimento progressivo da oposição motivaram o conjunto de pesquisas sobre o comportamento eleitoral e sobre a explicação da opção pelo MDB. Sobre isso, ver Cardoso e Lamounier (1975), Reis (1978) e Lamounier (1980).

²³ Como qualquer “esquema”, o quadro é arbitrário e simplificador. Pretende-se com ele apenas ilustrar uma possível aplicação da perspectiva de Hirschman e aproveitá-la para situar a momento histórico estudado. Este

de continuar se encarregando da representação das classes populares subjugadas ao silêncio; de recuperar a coesão da esquerda fragmentada; e evitar o isolamento da juventude estudantil radical.

“O intervalo de 64-68 se abre sob o signo da estagnação e se encerra sob a dependência (...) Assistimos à redefinição progressiva do campo intelectual, com o advento dos cientistas sociais e do marxismo universitário. É evidente que há nisso a marca de uma retirada, como também dificuldades para teorizar a ação política. Os adeptos da luta armada têm suas razões; só que já não são os intelectuais consagrados que as fornecem. No entanto, esses intelectuais e seu público... formam um conjunto que tem presença política certa, com seus próprios modos de sociabilidade e identificação”. (Pécaut, 1990, p.255).

Esta oportunidade propiciou o surgimento da teoria da dependência e suas implicações teóricas expressas nas palavras principalmente de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e aponta o marxismo como elemento político:

"Mais além da definição teórica das Ciências Sociais, o marxismo universitário é, à sua maneira, constitutivo de uma cultura política que define um meio social. No nível mais elementar, torna-se, sobretudo após 1964, o sinal de uma identidade coletiva envolvendo em primeiro lugar os estudantes. Muitas vezes, são estes que impõem a multiplicação de cursos sobre Marx e seus discípulos”. (Pécaut, 1990, p. 220).

Cabe, a partir das orientações acima, traçar o papel dos cientistas sociais no período militar e de abertura, destacando, inicialmente, a estabilidade de instituições e atividades de pesquisa nos momentos de forte repressão, colocando ênfase nas instituições como o Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisa) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Outro fator de destaque é a coesão intelectual em oposição ao regime militar incitando debates e relacionando-se com atores de “resistência”.

esclarecimento é relevante tendo em vista que os processos são dinâmicos, contínuos e complexos e não

A importância assumida pelo Cebrap deve ser ressaltada. Fundado em 3 de maio de 1969, este centro se constituiu num âmbito privilegiado de produção e irradiação, mediante seus expoentes, de categorias receptivas ao público de esquerda. Deste modo:

“... a utilização de categorias marxistas pelos membros do Cebrap pode ser entendida tanto como o emprego do discurso mais adequado dentro das ciências sociais para transmitir ou realizar uma certa análise social, quanto como um compromisso com os pressupostos ou conotações político-ideológicas desse discurso”. (Sorj, 2001, p. 21).

Relacionando o funcionamento do Cebrap com os desdobramentos históricos do regime, Sorj (2001) identifica duas fases. Quanto à primeira, Sorj nos fornece uma sintética descrição do “cenário conjuntural” durante o governo Médici (até 1974) do ponto de vista dos empreendimentos do “governo”:

“[...] um período de repressão política e de milagre econômico, de expansão do proletariado industrial e das classes médias pelo way of life consumista acoplado muitas vezes a um espírito crítico frente ao regime militar, de isolamento e repressão da vida universitária e de superdimensionamento pelos governos autoritários de sua importância política, ao mesmo tempo que apoiava a expansão do sistema de ensino superior e de pesquisa”. (Sorj, 2001, p. 41).

A vitória de 1974 do MDB acabou assumindo um caráter de “divisor de águas” na mobilização política do MDB durante o período militar e no restabelecimento democrático. Os êxitos concretos da utilização da voz fortaleceram os empenhos na criação de canais alternativos de manifestação, organizados para confrontar perspectivas sobre as direções a serem seguidas pela instância oficial de oposição na luta contra os constrangimentos do

estáticos ou coerentes como se pode ser acusada a realização do exercício proposto.

“regime” e visando o restabelecimento democrático²⁴. O universo empírico do presente estudo se localiza neste momento, ou seja, durante o governo Geisel, em que novamente segundo Sorj há:

“[...] revitalização das oposições aglutinadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de abertura política controlada, num contexto em que a economia começava a apresentar os primeiros sintomas que se transformarão no final da década em crise inflacionária e recessão. Nesse ambiente começam a se reagrupar as antigas organizações de esquerda [...]”. (Sorj, *idem*).

A importância das idéias produzidas nesta conjuntura colaborou na divulgação dos personagens intelectuais no Brasil. Isto os aproximou, a partir de 1974, de setores da igreja, de partidos políticos e administrações do MDB. Segundo Pécaut, este momento se estabelece como marco da descoberta da democracia, onde os trabalhos aliam o formato científico com a intervenção política, pois estavam mergulhados em análises de conjuntura e centravam-se fundamentalmente em reativar a sociedade civil.

Isto pode ser evidenciado no depoimento de Fernando Henrique Cardoso presente no livro de Kinzo (1988) sobre a participação dos membros do Cebrap na elaboração do manual de campanha do MDB para as eleições de 1974:

“[...] fizemos um esboço do que seria nossa idéia do programa de campanha, que na verdade não havia muita contradição com o que o Ulysses queria, o Pacheco queria: a idéia de fazer a intersecção entre o social e o econômico com o político. Enfim, democracia, mais salários, distribuição de renda, organização de sindicatos, participação da mulher,

²⁴ Isto não significa dizer que empreendimentos no sentido de impulsionar o caráter oposicionista “de fato” do MDB não tivesse ocorrido antes. Conforme Kinzo (1988), em abril de 1971, ocorre a primeira das reuniões regionais que seriam realizadas como parte de uma tentativa de ativação da organização emedebista. A promoção ocorre em Porto Alegre (RS) da qual é formulada a Declaração de Porto Alegre: “contendo vinte princípios a serem defendidos pelo partido. Além de exigir a anistia e a democracia o manifesto defendia o direito de voto para os analfabetos, uma reforma agrária efetiva, uma política salarial justa, o controle racional sobre os empréstimos externos e o controle sobre os investimentos estrangeiros na economia” (p. 139).

do negro, etc. Nós fomos para Brasília... fomos à casa do Amaral Peixoto, reunimos com a cúpula do MDB, e eles aprovaram a idéia. Aí nós escrevemos o Manual da campanha de 74, que é básico, porque todos os programas dos partidos, de todos os partidos, saem dali. Tudo que se diz hoje... claro que se aperfeiçoou de lá pra cá, mas a linha mestra está lá. Já estava aliás no antigo programa do MDB. Não fomos nós que inventamos isso não. Nós apenas desenvolvemos e demos mais ênfase aí a sindicato, salário, movimentos sociais, essa coisa toda. (...) Esse manual foi muito útil, leram esse programa por toda a parte”. (Kinzo, 1988, p. 154-155).

Pécaut (1990) apresenta três condições necessárias para a incorporação de lutas e conteúdos intelectuais (acadêmicos e culturais) no espaço político. Quais sejam, a valorização teórica da política, a “capacidade” de fazer política e as alianças com partidos e forças sociais. A década de 70 (a partir de 1975 principalmente) contempla de forma exemplar a articulação entre estes três requisitos. No bojo deste processo noções como “democracia” e “sociedade civil” significam tanto o modo de penetração da atividade intelectual na política, como o modo de reconhecimento do social (e das suas divisões) nas formulações intelectuais.

Virginia Fontes (1996), seguindo a linha de análise da interseção da atividade intelectual na política, expõe as diferentes formas de produção e apropriação de conceitos como “democracia” e “revolução” nas Ciências Sociais brasileira e seus pontos de contato com as lutas políticas. Tanto Fontes quanto Pécaut, ressaltam a primazia da noção “democracia” no pólo intelectual²⁵ (ou “partido intelectual”), constatada na divulgação, explicação e interpretação por parte das Ciências Sociais do processo em curso, bem como

²⁵ Braud (1997) sublinha que não raro cientistas políticos e sociólogos comungam da pretensão global de iluminar o ‘fenômeno democrático’ em todas as suas dimensões: jurídicas e políticas, não obstante a questão que se coloca aqui é como se dá o trabalho simbólico que lhe confere sentido. Sendo assim, as concepções de democracia e os processos derivativos dela podem ser muitos e todos providos da legitimidade conforme os pontos de vista aos quais posicionam-se. A *doxa* democrática pode ser fruto de múltiplas referências. Partir desta premissa significa lançar mão de procedimentos visando a não substancialização da idéia de democracia e, o primeiro passo, é considerá-la como categoria historicamente construída na dinâmica de luta entre agentes

da absorção de um papel de vanguarda política e democrática entre os intelectuais, por meio dos espaços políticos disponíveis nesta conjuntura.

Deste modo, a produção em Ciências Sociais no Brasil sobre o tema da democracia, sobretudo depois de 1973, seria assinalada pela aspiração da conjuntura, isto é, “tornam-se mais ainda uma forma de intervenção política imediata dos intelectuais informada pelos eventos em curso e ensaiando examinar as aberturas possíveis” (Fontes, 1996, p. 52).

No contexto sul-rio-grandense, os produtos provenientes da intersecção entre as elaborações intelectuais e a política são exemplares na definição das percepções sobre a conjuntura nacional. Entretanto, a singularidade deste *locus* é justamente a possibilidade de focalizar a interferência intelectual no trabalho político, ao invés de atentar para a intervenção da política no trabalho intelectual. Isto se expressa pelo fato de que o MDB gaúcho investiu em criar no seu interior, no início da década de 70, um instituto estudos com o fim explícito de promover o incremento da formação política (ou “desenvolvimento da arte da voz”) a partir da realização de encontros com lideranças intelectuais de destaque nacional: o IEPES (Instituto de Estudo Políticos, Econômicos e Sociais).

O público alvo a ser atingido por este instituto era composto de estudantes, professores universitários e jovens militantes do MDB. Entretanto, o alcance que ele abarcou com a intensificação de suas atividades se refletiu no recrutamento, nos seminários com intelectuais de notoriedade, de pessoas com as mais variadas proveniências sociais e políticas.

Grande parte dos “intelectuais” chamados a proferir palestras nos seminários do IEPES era oriunda do CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa), como por exemplo,

interessados em impor a sua definição legítima do que seja a “democracia” (o que envolve uma incessante interação entre o campo intelectual e político).

Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer e José Álvaro Moisés. Segundo Daniel Pécaut (1990), um dos marcos da entrada dos intelectuais como ator político se dá em 1973, ocasião em que: “começam os primeiros contatos entre Cardoso e outros membros do CEBRAP de um lado, e os dirigentes do MDB de outro, por ocasião de uma conferência organizada em Porto Alegre pelo instituto de estudos do MDB, O IEPES [...]”. (1990, p. 301).

Neste sentido, a experiência inaugurada pelo MDB gaúcho através do IEPES e dos grupos de militantes políticos que dele participavam é particularmente significativa. Em primeiro lugar, por se tratar de um instituto localizado em um partido e viabilizado por sua vida interna; em segundo lugar, por ter o explícito objetivo de formação ideológica possibilitada pelo diálogo com o meio intelectual (sobretudo acadêmico), e, em terceiro lugar, por englobar uma variedade de correntes com inspirações diversas, em que a interlocução almejava assegurar uma “unidade de ação e de linguagem” (Documento 24/8/75- Convenção Regional MDB-RS).

Além do IEPES, evidencia-se a presença das reflexões de “intelectuais” em canais menos oficiais tais como os jornais alternativos, panfletos, etc. Por terem (os intelectuais) se constituído em porta-vozes legítimos da “causa democrática” e por ter (o IEPES) adquirido o status de canal legítimo de formação política inspirada nas elaborações acadêmicas, o maior ou menor grau de “contato/domínio” com os temas e as problemáticas acadêmicas filtradas pelo instituto se impunha como trunfos eficientes de obtenção de notoriedade. Na esteira da agenda produzida no IEPES outros espaços como o jornal “Informação” e boletins de organizações mantinham-se em dia com os debates e com os expoentes, que inevitavelmente deveriam compor o repertório de notícias dos mesmos.

As constatações oferecidas por abordagens como estas são de extrema pertinência para a compreensão da dinâmica de entrecruzamento entre o “mundo intelectual” e o “mundo político”; resta, pois, refletir sobre as formas de recepção e reinvenção pelos agentes partidários do arsenal das noções concebidas nesta intersecção na dinâmica interna do meio político.

A sigla do MDB apresentava-se como ator coletivo possível para aglutinar as aspirações oposicionistas ao regime, mas também significava o *locus* de constituição de uma esquerda política e intelectual. O alvo central dos debates travados neste momento era os contornos de uma democracia possível²⁶, principalmente por meio de um sistema de representação congruente com a diversidade de interesses que se multiplicavam no espaço de possibilidades que se abria às manifestações ideológicas. No bojo deste processo, o engajamento político da “juventude” é exercido em condições nas quais consolida-se a opção pela voz contra o regime militar, acentua-se o eco desta voz a partir do partido de oposição disponível e confundem-se as figuras dos intelectuais e dos políticos.

Os aspectos acima mencionados foram desencadeados pelas ponderações de Albert Hirschman, que nos fornece um bom ponto de partida para a análise dos significados das presenças e ausências no jogo político da “oposição”, da “esquerda” e dos “intelectuais”. Não obstante, as equações possíveis entre “saída” e “voz” pressupõem uma perspectiva de utilidade nas escolhas das ações operadas. Quer dizer, o indivíduo que escolhe um ou outro caminho, escolhe com vistas a um objetivo definido e definível: contestar para melhorar a qualidade do produto oferecido, sair e escolher outros “serviços”, sair como forma de protesto com a promessa de retornar quando a organização voltar a oferecer a qualidade

desejada, etc. E, é nesta “racionalidade” pressuposta nos argumentos de Hirschman que reside, na perspectiva seguida aqui, o seu limite.

Logo, dos movimentos mais gerais que podem ser situados a partir das noções de *saída*, *voz* e *lealdade*, deve-se passar imediatamente para a análise das condições específicas sob as quais os agentes fazem escolhas. É pertinente, desta forma, perguntar-se sobre quais são os móveis que impulsionam os indivíduos e as organizações que eles se inserem para ativar a voz? Quais as modalidades e espaços privilegiados na suas inserções no jogo político? Como e sob que formas os distintos militantes se relacionam com a organização, grupo, etc? O que propulsiona a própria constituição de laços de lealdade ou identidades entre os pertencentes e destes com outras posicionalidades existentes no interior da organização ou grupo?

É importante, acredita-se, pensar sobre como se estabelece, a partir de diferenças observadas (de origens, aspirações, expectativas e “ideologias” diversas) as relações entre grupos e as diferentes causas em nome das quais falam, sua conformação a uma causa. No caso em pauta significa indagar-se sobre as diferenças e semelhanças entre os grupos de jovens que compõem a “juventude” do MDB gaúcho e que elementos são articulados no sentido do fortalecimento desta “juventude” que se apresenta como ator relevante na “luta democrática”.

Dito de outra forma, quais são as *equivalências* tramadas e os princípios norteadores nos diferentes agrupamentos (grupos→ facções→ organização partidária) que se abrigam sob o repertório final que pode ser percebido como relativamente homogêneo (a causa, a ideologia). É preciso, por conseguinte, examinar os *sistemas de equivalências* para levar-se

²⁶ Rouquié (1994) inclusive salienta a existência de uma ideologia democrática dominante na América Latina que inclui os meios militares e arenistas que acabam condicionando suas formulações à apropriação

em conta as formas de constituição de proximidades ideológicas criadas a partir destas identificações presentes nos grupos. Sendo que, os princípios destas identificações podem ter as mais diversas origens (ideológicas, afetivas, utilitárias, busca de formação para a militância, etc) assim como as mais variadas combinações entre elas e, conseqüentemente, produzem diferentes efeitos de satisfação/insatisfação entre os envolvidos.

Não se trata, pois de advogar a favor da busca racional e calculada de benefícios por parte dos politicamente envolvidos, mas de compreender a “vinculação às causas” e as modalidades de reconhecimentos entre aqueles que nelas estão engajados. Sendo assim, uma vez “pertencentes”, há a necessidade de renovar o estoque de repertórios de reconhecimentos que informam a relevância da sua participação e a percepção de que ela “vale a pena”.

Nesta dinâmica, uma história comum se produz, delineada por antagonismos e conflitos, mas também de compromissos e concessões, construindo identidades. No conjunto de recompensas que o sujeito pode extrair de seu ativismo, uma das mais significativas é a identidade compartilhada. Trata-se então neste momento de se perguntar sobre o trabalho identitário que se opera e que se constitui numa das mais importantes gratificações produzidas pelo engajamento político.

“[...] as pessoas não podem agir sem uma identidade. Quando ninguém questiona a identidade que recebeu, as pessoas a usam; quando ela é ameaçada ou se desgasta, as pessoas, sem nem mesmo tomarem consciência disso, lutam por uma [...]” (Pizzorno, 1988 p.385).

Novos elementos se articulam e novas equivalências se produzem. Isto permite proteger as identidades possíveis da essencialidade que lhes é atribuída, da imobilidade de

ressemantizada de categorias a ela relacionadas. Ver também Fontes (1996).

que é geralmente lida. As noções de *antagonismo* e *deslocamento* concebidas por Ernesto Laclau (1990) são fundamentais para a percepção das identidades não como dados fixos e objetivos, mas como contingências (passíveis de serem constantemente deslocadas de sentidos) e fundadas por seu exterior constitutivo (opositor). A existência deste último, por sua vez, obstrui a identidade do interior, sua possível “essência”.

Conforme Laclau (1996, 1990), o que existe então são construções identitárias que, em certos momentos históricos, se essencializam estrategicamente para se constituir enquanto sujeito. As identidades não podem ser tomadas como “puras”, mas “falhas” uma vez que encontram seu limite no antagonismo com as outras identidades (negação) que, por isso, lhe constitui. Estamos diante da desconstrução dos pressupostos essencialistas que tomam a “identidade” como condição necessária do indivíduo, anterior a qualquer prática.

As identidades são sempre relacionais, o que significa dizer que sua existência é definida nos processos de diferenciação/identificação dos agentes. Seja qual for a dimensão, característica ou condição que informe a constituição de uma identidade, ela só existe no processo de distinção daqueles que não compartilham de sua referência e por e para identificação daqueles que compartilham. Essa afirmação torna possível entender a idéia de *círculo de reconhecimento* apresentada por Pizzorno (1988) para a compreensão das construções identitárias: “O que esse ‘círculo’ é chamado a reconhecer são os valores que a pessoa está utilizando em suas escolhas, valores esses que a tornam um determinado agente congruente e reconhecível” (p.380). A mudança deste ou neste *círculo de reconhecimento* implica uma mudança nos investimentos necessários para permanecer em identificação:

“Isso porque parece difícil manter valores, ser gratificado por recompensas, ter satisfações, sem ter por referência outras pessoas

capazes de reconhecer esses valores, recompensas, satisfações, e de responder de alguma forma a eles”. (Pizzorno, 1988, p. 371).

As construções identitárias erguidas no engajamento militante apresentam-se então como particularmente instigantes, porquanto:

“[...] a ação protestatória constitui um terreno propício a esse trabalho identitário. Ela constitui um ato público de tomada de posição que pode ser eminentemente classificante tanto para o indivíduo mobilizado quanto para os olhares de fora [...]”. (Neveu, 1996, p. 81).

Sendo assim, o pertencimento identitário extraído da ação protestatória “constitui uma forma de instituição de certeza permanente de uma identidade valorizante, pois ligada a uma causa vivida como transcendente a biografia pessoal” (Idem).

Nos processos de construções identitárias estratégicas, há a tentativa de fixação de sentidos valorizados pelo trabalho de significação sobre determinados temas (aproximações) em distinção com o “ambiente oposicionista” mais amplo (distanciamentos), na busca de impor uma singularidade. Deve-se, pois, observar os pontos de referências sob os quais os agentes oferecem significados distintivos e dos quais retiram sua especificidade dentro do campo de possibilidades enunciativas que formam uma “condição oposicionista”. Com este olhar, revelam-se os *antagônicos* e *diferenças* nos movimentos de formação identitária mediante estratégias específicas de apropriação discursiva.

Este trabalho se ampara então nas orientações de análise de Ernesto Laclau (1994,1987) que postula a *prática articulatória* como construção ativa entre *elementos* cujas *identidades* são alteradas no próprio processo de articulação, ao conjunto de significados resultante desta prática, Laclau denomina *momento*. Existe, por um lado,

elementos passíveis de serem colocados em articulação e, por outro lado, os *momentos* em que estes e as posições diferenciais a eles conferidas estão discursivamente articuladas. Sendo assim, no espaço entre os elementos dispersos num campo de possibilidades diferenciais e a tentativa de fixar-lhes (aos elementos) sentidos através da sua articulação (os momentos), emerge a prática articulatória e desta as construções identitária contingências, pois são constantemente submetidas e assim constituídas na dinâmica relacional com um exterior distintivo.

Estas considerações são importantes, fundamentalmente para enfatizar que não se está tomando a idéia de “juventude” como uma objetividade, mas como relacionalmente constituída (portanto contingencial) na luta política em que os agentes estão envolvidos na tentativa de fixar sentidos distintivos em relação aos “outros” e cuja impossibilidade de plenitude reside na própria necessidade de distinção. Os “outros” são, portanto, as posições diferenciais que existem contraditoriamente na constituição das identidades dos agentes. Observar-se-á ao longo do processo estudado, os deslocamentos de posições dos agentes conformados por diferentes oposições e a partir destas as operações de constituição de *cadeias de equivalências*, ou seja, de identificações discursivamente dispostas e não fixas.

Posto isto, o caminho seguido objetiva situar alguns instrumentos utilizados para compreender o momento histórico, os posicionamentos dos agentes tratados aqui e a suas entradas na cena política institucional via MDB. A cronologia de movimentos de saída e voz configura as condições históricas em que os membros da “juventude” assumem posições no espaço político através do partido oposicionista. Quer dizer, trata-se de um conjunto de “jovens militantes” com idades que variavam dos 15 aos 30 anos, sem participações nos partidos políticos existentes no período anterior - como a maior parte dos quadros do MDB -, que inauguraram sua militância em partidos oficiais (não clandestinos)

durante a década de 70 e que ao longo desta construíram espaços de atuação e afirmação (IEPES, Setores Jovens, Candidaturas, Tendências, etc). Além disso, estes militantes sofreram as influências da expansão do ensino universitário, conviveram com a proliferação de jornais alternativos de contestação ao regime e absorveram os impactos de disciplinas como as Ciências Sociais e a Economia, sobretudo das variações sobre o socialismo ou marxismo em voga e dos seus intérpretes autorizados no Brasil.

Deste modo, a inserção em um ambiente de “exceção política” promove laços de contemporaneidade entre os agentes envolvidos que se reconheciam na “mesma situação”. No entanto, este “sentimento de contemporaneidade”, bem como a excepcionalidade histórica e militante, são principalmente produtos das avaliações retrospectivas sobre o período e o ambiente em questão. Nas narrações sobre “o passado” oferecidas, há constantemente a utilização da idéia de “geração” como referência de síntese para localizar os personagens em um período histórico, para diferenciá-los dos demais atores políticos atuantes naquele período e para delimitar um espaço de atuação esquerdista e/ou opositorista.

Da mesma maneira, a reivindicação da idéia de geração atualiza o círculo de reconhecimento que confere status àqueles que conseguem se situar nas suas fronteiras e dela retiram atributos, identificações e trunfos políticos nas suas lutas contemporâneas. Estas considerações indicam a necessidade de discutir um pouco mais detidamente sobre o significado da categoria “geração” presente nesta investigação, o que será feito no tópico abaixo.

1.2 – “Geração”, “Evento” e “Memória”

“A geração seria um instrumento de classificação de uma precisão insubstituível se a precisão à qual ela condena não a tornasse inaplicável à inclassificável desordem do real” (Nora, 1997, p. 2982).

Pode-se detectar duas modalidades mais gerais de emprego da noção de geração: aquela referente ao uso comum e imediato que se faz recorrentemente com o objetivo de localizar no espaço e no tempo um grupo de pessoas ligadas por algum tipo de vínculo e destacá-las por algum aspecto; e aquela que busca a apreensão da existência das “gerações” a partir da definição de critérios de delimitação das suas fronteiras. O objetivo deste tópico não é, no entanto, nem o de inventariar exemplos de aplicação recorrente e usual da noção, nem tampouco o de oferecer um catálogo bibliográfico sobre o tema. Tenta-se aqui problematizar as apropriações da categoria de geração, pensar algumas questões práticas de pesquisa, ou seja, sobre sua potencialidade operatória e, a partir disto, tentar explicitar como se está apreendendo tal categoria neste estudo.

No trabalho intitulado “*Enquêtes sur les Générations et la Politique*”, Vicent Drouin (1995) oferece um recuo na história europeia a partir do século XIX para situar as transformações do conceito de geração e seu uso e, desta forma, estabelecer como as “gerações” impõem-se como atores relevantes da história²⁷.

²⁷ O autor dedica especial atenção às formulações de August Comte (1839 com *a Psysique sociale.Cours de philosophie positive*), que encontrou nas renovações geracionais as potencialidades do progresso, e na coexistência entre gerações os freios às perturbações sociais. Da mesma forma, François Mentré (1920 com *Les générations sociales*), que dividiu as gerações nas tipologias: familiares, espirituais, sociais e históricas mas seguindo ainda a visão positivista de uma regularidade cíclica no surgimento das gerações sociais.

Já no século XX, o autor e toda a bibliografia pertinente sobre o tema²⁸, destacam que um dos mais importantes avanços das investigações que incorporam a idéia de geração para a compreensão histórica, no que tange às ciências sociais, foi feito por Karl Mannheim, com *Le problème des générations*²⁹. Entretanto, em que pese as contribuições fundantes da teoria mannheimiana sobre o tema geracional, há que se ter presente, conforme Drouin (1995), por um lado, que esta foi formulada devido a uma situação histórica particular e por isso sua aplicação deve ser nuançada e, por outro lado, que Mannheim vislumbrava um sentido à história, o que acabou refletindo na redução da geração a uma dimensão histórica em detrimento de sua dimensão sociológica, devendo esta, portanto, ser reavaliada e alargada.

Aportando em outro extremo, as proposições de Claudine Attias-Danfut (*Sociologie des générations, l’empreinte du temps* de 1988) enfatizam a natureza simbólica das localizações ou percepções sociais para a construção geracional. Para ela, o recorte se daria em termos de uma “duração comum” (por exemplo, a explosão de valores regionalistas em diferentes locais sem que os indivíduos tenham qualquer tipo de convivência ou formem um grupo) e não necessariamente de experiências partilhadas. A autora, embora tenha avançado em relação à teoria de Mannheim no sentido de desvencilhar-se das fronteiras e caracterizações de uma geração constituída a partir de um evento historicamente datado (ou melhor, um período revolucionário), na ótica de Drouin, não consideraria alguns elementos presentes na teoria mannheimiana e imprescindíveis para o pesquisador, quais sejam os

²⁸ Ver, por exemplo, coletânea organizada por Favre e Crête *Généralions et Politique*, Collection Politique Comparée: Econômica e PUL, 1989 e *Vingtieme Siecle*, Revue D’Histoire, nº 22, avril-juin, 1989.

²⁹ Este texto pode ser encontrado em *Essays on the Sociology of Knowledge*, N.Y., Oxford University Press, 1952.

fatores políticos e eventos históricos que lançam luz ao “*caso particular dos efeitos de geração acionados por períodos de transtorno político e social*”. (Drouin, 1995, p.41).

A noção de *evento* aparece, então, freqüentemente interligada à de *geração*, inclusive como componente definidor da própria existência de uma “geração”.

Para Jean-François Sirinelli (1996) é a partir de um evento fundador marcante que se constitui a geração. Os rumos da geração podem, assim, ser explicadas pelas contingências do evento, que, por sua vez, atribui unidade e coerência a uma geração, como foi o caso de maio de 68, evento este que, inclusive, inspirou as primeiras construções mais sistemáticas sobre as “gerações” e ainda hoje é exaustivamente explorado pelos cientistas sociais³⁰.

O argumento de Sirinelli (1996) traz como premissa a idéia de que o evento é gerador de geração somente para aqueles indivíduos que não estiveram anteriormente expostos a um outro evento marcante, uma vez que este mesmo seria gerador de geração. Ou seja, os agentes implicados no recorte geracional e a própria opção do recorte se dá pelo impacto de determinado evento e não de outro, o que pode ser lido como a exclusão de “outros” não submetidos ao evento priorizado (que reflete a incorporação de valores partilhados, etc.) da geração.

Outras proposições de Sirinelli remetem a influência das continuidades e rupturas entre diferentes gerações e ao fator idade. Segundo a “classe de idade” verificada confrontam-se eventos marcantes para as diferentes gerações, as transmissões entre elas e os rompimentos de referenciais adotados.

³⁰ Segundo Nora: “Não haveria essa efervescência de interrogações sociológicas, econômicas, demográficas e históricas em torno das gerações se não tivesse havido maio de 68. [...] Depois de tanto tempo confinada à desconfiada indiferença onde a fugidia noção vegetava, pelo menos entre os historiadores, irá suceder-se uma verdadeira proliferação de estudos de todo gênero, sequiosa pelo fantasma de 68. [...] A fabricação da

Uma outra perspectiva é aquela manifesta por Pierre Favre (1989) refletindo sobre a operacionalidade da idéia de “geração”. Três ordens de problemas podem ser destacadas no que tange à definição/aplicação do conceito de *geração* discutida por Favre: (1) o conceito de geração não é definível pela pesquisa de um ritmo de regularidade nem por limites pré-definidos; 2) ele é ainda menos cercável por uma análise de cortes de sondagens de opinião, em razão da não comparabilidade das questões de uma enquête à outra (logo se torna obsoleta), e em matéria eleitoral, do encadeamento dos fatores do voto e 3) ele não é mais definível por um evento gerador, tanto em razão da ambigüidade deste conceito, quanto dos problemas insolúveis de fronteiras entre gerações que ele encadeia.

Segundo Favre, o primeiro grande obstáculo a ser transposto para o tratamento geracional diz respeito às tentativas de estabelecer as fronteiras que separam as gerações uma da outra segundo critérios “objetivos” previamente definidos. Sem pretender ser exaustivo, Favre apresenta cinco fatores que podem ser tomados como indicadores de diferenciação de gerações e que não necessariamente o são.

O primeiro se refere à delimitação das gerações sucessivas segundo a ordem de entrada em cena. Esta pode adquirir significados distintos conforme as contingências históricas em que os indivíduos entram em cena (alguns períodos são mais ou menos ricos em eventos consagráveis como geracionais), razão pela qual o pesquisador não pode compara-las já que seria refém das classificações sociais e históricas produzidas pelos agentes.

A segunda diferença entre gerações passível de ser estabelecida diz respeito ao número de membros de uma e de outra, contudo esta “diferença geracional” pode, antes de

sacrossanta geração de 68 não se desencadeou com os ‘acontecimentos’. Ela se operou ao ritmo dos aniversários de décadas – 1978, 1988 – e em contextos históricos profundamente diferentes” (1997, p. 2975).

mais nada, ser reflexo de variações demográficas, ou de variações conjunturais que devem ser levadas em conta.

Pode-se ainda tomar o sistema de *posições sociais* em diferentes domínios como um terceiro indicador de distinção entre gerações, porém é preciso que se observe o que a configuração deste sistema de ocupação de postos deve ao fator idade (carreiras que iniciam em momentos diferentes, tem desdobramentos distintos e os indivíduos ascendem em períodos dispares) e o que tem de geração (resultado de um conjunto de processos de consagração de eventos, feitos e personalidades que conviveram em determinada fase de uma esfera da vida social).

O quarto fator pode se amparar na diferenciação das práticas entre as gerações sucessivas, mas é necessário que se atente para o fato de que os modos de vida, sociabilidades, gostos, etc. podem ser efeitos de inovações tecnológicas, modificações na ordem jurídica, etc. (idem, p. 293). E, finalmente, o quinto aspecto passível de uso é a *linguagem*, que pode ser instrumento para distinguir estratos lingüísticos correspondendo às gerações a partir de um léxico que se produz numa sociedade, todavia este critério levará antes à transmissão entre gerações de um repertório lingüístico do que às fronteiras entre gerações (idem, p.294).

Nota-se o ceticismo do autor quanto à utilização de qualquer critério objetivo de recorte geracional. Estes elementos acima elencados (momento de entrada em cena, número de indivíduos participantes, as posições sociais alcançadas, as práticas e a linguagem) precisam, segundo Favre, estar articulados à dinâmica analisada. Assim, estes componentes se relacionam ao espaço no qual atuam os indivíduos (condições históricas), bem como aos significados que os agentes inculcem a tais critérios aparentemente dotados de objetividade.

Este aspecto vai ao encontro da perspectiva de Nora (1997) de que não é possível definir, a princípio, critérios objetivos (por exemplo, demográficos ou etários) na demarcação de uma geração, porém esses aspectos, levando em consideração o universo de análise, não deixam de interferir na sua delimitação e para que ela se torne um modo de identificação por excelência da contemporaneidade dos implicados.

As “gerações”, para Favre, não são grupos homogêneos de pessoas com as mesmas concepções, crenças, desejos, frustrações, não se delimita por classes de idades, estilos de vida, nem mesmo por um “patrimônio” comum político, intelectual, moral, etc. A análise de “grupos” revela heterogeneidades e divergências no seu interior e nos itinerários dos seus membros. Deve-se observar, isto sim, as lógicas específicas que incidem na construção de referências comuns na diversidade, ou seja, quais os elementos intervenientes, as modalidades, as datas marcantes, etc. que produzem estes pertencimentos³¹. Tal forma de tratamento consiste na apreensão controlada e sistemática dos *critérios intrínsecos*.

Deve-se também, conforme Favre (1989), atentar para *critérios extrínsecos* de formação da idéia geracional. Com efeito, a noção de *evento* se constitui em um critério *extrínseco* que viabiliza a constituição de precisões formais ao objeto de análise e sua centralidade consiste no fato de que nele uma geração constrói sua identidade, “*experimenta sua contemporaneidade, se apropria de seu tempo, funda sua memória coletiva*” (p. 309). Isto não significa dizer que o *evento* ‘fabrica’ uma geração, “*como se o evento gerador fosse exterior aos homens que dele participam*”, ao contrário, “*são os homens que fundam o evento e que lhe conferem seu valor de evento*” (p. 312). Com este

³¹ É nesta idéia de identificação ou reconhecimento de contemporaneidade distintiva que reside à chave dos vínculos geracionais, isto é, os agentes se identificam e identificam os outros como pertencentes à mesma geração e operam a mesma atribuição tanto para os mais próximos como para seus concorrentes (Girardet, 1983, p.184).

argumento Favre se distancia do enfoque proposto por Sirinelli anteriormente apresentado, segundo o qual o evento é definidor da geração.

A relevância da noção de evento para ele residiria na associação que ele é capaz de fundar entre a exposição inaugural a que se submete um conjunto de indivíduos e os feitos históricos cuja autoria é reivindicada:

“Essa referência à primeira ‘exposição’ a um evento se funda sobre a idéia de que cada geração se forma quando seus membros são jovens, mas não porque a juventude é um período onde tudo é possível, onde a disponibilidade é grande (o que somente é uma imagem social)^[32], mas porque ela não conheceu ainda nenhum evento gerador”. (Favre, 1989, p.311).

O autor acrescenta as seguintes interrogações para os desdobramentos de um estudo deste tipo:

“Por quais mecanismos sociais um evento é reconhecido por uma geração como constituindo ‘seu tempo inaugural’? Como a memória coletiva assegura a conservação e a transmissão – a transmutação – de uma certa imagem do evento? Quais são as variações do poder integrador da memória coletiva, da riqueza da representação do passado?”. (idem, p. 313).

³² A não essencialidade no uso da categoria “juventude” significa considerar que: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os recortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulação... Cada campo possui suas **leis específicas de envelhecimento**: para saber como se recortam as **gerações** é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta. Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que de fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (Bourdieu, 1983, p. 113, grifos no original). Assim ao verificar a manipulação da categoria “juventude”, suas interdependências com o espaço político e sua transformação em identidade, que aproxima uma série de agentes (dotados de atributos e crenças bem específicas) e excluem muitos outros (não só os mais velhos, mas também outros jovens não militantes e não esquerdistas), têm-se um exercício de demonstração da construção de uma categoria e seus efeitos na luta política.

A passagem acima conduz à explicitação dos efeitos do trabalho de memória sobre a idéia de geração. A interferência da memória pode então operar como justificativa do recorte geracional, quer dizer, tal como propôs Halbwachs (1968, p.76), como indicação do modo de referência ao passado que exige assumir um grupo social como base, recortado e provido de relativa coesão e estabilidade, todavia, “este último não deve forçosamente ser homogêneo. Ele deve, entretanto se definir por uma experiência partilhada, um relato comum sobre o passado”. Em que pese Halbwachs, segundo as observações de Lins de Barros (1989), reivindicar uma concepção de memória indissociável do caráter social que lhe dá existência, a intervenção dos homens se dá quando cada um deles:

“[...] traz em si uma forma particular de inserção nos diversos meios em que atua. Para ele [Halbwachs] cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado; este lugar, por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meios”. (Lins de Barros, 1989, p.31).

Nora (1997), por seu turno, problematiza a configuração de uma *memória de grupo* nos termos sugeridos por Halbwachs, em favor da existência sim de *lugares de memória*, isto é:

“Os lugares onde ela [a memória] se condensa e se exprime têm em comum o fato de serem lugares comuns, centros de participação coletiva, mas passíveis de uma imediata apropriação pessoal... a memória geracional advém de uma sociabilidade de conjunto histórico e coletivo para se interiorizar até as profundezas viscerais e inconscientes que comandam as escolhas vitais e as fidelidades reflexas. O ‘eu’ é ao mesmo tempo um ‘nós’”. (Nora, 1997, p. 3003).

Deste modo, pode-se, em última instância, conceber a noção de *geração* como indissociável desta de *memória*, ambas historicamente construídas. Quer dizer, é pertinente

falar de *memória geracional* para as situações de maior “tomada de consciência” de pertencimento de geração (Nora, 1997).

Conforme Céli Pinto (1995):

“[...] uma das características do discurso argumentativo é marcar no seu próprio texto a sua pertinência histórica e através dela provar sua coerência. O campo da memória no discurso político tem, entretanto, uma particularidade: negando ou afirmando o passado, o discurso pretende afirmar o presente (p. 70).

A lembrança, pois, é guiada por uma rede de significações e relações sobre e constituídas no “presente” informado pelo “passado” e o “passado” sendo dinamicamente reconstituído com base no “presente”. A alusão ao passado permite reconstituir justificadamente a trajetória que se seguiu e, assim, revelar uma dinâmica de constituição e fortalecimento de grupos de pertencimentos e de fronteiras sociais, de expectativas e desencantos, de complementaridades e oposições irreversíveis (Pollak, 1989).

As discussões apresentadas ao longo deste capítulo objetivaram situar e justificar os desdobramentos subseqüentes desta dissertação e que contemplam dois momentos de análise.

O primeiro tópico deste capítulo, então, buscou apresentar alguns fatores intervenientes neste processo de entrada e tentativa de afirmação dos “jovens” no MDB, tais como, êxito eleitoral do partido oposicionista nas eleições de 1974, produção intelectual compatível com as expectativas de intervenção social (leitura marxista da realidade) e política, constituição de novos espaços de expressão e discussão política pelo próprio MDB, etc.

O segundo tópico da exposição recaiu sobre o instrumental de noções pertinente para compreender as narrativas oferecidas pelos agentes sobre este “passado”.

Principalmente os recursos de análise para o tratamento da idéia de geração utilizada pelos agentes e para a apreensão dos processos sociais de formação da mesma.

A unidade entre as duas dimensões (engajamento na luta contra a ditadura e geração) reside na possibilidade de compreender um momento histórico e a atuação política de um conjunto de agentes, bem como as identificações e problemáticas aí forjadas. Isto é, observam-se simultaneamente as condições históricas, políticas, institucionais e sociais em que a população estudada inaugura a sua participação partidária e o repertório de elementos articulados naquele momento e ainda ativados/disputados no discurso político atual. A importância atribuída ao período e ao universo de estudo, por sua vez, já é resultante de um trabalho de valorização de um momento histórico, seus eventos (campanhas políticas, seminários, cassações, etc.) e de uma condição militante nele. Este trabalho de valorização é operado também por aqueles que dele extraem elementos de identificação, de reconhecimento e de afirmação política.

Por conseguinte, nos próximos capítulos serão analisadas as instâncias de formação e atuação destes militantes no cenário político gaúcho dos anos 70 (IEPES e Setores Jovens).

2 – IEPES: “GUARDA-CHUVA” DE IDEOLOGIAS E “UNIVERSIDADE POLÍTICA”

O capítulo que segue tem como objetivo situar uma das principais instâncias de engajamento da “juventude emedebista” do Rio Grande do Sul: o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB. O IEPES se constitui em alvo privilegiado de análise por contemplar uma gama de militantes situados em distintas organizações e correntes ideológicas, viabilizando o encontro e o confronto de expectativas políticas. A partir da confluência entre uma série de condições e percepções sobre o seu significado, o IEPES se afirmou como uma referência geracional para aqueles que deste processo fizeram parte³³.

É preciso frisar que o percurso seguido aqui visa desvelar como o IEPES, assim como o Setor Jovem tratado no capítulo seguinte, constitui-se em instrumento relevante de atuação de um espectro de forças políticas situadas à esquerda do MDB e como o engajamento neste canal impulsionou a produção dos substratos de uma “identidade geracional”.

A experiência inaugurada pelo MDB gaúcho através do IEPES e dos grupos de militantes políticos que dele participavam é particularmente significativa. Em primeiro lugar, por se tratar de um instituto de estudos localizado em um partido político e

³³ Um esclarecimento diz respeito ao recorte empírico das considerações sobre o instituto. O IEPES a partir de um determinado momento foi expandido para diversas cidades do RS. No entanto em Porto Alegre centralizavam-se as atividades e elaboravam-se (muitas vezes selecionavam-se) os materiais discutidos nas suas ramificações locais, assim como os membros do núcleo formador do instituto (atuante em Porto Alegre)

viabilizado por sua vida interna; em segundo lugar, por ter o explícito objetivo de formação ideológica possibilitada pelo diálogo com o meio intelectual (sobretudo acadêmico); e, em terceiro lugar, por englobar uma variedade de correntes com aspirações diversas, em que a interlocução, por parte da direção do partido, buscava assegurar uma “unidade de ação e de linguagem” (Documento da Convenção Regional de 1975).

O instituto de estudos do MDB gaúcho se caracterizava, então, como um espaço de condensação, de trânsito entre diferentes instâncias e de disputa entre grupos, o que fez do IEPES um vetor de comunicação entre as vozes de oposição (políticas e intelectuais), transformando-se em referência comum para uma “geração”. Sinalizando, assim, sua importância para a compreensão de um período da história política gaúcha e também nacional.

No que tange à opção de “fazer política” através dos canais abertos pelo MDB é preciso fazer algumas considerações acerca das formalizações feitas pelo partido para apresentar a importância deste espaço. Para tanto, utiliza-se um documento do MDB intitulado “O M.D.B. Aproximando o Futuro” publicado em 24 de agosto de 1975 com a aprovação da “Convenção Regional do partido”, no Rio Grande do Sul, realizada nesta data em Porto Alegre e encaminhada à “Convenção Nacional” realizada em setembro do mesmo ano. Nesta ocasião, o então deputado Pedro Simon é reeleito Presidente do Diretório Regional gaúcho do MDB, com 562 votos dos 565 delegados presentes (jornal *Movimento* de 01/09/75, p. 5).

responsabilizavam-se pela propagação das teses e pela explanação das mesmas no interior do Rio Grande do Sul. Isto justifica, em parte, a opção por focalizar os membros do IEPES que atuavam na capital.

PEDRO JORGE SIMON nasceu em Caxias do Sul (RS), no dia 31 de janeiro de 1930. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Fez pós-graduação em Economia Política no Instituto de Economia da PUC; especialização em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris, e realizou estudos sobre direito na Faculdade de Direito em Roma. Em 1956 foi eleito presidente da Junta Governativa da UNE. Ingressou na política em 1960, quando foi eleito vereador e líder da bancada do extinto PTB em Caxias do Sul. Foi eleito deputado estadual em 1962, sendo reeleito nas legislaturas subsequentes. Em 1978 foi eleito senador da República. Foi vice-líder da bancada do MDB no Senado. Foi ministro da Agricultura de 1985 a 1986 e governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990. Foi reeleito senador em 1990, para mandato a iniciar-se em fevereiro de 1991, e, no último pleito, em outubro de 1998, obteve sucesso, garantindo nova recondução, para mandato de 1999 a 2007.

Neste documento, detecta-se que a preocupação norteadora das deliberações é a de “aprofundar a unidade de ação partidária”, afirmando a necessidade de intensificar a “atuação de órgãos multiplicadores do debate das teses partidárias nos campos econômicos, políticos e sociais”. Com este objetivo, enfatiza a urgência de estruturação nacional, estadual e municipalmente do Setor Jovem, do Setor Feminino, do Setor Trabalhista e do IEPES, entendidos enquanto “organismos de apoio [que] abrangem áreas nevrálgicas da vida nacional, cuja importância se faz crescente no mundo contemporâneo” (p. 12).

Nota-se que os referidos setores e instituto são estimulados como pontos de mediação/intervenção do universo político com as demais esferas sociais.

Destes quatro canais institucionais de engajamento oferecidos pelo partido, o IEPES e o SJ se destacaram pela efervescência dos debates, atividades e posicionamentos promovidos.

O IEPES foi criado em 1972 por iniciativa de um conjunto de indivíduos provenientes dos meios universitários (professores recém formados e alunos de economia e sociologia) que objetivavam oferecer um *locus* de debate entre intelectuais, políticos, estudantes e professores universitários. Para a direção do partido, o instituto se apresentava

com a “missão” de “atualização e popularização doutrinária”. No documento de 1975, o IEPES é caracterizado nos seguintes termos:

Como uma “organização [que] que possui uma missão precisa que vem sendo fielmente cumprida: a de firmar-se como uma verdadeira universidade política do pensamento partidário, para atingir todas as classes e instituições sociais. Cabe-lhe a promoção e organização de conferências e seminários, bem como a articulação com os diferentes níveis da classe universitária e estudantil em geral, tornando-se, assim, o elemento dinâmico da elaboração doutrinária do Partido. Compete-lhe trazer para a organização o pensamento de professores, técnicos, especialistas para impulsionar o mais amplo debate dos problemas partidários, através inclusive de elementos não vinculados ao M.D.B” (p. 11).

Com a ativação e coordenação de André Forster durante todo o período de funcionamento, o IEPES foi, sem dúvida, o canal de maior visibilidade de engajamento da “esquerda gaúcha” na década de 70. A conquista de visibilidade e a obtenção da consagração do IEPES devem-se fundamentalmente aos seminários organizados com a participação dos intelectuais de maior notoriedade naquele momento, a grande maioria membros do CEBRAP. Soma-se a isso, o caráter de formação política assumida e o reconhecimento deste lugar como oportuno para o embate entre militantes oriundos das mais variadas correntes políticas.

O núcleo inicial articulado em torno do IEPES era composto essencialmente por membros advindos do meio universitário. Foi a convivência acadêmica e política neste ambiente e as influências dos debates intelectuais nacionais, bem como suas modalidades de manifestação, que guiaram as aspirações em constituir um espaço de interlocução intelectual e política que extrapolasse os limites da universidade e com potencial de intervenção nas decisões partidárias.

Em 1971, existia na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente relacionado ao diretório acadêmico da

economia (DAECA), um grupo de jovens recém formados ou estudantes de economia ou sociologia, que se reuniam para discutir questões referentes à formação e/ou condições econômicas, políticas e sociais brasileira e questões condizentes à teoria e práxis marxistas. O marxismo aí se apresentava como o universo de proposições a ser desvelado e a síntese das aspirações coletivas.

Na conformação entre estas duas ordens de “anseios” (interpretar o marxismo e transformá-lo em instrumento de luta política), os diferentes entrevistados justificavam o horizonte das suas preocupações. Na “compreensão aplicada” dos pressupostos marxistas, o cabedal de trabalhos produzidos pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa) e por economistas como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado compunham os instrumentos de entendimento da realidade privilegiados por eles. Dentre os que participam deste grupo estavam Raul Pont, Cristiano Tatsch e Luiz Miranda. André Forster é citado por suas aparições eventuais.

ANDRÉ FORSTER realizou seus estudos primários e secundários em Santa Cruz do Sul, lugar onde nasceu. Em 1964, transferiu-se para Porto Alegre quando ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, trabalhou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária como assessor técnico. Durante o período universitário foi secretário-geral do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS, entre 1965 e 1966, e, depois, seu presidente, entre 1966 e 1967. No início dos anos 70, assumiu a presidência da Associação Gaúcha dos Sociólogos, exercendo o cargo até o ano de 1977. Também no ano de 1972, ele ingressava na Universidade do Vale do Rio dos Sinos para lecionar Sociologia e Ciência Política. Como professor universitário permaneceu até o ano de 1982. Ingressou no MDB, na assessoria do então Deputado Estadual Pedro Simon, na época presidente do partido, no início da década de 70. No ano de 1972, criava-se o IEPES - Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais e em 1978 foi candidato a deputado estadual representando o Instituto. Foi eleito vereador, em 1982, exercendo seu mandato até o ano de 1986. Nesse período, de 1982 a 1984 foi líder da bancada; de 1984 a 1986, exerceu o cargo de presidente da Câmara de Vereadores. Em 22 de março de 1996 recebeu, na Câmara de Vereadores, o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Foi ainda candidato a deputado estadual constituinte em 1986, Secretário de Estado e presidente estadual do PMDB na década de 90.

Os depoimentos que seguem demonstram o universo de preocupações que orientava seus membros.

“... o estudo do Estado, onde a gente organiza o Estado, foi uma coisa que me fascinou. E aí, então, a necessidade de buscar no socialismo essa coisa de nós organizar um Estado justo, que tivesse todas as contradições da sociedade brasileira, fez com que eu e todo mundo fossemos estudar uma organização de sociedade socialista, no marxismo em especial. Então nós tínhamos um grupo de discussão na UFRGS. Nós éramos meninos, 19, 20, 21 anos e na luta contra ditadura, na busca de uma sociedade melhor que a brasileira, a gente tava tomando conhecimento cada vez melhor da situação, na busca de um conhecimento teórico” (Cristiano Tatsch).

“Em 73 nós temos um grupo em Porto Alegre de comunistas, sociólogos, estudantes de economia, sociologia e, jovens recém formados. Eu tinha uma postura crítica em relação ao chamado modelo econômico, social e político brasileiro da ditadura militar, década de 60 e 70. E nós nos propúnhamos a fazer um trabalho de investigação intelectual sobre as características desse regime político, regime econômico de acumulação e tal, e nós tínhamos como referência maior, intelectualmente, o Cebrap que era um dos centros de nível universitário com produção livre, pelo menos aparentemente” (Miranda).

As duas passagens acima revelam elementos que permitem esboçar o alcance das apreciações de Daniel Pécaut (1990) e, a partir delas, suscitar pistas de interpretação para o universo em questão. Em primeiro lugar, Pécaut salienta a configuração de uma intersecção entre o campo político e o campo intelectual a partir das leituras políticas empenhadas e divulgadas por estudantes. Mais que um esquema de análise, a proliferação de cursos sobre Marx e seus seguidores significavam, no mínimo, uma tomada de posição contestatória ao regime. Este aspecto é claramente regado pelos laços identitários que se estabeleciam entre os aderentes.

Soma-se a isso, a proeminência do saber econômico constituído historicamente e evidenciado na interferência deste conhecimento técnico nas análises autorizadas sobre o

social³⁴. Pécaut (1990) demonstra as estratégias dos intelectuais de ciências sociais (sociólogos, economistas e cientistas políticos) e os movimentos históricos incidentes na incorporação da dimensão política nas análises sobre a “realidade brasileira”.

Enquanto na década de 60 imperara um “hiperfuncionalismo marxista” em que a dimensão econômica reduz o papel dos atores políticos e da questão política, nos anos 70 a esfera política conquista plenamente a singularidade já preservada, segundo o autor, por Weffort e Fernando Henrique Cardoso. A busca da “politização” é empreendida seja pelas “incitações à ruptura radical como as de Florestan Fernandes ou à coalizão das organizações da sociedade civil como as de Cardoso” (Pécaut, 1990, p. 291).

Este processo envolve a objetivação da “estabilidade da hierarquização do meio intelectual” (idem, p. 294): o meio universitário como espaço por excelência de contestação produz a “preeminência dos professores universitários” (idem) que deve se constituir em agente “capaz de gerar os debates próprios da esquerda para evitar sua fragmentação e decomposição e, ao mesmo tempo, de propor uma interpretação dos acontecimentos que seja assumida pela opinião pública informada” (idem, p. 250) e a “a ascensão da ‘profissionalização’”. Ainda é sublinhado que “a ‘competência’ e o reconhecimento pelos pares é um dos componentes desta hierarquização” (idem, p. 294).

Reunindo estes elementos, os intelectuais paulistas, ou melhor, as “principais figuras do CEBRAP” se sobressaem por levar em conta ainda o grande público oposicionista (“camadas cultas leitoras dos jornais ‘alternativos’ ou consumidores de bens

³⁴ A consolidação de uma competência política associada às qualidades técnico-profissionais dos economistas é analisada por Loureiro (1992). A autora estuda as origens e os processos de valorização de habilidades como o uso de modelos matemáticos, a previsão de cenários, a elaboração de projetos de investimento e desenvolvimento e, principalmente, “a capacidade de pensar a economia em termos globais e a disposição para intervir em seus processos” (p. 49). É importante reter que tal valorização é resultado de um trabalho coletivo e histórico de grupos e instituições pertencentes aos meios acadêmicos e governamentais, expressando interesses e ideologias e as disputas internas existentes no campo econômico.

culturais... líderes de opinião – dirigentes políticos, tecnocratas e personalidades dos meios de comunicação de massas”), conseguindo reconhecimento tanto no campo científico como no político. O domínio deste conjunto de critérios possibilita a estes estabelecer seus marcos e colocar em prática “as estratégias visando à organização dos intelectuais” (idem, p.295). Desta forma:

“[...] é a partir de 1969 que Cardoso e o CEBRAP têm uma função maior nas estratégias intelectuais, que se revestem em três aspectos centrais: mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não- marxistas; teorização em relação direta com a conjuntura; abertura para as organizações políticas”. (Pécaut, 1990, p. 296)

O processo que engendra tais observações é muito mais complexo do que o que é possível descrever aqui, no entanto estas considerações apontam as condições de eficácia das formulações oferecidas pelas “personalidades do CEBRAP” ao público universitário de esquerda no Rio Grande do Sul. Mesmo que eventualmente questionadas, estas construções têm presença confirmada na agenda oposicionista gaúcha. Recriando o campo intelectual enquanto campo político, o CEBRAP e Fernando Henrique Cardoso fornecem os instrumentos necessários para a leitura da “realidade” brasileira à luz dos conceitos marxistas, mas com o avanço de sua aplicação política. Por conseguinte, submetido um ao outro, transformam-se mutuamente:

“É testando o conceito diante das ambigüidades do momento e definindo o possível com base no que pode ser reconhecido a cada instante pelas massas que Cardoso chega a provocar ‘a organização política’ do meio intelectual”. (Pécaut, 1990, 299).

As considerações devem ser tomadas como um “parêntese” na descrição do IEPES, com vistas a estabelecer alguns aspectos que conformam a eficiência dos trabalhos do

CEBRAP na definição da agenda de problemáticas pertinentes no engajamento político durante o processo de democratização e, assim, delimitar uma fonte de referências para os “jovens de esquerda” no RS. Segue-se então a exposição dos relatos que reconstituem a configuração do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB e que corroboram as afirmativas precedentes.

Convém acentuar que o propósito mais geral é situar os espaços de atuação política da “juventude” do MDB gaúcho nos anos 70. O fato de se estar trabalhando com entrevistas permite indicar neste mapeamento, a partir dos objetos discursivamente organizados e que emergem nas narrativas com o filtro da memória, as informações que se articulam numa operação de exclusão/inclusão que cercam as fronteiras de constituição de uma idéia de “geração”. Portanto, os depoimentos não são utilizados como averiguação na busca da “verdade dos fatos” o que seria, no mínimo, uma estratégia de posicionamento num embate do qual não se participa. Eles são lidos, isto sim, como versões que encerram lógicas próprias de um universo de argumentações que construíram, constroem e reconstroem uma dinâmica de atuação política³⁵.

Sendo assim, a partir dos debates travados no “grupo da economia” e da aproximação existente com a cúpula partidária que teria, segundo o relato de Luiz Miranda, surgido a idéia de formar uma espécie de “cebrapinho”, isto é, um lugar de formulação teórica, informado pela conjuntura, nos moldes do centro paulista que já referenciava as discussões do grupo. Intervém nesta imagem Miguel Bodea, intelectual gaúcho, assessor do

³⁵ Conforme destacou Ferreira (1996) no seu estudo sobre o “trabalho de memória” entre mulheres que militaram na da luta armada: “deve-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam dos relatos” (p. 105).

MDB na Assembléia Legislativa nos anos 70³⁶, que propõe a organização do centro no interior do partido tal como existia para a Social Democracia Alemã:

“O André foi pra lá [Assembléia, trabalhar com o Simon] foi uma forma de ter um emprego, um emprego que tinha cobertura política e como forma de agregar aquilo que eu estava chamando na época de cebrapinho. A idéia era fazer um cebrapinho... A idéia do ‘cebrapinho’, a que foi a minha idéia original, minhas conversas com o Miguel evoluiu quando ele viu a minha proposta veio falar que existiu um negócio chamado Friedrich Ebert da Social Democracia Alemã: Miranda, a grande coisa é fazer o tal do ‘cebrapinho’, fazer mesmo dentro de um partido político, dentro do MDB, aí a idéia que eu tinha tido em relação ao André. Aí então a idéia de se constituir uma entidade, com personalidade política própria, associada ao centro de estudos políticos, econômicos e sociais” (Luiz Miranda).

Evidencia-se no fragmento acima a reconstituição do que seria o processo de amadurecimento da concepção do instituto. Nesta reconstituição, Forster aparece como o vínculo partidário necessário para a execução da idéia, e este vínculo propiciado pelo cargo ocupado ao qual foi indicado pelo autor da “idéia original”. Na seqüência da narrativa, uma rápida alusão que justificaria a administração desempenhada por Forster: “O André que tinha uma visão organizacional, também porque ele era presidente da associação dos sociólogos”.

A importância adquirida pelo IEPES se revela na reivindicação de paternidade da concepção inicial pretendida pelo entrevistado. Contudo, nos depoimentos coletados não há indícios de disputas sobre a autoria da idéia. A versão predominante e que resistiu ao tempo identifica não só os méritos na administração do instituto como também da criação na figura de André Forster.

³⁶ Miranda também trabalhou na assessoria da Assembléia com Simon durante um ano, passando o cargo a André Forster.

Para o conjunto dos entrevistados o IEPES é o resultado do encontro de Forster com Simon. A imputação ao primeiro dos empreendimentos inaugurais neste sentido aparece indissociada das condições disponíveis para ele naquele momento.

Por um lado, pelo trânsito partidário, por estar trabalhando dentro do MDB ao lado da principal liderança parlamentar do partido e, por outro lado, pelo trânsito intelectual viabilizado pelo engajamento político estudantil e profissional: foi presidente do centro acadêmico Franklin Roosevelt (antiga filosofia da UFRGS) no final da década de 60, era presidente da associação de sociólogos e possuía contatos com componentes do CEBRAP, entre eles, seu maior expoente Fernando Henrique Cardoso³⁷.

Salienta-se que, para todos os entrevistados, as referências aos trunfos possuídos por Forster para colocar em obra o IEPES são acompanhadas da identificação em si de recursos similares. Isto se detecta segundo a forma e as justificativas para o convite feito aos demais participantes do núcleo fundador do instituto. Ou seja, uma vez reconhecido o papel de André Forster de articulador e de mediador dos trabalhos desenvolvido naquela instância, os mesmos procuram simultaneamente grifar a posse de atributos (intelectuais e políticos) análogos aos dele.

“Essa idéia de criação do Iepes, ela partiu do André, que era um dos poucos caras que tinha passado pelo movimento estudantil nesse período dos anos 60. E como ele começou a trabalhar no MDB como técnico, como sociólogo, aos poucos foi, evidente, se aproximando organicamente do MDB. [fala da participação no grupo da economia] e eu também tinha contatos e trabalhava na filosofia porque estava terminando o meu curso de história. Eu conhecia praticamente todo mundo da geração 64, 65, 66, 67,68. Quer dizer eu era alguém que tinha a memória desse período, então o André nos convidou pra se engajar nessa idéia, nessa proposta” (Raul Pont).

³⁷ Além das vindas ao RS em decorrência da realização da tese sobre o sistema escravista gaúcho, Fernando Henrique participou como conferencista da Semana de Sociologia ocorrida em Porto Alegre em novembro de 1968. O título da conferência proferida foi “Ideologia e Desenvolvimento”.

“Em 69 fui pra França e fiquei quatro anos lá. Acabei me envolvendo com questões de política brasileira, história do Brasil, economia, que não eram do meu interesse. Acabei me envolvendo com um grupo que publicou uma revista sobre desenvolvimento na América latina, publiquei um artigo que foi bem recebido. Voltei pra cá, uma das vezes que eu tive aqui tinha conversado com o André, era meu contemporâneo de universidade, tava trabalhando com assessoria do MDB, quando voltei, eu o procurei e eles já tinham o IEPES funcionando, sempre aos sábados, lá na Assembléia” (Brum Torres).

A ênfase dada ao papel de André Forster é também compartilhada por outros militantes que não participavam da direção do IEPES e inclusive atuavam em municípios do interior do Rio Grande do Sul como Santa Maria, Caxias e Pelotas:

“O André era dotado de um **vigor intelectual**, de uma disposição, de uma generosidade também extraordinária e estava numa situação muito delicada, porque ele era o **elo de ligação do partido** com uma composição e com quadro dirigentes, especialmente seus parlamentares tradicionais, **ele era o elo de ligação disso com a esquerda**. Então, ele estava o tempo inteiro numa navalha e não podia ultrapassar um certo limite sob pena da experiência [o IEPES] ser soterrado, simplesmente ela ia ser jogada fora dentro do MDB. E por outro lado o posicionamento dele era claramente de sustentação dessas posições de oxigenação do partido. Então, tem gente que diz que o André tinha alguns, algumas posturas de fascinação, de temor, e eu acho que todas essas observações que se possam fazer se devem muito mais à delicadeza do papel que ele cumpria. **E ele conseguiu segurar**, se sustentar, **até que essa geração começou a assumir um papel mais direto nas instâncias partidárias**” (Daniel Herz, grifos meus)

“O André era, vamos dizer, de um **estamento intelectual**, eu acho que ele foi o grande **agregador e formador dos grandes líderes políticos** que nós temos hoje no Rio Grande do Sul, **com uma determinada idade**, que tem postos, sejam oriundos da área sindical, sejam oriundos do meio acadêmico, ou sejam até que se tornaram acadêmicos posteriormente. Ou outros que já estavam na atividade política e outros já falecidos” (José Ivo Sartori, grifos meus).

“O IEPES era o André Forster, e o Forster era uma pessoa bem respeitável. Até eu me vincular à Tendência Socialista, era mais que respeitável, **era uma referência**, era uma pessoa que eu admirava” (J.C. Gastal Jr., grifos meus).

Os fragmentos chamam a atenção para as imagens difundidas entre diferentes setores da “juventude de esquerda” do MDB no Rio Grande do Sul do “agregador”, do “intelectual” e da “referência” atribuídas a André Forster. Além disso, vinculam a posse de

tais atributos à criação de um espaço para a esquerda (o IEPES) e de condições para a formação de uma “geração” de quadros políticos.

O recrutamento dos componentes do IEPES se deu entre os “quadros” universitários, mas à medida que o instituto foi intensificando suas atividades foram se incorporando indivíduos vindos de outras experiências políticas (sindicais, ex-militantes da luta armada, secundaristas, trabalhistas, etc.). Os entrevistados comungam com a perspectiva de que a principal razão para a inserção neste espaço se devia a possibilidade de interlocução entre a esquerda política/intelectual com a proteção institucional e/ou pela inviabilidade de utilizar outros mecanismos de intervenção política com vistas à superação do regime imposto. Adiciona-se a isso, a oportunidade de expansão da ação política para um âmbito institucional (ocupação de espaços) como um dos passos que permitiriam o fortalecimento de projetos futuros:

“A universidade, o movimento estudantil era voto nulo e branco, não tinha... partido da burguesia e deu. Em 73 nós fizemos a discussão sobre essa questão, ali eu acredito que seja 73, nós começamos a discussão de que o espaço do MDB era o espaço que nós tínhamos que disputar. Lá tinha um contingente de público que era receptivo a determinadas propostas e nós tínhamos que estar lá dentro intervindo” (Paulo D’Ávila).

“O André começou a procurar o pessoal da Universidade pra se engajar com ele. A gente não acreditava muito nisso, ninguém acreditava no MDB, [mas] era um espaço que permitia àqueles tinham estado presos, que tinham estado fora um tempão. Nós tínhamos todo um cuidado pra não ser envolvidos novamente num outro processo. Como a gente precisa de uma espécie de guarda-chuva protetor, de ter um local seguro para se reunir protegido, que não era nenhuma reunião clandestina, fechada, era dentro do poder legislativo” (Raul Pont).

“E é um momento muito assim, vivo, né. Porque o ciclo da luta armada estava esmorecendo, porque as derrotas tinham sido muito grandes... Mas uma boa parte da esquerda ainda relutava muito em aceitar que o caminho institucional, a participação nas eleições, parlamentar, da disputa da opinião pública fosse a melhor estratégia de democratização. O Iepes nesse ponto tem, aqui no RS, tem uma função muito importante, porque ele mais ou menos consolidou isso, esse caminho” (Brum Torres).

“O Iepes era a alternativa permitida que a gente tinha para fazer política num âmbito além da universidade” (Cristiano Tatsch).

A efetivação do IEPES se dá pela afinidade entre as proposições de Forster (e seu “grupo”) e o aval de Pedro Simon, mas também pela existência de uma lei partidária que tornava exequível para ambos os partidos (MDB e Arena) de estruturas de formação política própria, para divulgação da doutrina partidária, etc. Nesta “brecha da lei” se formaliza o instituto de estudos emedebista. A presidência formal fica a cargo do “autêntico” Lindovino Fanton, mas, segundo os relatos, é Forster, com a vigília de Simon, que conduz de fato o órgão. Fanton seria a garantia para que “essa gurizada não tomasse conta, não fizesse bobagem”, mas acabara se constituindo no “padrinho”, sem nunca interferir na condução dos trabalhos:

“O deputado que era tido como patrono do IEPES, era o responsável pelo IEPES, era o Lindovino Fanton, um deputado de Farroupilha. Ele ia lá, trovava, era o padrinho nosso, mas ele não entrava muito em detalhes, não tinha aquelas preocupações do Simon de controle, ele era o nosso padrinho. Tanto é que quando chega nas eleições em que nós vamos votar: vâmo votar no Lindovino Fanton, e nós votamos no Lindovino Fanton” (Paulo D’Ávila).

As atividades do IEPES eram basicamente de três tipos: reuniões de discussão da conjuntura, seminários com personalidades intelectuais para um público maior e palestras/cursos dos membros do IEPES de Porto Alegre juntos aos IEPES do interior do estado.

A primeira modalidade era constituída de reuniões semanais na sala destinada ao MDB na Assembléia Legislativa, com o número limitado de pessoas que visavam debater questões conjunturais (locais, nacionais e internacionais), questões de engajamento (teóricas e de intervenção), etc. Estas reuniões chegaram a contar com mais de 40

participantes, sendo que havia uma mesa cujo “assento direto” era destinado às lideranças do IEPES e/ou representativas de algum movimento, tendência ou setor, na expressão utilizada por um entrevistado, de “personalidades mais articuladas”: Dilma Rousseff, André Forster, Luiz Miranda, Cristiano Tatsch, Raul Pont, Sólton Lemos, são alguns nomes citados. Estes propunham pautas, defendiam posicionamentos, etc. Ao redor desta mesa, fileiras de cadeiras onde se acomodavam pessoas do meio sindical, do movimento estudantil, professores universitários, políticos, enfim, pessoas que depositavam expectativas (atribuíam sentidos) naquele tipo de intervenção. Uma destas pessoas era Marcos Klassmann que descreve da seguinte forma:

“Esta mesa era absolutamente e radicalmente democrática, não se marcava tempo das intervenções, se debatia a conjuntura internacional e nacional segundo muitas visões. Esta [mesa] é que dava vida e organicidade ao Iepes” (Marcos Klassmann).

Nestas reuniões, organizaram-se grupos temáticos (entre eles: saúde, educação, economia e sindicalismo) responsáveis pela sugestão de textos para discussão que eram publicados nos chamados “Cadernos do IEPES”:

“Esses cadernos a gente estudava, discutia, mas quem selecionava e ia passando era o André. Teve até um caderno, não sei que número foi, que o Forster vetou. Era um caderno não sei sobre qual das internacionais. Saiu da 1ª Internacional, saiu da 2ª, 3ª, não sei se foi sobre a 4ª. Um desse aí o Forster segurou, tava muito. O Simon sempre acompanhou de perto, ver o que tava acontecendo, ele sabia: olha, não pode passar de um determinado ponto” (Paulo D’Ávila).

Observa-se com o fragmento que havia uma constante negociação entre os “interesses” dos participantes e os “interesses” dos “responsáveis” pela instituição. Os primeiros levavam para dentro do instituto os questionamentos que pautavam suas ações externas a ele e vislumbravam no IEPES a esfera propícia para tal e os demais

patrocinavam o confronto entre expectativas, desde que o produto disto estivesse mais próximo da comunhão com os objetivos da direção do MDB de unidade e avigoramento partidário dentro de limites estabelecidos. Pode-se corroborar tal afirmação na passagem a seguir em que a ênfase recai sobre as diferentes inclinações com relação à existência do IEPES:

“Nós começamos a participar disso por razões diferentes. O André porque queria fortalecer o MDB, digamos, criar um núcleo mais à esquerda do MDB que trabalhasse com ele, ou que viesse a criar condições melhores pro trabalho deles, ou atrair gente nova pro partido. Nós porque tínhamos outros interesses, queríamos uma proteção, queríamos uma estrutura pra poder atuar, e outras pessoas que não tinham muita definição, mas estavam aí dispostas a fazer alguma coisa” (Raul Pont).

Na dinâmica interna de funcionamento do IEPES, divergências com relação a temáticas e posicionamentos se refletiam na confecção e apropriação destes cadernos, mas estes, ao mesmo tempo, retratavam o acordo da ordem de problemáticas a serem priorizadas. Dentre os cadernos do IEPES encontrados, alguns são publicações assinadas pelo instituto e dizem respeito à situação e formas de atuação do MDB no cenário político nacional, na sua maioria eram textos já publicados nos cadernos do CEBRAP que serviam ou para estimular o debate em torno de alguma questão (sindical, econômica, partidária, etc.) ou eram transcrições dos seminários realizados com intelectuais daquele centro de estudos paulista.

Fica patente a recorrência da idéia de “conjuntura” para demarcar os estímulos do engajamento político e intelectual tanto de “personalidades” acadêmicas consagradas como dos “jovens” militantes gaúchos. Por isso, deve-se chamar atenção para as implicações do uso desta noção.

Pode-se entender que as avaliações decorrentes da “conjuntura” são o resultado da evocação de dois mecanismos concomitantes: o de descrição e o de prescrição da “realidade”. Ela, então, se compõe de duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar comporta a dimensão temporal na qual ocorrem as lutas políticas imediatas, onde se instala uma “memória” política particular, onde se afirma o ritmo geracional que prioriza o novo, a invenção e as descobertas, e, em segundo lugar, ela se define por uma dimensão prospectiva (negando a referência retrospectiva) onde parece haver um relativo grau de previsibilidade do futuro próximo (Fontes, 1997, p. 47). Neste caso, em um momento de ebulição política como é o tratado nesta dissertação, as análises que afloram não só são mais facilmente reconhecidas como “essenciais” como, talvez por este motivo, são perseguidas como busca de reconhecimento para os personagens e de afirmação dos valores que estruturam o “seu tempo”.

Os seminários, por sua vez, se constituíram na grande marca de existência e contribuição do IEPES para os agentes politicamente engajados nos anos 70. A primeira proposta de realização das conferências feita a Pedro Simon foi narrada por todos aqueles que dela fizeram parte e até mesmo os que não estavam presentes se referiram à situação:

“Havia uma certa desconfiança [do] Simon que era na época o grande papa, o presidente do partido, o dono do partido, tudo passava por ele. Quando nós fizemos as primeiras propostas pra fazer os famosos seminários com o pessoal do Cebrap, onde estavam o Fernando Henrique, o Weffort, o Chico de Oliveira, o Otávio Ianni, toda essa turma, ele desconfiava muito. Uma vez chegou a apostar com o André de que nós não íamos botar ninguém na Assembléia, ninguém ia participar... nós fomos pedir dinheiro para comprar a passagem para trazer o primeiro painalista... foi quando veio o Fernando Henrique... e o André apostou com ele uma garrafa de uísque de que nós enchíamos o plenário da assembléia, ele nem sabia quem era o Fernando Henrique Cardoso...” (Raul Pont).

“... para trazer o Fernando Henrique, era ele a Conceição e o Chico, e a primeira noite seria com o Fernando Henrique. Aí fomos falar com o Simon, que só ouvia, cachimbava, cachimbava, cachimbava. E aí perguntou assim: vai traze

gente pra cá? O Simon era assim, se tinha público, tinha gente, portanto voto em potencial. Ah! vô trazê, não sei o que, vai encher, vâmo apostar? Vâmo! Ele queria apostar uísque: então tu aposta uísque que a gente aposta cerveja, a aí apresentamos o tal de sociólogo Fernando pro Simon...” (Luiz Miranda).

Das duas passagens citadas pode-se enfatizar dois fatores. Em primeiro lugar, a relevância das formulações de uma geração de intelectuais para militantes que amadureciam sua formação intelectual informados pela conjuntura política e buscavam intervir nesta conjuntura com os preceitos oferecidos pelas personalidades acadêmicas de notoriedade.

Em segundo lugar, atenta-se para os investimentos preliminares dos intelectuais na arena política. O fato de reconstituírem os movimentos iniciais de aproximação entre os personagens (políticos e intelectuais) evidencia o peso da história sobre os eventos. Estas passagens demonstram que a notoriedade das figuras intelectuais possuía, inicialmente, um trânsito limitado, e com a sucessão de atividades acabaram constituindo um bloco de atuação conjunta. Além disso, quando confrontadas com outras passagens nota-se que posteriormente esta relação é concebida com base nos sentidos acumulados no tempo, referindo-se aos personagens seguindo a notoriedade que desfrutam hoje.

Apesar da “desconfiança”, o “aval” à atividade revela a percepção, por parte do político, do potencial mobilizador existente naquele investimento, e o resultado do primeiro seminário confirma a força de recepção das análises da *intelligentzia* brasileira:

“[...] quando teve a primeira palestra o Simon brincou com o Forster: tudo bem, eles financiavam coisa tal, não ia ter ninguém. A direção do MDB, Simon e companhia limitada, eles caem do cavalo quando vêem o público que nós botamos lá dentro. E aquilo ali passou a ser um fato político, aqui dentro de Porto Alegre, as conferências do IEPES, era um negócio assim, uma repercussão [...]” (Paulo D’Ávila).

“Houve um tempo que se reuniam mil pessoas no plenário da Assembléia e três mil pessoas do lado de fora ouvindo por alto-falantes... A primeira vez que o

Fernando Henrique veio à Porto Alegre, sua primeira palestra, ele foi aplaudido de pé na primeira frase, e a primeira frase eu lembro até hoje. Personalidade, abriu o discurso dizendo: senhoras e senhores, toda a minha ideologia se contém nesta mão! [imita o gesto levantando a mão esquerda com o punho fechado]...Chegaram a se inscrever quatro, cinco mil pessoas nesses seminários” (Marcos Klassmann).

“[...] começou aquele ciclo de palestras que era, na verdade, trazia gente pra nos enriquecer, sob o ponto de vista, intelectualmente, na proposição que a gente tinha de uma sociedade mais justa e tal, na luta contra a ditadura. O que nos unia basicamente era a luta contra a ditadura” (Cristiano Tatsch).

O sucesso do primeiro seminário e o ciclo de palestras promovidas pelo IEPES/MDB confirma a afluência dos preceitos concebidos com o rótulo acadêmico no âmbito das concepções e intervenções políticas. José Álvaro Moisés, Paul Singer, Bolívar Lamounier e Darcy Ribeiro também estão (ao lado de Weffort, Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso) entre os sempre referidos pelos entrevistados.

O desenvolvimento do IEPES expressou-se igualmente na organização, em 1976, de uma espécie de curso para prefeitos e vereadores com base em um documento chamado “O MDB e a Ação Municipalista” com repercussão nacional, com “teses” sobre “as eleições de novembro, os programas da oposição no poder municipal e a participação popular no governo das cidades” conforme foi publicado no jornal *Movimento* de 20/06/76, (p. 4 e 5). Uma semana depois (28/06/76) é publicado no mesmo jornal (na página 3) o artigo de Miguel Bodea “O que fazer nas prefeituras?”, escrevendo como membro do IEPES³⁸.

A terceira modalidade de engajamento dos membros do IEPES é a participação em cursos/seminários promovidos em colaboração com os IEPES formados no interior do Rio Grande do Sul. Nestes locais, o significado e o formato das atividades variavam um pouco,

³⁸ O Debate em torno das eleições de 76 é revelador de uma série de sentidos atribuídos à política e distingue os itinerários dos personagens pesquisados, merecendo, portanto, um tratamento específico, o que será feito no capítulo 4. Para a descrição do IEPES enquanto uma esfera de intervenção política da “esquerda” na

contudo permanecia a idéia de um espaço de elaboração intelectual/política e formação de quadros. Pode-se evidenciar tais fatos mediante dois relatos de membros do IEPES: José Ivo Sartori e Flavio Coswig (membros da juventude do partido e vereadores eleitos na eleição de 1976 em Caxias e Pelotas respectivamente):

“Eu participava do Iepes em Caxias do Sul. Mas o nosso Iepes lá era um pouco diferente daqui. Enquanto que aqui o Iepes tinha mais essa dimensão, vamos dizer, intelectual, de grande discussão e debate político, nós fazíamos em Caxias um pouco diferente. (...) Eu acho que o [Iepes]de Caxias era um pouco mais popular, mais abrangente, até porque a política era diferente. Talvez porque o grupo que dirigia ou que participava mais efetivamente do Iepes lá, era também o grupo que participava do Setor Jovem, lá. Lá tinha o caráter mais de promoção do que de agregação (...) Achamos que devíamos fazer, através do Iepes, ações políticas mais avançadas que as do Setor Jovem. As do Setor Jovem era de trabalhar. Também era de discussão, discutir partidos políticos, formação histórica do Brasil, mas o Iepes lá ia na base da promoção, um dia trazia dois, três palestrantes aqui da capital, pra discutir o modelo de desenvolvimento brasileiro, o milagre brasileiro, etc., etc. Nós chegamos a levar pra Caxias até o Bolívar Lamounier” (José Ivo Sartori).

“Continuei com a minha atividade estudantil no curso de agronomia e no diretório acadêmico e paralelamente no Setor Jovem do MDB, e passei a integrar o Iepes, que era uma espécie de um braço dos setores pensantes do MDB, da intelectualidade do MDB. No Rio Grande do Sul, o senador Pedro Simon apoiou a criação do IEPES para que a esquerda tivesse um espaço para formular propostas e onde a esquerda atuava numa forma mais de discussão política. Porque o MDB era um partido bastante heterogêneo, forças políticas desde setores liberais até a esquerda. Então a esquerda, pra poder ter um espaço maior, organiza o IEPES (...)” (Flávio Coswig).

Quanto à organização do IEPES, os relatos enfatizaram a existência de uma presidência apenas do ponto de vista formal, uma vez que a condução direta das atividades era feita por um mediador (André Forster) e a liderança parlamentar (Pedro Simon). Ao mesmo tempo, sublinham a existência de uma direção informal (“personalidades articuladas” com assento direto na mesa das reuniões) que indicavam temas para discussão e encaminhamentos (inclusive para a realização dos seminários) e a decisão final era

década de 70 vale ressaltar o reconhecimento conquistado pelo instituto, localizando-se no centro dos debates

tomada em assembléia com acordo entre o conjunto de lideranças presentes naquele espaço (estes também podiam propor temas e conferências).

Também a partir dos depoimentos pode-se detectar dois momentos no percurso de atuação do IEPES. O primeiro se constitui neste que foi descrito até aqui, ou seja, de maior efervescência da participação no canal institucional oferecido para a manifestação dos diversos posicionamentos, de promoção de eventos com intelectuais de notoriedade com um alto grau de atração de um público variado e de produção de documentos de formação política. O segundo momento seria resultante de uma ruptura, caracterizada por alguns entrevistados como “racha” ou “golpe”, e se constituiria na realização de atividades com baixa expressividade e numa diminuição significativa da inserção dos “quadros” à esquerda do MDB.

Esta ruptura, não por acaso, é grifada por aqueles membros (com posições mais “à esquerda”) que se retiraram do IEPES³⁹. O “racha” aparece como produto do crescimento acentuado do instituto, suscitando, assim, a disputa entre os que queriam maior autonomia

acerca dos caminhos da oposição emedebista.

³⁹ Cabe reproduzir (não integralmente) a nota publicada no jornal “*Semanário de Informação Política*” de Ijuí, publicada em 26 de março de 1976: “A Assembléia Geral do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – IEPES, do MDB gaúcho, extraiu da reunião que realizou no dia 20 de março último, importante documento que encaminhou a comissão de deputados que ora analisa a situação do instituto, sob a forma de contribuição para a solução do impasse que a definição do processo de eleição de sua diretoria originou. O impasse sobre a forma de como se deveria processar a eleição da diretoria do IEPES gaúcho, para os próximos dois anos, surgiu em 18 de outubro do ano passado. Naquela oportunidade, a Assembléia Geral do órgão rejeitou a decisão do Diretório Regional do MDB que pretendia eleger no dia 25 de outubro a nova eleição do instituto, mediante a breve indicação da Secretaria Executiva ainda em exercício. A iniciativa da Assembléia foi tomada depois de uma intensa discussão com a Secretaria Executiva, quando constatou que lhe seria negado o direito de qualquer participação no processo de escolha na nova diretoria do Instituto, uma vez que esta última não transigia, alegando estar autorizada pela Executiva do partido para constituir a chapa a ser homologado pelo Diretório utilizando como critério de escolha o pouco democrático conceito que seus integrantes deveriam ser de sua ‘inteira confiança’. (...) Posta diante deste fato e entendendo que tal procedimento contraria os elementares princípios da democracia interna, a Assembléia repudiou a arbitrariedade deste procedimento, mediante votação na qual 35 dos 40 membros presentes manifestaram-se contrários ao autoritarismo expresso na posição tomada pela Secretaria Executiva. Em desacordo com a posição da maioria manifestaram-se quatro vezes coincidentemente aquelas dos integrantes da assim chamada ‘chapa da confiança pessoal’. Houve uma abstenção.(...)”. (p. 2). Sobre esta nota, observa-se que ela vai ao

frente ao partido e os que adotaram a postura de “centralização”, isto é, queriam canalizar para o partido os trunfos conquistados:

“O Iepes terminou para nós, do nosso ponto de vista, terminou no dia que o Simon chamou o André e disse assim: olha, o comandante do 3º Exército mandou fechar essa brincadeira ou fecha o partido, uma das duas. O André que propôs uma medida conciliatória, o Iepes passaria então a ter uma direção orgânica. Nós éramos contra. Nós queríamos sempre que a assembléia geral fosse a instância diretiva principal. E burocratizou o Iepes, acabou com aquela assembléia geral, aquela mesa de debates permanente e instituiu uma direção formal: André Forster, Cristiano Tatsch, e tal. Nós caímos fora, nós e todos os outros” (Marcos Klassmann).

“[...] dentro do MDB, começa: olha aí, os caras tão... Quer dizer, ao mesmo tempo que vêm que é bom pra eles, eles se preocupam: opa! Os caras são, tem gente meio radical. E dentro do IEPES começou haver os primeiros sinais de determinadas coisas. Por exemplo, o Forster percebeu que... bom, só fazendo um parênteses: o IEPES a gente começou a trabalhar ele todo bonitinho coisa e tal, mas chegou um determinado momento: pô, mas, nós temos que decidir a direção do IEPES. Nós temos que escolher a direção, e daí foi o primeiro choque, primeiro e último. Aliás, vinha uma coisa meio de bastidores, mas na questão da escolha da direção, talvez até tenha sido um erro nosso, nós firmamos o pé que deveria ser escolhido pelo conjunto da direção quem deveria ser o secretário geral, o coordenador do IEPES. E o Simon não abria mão, ele nomeava e era o Forster... nós queríamos fazer escolha direta, que era a nossa prática desde a universidade [...]” (Paulo D’Ávila).

Uma segunda parcela de entrevistados narra de forma contínua o desenvolvimento do IEPES. Nestes não há menção ou detalhamento das reuniões semanais, as ênfases recaem basicamente nos investimentos iniciais em direção à organização do instituto e o significado que adquiriu em decorrência dos “famosos seminários”. Estes que contam linearmente a “história do IEPES” são referidos – com base na totalidade de entrevistas realizadas (computando aquelas que não estão sendo utilizadas nesta etapa) - como “o pessoal que estava com o Forster desde o início” e ligados à direção do MDB. Para as

encontro da versão apresentada por aqueles que enfatizaram a existência do “racha” e o significado anti-democrático e de centralização das atividades por parte da direção do partido que ele simbolizaria.

versões que assinalam a ruptura, estes agentes são os mesmos que permaneceram depois do “golpe” como direção do IEPES.

A versão intermediária é dada por um membro cujas posições são identificadas também pela totalidade dos entrevistados, inclusive defendida por ele mesmo, como de “independente”⁴⁰. Este participa do “racha” e afasta-se do instituto, todavia retorna depois de um íterim às atividades, a convite de Forster, numa tentativa de “rearticulação do IEPES”:

“O André que era o condutor, tinha feito uma aliança com o Simon, que era o líder das oposições aqui, e que era uma espécie de fiador daquele espaço. E nós tivemos uma disputa interna, começamos a contestar o André, ter um esquema de administração do Iepes que fosse tirado daquela assembléia. Aí fizemos uma eleição, ganhamos a eleição, contra ele, e com a idéia de que eles estavam muito subordinados à liderança parlamentar do MDB, aquele espaço tinha que ter mais independência, mais autonomia. O André ficou muito isolado, [ficaram] Miranda, Tatsch, Bodea, os outros saíram. Aconteceu uma coisa que era previsível: não teve mais reuniões, suspendeu-se as atividades do Iepes durante meses. Aí o André, que era uma pessoa muito determinada, depois procurou as pessoas, chamando para reuniões. Aí num contexto diferente, não tinha mais aquele fórum, reunião regular, passou então a convocar as pessoas já pra fazer coisas, organizar um seminário, organizar um curso” (Brum Torres).

Na seqüência do depoimento, Brum Torres justifica o retorno com o mesmo argumento predominantemente utilizado para explicar a entrada no momento de organização da instância de interlocução sustentada pelo partido de oposição. Isto é, que aquele era o canal de expressão política legítimo nas condições em que se estava imerso:

⁴⁰ O que deve ser marcado é que os depoimentos não foram “induzidos” (não foi pedido a nenhum dos entrevistados que falassem sobre este acontecimento específico). O que chama atenção, porém, é que das seis entrevistas realizadas com membros da Assembléia do Iepes quatro ressaltaram espontaneamente o “fato”, três identificados com a posição majoritária da Assembléia (Raul Pont, Paulo D’Ávila e Marcos Klassmann) e o único presente que se absteve (Brum Torres). Os outros dois (Luiz Miranda e Cristiano Tatsch) não fizeram qualquer menção ao episódio, e posteriormente fizeram parte da segunda etapa da história do Instituto. Trata-se da seletividade da memória apontada por Pollak (1989), que não significa nenhum cálculo racional ou cínico na apresentação das versões ou relatos factuais, mas sim como instrumentos de reconstrução da identidade.

“Nós aprendemos que se quiséssemos fazer alguma coisa inteiramente independente, fora do comando da liderança parlamentar, não ia ser na Assembléia e com o apoio deles. Aquilo dependia muito da consagração institucional que a oposição parlamentar dava. Sem o MDB não tinha Assembléia, sem Assembléia não tinha a cobertura institucional do parlamento. Aí tu voltavas para organização clandestina, vida sindical, movimento estudantil, o que fosse. Aquele espaço, na fronteira institucional com a sociedade civil, o esquema era esse, o Iepes era um lugar no qual tu podes estabelecer uma ponte entre a liderança política parlamentar e a sociedade civil. Era uma relação de força. Ou se reconhecia a liderança e a ascendência e a hegemonia de quem estava na frente da luta parlamentar, ou tinha que se adotar outros canais, instrumentos de participação. E como a história estava com eles, quer dizer, os outros caminhos eram os mais restritos, difíceis. Acabou na passagem do tempo, na opção pela luta democrática, a condução dos parlamentares do MDB foi se consolidando como a via principal. Acabamos por nos integrar, nos render e aceitar a participação. Eu trabalhava na Assembléia nesse momento, foi muito duro admitir, muito injusto nós derrotarmos o André assim, um trabalho que ele tinha feito laboriosamente, uma costura super delicada” (Brum Torres).

O trecho da entrevista demonstra alguns elementos que merecem destaque. A importância da dimensão institucional para a viabilidade e para a segurança da realização das tarefas de formulações políticas é o primeiro (que é corroborado por outros depoimentos inclusive como arrependimento quanto ao “racha no IEPES”). A seguir, detecta-se a divisão dos quadros entre aqueles que alternavam a militância no IEPES com vínculos com organizações estudantis, clandestinas, sindicais, etc. e aqueles que priorizavam a participação no instituto (vinculados ao MDB e à liderança de André Forster) ou eram independentes (logo sem vínculos externos). Isto esclarece o significado atribuído ao termo “independente”, geralmente designando a não ocorrência de “dupla militância” (segunda a própria classificação utilizada pelos entrevistados).

Grifa-se, mais uma vez, o papel desempenhado pelo IEPES de intercâmbio entre forças políticas distintas, o encontro de expectativas que o mesmo promovia e sua singularidade como um espaço de diálogo “intelectual” localizado na fronteira entre o

“mundo institucional” e a “sociedade civil”. Este último aspecto pode ser detectado na passagem abaixo:

“Uma coisa que eu acho importante é o seguinte: na verdade as primeiras aparições públicas desses intelectuais paulistas nessa faixa de diálogo são feitas aqui. Porque lá em São Paulo eles não tinham espaço pra fazer isso, nem no Rio. Isso foi uma coisa que o MDB do RS que abriu espaço que em 70,74, no restante do Brasil não tinha um. Ou as pessoas estavam militando clandestinamente ou estavam no sindicato, nas corporações mas num espaço que não fosse nem corporativo e nem clandestino, um espaço aberto, organizado, não tinha. Aqui no RS tinha uma coisa assim” (Brum Torres).

A convivência de projetos políticos diferentes se traduz na dinâmica de lutas internas ao Instituto, mas igualmente nos sentidos que os diferentes grupos a ele atribuíam. Isto explica, em parte, as ênfases ora na continuidade ora na ruptura e o trabalho de reconstituição que os entrevistados realizaram.

A importância adquirida pelo IEPES refletira-se, ainda, na candidatura de André Forster a deputado estadual nas eleições de 1978. Apresentando-se como sociólogo, secretário executivo do IEPES, membro do Conselho Estadual do Setor Jovem e assessor direto de Pedro Simon, ele conta na sua campanha com o engajamento de uma série de lideranças jovens que reconhecem na sua proposta a melhor tradução das aspirações oposicionistas e nas suas posições uma interpretação adequada para a passagem à democracia e desta ao socialismo. André Forster, ao lado de Américo Coppeti, polarizam as opções à esquerda do MDB gaúcho naquela eleição⁴¹. Porém, esta polaridade não significava uma rivalidade entre os candidatos que dividiam as escolhas da “esquerda” no momento, a divisão dos aderentes expressava, por um lado, uma série de alinhamentos anteriores e desenhava cenários partidários futuros, por outro lado, há constantemente a

⁴¹ Havia outras candidaturas denominadas “populares” e “progressistas”, contudo tomando o engajamento dos entrevistados e os resultados eleitorais estas se mostraram centrais.

ênfase nas solidariedades entre as candidaturas, que é condizente com o trabalho de afirmação dos agentes e dos seus espaços em relação aos demais grupos.

No conjunto dos relatos, a campanha de André Forster constitui um fato marcante pelo significado oposicionista e pela propagação dos elementos que compunham então o “ideário esquerdista” dos militantes analisados. Isto pode ser notado nas descrições abaixo de um militante da campanha de André Forster e de outro que inclusive trabalhou em prol da proposta de Américo Copetti:

“[...] a campanha do André [...] quando estavam uns dois meses, três meses, da campanha, eu entrei e a gente fez assim, a coordenação era mais ampla, na verdade uma abordagem mais light acabamos vendo que não dava certo. Então, nós retomamos essa tática parecida com a do Marcos [Klassmann]. Fizemos um panfleto violento também de ataque frontal e aí a campanha começou a deslanchar. Também várias o André foi detido, inclusive no segundo ‘panfletão’ da campanha nós colocamos uma foto dele sendo preso pela brigada, sendo detido” (Daniel Herz).

“Em 78, o Forster foi candidato a deputado estadual, e foi uma campanha bem marcante, bacana, bem organizada, bem trabalhada. Tinha uma referência anterior que era a campanha do Klassmann, apoiada pela Tendência Socialista, bem classista, marcando as diferenças do tratamento do poder público municipal em relação aos bairros centrais e periferia. E a campanha do Forster em 78 bem voltada para a porta de fábrica, foi uma campanha que inovou, também foi o caso da do Klassmann. Chamava a atenção porque tinha tipo um jornal de campanha, distribuído em porta de fábrica. To falando isso porque fazer campanha em porta de fábrica é uma obviedade, os políticos tradicionais também faziam, mas o Forster fazia uma campanha em porta de fábrica pra operário, de interesse pro operário” (J.C. Gastal Jr.).

Cabe, por fim, retomar o argumento do entrecruzamento entre a esfera política e a esfera intelectual possibilitada pelo instituto aos “jovens quadros” que se afirmavam na luta institucional. Para tanto, o diálogo com o trabalho de Sorj (2001) sobre o Cebrap é pertinente para sublinhar alguns aspectos que chamam a atenção na descrição feita ao longo do capítulo. Levando em conta a interlocução entabulada com Pécaut anteriormente, e a própria inspiração original de constituir um “cebrapinho” ou um instituto de elaboração

intelectual no espaço político nos moldes do Cebrap, suscitam algumas considerações a título de balanço do que foi apresentado até aqui.

De fato em alguns aspectos o itinerário e o significado do IEPES se assemelharam aos do Cebrap descrito por Sorj (2001). Inicialmente, no que toca à sua formação atrelada à existência prévia de um grupo de discussão “marxista” no âmbito universitário. No que tange à organização interna, tanto o Cebrap como o IEPES, foram marcados pela inexistência de estruturas formais, pela existência de grandes mesas de debates internos assistida por um público de estudantes e “intelectuais” e por trabalhos produzido *ad hoc*. Além disso, para ambos há a identificação do seu “período heróico” durante a primeira metade dos anos 70 e é ressaltado o refúgio dado para pessoas de identidades ideológicas variadas perseguidas pelo regime.

Outros aspectos poderiam ainda ser enfatizados, principalmente o fato de que assim como o Cebrap, o IEPES “funcionou como uma espécie de ponte e de ‘filtro’ geracional” (p.28) e que tanto um quanto outro devem parte do seu êxito à mediação operada por sociólogos (Fernando Henrique Cardoso no Cebrap e André Forster no IEPES) entre a academia e o MDB. O objetivo não é o de estabelecer uma analogia entre o Instituto (partidário) e o Centro (acadêmico), o que seria completamente arbitrário, mas indicar traços comuns de intersecção entre a dimensão intelectual e a dimensão política na década de 70.

A compreensão deste espectro de posições que habitavam a vida interna do partido (e também do Instituto) torna-se ainda mais rica quanto se analisa uma outra esfera institucional que abrigava a “juventude emedebista” e suas divisões. Este espaço é ocupado por agentes que transitavam pelo IEPES ou dele extraíam elementos para instrumentalizar

uma intervenção política mais direta. O capítulo seguinte trata, então, do Setor Jovem do MDB.

3 – CONSTITUIÇÃO DE “GRUPOS” E CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE INTERVENÇÃO

Este momento do trabalho é dedicado, em primeiro lugar, a situar alguns espaços e modalidades de expressão da “juventude” do MDB partindo do canal constituído primordialmente para tal: o “Setor Jovem”. Em segundo lugar, a atenção deste capítulo recai sobre a constituição de grupos e lideranças jovens nas instâncias institucionais abertas pelo partido oposicionista gaúcho na década de 70.

Para tanto, toma-se, num primeiro momento, o Setor Jovem Metropolitano (SJM) do MDB, cuja visibilidade advinha da sua localização na capital e pelo fato de ter sido um dos primeiros setores jovens a ser formado como em nível municipal, em face à existência original de um setor estadual da juventude. Além disto, o SJM canalizou em um determinado momento uma série de posicionalidades e posicionamentos de “jovens lideranças” que buscavam se afirmar na luta política interna do MDB (inclusive lançando um candidato a vereador cuja campanha agregava “esforços” das lideranças “jovens” de várias localidades). E, em outro momento, o SJM se constitui como o lugar de emergência de uma tendência política de esquerda (mais precisamente “socialista”) que reivindicava um reconhecimento de fronteiras “ideológicas” no interior do partido.

A proposta de articulação de uma Tendência Socialista (TS), na segunda metade dos anos 70, repercutiu nacionalmente (ao menos na chamada “imprensa alternativa”), inserindo-se nos debates sobre a criação de novos partidos, e repercutiu, sobretudo, nas tomadas de posição da “juventude” do MDB gaúcho. Neste momento cristalizou-se, tendo

em vista o universo de estudo, duas direções privilegiadas, ou seja, aquela dos que queriam se distinguir claramente no interior do partido e aqueles que entendiam ser esta apenas uma delimitação formal que fragilizava o partido. Esta divisão se refletiu nos apoios, na eleição de 1978, a dois candidatos: um pela TS (Américo Coppetti) e outro pelo IEPES (André Forster). Sendo assim, o segundo tópico será dedicado ao grupo articulador da Tendência Socialista e que estarão também entre os principais articuladores do Partido dos Trabalhadores no estado.

O último tópico é dedicado ao Setor Jovem de Santa Maria. A escolha deste setor dentre os vários setores jovens municipais foi guiada pela importância da interferência dos seus participantes e dos documentos por eles produzidos nos posicionamentos da “juventude” gaúcha na tentativa de afirmação desta como ator relevante nos debates e disputas internas ao MDB. Ademais, as lideranças deste grupo se apresentavam como porta-vozes de uma perspectiva de permanência da esquerda neste partido, articulando no final da década de 70 o movimento denominado como “Oposições Populares” dentro do MDB. Os membros deste “grupo” optaram, num primeiro momento, pela sigla “sucessora” deste (PMDB), com a reorganização partidária.

Mediante a descrição dos itinerários e dos posicionamentos destes grupos pretende-se verificar os movimentos de aproximação/articulação entre eles, os elementos e os objetos de disputa que os tornavam viáveis, bem como as diferenciações que caracterizavam as forças políticas, suas origens e os momentos de expressão das distinções.

3.1 – O Setor Jovem Metropolitano

O Setor Jovem do MDB (SJ) foi criado graças ao dispositivo presente na Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 21 de julho de 1971, que permitia a organização de “Órgãos oficiais de Cooperação Partidária”. A partir disto, então, o Setor Jovem organizou-se seguindo um princípio de estrutura partidária, isto é, com um Executivo e com um Conselho Político Estadual do Setor Jovem que seria uma espécie de órgão legislativo. Assim, o conselho comportava os representantes dos setores municipais que, por sua vez, elegiam a direção estadual.

No início da década de 70 (fim de 1972, início de 1973⁴²), foi criado o Setor Jovem Metropolitano (SJM) e em 1974 já havia 70 setores municipais espalhados ao longo do território sul-rio-grandense. A importância para a direção partidária em incentivar a organização destes setores, do ponto de vista de alguns entrevistados, se deveria ao fato de que estes seriam “única inserção no meio social” do MDB o que, por sua vez, promovia a necessidade manutenção de um estreito controle sobre os seus movimentos, por parte da direção partidária, através do controle do diretório estadual. Nos demais municípios os setores eram constituídos por iniciativa de grupos que se articulavam com tal propósito.

No caso de Setor Jovem Metropolitano, a organização se deu basicamente via movimento secundarista. Seu presidente, Marcos Klassmann adquirira destaque na atuação a partir do colégio D. João Becker e mobilização no bairro (IAPI) onde residia (e no qual se localizava o colégio) e a partir desta atuação aproximou-se de outros quadros jovens em ascensão:

⁴² Não foi encontrada a data exata de fundação.

“... alguém no movimento estudantil me falou na juventude do MDB... o ato de criação da juventude do MDB foi um negócio curioso, porque no diretório do partido nem luz tinha, quer dizer, nem cadeira. Nós éramos dezesseis pessoas sentadas ao redor de um todo redor de um toco de vela, decidindo o que fazer, literalmente, o que fazer, do Lênin...” (Marcos Klassmann).

O “manifesto da oposição jovem” lançado em Porto Alegre em 08 de outubro de 1972, constitui-se num importante documento de baliza do Setor Jovem do MDB gaúcho. Neste há a pontuação de argumentos que justificam a necessidade de entrada no partido de oposição deste “extrato da população” com vistas a reverter a “condição de origem” da organização, nascida juridicamente no “quadro do processo nacional” como oposição. Assim, no início do “manifesto”, é proclamada a urgência de buscar a afirmação de um “partido de oposição de fato”, por meio da constituição de “bases sociais” representativas das “aspirações populares”.

O primeiro item intitulado “Um partido de oposição” refere-se à apresentação das condições predominantes que são consideradas causas da situação a ser superada. Dois eixos são privilegiados, o primeiro, diz respeito ao “perfil político-econômico”, onde a ênfase recai sobre a situação de exclusão instituída pelo “milagre econômico” empreendido pelo “regime” e, o segundo, refere-se ao processo eleitoral, entendido como “sem valor nem substância, porque não é resultado de um comprometimento livre nem espontâneo, mas expressão de uma opinião cada vez mais forjada à influência das técnicas de propaganda, de slogans, de criação de mitos e congestionada à sombra dos atos institucionais” (p.2).

Uma vez conclamada a necessidade de constituição de um “partido de oposição de fato”, sublinham que não podem, deste processo, estar “afastados os estratos jovens da

população”. O Setor Jovem é então apresentado como o canal aberto para a participação da “juventude”:

“O Setor Jovem do MDB propõe à juventude do RS para unir-se em torno de uma política de oposição consubstanciada no inconformismo das aberrações econômicas, políticas e sociais, onde se aliena ao povo brasileiro o esforço de seu trabalho e o seu direito de manifestar-se sobre as questões públicas de interesse coletivo” (p.2).

O “manifesto” é encerrado com a evocação de princípios valorizados que são utilizados para demarcar bandeiras gerais de lutas:

“A história do país nos últimos anos tem dado elementos suficientes para exigir de cada um e de todos uma definição e um compromisso, e nós, do Setor Jovem do MDB, somos de oposição porque optamos pela LIBERDADE, pela PARTICIPAÇÃO, pela IGUALDADE e pela JUSTIÇA”.

O fortalecimento do SJ gaúcho se refletiu na realização, em agosto de 1975, do 1º Encontro Nacional dos Jovens do MDB em Porto Alegre. O evento foi registrado no documento produzido pela convenção partidária como uma “experiência em execução no Rio Grande do Sul” que “ensejou a juventude oposicionista a expressar, com altivez, com profundidade e de forma amadurecida, o seu posicionamento face à realidade política nacional” (1975, p. 13).

Observa-se nesta passagem o caráter complementar atribuído pela direção partidária ao organismo “para os jovens”, bem como a demarcação de um espaço específico para sua manifestação e a delimitação da sua relevância aos marcos oferecidos pela sigla.

Por seu turno, o presidente do SJ estadual (Paulo Ziulkoski) afirmava a autonomia (inclusive financeira, pois possuíam um fundo próprio) do setor face à direção do partido, e a superação da “bases populistas e eleitoreiras” que existiriam até as eleições de 1974 (declaração dada ao jornal *Movimento* em 11/08/75, p.07). Assim, por um lado, o SJ se

apresentava, do ponto de vista da direção partidária, como um lugar propício para que os “jovens” se expressassem e fossem ouvidos no desempenho do intercâmbio entre o partido e um “segmento populacional”, enquanto a liderança “jovem” fixava o lugar de ação política autônoma e significativa do SJ.

PAULO ZIULKOSKI participou da Juventude Trabalhista ainda no PTB. Foi o único presidente do Setor Jovem estadual do MDB gaúcho e depois da “seção nacional da juventude do MDB”. Na década de 70 trabalhou na Assembléia Legislativa do RS junto à bancada do MDB ao lado de André Forster. Em 1982 concorreu a deputado estadual pelo PMDB e não se elegeu. Em 1992, se elegeu prefeito de Mariana Pimentel (cidade gaúcha formada principalmente por descendentes de poloneses). Em 1986 concorreu a deputação estadual pelo PMDB e novamente em 1990 sendo que pelo PTB. Retornando depois para o PMDB. Em 1997 assumiu a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Renunciou ao cargo de presidente da CNM para concorrer às eleições municipais de 2000 em que foi eleito novamente prefeito de Mariana Pimentel. Em 2 de outubro do mesmo ano, foi reeleito presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Presidente do Setor Jovem Estadual durante todo período de existência deste, Paulo Ziulkoski foi identificado pela maioria dos entrevistados como diretamente ligado à direção do MDB, mais precisamente, ao então deputado Pedro Simon. Este teria sido o motivo pelo qual ele não foi apenas o primeiro como o único presidente do SJ, uma vez que o partido “funcionava a seu favor” nas disputas pela direção estadual do setor. Como se nota na passagem abaixo fornecida pelo presidente do SJM à época:

“Disputamos algumas vezes a direção da juventude estadual do MDB e nunca ganhamos. Ele tinha o apoio do Simon, eu concorria com o apoio de Santa Maria, Pelotas, Porto Alegre, Passo Fundo, e perdia em Cacimbinhas, Caipó, aquelas coisas... [me apoiavam] lideranças em Pelotas, Caxias e perdíamos sempre para a direita nos cafundós, perdíamos sempre pro mesmo cara, era o Paulo Ziulkoski, o cara do Simon” (Marcos Klassmann).

Além disso, também é ativado um corte etário para localizar o presidente estadual do SJ como sem legitimidade para ser o porta-voz da “juventude”, a não ser aquela

conferida pela liderança partidária, tendo em vista que ele não era “jovem” (em relação a idade da maioria) e não era de esquerda (pois era trabalhista).

“O Paulo Ziulkoski, ele era o homem do Simon. Inclusive ele já tinha 30 anos, era velho pra nós, pra nossa faixa de idade. O Setor Jovem tinha uma limitação de 35 anos de idade, ele ela já tava quase fora e não era de esquerda, como não é até hoje, como nunca foi. Ele era, sei lá, trabalhista. A referência política dele era trabalhista, mas era representante do Simon mesmo, que era o grande cacique do MDB no RS” (J.C. Gastal Jr.).

O fator etário “era um pouco elástico”, segundo Raul Pont, que sustenta sua afirmação narrando a estratégia de Paulo Ziulkoski para justificar sua permanência no posto de presidente da juventude emedebista:

“Na época, até havia uma gozação. Porque um dos dirigentes, lá do SJ estadual, pra poder continuar de presidente propôs uma alteração estatutária: poderia ser presidente até os 35 anos, desde que o cara tivesse já sido uma vez presidente antes, que era ele pô! Mas, assim, acima de 35 anos já não dava mais pra passar por jovem. O limite, teoricamente, era os 35, mas 30 anos o pessoal já começava a se sentir meio constrangido de estar junto com o movimento estudantil” (Raul Pont).

Não seria possível pressupor alguma rigidez quanto ao limite de idade para atuar no SJ⁴³. No entanto, este “dado” nunca deixa de estar presente nas classificações dos entrevistados, interferindo nas disputas, posições e disposições. Isto se torna ainda mais relevante à medida que a instância passa a adquirir maior visibilidade nos embates políticos no interior do partido e, posteriormente, nas eleições.

⁴³ É importante perceber como o “envelhecimento biológico” é um dado passível de manipulação quando está em jogo a demarcação de uma identidade. Portanto ele é referente à imagem e aos atributos que o grupo procura fixar. No caso estudado o corte etário (embora elástico) está associado à participação em esferas especificamente “jovens”, o que não exclui desconfianças quanto ao pertencimento de alguns membros. Uma ilustração disto como caso extremo em que uma “geração” é reivindicada por um estilo de vida e não por uma faixa etária é a passagem do livro de Zuenir Ventura (1988): “Aos 44 anos, Pellegrino era um personagem da geração de 68, que dizia não confiar em ninguém com mais de 30 anos [...]. Ela acabou nos ensinando [...] que uma geração não é feita de idades e sim de afinidades” (p. 25).

Sendo então o SJ uma instância institucional para “agregar” a “juventude”, cabe perguntar-se sobre o critério de classificação utilizado para definir este “público jovem”. Do ponto de vista da direção partidária, esta instância servia também para assegurar a filiação de indivíduos que ainda sem atingir os 18 anos, não podiam filiar-se ao MDB. A partir desta idade filiavam-se, mas, no entanto, não deixavam de atuar no SJ.

Como é possível detectar no conjunto das entrevistas, bem como na leitura do material produzido “na época”, a intervenção nesta instância extrapolou as pretensões de trazer o “extrato jovem” para o MDB visando sua colaboração nas intermediações entre o partido e a população. O SJ se fortalece como canal de interferência relevante da “esquerda” no espectro político gaúcho durante o período, inclusive, por tensionar o debate no interior do partido. Isto se deve, em grande medida, pelas identificações ideológicas (algumas reveladas com a participação no IEPES) entre a “juventude” e militantes com outras experiências de engajamento contra a ditadura militar. Portanto, a relativa flexibilidade etária provinha muito da necessidade de incorporar “quadros” que, entre outras coisas, forneciam um arcabouço de “experiências de resistência”.

“Vê bem, também o IEPES, assim como a juventude, na juventude nós acolhemos o pessoal que saiu das prisões... todos os quadros da esquerda. Que espaço de militância eles teriam? Teriam o espaço da juventude. Falei dos 16 que seria o número do toco de vela, em um ano nós já éramos 100, 150, 200, muito influentes. E levávamos uma política forte, muito forte dentro do MDB. Foi na época que o Adelmo Genro⁴⁴, o irmão do Tarso, escreveu o documento chamado “a política de simpatia”, que era uma crítica demolidora ao MDB, ao comportamento conciliador do MDB, e essa crítica nós assumimos ela como nossa... Nós tínhamos uma proposta de enfrentamento da ditadura, de dizer não à ditadura, e o MDB majoritariamente tinha a proposta de dizer mais ou menos” (Marcos Klassmann).

⁴⁴ Adelmo Genro era o presidente do SJ de Santa Maria. O tópico seguinte é dedicado ao grupo articulado por ele.

Deste modo, o SJ era um espaço privilegiado de engajamento da “juventude”. Tendo grande parte dos seus membros advindos do movimento estudantil, ele representava, para alguns, mais um espaço de intervenção política a ser ocupado (atuando paralelamente no ME, no SJ, no IEPES, jornais, organização clandestina, etc.) e, para outros, era mesmo a extensão direta da ação política para um meio institucional, ao lado do IEPES.

Nota-se, a partir dos depoimentos, que enquanto o IEPES se constituía na esfera de debates, formulação e formação política, o SJ se apresentava como a esfera de ação política de fato:

“A formulação política da juventude a gente acabou fazendo toda ela dentro do IEPES. Porque a prática do seminário, do estudo, do grupo de estudo, etc. e tal, nós pegamos toda ela do IEPES... Com a juventude do MDB que se criou essa alternativa de militância, passou efetivamente a dar direção política no ME, basicamente universitário, e começou a fazer as primeiras reuniões com sindicatos, que ainda eram muito vigiados... Claro que sempre que a gente trazia um quadro operário para a juventude a gente fazia uma festa: pô, um operário, e foi isso” (Marcos Klassmann).

Afora o aspecto da formação política, o IEPES também colaborou neste fortalecimento do SJ através da possibilidade aberta de indivíduos com diferentes experiências e com algum grau de sintonia ideológica, passarem a conviver e atuar conjuntamente. O Setor Jovem Metropolitano, então sob a presidência de Klassmann, produz uma série de documentos organizacionais e materiais de divulgação e protestos que visavam demarcar as diferenças de posicionamento em relação à cúpula partidária no tocante aos encaminhamentos da “luta democrática” e, ao mesmo tempo, promover a sigla oposicionista com vistas a fortificar-se nas disputas internas do MDB. Isto é, se o objetivo era “ganhar eleições”, devia-se então arregimentar o maior número possível de filiados que aderissem aos “esquerdistas” nos embates com a “direita” do partido.

Os anos de 1976 e 77 são os de maior intensificação da produção do SJM. Pode-se citar o “Relatório anual da comissão executiva” por ocasião da “IVª Convenção ordinária”,

cujo objetivo, segundo explicitado na introdução, era fazer uma “auto-crítica” objetivando “uma prática política mais adequada à conjuntura presente”. Este “relatório” é composto de dez itens: “1. Introdução, 2. Mobilização popular, 3. MDB – frente democrática, 4. SJM e as direções partidárias, 5. O SJM e o movimento estudantil, 6. O SJM e assuntos municipais, 7. Por uma cultura popular, 8. O SJM e o sindicato, 9. As finanças do SJM e 10. Conclusão”.

Além deste, outros dois documentos são lançados no mesmo período (primeiro semestre de 1976): o regimento interno e a “cartilha nº 1” composta pela “carta de princípios do Setor Jovem do MDB-RS (I – Democracia e Liberdade, II - Política Nacional Independente, III – Justiça Social), a “estrutura do SJM” (Convenção: órgão máximo, Conselho Político, Comissão Executiva, Reunião geral dos militantes) e “órgãos de ação política do SJM do MDB” (Comissão Executiva, Escola de Formação Política, Secretaria de Divulgação e Imprensa, Comitê Permanente de defesa dos Direitos Humanos, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Cultural, Secretaria Estudantil Universitária e Secretaria Estudantil Secundarista, Secretaria Sindical e 1º e 2º Secretarias encarregadas das funções internas da comissão Executiva – SJM).

O empenho organizacional do SJM parece então corresponder aos empreendimentos de fazer daquele espaço uma força política indispensável: preparada para colaborar com o êxito da organização partidária e para confrontar expectativas e disputar posições de visibilidade no seu interior. Isto se objetiva com o lançamento pelo SJM da candidatura de Marcos Klassmann a vereador em Porto Alegre. Em setembro de 1976, o SJM lança o panfleto “Porque Votar, Como Votar, Em Quem votar”, “justificando o ato de votar” e conclamando o voto em Klassmann. Outras cidades tiveram candidaturas homólogas, e as eleições de 76 se constituíram num marco da entrada dos “jovens” na “fase adulta” da

política (conforme eles próprios definiram). Muitas “lideranças da juventude” se elegeu vereador neste ano: José Ivo Sartori em Caxias do Sul, Adelmo Genro e Rita Assis Brasil em Santa Maria, Flávio Coswig em Pelotas, entre outros.

A importância desta eleição é destacada na totalidade dos relatos reunidos e, à época, a possibilidade de conquista de um cargo legislativo é explorada como alto trunfo de luta. Isto pode ser observado no documento “A luta pela democracia, hoje”, em que o vereador é apresentado como instrumento primordial de promoção da “democracia e participação popular” e dos “princípios de luta”, quais sejam: “1. Luta pela crescente participação das classes populares nos processos de decisão da vida política. 2. Luta pela melhoria das condições de vida da população. 3. Luta pela liberdade de expressão, reunião e organização”. Nos desdobramentos disto, três itens condensam a “função do vereador”: “1º O vereador como porta-voz das classes populares, 2º O vereador como agente de politização das classes populares, 3º O vereador como agente de aprofundamento das tendências mais progressistas dentro do partido”.

No que tange à candidatura de Klassmann, esta centralizou atenções, talvez, em primeiro lugar por representar o candidato lançado pelo SJM na capital do Estado, “testando” a “capacidade” eletiva dos “jovens” e, em segundo lugar, pelas suas conseqüências, isto é, a cassação do seu mandato no dia da posse por ter feito um discurso em “solidariedade” ao colega cassado Glênio Perez:

“O Marcos [Klassmann], a eleição do Marcos, assim como o jornal [*Informação*⁴⁵], congregava a esquerda, era uma forma da esquerda deixar de fazer só movimento estudantil. Tanto que o Marcos também era apoiado pela Tendência Socialista e por todo mundo” (Sérgio Weigert).

⁴⁵ Jornal editado pelo “pessoal de Santa Maria” em Porto Alegre, que será tratado no tópico seguinte.

“E aí começamos a trabalhar dentro do SJ, e algumas pessoas dessa turma de Sant Maria, Tarso, Adelmo que eram dissidências do PC do B, tinham sido da ‘ala vermelha’, lá atuavam em Santat Maria... Esse grupo começou a botar o pé em Porto Alegre. Com a idéia do jornal, vinham pessoas pra cá e, claro, como o contato deles era o MDB, o espaço de atuação era o MDB, eles também começaram a se integrar no Iepes, mas nunca assumiram o Iepes diretamente, porque aí já começava um outro momento, foi a grande disputa política, a primeira grande disputa que a gente fez foi na eleição de 76 quando nós lançamos a candidatura do klassmann” (Raul Pont).

Klassmann elege-se com 12. 118 votos e devido ao discurso de posse como líder da bancada do MDB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre proferido em 9 de fevereiro de 1977 sofre a cassação do seu mandato. O fato mereceu várias matérias em jornais de circulação estadual e nacional, constituindo-se como caso exemplar não só para as “arbitrariedades do regime”, mas igualmente colocando em xeque a postura do MDB frente à questão específica das cassações e às estratégias de encaminhamento do processo de “distensão” política brasileira.

No capítulo seguinte este episódio será tratado com o material produzido naquele momento, no entanto, cabe transcrever o depoimento de uma liderança do setor jovem de Pelotas, também candidato eleito à vereança em Pelotas na mesma eleição, sobre a cassação e sua iniciativa perante ela. A narrativa oferecida pelo ex-vereador, com ênfase especial, revela a importância atribuída a este acontecimento como marcante na localização retrospectiva de um posicionamento de esquerda no período:

“Eu me lembro do meu primeiro pronunciamento na Câmara... os vereadores eleitos pela esquerda na época eram o Marcos Klassmann e o Glênio Perez. Esses dois vereadores... repetiram na tribuna da Câmara de Porto Alegre pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados, feitos pelos deputados Amaury Muller e outro deputado de Caxias do Sul, não me lembro do nome agora. Foram os dois deputados que fizeram contundentes pronunciamentos no Congresso nacional e os dois foram cassados pelo AI-5. E em solidariedade aos dois deputados gaúchos, os dois vereadores Marcos Klassmann e Glênio Perez repetiram os discursos dos dois parlamentares e os dois acabaram sendo cassados na Câmara de Porto Alegre, primeiro dia de mandato. Aqui em Pelotas,

por outro lado, eu repeti os discursos dos vereadores em solidariedade..., só que eu não fui cassado porque em Pelotas não teve repercussão política do meu pronunciamento pela imprensa como teve o de Porto Alegre. Se Pelotas tivesse tido repercussão naquele dia pela imprensa estadual como teve o dos vereadores em Porto Alegre, eu não tenho dúvida de que a cassação também viria em cima de mim, porque eu fiz o mesmo pronunciamento de solidariedade” (Flávio Coswig).

A partir das reflexões sobre a experiência de participação nas eleições de 1976, o ano de 1977 se define pela ebulição de discussões pautadas pelas possibilidades, cada vez mais próximas, de “abertura política”. A localização do ano 1977 como ano seguinte ao pleito que elegeu grande parte das candidaturas jovens às câmaras municipais, e antecedente à eleição estadual de 1978, marcada pelo amadurecimento de articulações políticas que permanecerão relativamente às mesmas com a reorganização partidária (ao menos até os anos 80), constitui-se num momento rico de sedimentação das posicionalidades no interior da “juventude”.

O SJM, em maio de 1977, publica o segundo número da revista “Textos & Debates” com os temas “a luta por eleições livres e diretas” (o nº 1 trazia o texto de Jacques Valier e Pierre Salama: “O Imperialismo”). Nesta publicação, o intuito manifesto é o de “dinamizar um processo de discussão no interior do partido” e, para tal, duas são as problemáticas exploradas: 1) “a luta por eleições livres e diretas” e 2) “por uma Assembléia Constituinte livremente eleita”. Sobre o primeiro ponto, diz a síntese que as eleições são:

“... fruto da sistematização de idéias surgidas de uma discussão entre companheiros de São Paulo... Embora contendo reflexões sobre uma prática particular, porque circunscrita à capital paulista, pretende também ser o esboço de uma proposta de dimensões mais amplas: **a necessidade urgente de se constituir, dentro do MDB, um forte agrupamento dos setores democráticos nele representados**, capaz de levar adiante a luta pelas causas populares e, ao mesmo tempo estancar o processo de desvirtuamento do partido promovido pelos adesistas seduzidos, agora, pelas propostas de ‘conciliação’ e ‘entendimentos’ com o governo” (p. 3).

E sobre a Assembléia Constituinte, esta é apresentada nos seguintes termos:

“Neste documento o Setor Jovem Metropolitano do MDB... propõe que o partido encampe nacionalmente a luta por uma Assembléia Constituinte livremente eleita e com anterior liberdade de organização e expressão para qualquer partido político e para todos os setores da sociedade. Esta Assembléia Constituinte significa a redemocratização plena do país e conseqüentemente, o fim do regime autocrático vigente. Não se confunde portanto esta proposta de Constituinte livremente eleita, com propostas de “constituintes” capengas que se dariam a partir de um acordo com a ditadura ou a partir de regras do jogo vigentes. Não se confundem estas das duas propostas, porque enquanto a primeira significa a liquidação do autoritarismo, a segunda significa a sua institucionalização” (p.4)

Deste modo, o documento condensa duas grandes temáticas que estarão presentes no discurso do SJM durante o ano de 1977: a “luta pela constituinte” e a organização de agrupamentos no interior do partido, que culminará nas negociações e articulações políticas consubstanciadas nas eleições de 1978 e, a partir destas, nas opções partidárias seguidas com a reforma de 79.

Sobre este último ponto, em 5/02/1977, na seção do jornal *Movimento*, dedicada às discussões sobre “Novos Partidos”, o assunto é: “as articulações por um partido socialista” com a indicação:

“Em Porto Alegre o MDB Metropolitano propõe a criação de uma ‘tendência socialista’ e em São Paulo é anunciada a criação do movimento ‘Convergência Socialista’. Em outros Estados também cresce o debate – e as articulações – em torno da criação de novos partidos de oposição” (p.3).

No início da matéria, assinada por Teodomiro Braga, o detalhamento de tratar-se do SJM do MDB gaúcho:

“... no dia 23 passado o *setor Jovem do MDB Metropolitano de Porto Alegre* abria um debate nacional com a divulgação de uma nota em que propunha a formação de uma ‘tendência socialista’ no MDB” (*Movimento*, 5/02/77, p. 3)

O presidente do SJM é, desde a candidatura de Klassmann, José Carlos Oliveira (Zezinho), ex-secretário geral deste setor, que se apresenta então como o porta-voz dos empreendimentos internos ao Setor Jovem com vistas à organização e estruturação de uma Tendência Socialista (TS) dentro do MDB no RS. É necessário, contudo, acompanhar o itinerário do grupo, do qual Zezinho fazia parte como articulador “jovem”, responsável pela organização da TS a partir do SJM, num momento em que o debate político emedebista se dava em torno da permanência de uma frente ampla ou de “nuclear as diversas tendências ideológicas existentes dentro do partido” (*Luta Contínua*, boletim informativo do SJM, maio de 1977, p. 6).

3.2 – Da “Nova Proposta” à “Tendência Socialista”

Em 1973 constituiu-se uma chapa para disputar as eleições do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o nome de “Nova Proposta” (além desta, outras duas chapas concorriam: a “Perspectiva” e a “Unidade e Luta”). Faziam parte da “Nova Proposta” jovens recém-ingressos na universidade e outros estudantes que já possuíam uma atividade militante anterior em organizações clandestinas e que, inclusive, participavam do “grupo da economia” que acabaram integrando o IEPES. Uma destas pessoas é Raul Pont, que vinha de atuação no Partido Operário Comunista (POC), uma organização nacional da década de 60, e havia sido presidente do Movimento Universidade Política (MUP) que teria sido, na linguagem do meio, “o braço dentro da universidade do POC”. Aliás, a composição das chapas que disputavam o meio universitário tem sua origem no engajamento político na década de 60, aquele momento em que a universidade e os estudantes estavam no centro dos investimentos da repressão e de resistência.

Por este motivo, muitos “jovens esquerdistas” ingressos na universidade na década de 60, sob o efeito da vigilância sobre quaisquer ações “suspeitas” e principalmente do recrudescimento do regime em 68 para todas as esferas e atitudes passíveis de serem enquadradas “subversivas”, saem de cena. Os menos visados ou “comprometidos”, retornam no início dos anos 70 e um dos primeiros lugares a ser retomado é a universidade e, por conseguinte, a política estudantil. Que a universidade se constitui no espaço privilegiado de ação contestatória, nem há necessidade de argumentação.

Por tudo isso, as facções do movimento universitário durante a década de 70 contaram com a influência da articulação destes personagens advindos de um evento

marcante anterior e o resultado dos encontros neste meio forjaram posições políticas relativamente estruturadas na UFRGS naquele período.

Raul Pont fixa sua distinção geracional no interior de seu grupo na universidade:

“Todos os mais velhos, tínhamos em comum essa origem nos anos 60. Muitos não tinham passado por essa experiência e nós mantínhamos uma ligação com esse pessoal que militou conosco e estava fora. Tipo o Koutzii, estava fora do Brasil, estava exilado na Argentina; o Marco Aurélio Garcia, o Emir Sader, o Eder, que faleceu. Porque todos nós tínhamos sido do POC. A maioria saiu pro exílio, alguns foram presos, e a gente mantinha um vínculo orgânico, porque nós tínhamos, nos conhecíamos pessoalmente, tínhamos uma confiança grande uns nos outros, sabíamos que estávamos no mesmo barco, ainda que estivéssemos separados temporariamente por razões da repressão. Então a gente mantinha contato pra saber o que um estava fazendo, o quê que os outros estavam pensando, nisso havia uma interação, uma influência grande” (Raul Pont).

A distinção inversa também é afirmada:

“No caso nosso, tinha as mais variadas coisas, não tinha nenhuma filiação, relação com outros grupos do país. Uma ressalva que pode ser feita nisso é que o mais antigo do nosso grupo era o Raul. O Raul vinha do POC... O nosso projeto era construir uma organização revolucionária, a nossa leitura, e nós íamos lá buscar em Lênin, essa turma aí, lá nos clássicos marxistas. Mas não tinha nenhuma filiação de organização, partidos existentes, nosso projeto era construir uma organização revolucionária. Por exemplo nós utilizávamos na universidade, uma marca que era muito nossa, era nas discussões sobre movimento estudantil e universidade, coisa e tal [...]” (Paulo D’Ávila).

Observa-se então que este último, ao contrário do primeiro, ressalta sua desvinculação com qualquer outra organização que não aquela a que está se referindo. Mas revela a interferência de Raul quando aponta a “questão da universidade política”, aquela anteriormente citada como bandeira do MUP. Além disso, os dois depoimentos sublinham a organicidade e capacidade de mobilização do grupo NP, que promovia encontros “reservados” para discutir e formular “estratégias” e “táticas” de ação. Com esta dinâmica conquistaram diretórios acadêmicos e o DCE, em maio de 1976, cujo presidente foi Renato

Oliveira (então estudante de Ciências Sociais, que nos últimos anos ocupou a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e a Secretária de Ciência e Tecnologia no RS do governo Olívio Dutra).

Da atuação no meio estudantil, alguns componentes do grupo entram no IEPES visando, conforme enfatizado nos relatos, extrapolar e acumular “espaços de intervenção” do grupo.

“Nós tínhamos um bom fôlego dentro da universidade, mas como nós tínhamos a idéia de construção de uma organização revolucionária, qual era a percepção que nós tínhamos: que o ambiente da universidade era muito restrito, que nós tínhamos que dar o passo de ir pra fora da universidade, esse era o nosso projeto, não adiantava nós ficarmos fazendo barulho dentro da universidade... E é por isso que nós criamos... começamos a atuar fora do movimento estudantil, buscando espaços de intervenção” (Paulo D’Ávila).

“A gente continuou o trabalho na universidade, mas as pessoas da universidade sabiam o que nós fazíamos no IEPES, nem todo mundo foi pra lá, tinha gente no centro acadêmico, mas era um trabalho minimamente orgânico que a gente já tinha. E claro que lá no Iepes, a gente procurou fazer com que as linhas de pesquisa, o tipo de trabalho do Iepes, sofresse uma influência nossa, e a gente agia de maneira minimamente orgânica. E no Iepes, aos poucos, figuras como o César Busato, que estava conosco, o Cristiano que era dessa turma que vinha da Economia, mais tarde o próprio João Carlos Brum Torres, o Caçapava, foram se aproximando mais do MDB, do trabalho do André, e nós sempre com um pé dentro e um pé fora, ou seja, sempre desconfiados e com limites na relação com o MDB enquanto partido” (Raul Pont).

A opção por participar de um canal oficial de engajamento político de um grupo que se identificava e era identificado por suas posições “mais à esquerda”, é justificada, então, pela estratégia de “ocupação de espaços” segundo uma orientação ideológica constantemente reivindicada.

Cabe observar a leitura (e avaliação) retrospectiva das escolhas em que o “ideal democrático” filtra o entendimento das condutas passadas, reorganizando os sentidos atribuídos e agilizados para estabelecer diferenças com relação aos “outros”. No fragmento que segue, isto fica evidenciado na argumentação que distingue a “prática” do “discurso” a

partir das tomadas de posição em relação à expressão de síntese a “luta pelas liberdades democráticas”:

“Nós tínhamos uma longa pendenga em cima da palavra de ordem que era ‘luta pelas liberdades democráticas’, que era defendida tanto por aquele grupo que era *Unidade e Luta*, como pela *Perspectiva*. E nós éramos críticos a isso aí, por equívoco, nós dizíamos que a ‘luta pelas liberdades democráticas’ era uma coisa pequeno-burguesa ou burguesa, não era nossa tarefa fazer isso aí. Então, enquanto os outros nas suas plataformas, nos seus programas colocavam a ‘luta pelas liberdades democráticas’, nós dizíamos que era uma coisa vazia, que não levava a nada. E nós chegamos a fazer um contraponto com eles que nós éramos pela prática da liberdade. Enquanto no discurso nós tínhamos um grande equívoco que era não aceitar a palavra de ordem ‘luta pelas liberdades democráticas’ e eles estavam corretos, naquele momento de ditadura era uma questão central. No discurso eles estavam corretos e nós estávamos equivocados, no entanto nós tínhamos uma prática que se invertia. Quando chegava na prática, nós buscávamos todos os espaços possíveis pra intervenção e não colocávamos restrição nenhuma se o partido era burguês se era isso ou aquilo. Se havia algum espaço de intervenção, nós lá estávamos. E é por isso que quando dá essa passagem de saída do ambiente estudantil pra buscar espaços lá fora, quem vai fazer essa ponte é o nosso grupo” (Paulo D’Ávila).

A participação no IEPES, assim, teria sido sempre guiada, por um lado, pela necessidade de intervenção em diferentes espaços e este era um canal relevante, e, por outro lado, por ser este uma instância que garantia a “cobertura” institucional para a realização de reuniões e discussões entre pessoas com algum “receio” das investidas do “regime”:

“[...] o Iepes serviu muito pra isso, era o anteparo, era uma proteção, o cara chegava e dizia: não, tô aqui no Iepes, do MDB, isso aqui não é um partido, é um instituto de estudos, estamos aqui estudando, discutindo. Mas é evidente que isso nos aproximava, começava a refazer coesões programáticas, políticas e nos abria crescentes contatos, porque num momento em que está tudo difícil, ou seja, reunir 40, 50 pessoas era um sucesso. Fazer uma assembleia, trazer o Fernando Henrique e juntar 400, 500 pessoas na Assembleia, era a glória, já era movimento de massas [...]” (Raul Pont).

As aproximações proporcionadas pelo IEPES se refletem na entrada do grupo no Setor Jovem Metropolitano, apresentada segundo a mesma lógica de “ocupação de

espaços”, contudo com a possibilidade de disputar, e não somente debater, a orientação do partido oposicionista no encaminhamento da “luta contra o regime”.

A entrada do grupo para o SJM e a ocupação do posto de Secretario Geral do setor por Zezinho têm como desdobramento o “encampamento” da candidatura de Klassmann pelo grupo ao lado de outras forças políticas da “juventude emedebista”. Assim, enquanto no IEPES a liderança reconhecida do grupo era Raul Pont (o mais “apto”, tendo em vista as “características” dos componentes do instituto), no SJM ela será atribuída ao “jovem” José Carlos de Oliveira, o Zezinho. José Carlos se constituiu no mediador do grupo com as demais “lideranças jovens” e até mesmo com alguns parlamentares do MDB.

“... como no SJ havia uma turma muito nova... Era uma turma que estava aglutinada em torno do Zé e que atuava em torno do SJ do MDB. O Zé trabalhou no gabinete do Porfírio Peixoto, porque o Porfiro trabalhava naquela região de São Luiz, o pai do Zezinho era prefeito de São Luiz, então já eram pessoas bem ligadas. O Zé muito novo, guri, chegou aqui com 14 anos, mas tinha uma dedicação, uma militância muito grande e apesar de ser meio jovem assumiu muito o SJ, a ponto que em seguida ele passou a ser o presidente do SJ” (Raul Pont).

Os vínculos políticos de José Carlos de Oliveira, então, permitiam que ele transitasse com maior “facilidade” no MDB, o que pode ser exemplificado, seguindo as narrativas dos dois entrevistados, pelo fato de que, em quanto todo o grupo, eventualmente, em situações de Convenção do partido, tinham suas fichas “surrupiadadas” e não podiam votar, com Zezinho isso nunca aconteceu, segundo os relatos, por ter sua ficha abonada pelo então senador Paulo Brossard.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (Zezinho), nasceu em São Luiz Gonzaga. É filho de Jauri Gomes de Oliveira, prefeito de São Luiz Gonzaga em 1976 pelo MDB, deputado estadual em 1986 pelo PMDB e novamente prefeito de São Luiz em 2000 pelo PSB. Zezinho veio para Porto Alegre aos 14 anos e ingressou no Setor Jovem Metropolitano do MDB do qual foi secretário geral e depois presidente. Foi assessor do deputado estadual Porfírio Peixoto e do também deputado estadual Américo Copetti. Participou da articulação da Tendência Socialista no MDB do RS na segunda metade da década de 70 e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no estado. Em 1982, concorreu à vereador pelo PT, não conseguindo se eleger. Destacou-se ainda pela militância e liderança da Democracia Socialista (tendência do PT). Faleceu no início da década de 90.

Tendo sido secretário geral do SJM na gestão de Klassmann, quando este sai para candidatar-se em 1976, José Carlos assumi o posto de presidente da “juventude emedebista” de Porto Alegre e, nesta condição, participa das articulações para a formação de uma Tendência Socialista do MDB. Com base nos relatos, pode-se elencar alguns fatores que teriam convergido para o amadurecimento desta iniciativa.

Um deles seria a percepção surgida das avaliações sobre o resultado das eleições de 1976. A vitória de vários candidatos “jovens” revelava a existência de condições propícias para a recepção do “projeto” encarnado pelo grupo. Outro seria a “tentativa de golpe”, dentro do SJM, para de “derrubar” Zezinho. Isto indicava a necessidade de delimitar outro espaço de identificação para potencializar o alcance das iniciativas políticas do grupo. Soma-se a estes, o fato de, por um lado, a maioria não se considerar “jovens” a ponto de continuar atuando no setor e no movimento estudantil, por outro, vislumbrava-se a possibilidade para a formação de um agrupamento a partir dos debates que se multiplicavam sobre a criação de novos partidos.

Concomitantemente à organização da Tendência Socialista no RS, se deu a participação de Raul Pont no Conselho editorial do jornal *Em tempo* de São Paulo. A atuação neste veículo adviria das relações estabelecidas em Campinas com mineiros (que estavam fazendo o mestrado) que haviam composto a sucursal do jornal *Movimento*. Além

disso, há as ligações entre os grupos estudantis “Peleia” da UFRGS e “Centelha” da UFMG, os quais os primeiros vinculados à TS e os segundos a este “pessoal da sucursal”. “Então começamos a aglutinar isso em torno do *Em tempo* e surgiram (tinha uma outra turma em São Paulo) aí os contatos com o pessoal que eu conhecia” (Raul Pont).

A proposta de organização da TS, assim, ganha evidência em 1977, já com o lançamento da candidatura de Américo Copetti para o senado em 1978, na verdade como uma “anticandidatura” frente ao “candidato oficial do partido” Pedro Simon, objetivando “propagandear as idéias socialistas” (*movimento*, 5/02/77, p.3).

Em maio de 1977, o boletim informativo do SJM publica o posicionamento de Copetti e João Gilberto Lucas Coelho sobre a criação de uma tendência socialista no interior do MDB. O título do depoimento do primeiro é: “somente o socialismo é plenamente democrático”. E do segundo: “João Gilberto quer uma solução socialista para o Brasil” (*Luta Contínua*, nº 4). Fragmentos destes depoimentos são utilizados em matéria do jornal *Movimento* dedicado ao debate que ocuparia o centro das atenções das “correntes autênticas do MDB”. O jornalista Teodomiro Braga afirmava:

“As posições defendidas por Américo Copetti e João Gilberto refletem de fato o nível a que chegou o debate entre as correntes autênticas do MDB. Já se pode localizar, a grosso modo, duas concepções em relação à questão. A primeira acha que só se deveria pensar na criação de novos partidos no caso de uma abertura política plena ou a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. A segunda defende que se deveria criar um partido político mais autêntico se a abertura política que se espera ainda neste regime abrir um espaço político razoável” (*Movimento*, 10/10/77).

A primeira matéria (10/10/1977) é reproduzida no boletim do SJM em que o a chamada de capa é “UM PARTIDO SOCIALISTA NA BRASIL?” (*Luta Contínua*, nº 6, 5/11/77). Antecedendo esta reprodução, há a transcrição da manifestação de José Carlos

feita à imprensa de Porto Alegre no dia 11 de outubro do mesmo ano. Pode-se ilustrar o tom desta “manifestação” com a passagem que segue:

“Se hoje os socialistas que compõem o Movimento Democrático Brasileiro não têm condições para fundar o partido socialista no Brasil, isso não quer dizer que devemos continuar diluídos dentro do MDB sobre a hegemonia de setores conservadores e liberais” (Idem, p.2)

Este informativo encerra com a reprodução de uma entrevista à revista Isto é de “Luiz Inácio da Silva, ‘o Lula’”, em que “O líder dos metalúrgicos fala de suas lutas e de ontem e de hoje” e em um dos fragmentos sublinhados expressa-se os dilemas enfrentados e as perspectivas adotadas: “No passado fomos usados pelo PTB, agora, os resultados de 1974 e 1976 não tornam o MDB o nosso partido”.

Desenhava-se a partir das afinidades nas falas das lideranças alinhamentos possíveis em um cenário de efervescência política. Os posicionamentos da liderança sindical em ascensão (‘Lula’), adquiriam acolhida pelas “jovens lideranças socialistas gaúchas” que demarcavam seu espaço distanciando-se da tradição trabalhista presente no Rio Grande do Sul.

Em julho de 1978, o SJM lança um “Projeto de Construção e Programa” para a Tendência Socialista, que se divide em quatro itens: “I) condições estruturais do país, II) a conjuntura política atual, III) a construção da TS, IV) plataformas de lutas da TS. Em setembro deste mesmo ano circula o primeiro boletim informativo da TS e um documento sobre as “Proposições Básicas para a construção de um partido socialista, democrático e popular” que se constitui “em uma síntese elaborada pelos núcleos de socialistas que em São Paulo estão debatendo e propondo a criação de um PS no Brasil”. Em outubro de 1978, o SJM promove o “Comício da oposição popular”. Segundo matéria publicada no jornal

Em Tempo, este “foi considerado por todos os oradores o mais significativo comício realizado na cidade desde 66”. Os oradores eram José Carlos Oliveira (presidente do SJM e membro da TS), Américo Coppeti (deputado estadual e vinculado à TS), Roque Steffen, André Forster, Porfírio Peixoto, Lélío Souza, Fernando do Canto, além de Pedro Simon e Paulo Brossard (*Em Tempo*, 6/8/78, p.2).

No dia 22 de outubro de 1978 realizou-se em Porto Alegre a convenção estadual de fundação da Tendência Socialista, segundo matéria publica em 30 de outubro de 1978 no jornal *Em Tempo*:

“A Tendência Socialista, composta essencialmente de profissionais liberais e estudantes universitários e secundaristas, se lança agora na campanha eleitoral. No entanto, como está definido em seu programa suas tarefas não se limitam às questões eleitoreiras. Ao contrário. Tudo indica que seus objetivos passam pela rearticulação partidária e, ainda mais, pela constituição de um pólo organizado na luta pelo socialismo” (*Em Tempo*, 30/10/78. p.2).

Deste modo, agora como tendência, o grupo se engaja na campanha eleitoral de 1978. Américo Copetti acaba concorrendo à reeleição pela TS (já era deputado estadual desde 1974). Apesar de já ser deputado, a escolha teria sido feita com base na sua auto-definição como socialista e, afora isso, José Carlos Oliveira havia saído do gabinete de do deputado Porfírio Peixoto para trabalhar com Copetti, estreitando as relações entre o parlamentar e a tendência. No pleito de 1978, a TS apoiou ainda para deputado federal Erani Müller (irmão de Amaury Müller⁴⁶) que não se elege.

⁴⁶ Amaury Müller era deputado federal do grupo autêntico e foi cassado pelo regime militar. Sobre a cassação, seus dados biográficos e suas avaliações sobre o período ver o depoimento que o ex-deputado deu a Ana Beatriz Nader publicado em livro dedicado aos autênticos do MDB (Nader, 1998).

AMÉRICO COPETTI é advogado e bancário (funcionário do Banco do Brasil), tendo sido líder sindical esta categoria. Foi duas vezes vereador em Novo Hamburgo (região metropolitana de Porto Alegre) e disputou a prefeitura deste município em 1972. Eleito deputado estadual em 1974, reelegeu-se em 1978 com sendo o candidato oficial da Tendência Socialista do MDB no RS. Concorreu novamente à deputado estadual pelo PDT em 1982 e não conseguiu se eleger. Em 1990 é candidato à suplete de senador de Matheus Schmidt pelo PDT.

Este último é o argumento utilizado pelos articuladores da TS para afirmar seu agrupamento, conforme se pode notar da declaração de Zezinho dada ao mesmo jornal:

“Não podemos ingenuamente esperar que um dia a democracia seja decretada e, depois do decreto, ser publicado no *Diário Oficial*, constituir-se os partidos políticos. Obviamente não será assim que se desenvolverá a conjuntura política brasileira” (*Movimento*, 5/2/77, p. 3).

Entre os candidatos tidos como “mais à esquerda do MDB gaúcho”, Coppeti é único que alcança uma cadeira na Assembléia Legislativa, sua votação é de 16.630 votos. Além deste dois outros candidatos que eram identificados com a esquerda do MDB obtiveram expressivas votações: André Forster (16334 votos) e Roque Steffen (8844 votos).

A opção de entrada na Tendência Socialista já refletia a “disposição” para a independência em relação ao MDB e a colocar em obra imediatamente, ou melhor, continuar o processo revolucionário que acreditavam estar orientando. Nesta lógica, segundo os depoimentos, a possibilidade de organização do PT se colocava como tática de constituição do partido revolucionário.

Referindo-se ao “pessoal de Santa Maria”, que não entrou no primeiro momento no PT, um dos articuladores da TS e deste partido no estado sublinha:

“Eles montaram em Santa Maria um ‘grupão’. Um ‘grupão’ com uma boa intervenção, uma boa politização, mas nunca fugiram na asa do Simon, do MDB. Inclusive, o nosso afastamento vai se dar basicamente nisso aí, quando eles permanecem no MDB, e a gente vai pro PT” (Paulo D’Ávila).

Na leitura retrospectiva do então membro da Tendência Socialista o momento de afastamento entre as forças políticas coincide com as tomadas de posições partidárias. Esta é uma interpretação recorrente entre os entrevistados, no entanto algumas das razões destes afastamentos podem ser apreendidas com a análise das origens dos grupos e seus itinerários. A seguir, será apresentado o grupo formado em Santa Maria e liderado por Adelmo Genro Filho.

3.3 – O “Pessoal de santa Maria”

Na cidade de Santa Maria, na década de 70, um grupo de jovens se articulou em torno da liderança de Adelmo Genro Filho. Por ser uma “cidade universitária” a maioria destes eram provenientes de outras pequenas cidade do interior gaúcho e no convívio estudantil inauguraram seu engajamento político. A grande parte dos entrevistados e dos citados por eles eram estudantes de jornalismo, tal como Adelmo. Com exceção de Maria Rita Assis Brasil que cursava medicina.

“Eu era um guri interessado nas coisas do mundo. Eu lia muito, mas a política como uma instância de intervenção da minha relação com o mundo não era uma coisa organizada nem pensada e a partir daí [da universidade], o Adelmo e eu começamos a discutir muito, e nós discutíamos de tudo. Era uma discussão absolutamente cotidiana, desde Shakspeare até o MDB, era o tempo inteiro isso” (Sérgio Weigert).

“Quando eu entrei na universidade caí num terreno fértil porque já havia, por exemplo, o Adelmo, o Sérgio com militância. Um pessoal... que já era militante não só do MDB como alguns deles haviam integrado organizações então na época clandestinas, foi o caso dos integrantes da ala vermelha, que era uma dissidência do PC do B... Eu não fiz movimento secundarista” (Beto São Pedro).

“Logo entrando no primeiro ano da faculdade, medicina, em 72, iniciei a participar no movimento estudantil. Acho que não ia dizer indiretamente, logo a gente começou muito diretamente em tudo isso” (M^a Rita Assis Brasil).

A liderança de Adelmo Genro Filho é proclamada em todos os depoimentos. Sempre referido como o centro da sistematização das discussões e das ações do grupo, seu potencial mobilizador é atribuído, primordialmente, à origem familiar (pais e irmãos) e à sua experiência militante prematura (“ala vermelha” do PC do B), que o distinguia frente aos novatos seguidores.

“ADELMO GENRO FILHO nasceu no dia 25 de dezembro de 1951, em São Borja, e em 1953 mudou-se com a família para a cidade de Santa Maria, interior do RS. Lá residiu até 1982. Formou-se como jornalista em 1975 pela Universidade Federal de Santa Maria. Na década de 70 exerceu intensa atividade política, como líder estudantil e membro de organizações políticas que resistiam ao regime militar. Em 1976 foi eleito vereador em Santa Maria, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exercendo mandato até 1982, quando transferiu-se para Florianópolis enquanto professor do Curso de Jornalismo da UFSC: ‘... pode-se dizer que sua preocupação com a política teve origens familiares: seu pai, também chamado Adelmo, foi vice-prefeito de Santa Maria pelo antigo PTB e cassado pelo golpe militar de 64; sua mãe, Dona Elly, sempre foi possuidora de um pensamento social progressista e de esquerda; e seu irmão, Tarso Genro, é militante desde muito jovem. Foi perseguido pelo regime de 64 e exilou-se no Uruguai na década de 70’. Na UFSC [Adelmo] cursou o mestrado em Ciências Sociais, concluído em 1986, apresentando como tese de dissertação um trabalho sobre teoria do jornalismo que resultou na publicação com o título de *O segredo da pirâmide*. Em 1987 licenciou-se da UFSC e, transferindo-se para POA, foi um dos fundadores do Centro de Estudos de Filosofia e Política (CeFiP), vivendo um período de intensa produção. Em 1988 Adelmo continuaria licenciado da UFSC para desenvolver pesquisas e atividades no CeFiP. Em fevereiro de 1988, entretanto, veio a falecer tragicamente, em Florianópolis, no Hospital da UFSC, em decorrência de uma virose que, em poucos dias o levou à morte. Foi casado com Letícia Pasqualini, com quem teve duas filhas Posteriormente casou-se com Márcia Soares, com quem viveu até falecer. Partidariamente militou no MDB, [com a reorganização partidária foi para o PMDB] e posteriormente (1984) para o Partido dos Trabalhadores (PT). Na clandestinidade, atuou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na dissidência do PCdoB e, posteriormente, no Partido Revolucionário Comunista (PRC). Como jornalista atuou no jornal *A Razão*, de Santa Maria; no *Semanário de Informação Política*, de Ijuí e no *Jornal Informação*, semanário da imprensa independente, de Porto Alegre. Publicou sete livros, sendo três em conjunto com outros autores, e dezenas de artigos em jornais e revistas”. Fonte: Site da Internet de Adelmo Genro Filho cujo responsável é Daniel Koslowsky Herz.

“[sobre Adelmo] A disposição pra pesquisa, pra investigação, pro aprofundamento dos assuntos. Uma condição de se debruçar intelectualmente e também de forma militante sobre o mundo correspondia... respostas pras inquietações, pras indagações que eu também fazia. Então era uma aproximação natural, assim, a gente trocar livros, fazer leituras comuns. O grosso das leituras era de marxismo, de literatura em geral. Então, em síntese toda pauta de discussão, pauta de preocupações e discussões comuns. Isso aí desde convívio anteriores. Eu falei de 13, 14 anos porque eu me lembro aí de ter já exercitar uma posição mais sistemática de leituras, mas com 10, 11 eu já passava férias na casa dos meus tios em Santa Maria. O Tarso já tinha uma atuação militante, o Carlos um pouco menos, mas tinha também uma postura política (Carlos é o irmão mais velho que fez medicina) então era um lugar de ebulição de idéias. O principal elemento de impulso foi por aí” (Daniel Herz).

“O Dr. Adelmo já era estigmatizado como um cara de esquerda, comunista. O Tarso voltou e aí, o Tarso era o irmão mais velho, imagina só. O Adelmo tinha militado na ala vermelha que era o racha que tinha tido com o PC do B... Então ele tinha militado, e a nossa relação cresceu muito. Eu me lembro que era o tempo inteiro discutindo, discutindo. Eu pedia livros pra ele, lia muito Marx, a gente discutia política” (Sérgio Weigert).

“O Adelmo era meu amigo íntimo, próximo, assim, e a partir de um grupo que era incipiente eu comecei a participar, apesar dos 18 anos, eles eram um pouco mais velhos que eu. Comecei a participar e finalmente assim encontrei, digamos né, como se materializava as questões que pra mim eram muito importantes. Sentimentos todos que eram valores genéricos e como é que se materializava a luta disso na política” (M^a Rita Assis Brasil).

“O Adelmo era o principal referencial nosso. Era o militante mais antigo. Por influência do irmão mais velho ele começou com a militância aos 13 anos. Me parece que foi organizado com a ala vermelha já com 14, 15 anos... O fundamental em termos de referência, o Adelmo era a principal referência. Ele era uma referência de massa porque o pai dele tinha sido vice-prefeito, tinha sido cassado, o Tarso era vereador e foi cassado na época do golpe e se exilou no Uruguai” (Beto São Pedro).

O traço fundamental reivindicado por este grupo nos relatos é a preocupação intelectual como dimensão organizadora de uma percepção política e ideológica que, por sua vez, se sustenta pela tentativa de associar uma postura indistintamente intelectual, cultural e filosófica como componentes indispensáveis da ação política:

“A gente nunca conseguiu entender a política separada dessas áreas da cultura, da literatura. Até porque os marxistas na época, mais tradicionais, escreveram muito sobre estética. Tanto que a gente nunca separou política da filosofia, ou seja, nós inclusive tínhamos uma visão de apreender a política pelo caminho da filosofia. A arte em termos gerais como instrumento de apreensão da realidade. Que é uma tradição que vem do pessoal da década de 60, no caso, da turma do Tarso. Todos os grandes escritores brasileiros, todos eles tiveram atividade engajada política, de Drumond aos mais recentes... Na verdade a gente constituiu um grupo de amigos, solidários nessa luta o que, enfim, acabava também reduzindo nosso convívio social a esse grupo. Então a gente, nós fazíamos discussões sobre filosofia, sobre poesia, sobre literatura, tava sempre mais ou menos em contato” (Beto São Pedro).

A homogeneidade e a coesão do grupo é dada por estes vínculos. As fontes de sociabilidades (círculos de discussões e laços afetivos) articulam disposições políticas e intelectuais que produzem uma forte identificação entre seus membros e o reconhecimento dos outros grupos. Tal “sintonia” acaba estabelecendo, na percepção dos entrevistados, a

fonte da evidência conquistada nos embates internos à juventude e, até mesmo, internos ao partido de oposição.

“Na verdade, lá em Santa Maria, isso dá para dizer, a gente, tinha de fato uma posição de liderança assim, em relação à juventude do RS. Porque o pessoal de Porto Alegre não produzia nada. O Marcos, cada vez que a gente chegava com um documento dizia: lá vem esse pessoal de Santa Maria de novo. Então como a gente escrevia, como a gente vinha sempre pra esses, todos os encontros do MDB a gente tava junto. E a gente então tinha uma determinada hegemonia: olha, era o pessoal de Santa Maria, pessoal de Santa Maria. Então nós, por uma via absolutamente intelectual, a gente foi construindo uma outra relação mesmo com a política, com o MDB e assim por diante” (Sérgio Weigert).

Dos espaços de atuação política do “pessoal de Santa Maria”, então, a universidade é, assim como para todo o conjunto de agentes tratados nesta dissertação, a instância privilegiada de articulação política da juventude. A partir da participação no movimento estudantil universitário, assumidamente reunida em torno da liderança de Adelmo Genro Filho, aparece sempre (e isto também para o conjunto dos entrevistados) quase como a etapa inaugural de engajamento político, como sendo a universidade aquele espaço de articulações e de confrontos das variadas orientações que forjam o espectro de posicionalidades da juventude.

O Setor Jovem do MDB, em geral, se constituía no vetor institucionalizado de expressão destes embates e das forças políticas jovens que balizavam as tomadas de posições. O SJ aglutinava a “juventude” disposta a atuar no canal institucional aberto pelo MDB em nome do “enfrentamento da ditadura militar”, mas ele comportava diferenciadas filiações ideológicas cujos rótulos de identificação delimitavam grupos e demarcavam o confronto entre eles, inclusive pela direção do SJ e visando intervir nas ações do próprio MDB:

“[...] o fato que motivou a criação do SJ, [foi] primeiro a política nacional do MDB, no sentido de mobilizar a juventude, e aos que aderiam, Odigamos assim, às propostas. No caso do MDB jovem como um todo, era a luta contra a ditadura, era a luta pela democracia, claro que matizada segundo grupos que centralizavam em cada cidade, ou dentro de cada cidade, como o caso de Porto Alegre. Tinha dentro dessa luta visões diferentes segundo, digamos, orientações filosóficas, dentro do próprio marxismo dividiam-se os grupos que eram stalinistas, os que vinham das variantes do trotskismo” (Beto São Pedro).

No caso do Setor Jovem do MDB de Santa Maria há, ao menos tomando como base as entrevistas realizadas, uma transposição imediata de um grupo organizado no meio universitário para o SJ. Ao contrário de localidades como Porto Alegre e Pelotas em que são evidenciadas as disputas acirradas entre “correntes” ou “tendências” da “juventude” pela regência de determinadas esferas, em Santa Maria verifica-se a existência de um grupo quase hegemônico e coeso que transita e se impõe em variados canais de atuação da “juventude” de esquerda.

Em 1973, Adelmo, segundo os depoimentos, teria sido convidado por César Schirmer, então presidente do Diretório Central dos Estudantes, a participar da primeira diretoria do DCE que, por sua vez, convida Sérgio Weigert a participar do mesmo com ele. A consideração de que a intervenção no movimento estudantil deveria ser expandida para fora da universidade, leva à organização, em 1974, do Setor Jovem do MDB de Santa Maria. Não raro são enfatizadas as condições propiciadas pelo trabalho prévio de lideranças “jovens” com destaque no cenário político estadual e nacional, principalmente de César Schirmer e João Gilberto Lucas Coelho, eleitos deputado estadual e deputado federal respectivamente no pleito de 1974:

“O Adelmo foi o primeiro presidente do Setor Jovem. Do ponto de vista político, foi aí que começou essa nossa relação com o MDB, que era uma relação muito tensionada. A gente puxava o tempo inteiro para a esquerda e a gente agregava uma determinada juventude lá em Santa Maria. Primeiro era o Adelmo e eu,

depois entrou o Beto... Foi esse processo que foi nos aproximando e foi nos inserindo nas disputas que ocorriam no RS” (Sérgio Weigert).

O SJ de Santa Maria é presidido por Adelmo até 1975, ano em que se forma em jornalismo pela UFSM e é substituído no posto por Sérgio Weigert. No decorrer deste ano, este setor produz um documento cuja tese é adotada pela grande maioria dos jovens e com forte incidência no discurso político do MDB gaúcho. Direcionado aos significados da eleição de 1976, o documento intitulado “O MDB e a Política de Simpatia”, apresentado em julho de 1975 numa reunião do partido, defende a “independência crítica e oposição” que teriam marcado a vitória da oposição nas eleições de 1974, rechaçando, assim, a “aproximação com o governo, particularmente com o Presidente da República no sentido de sensibiliza-lo para de certa forma, modificar seu comportamento político” (jornal *Movimento*, 05/01/1976, p. 13).

Na matéria publicada no jornal *Movimento*, há ainda a referência ao documento apresentado em um “Encontro de Capão da Canoa”, pelo MDB jovem de Santa Maria chamado “Sobre a conduta política do MDB após as eleições”. Neste, a ênfase recai na apreciação de que o partido oposicionista deveria “manter firmemente as posições da campanha eleitoral, não recuar, nem fazer o jogo dos grupos dominantes” (Idem). No mesmo jornal já havia uma reportagem anterior (em 22/12/1975), com espaço de página inteira, no mesmo sentido: “O MDB deve perder em 1976 para ganhar em 1978? Não, é a resposta do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, RGS”⁴⁷.

⁴⁷ Para uma rápida contextualização deste debate, a partir do material: haveria a divulgação, sobretudo por parte dos arenistas, de que os esforços dos MDB para ganhara as eleições de 76 poderia ter o “efeito perverso” de enfraquecer o partido, exposto aos percalços administrativos, resultando em derrotas no pleito de 78. O alvo de maior investimento deveria, portanto, ser deixado para as eleições de 78.

Deve-se sublinhar que a análise detalhada deste material será feita no capítulo seguinte quando do tratamento dos temas e posicionamentos que compunham o arsenal discursivo de identificações dos agentes envolvidos. O objetivo, por enquanto, é somente apontar as modalidades de intervenção dos “jovens” a partir do mapeamento dos canais de inserção privilegiados.

Uma outra modalidade de interferência dos membros do SJ de Santa Maria foi através do jornal *Informação*, considerado pelos integrantes do grupo, e também por vários outros entrevistados, como o principal jornal alternativo da década de 70 do RS. Este jornal é resultado da participação de vários jovens, grande maioria do SJ de Santa Maria, no *Semanário de Informação Política* da cidade de Ijuí. Com o encerramento das atividades do semanário naquela cidade (o último número do *Semanário* em Ijuí é de 9 de abril de 1976), Adelmo Genro Filho reativa o jornal em Porto Alegre com o nome de *Informação* (o primeiro número desta fase é lançado em 22 de julho de 1976). As duas fases de funcionamento do jornal somam 45 números, sendo que 22 são da primeira fase e 23 da segunda.

O número inaugural do *Semanário de Informação Política* começou a circular na cidade de Ijuí (interior do RS) em 31 de outubro de 1975 e, apresentando-se como “um jornal democrático”, ressalta:

“[...] é um jornal modesto em capacidade econômica... Mas é riquíssimo em pretensão democrática. Sua existência depende dos anseios democráticos do povo brasileiro e da ressonância deste desejo nas populações desta região do Estado... Em tempos tão pessimistas para todos os democratas, pretendemos afirmar ser possível a crítica, a denúncia, o debate, e o diálogo livre e amplo sobre as verdades que todo o leitor merece saber” (p.02).

O semanário tinha como proprietário o então deputado Valdir Valter, como diretor-presidente Ben-Hur Mafra (presidente do MDB na cidade e advogado), como diretor-redator-chefe o jornalista Jefferson Barros (que também foi o presidente da “equipe provisória de direção” do Setor Jovem na localidade). O jornal é então diretamente vinculado ao MDB e além de funcionar como veículo de promoção partidária, possui entre os temas predominantes a “religião”, a “agricultura” e as “questões sociais”.

A partir do 11º número (16 - 22/01/76) Jefferson Barros é substituído por Fernando Saes como redator-chefe do jornal⁴⁸. Neste mesmo número, há referência ao posicionamento do Setor Jovem de Santa Maria na defesa das eleições de 1976 como “a próxima etapa da luta democrática” e o alinhamento da linha editorial do jornal como esta perspectiva, ou seja, de aplicação “nas prefeituras de oposição [de] um programa voltado para as camadas sociais identificadas com o programa partidário (levando em conta as particularidades locais)” (p. 3). Já no 14º número observa-se a entrada quase massiva do “pessoal de Santa Maria” no jornal. Adelmo Genro Filho (recém formado) figura como jornalista ao lado de Vera Monteiro e, entre os colaboradores estão: Tarso Genro, Luiz Sérgio Metz, Sérgio Weigert, Luiz Roberto Simon do Monte (Beto São Pedro), Dilan D’Ornellas Camargo, entre outros.

⁴⁸ A nota da direção do jornal (assinada por Ben-Hur Mafra) sobre a mudança saiu no nº 12 e esta indicaria “os rumos do ‘Informação’ daqui pra frente: um veículo democrático, de abertura às reivindicações, sem prescindir por isso, da análise”. O afastamento de Jefferson Barros é justificado como “uma decisão pessoal”, “por razões profissionais e políticas”, e sobre seu sucessor: “Nosso novo redator-chefe, Fernando Saes, profissional jovem e consciente de suas tarefas, assumi suas responsabilidades – como já assumiu – dentro de uma linha de continuidade de objetivos, embora, é claro, com outros métodos de trabalho. Sempre visando o que o ‘semanário de Informação Política’ quer ser: um jornal aberto, sensível, sobretudo, às críticas que nos levem à ponderação” (nº 12, 23 a 29/01/76, p. 2).

TARSO FERNANDO HERZ GENRO, é o “irmão mais velho” de Adelmo e que adquiriu evidência no cenário político gaúcho. Ainda que não participasse diretamente das atividades militantes do grupo de Santa Maria, é sempre referido como uma influência importante na formação política de Adelmo e com interferência nas ações do grupo. Os dados familiares e de nascimento são os mesmos que de Adelmo Genro Filho. Tarso formou-se advogado em Santa Maria. Foi vereador nesta cidade pelo MDB, eleito em 1968. Tendo seu mandato cassado pelo regime militar, exilou-se no Uruguai e quando retornou para o Brasil, na década de 70, radicou-se em Porto Alegre. Na capital especializou-se em Direito Trabalhista. Nesta época foi colaborador do jornal *Informação*, como membro do Conselho Editorial e escrevendo artigos sobre política, literatura e poesias. Foi filiado ao MDB, com a reorganização partidária foi para o PMDB e na metade da década de 80 foi para o PT. Por este último partido, foi 1º suplente de deputado federal (1986), vice-prefeito de Porto Alegre (1988), candidatou-se à governador do estado do RS (1990), e prefeito eleito de porto Alegre (1992 e 2000).

Vale uma rápida descrição de algumas matérias publicadas em 6/02/1976 (nº 14) para indicar a linha dos artigos e a predominância do repórter e colaboradores de Santa Maria que será permanente até o término desta primeira etapa do jornal. Já de início os temas são: os estudantes, o diretório de Santo Ângelo em atividade conjunta com o SJ e IEPES daquela localidade, convite para um painel sobre “a realidade brasileira” com destaque para a intervenção de Adelmo numa palestra sobre “questão política da administração municipal”, e a palestra de um representante do SJ de Santo Ângelo sobre a “importância do jovem na política”. Nos informes: “No próximo mês de março a equipe de manutenção do Diretório do MDB local será reestruturada a partir de um curso de pedagogia política, que deverá ser encerrado pelo sociólogo José Álvaro Moisés, atualmente fazendo pesquisas na Universidade de Oxford” (p. 2).

Logo depois destes, com o título “Na letra do texto”, um artigo sobre as eleições de 76 sublinhando a “aceitação plena da direção regional do partido para o documento ‘tese sobre uma prefeitura de oposição’, encaminhado pelo SJ de Santa Maria em reunião estadual”, significando a disposição da direção partidária na realização de “uma campanha municipal do MDB com uma vinculação mais política para os temas administrativos” (p.

2). Ainda neste número, uma matéria sobre os candidatos da oposição e do Setor Jovem; um artigo de Adelmo sobre “os termos da oposição”; e um conto de Luiz Sérgio Metz.

A descrição acima condiz com a tentativa de esboçar algumas indicações no que concerne à intervenção do grupo de Santa Maria no *Semanário de Informação Política* de Ijuí que acabou incidindo no estímulo em reorganizá-lo em Porto Alegre. Além disso, pode-se, da mesma forma, reter algumas indicações relativas à dinâmica política oposicionista naquela localidade e aos temas privilegiados pela juventude desta região do estado.

Não foram localizados dados, no material “da época”, sobre o confronto de expectativas que levaram ao término do veículo. Recorre-se à “memória” dos entrevistados sobre o fim desta etapa e início da seguinte:

“O jornal *Informação* teve duas etapas. A primeira foi de Ijuí, na época do Jefferson de Barros, que morreu há pouco... E o Adelmo foi pra Ijuí e ficou sendo o co-editor. Coisa muito pequena, mas tinha uma incidência forte. Era o grande jornal alternativo do RS na época. Acabou porque era uma empresa também, embora tivesse política. Na verdade, era um jornal que o Jefferson acabou indo pra lá e o transformou num semanário político com qualidade e com incidência no momento, na conjuntura. E aí ele foi se fortalecendo com esse papel, estourou. Até que o dono começou a se incomodar e aí encerrou o projeto lá. Aí o Jefferson foi pra outro lugar e o Adelmo veio para Porto Alegre e nós montamos o projeto do Jornal Informação aqui em Porto Alegre” (Daniel Herz).

“O *Informação* começou em Ijuí, mas por iniciativa que não tinha nada a ver com o Setor Jovem. Começou através de um contato com o Jefferson Barros, um sociólogo, professor, escreveu alguns livros, um deles é “Papel do intelectual numa sociedade de classes”. O Jefferson começou esse jornal lá. Era um jornal militante mas que tentava sobreviver também do mercado, embora tivesse algumas contribuições. Pelo final do ano de 75 ele disse que não tinha mais condições de manter o jornal em Ijuí, e aí nós resolvemos trazer para Porto Alegre” (Beto São Pedro).

O primeiro número do *Informação* começa a circular em Porto Alegre em 22 de julho de 76. Em 02 de agosto de 1976 merece a nota de Carlos Mossmann, correspondente

gaúcho no jornal *Movimento*. Nesta nota afirma que o “renascimento” é atribuído ao sucesso entre adeptos de setores oposicionistas que defendiam a crítica e o debate interno ao MDB (que seriam objetados pela direção do partido) como caminho para manter a oposição unida e assegurar seu avanço:

“Na vida interna da oposição brasileira, uma das questões mais importantes é a de como equacionar as divergências internas entre os diferentes setores que a integram sem romper a frente em que hoje se constitui e sem sufocar nenhuma de suas correntes. No Rio Grande do Sul esta questão tem ganho importância a medida em que importantes setores de colaboração do MDB – **principalmente setores jovens e institutos de estudos políticos, econômicos e o sociais** – têm criticado abertamente o comportamento político da direção partidária. Dentro deste quadro surgiu, no mês de julho o jornal ‘Informação’ defendendo as posições dos grupos que sustentam a necessidade do debate interno para manter a unidade da oposição brasileira” (p. 5, grifos meus).

Tendo como diretor Daniel Koslowsky Herz, como editor-chefe Adelmo Genro Filho e como secretário de redação Sérgio Weigert, o jornal contava com o seguinte conselho editorial: “Jairo de Andrade (diretor do Teatro de Arena, POA), João Gilberto Lucas Coelho (deputado federal Gaúcho do grupo neo-Autêntico), Matheus Schmidt (advogado, empresário e ex-deputado federal), Carlos Carvalho (contista, autor e diretor de teatro), Tarso Fernando Genro (poeta, advogado e crítico literário), Glênio Peres (vereador MDB-POA), Joel Nascimento (IEPES), Flávio Betanim (presidente do diretório municipal do MDB de São Luís Gonzaga), Eliezer Pacheco (professor universitário e pesquisador em Ijuí), Honorato Pasquali (Contabilista e secretário geral do IEPES de Ijuí), Sérgio Weigert (presidente do setor jovem do MDB de Santa Maria), Gabriel Neves Camargo (médico, contista e poeta em Bossoroca) e Nelson Ribas (Secretário de setor jovem do MDB de Santo Ângelo)” (jornal *Movimento*, 02/08/76, p.5)⁴⁹.

⁴⁹ A fonte para relacionar os nomes poderia ter sido o próprio jornal, mas parece pertinente lançar mão da caracterização dos componentes feita no *Movimento*, que os apresenta da seguinte maneira: “Para assegurar-

Segundo os relatos, os componentes do conselho editorial e colaboradores, contribuíam com um montante⁵⁰ para a execução do “projeto”:

“Era um projeto que tinha um financiamento político declarado, ou seja, ele foi viabilizado a partir de contribuições de diversas pessoas da esquerda de POA, com expressão estadual inclusive... Boa parte daquelas pessoas, com exceção de alguns que tinham problemas, não podiam, não queria aparecer, as pessoas que davam sustentação, financeira inclusive, davam contribuições, eram basicamente aquelas que estão ali [no conselho editorial], as mais expressivas” (Daniel Herz).

Conforme os depoimentos, a reunião destas pessoas de “sustentação” do jornal se deu através de uma busca pelo Estado de potenciais simpatizantes do projeto ou de contatos passíveis de serem acionados:

“A gente fez um *tour* por todo o Estado buscando, onde houvesse um militante, um ex-militante, um ex-guerrilheiro, um ex-terrorista desgarrado, a gente conseguiu reunir e contar a partir deles com um certo apoio financeiro, até mesmo em termos de produção de textos para ir articulando” (Beto São Pedro).

“Quando começou o processo, que estava que o jornal não ia se sustentar em Ijuí, o Adelmo que disse: não, vamos levar esse jornal para POA. E ele percorreu o RS inteiro atrás de pessoas de esquerda pra sustentar o jornal, e eu aqui em POA... Então ele foi em gente como o Luiz Coronel, por exemplo, foi em várias pessoas. Aqui em POA eu fui em várias pessoas. Eu me lembro quando ele veio para POA [Adelmo] ele disse: agora vamos conversar com o Tarso, vamos botar o Tarso nessa jogada. Aí fomos conversar com o Tarso e ele aqui em POA agregou um monte de advogados” (Sérgio Weigert).

Uma vez constituído o jornal, as publicações eram definidas, com base nas entrevistas, a partir de uma perspectiva de “combate à ditadura”, “defesa do socialismo” e da “democracia”. Sendo a conjuntura a inspiração imediata para a realização do periódico,

se de que continuará, como nos tempos do ‘semanário de Informação Política’, a representar as posições dos grupos que o apóiam, o jornal criou um Conselho Editorial integrado por representantes destes mesmos setores e que se reúnem a cada quinze dias para discutir a linha que está seguindo e que deverá seguir diante dos mais importantes fatos da vida política do país” (02/08/76, p. 5).

⁵⁰ No jornal *Movimento*, da época, está o dado de que “mais de 100 pessoas garantiram a sobrevivência do jornal por pelo menos seis meses, subscrevendo cotas mensais de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 2.000,00” (02/08/76, p. 5).

os temas, ainda que não diretamente relacionados a ela, também serviam de instrumento de intervenção política. Isto, principalmente, no tocante à “cultura”. Tão predominante quanto às problemáticas políticas (que intercala o caráter denunciativo – cassações, torturas, terrorismo – com propostas e campanhas – prefeituras de oposição, anistia, direitos humanos, etc., além, é claro, da forte presença da política estudantil), as questões “culturais” aparecem das mais variadas matizes: crítica literária, poesias, contos, artigos sobre televisão ou programação televisiva, cinema, teatro, resenhas de sociologia, ciência política, economia, história, etc. Uma outra constância no *Informação* é a presença de entrevistas com personalidades (por exemplo, Pedro Simon, Fernando H. Cardoso, D. Adriano Hipólito: bispo seqüestrado pela Aliança Anticomunista Brasileira). Também os temas “econômicos” são muito freqüentes.

Afora estas problemáticas, o jornal cumpriu o papel de divulgação da campanha de 76, publicando panfletos dos candidatos jovens, entre eles Marcos Klassmann, presidente do SJM (a sede do *Informação* em determinado momento teria, inclusive, funcionado como comitê de campanha de Klassmann, isto é, local onde se reuniam os apoiadores do “candidato jovem”). Enfim, o jornal serviu para publicizar o “voto na oposição”:

“... nossa tiragem era de três mil exemplares. Uns dias antes das eleições, nós fizemos uma edição especial e foi bancada por apoiadores do MDB, uma edição de 10.000 distribuída abertamente, como parte do esforço de campanha (Herz)”.

“Pra tu teres uma idéia, quando a gente fez o *Informação*, tem um, acho que é das eleições, o Simon disse: ta, deixa essa gurizada fazer aí, e nós bancamos, não tem problema. Aí o partido nos deu dinheiro” (Sérgio Weigert).

Adelmo não participa desta campanha em Porto Alegre, pois concorre a vereador em Santa Maria ao lado de Maria Rita Assis Brasil. Três eram as candidaturas referidas

com “da esquerda” do MDB naquela localidade: Adelmo era identificado como o “candidato do SJ”, um nome construído com base nos “atributos” previamente descritos, Gil é um “operário” que disputa pelo setor trabalhista e Maria Rita, que apesar de não ter uma “militância orgânica” é indicada a disputar como uma candidata do setor feminino. Esta última faz um breve relato sobre a dinâmica da campanha:

“É interessante assim, o Memo [Adelmo], ele fazia o jornal *Informação* aqui em Porto Alegre com o Sérgio e a Leticia (mulher dele). E eu fazia campanha nas vilas e bairros em Santa Maria. Apresentando, bem interessante assim, o panfleto meu, dele e do Gil, que era candidato pelo setor trabalhista pelo MDB, então eu dizia: eu me apresento, sou fulana de tal e tenho aqui também pra lhe trazer, tarará, o Adelmo Genro, tarará, no meu caso eu dizia que é filho do Dr. Adelmo, que foi vice-prefeito cassado de Santa Maria, e o Gil que é operário e tal e tal. Imagina que sentimento esse tão importante que eu fazia campanha de três. A mesma coisa o Memo, assim, quando andava, andava com as nossas coisas juntas. Depois o Memo vinha nos fins-de-semana, ou vinha pra Santa Maria quando era necessário, e o Sérgio ficava com a Loira [Leticia Pasqualini] fazendo o jornal *Informação* aqui em Porto Alegre, estavam com o Daniel. Aí a gente fez a campanha, no finalzinho da campanha assim, eu estava mais lá [em Santa Maria], fazia a faculdade, trabalhava todas as tardes na campanha e tal, e fim-de-semana direto. No final da campanha a gente viu que o Memo estava melhor do que eu, e eu melhor que o Gil. Mas o Gil entrou numa área mais específica dele e tal. Aí no final a gente tentou reverter isso e colocou todos os nossos amigos a fazer a campanha, nos últimos dias, dois ou três dias. Votamos todos em mim, todo o grupo votou em mim e a gente intensificou a campanha e tal. E o Memo se elegeu, foi o 2º mais votado, pela primeira vez, foi uma coisa bem importante, e eu fui a 11ª não fui mal” (Rita Assis Brasil).

Portanto, Adelmo Genro Filho com 2.321 votos e Maria Rita Assis Brasil com 1.121 se elegendem, Gil não se elege. Ambos cumprem o mandato nesta cidade. Sérgio Weigert, Beto São Pedro e Daniel Herz ficam em Porto Alegre, mas o jornal não sobreviverá por muito tempo. Um mês depois do início dos mandatos, em 27 de fevereiro de 1977 circula o último número do *Informação*, segundo os depoimentos, devido a falta de financiamento:

“Se encerrou o projeto, mais foi um dos poucos jornais semanais na imprensa, embora tivesse uma característica bem de jornal, forma muito poucos os jornais

da imprensa alternativa, semanais, com regularidade, foi uma experiência, até certo ponto, pouco registrada” (Daniel Herz).

Em janeiro de 1977, já havia sido montada a sucursal do *Movimento* no RS, cujo núcleo central, em Porto Alegre, era chefiado por Klassmann, tendo como responsável pela redação Herz. Entre os colaboradores estavam Glênio Peres, Tarso Genro e Dilan Camargo. Além da capital, o jornal contava com ramificações em Santa Maria, cuja coordenação era de Getúlio Luca de Abreu e a redação de Luiz Sérgio Metz e em Pelotas e Caxias do Sul, cujos responsáveis eram, respectivamente, Flávio Coswig e José Ivo Sartori. É importante sublinhar que a maior parte deles, inclusive Klassmann que possuía inicialmente mais vinculação com o grupo que vai articular a Tendência Socialista, trabalham na campanha de André Forster (em 1978) que também fazia parte do Conselho Editorial do jornal *Movimento*.

Pode-se ainda apontar, de modo geral, o posicionamento do grupo (“de Santa Maria”) no que tange ao debate sobre o fortalecimento do MDB enquanto Frente Ampla ou a formalização de agrupamentos no interior do partido que não deixariam de agir (segundo os argumentos utilizados pelos defensores desta última perspectiva) em consonância com os princípios programáticos e deliberações oriundas do debate interno.

“... Nós dizíamos que na verdade essa demarcação era puramente formal, que fragilizava... nós achávamos que não era muito eficaz. Então a gente optava por ficar dentro do partido, porque na verdade se tu te demarcava em relação ao MDB, tu já era quase outro partido... A gente quando falava, falava em nome do MDB, da defesa da democracia, da abertura, etc.” (Sérgio Weigert).

Simultaneamente como causa e como consequência destes posicionamentos há uma aproximação deste grupo com André Forster. Isto teve como resultado os alinhamentos políticos permitidos quanto às opções pragmáticas tomadas no interior do MDB e em

relação ao futuro quadro partidário. Com efeito, o grupo de Santa Maria acaba se engajando na campanha de André Forster para deputado estadual em 1978 e defende a permanência inicial dos seus principais quadros no PMDB.

Esta proximidade é justificada também por uma espécie de afinidade que é sintetizada nos relatos como “preocupações intelectuais” que os unia. Isto é manifestado no depoimento abaixo de um dos líderes do grupo e militante que se aproximou de André Forster:

“Então ele [André Forster] era o intelectual propenso a escrever artigos, enfim. Ele também era funcionário do GAS (Gabinete de Assessoramento Superior), ele, o Dilan, esse pessoal da inteligência, vamos dizer assim, o Miranda... Quando eu vim para Porto Alegre, eu era muito, muito, amigo do André. Ia na casa dele, ele me convidou para trabalhar na Assembléia junto com o Simon em 78, de assessor do Simon... O André batalhou, batalhou, pediu, pediu, o Simon disse: Então, ta! Manda o cara. Mas ele [Forster] não tinha um grupo político articulado como os trotskistas tinham, ou como nós tínhamos. De qualquer maneira, o IEPES foi um elemento super importante de congregação da esquerda que estava aí...o nexa com a intelectualidade do centro do país foi o IEPES que fez pra nós. Eu fui uma vez em São Paulo com o André, primeira e única vez que eu fui no Cebrap... Eu lembro que a gente ficou longamente conversando com o Fernando Henrique, depois nós saímos com o Chico de Oliveira, com esse cara que agora está com o Weffort na Cultura, o Moisés, eu acho que eu até dormi na casa desse cara, o José Álvaro Moisés” (Sérgio Weigert).

Apesar destes vínculos, o grupo manteve sempre no seu itinerário uma forte identificação interna entre seus membros e uma coesão nas suas estratégias. Isto é, a atuação inicial na “esquerda do PC do B”, sob a influência de Tarso Genro, que teriam tentado entrar em bloco sem êxito, e posteriormente a tentativa de consolidar um partido clandestino nacional (possuíam contatos em São Paulo, principalmente José Genuíno), o Partido Revolucionário Comunista, são exemplos disto:

“Bom, aí começa uma outra história desse pessoal de Santa Maria. Todo mundo vai pro PRC. O Tarso nunca entrou, sempre fazia a mediação... Eu acho, na verdade a minha idéia, é que o PRC, num determinado momento, reuniu toda a melhor intelectualidade militante de um determinado período. Era gente de cabeça muito boa, as discussões eram todas basicamente filosóficas-políticas. Eu

acho que se a gente fosse escrever essa história do PRC, a gente vai vê que se concentrava, num determinado período, seja por publicações, pessoal que publicava, seja por interferência no movimento político. Era muito sólida a nossa interferência, nossa inserção, os debates, as revistas...” (Sérgio Weigert).

O PRC é definido como a modalidade de intervenção mais relevante diante o processo de abertura política que instalava. Sendo assim, para a escolha do partido a ser integrado quando da efetivação da mesma, devia-se ponderar a correspondência da sigla com a maior possibilidade de eficácia do “projeto revolucionário” do grupo:

“Nós tínhamos um projeto claro e um objeto estratégico, digamos, que era um partido de esquerda, provavelmente não legalizado etc. E o nosso partido tático, nós não tínhamos certeza absoluta qual seria o melhor. Era uma visão revolucionária de partido mesmo. Então aí nós optamos em ficar no PMDB... O Tarso também, ele não é fundador, digamos, do PT, apesar de termos, todos nós, participado de todas essas discussões aqui no estado. Me lembro quando o Lula veio uma vez aqui, na casa do Carlos Horácio (o irmão do Tarso). Depois outra vez foi o Olívio. Todas essas discussões. E nós ficamos com uma visão que foi respeitada, uma visão que era tática, na época, pra manter aquilo que nós tínhamos construído ali e tal. No outro momento, como foi o que ocorreu, a gente faz uma nova opção partidária, porque uma coisa era manter linearmente, uma outra era ir pra outro partido. E foi o que aconteceu... E aí a gente continuou com uma vida partidária, não legalizada, no PRC e tal” (M^a Rita Assis Brasil).

Segundo os depoimentos, os membros do grupo, quando houve a abertura política, entendiam que “taticamente” a permanência no PMDB era a opção mais adequada para continuar o projeto revolucionário que seria levado a cabo via PRC. Havia também defesas, no interior do grupo, de que o Partido dos Trabalhadores poderia ser a melhor opção para os “socialistas”. No entanto, entendendo que o partido era muito pequeno e, por isso, com pouca estrutura de sustentação para o projeto em pauta, além de excessivamente sindicalista, escolheram o PMDB como “partido tático” pois neste gozavam já de “espaços” e “vínculos” que tornavam seus projetos mais seguros do que numa eventual aposta no PT. Em 1984, segundo os depoimentos, em decorrência da inviável convivência com os

posicionamentos cada vez mais “à direita” do PMDB, optam por entrar no PT, processo “tranquilo” conforme afirmaram todos os envolvidos (os que entravam e os que já estavam no PT).

3.4 – Notas Finais Sobre a Constituição de Grupos no Interior da “Juventude”

A partir da descrição dos grupos realizada ao longo deste capítulo e recuperando também o capítulo anterior sobre o IEPES, algumas indicações podem ser sistematizadas⁵¹. Em primeiro lugar o que é mais evidente é que são grupos diferentes entre si em termos de constituição, de móveis e modalidades de intervenção.

O núcleo central do IEPES (André Forster, Brum Torres, Cristiano Tatsch, e os não entrevistados e identificados neste como Pedro Bisch Neto e Solon Lemos) é formado por pessoas com uma atuação basicamente acadêmica (a maioria já ou tornados professores universitários no período, com formação em sociologia, economia e filosofia) e com preocupações de produção “intelectual” e “técnica” de intervenção no processo político em curso. Assim, pretensamente mais “acadêmicos” do que “políticos” estes quadros políticos (que, é claro, também se diferem entre si) se colocam como formuladores e mediadores entre o “mundo político” e o “mundo intelectual” e entre a “militância” e o “partido”.

Além da condução do IEPES, ocupam também o Gabinete de Assessoria Superior da Assembléia Legislativa, que se constituía numa assessoria “técnica” ao então deputado Pedro Simon. Com a reorganização partidária, ficaram no PMDB e neste ocuparam cargos nos governos do partido em nome da imagem de “competência técnica” forjada (Forster foi entre outras coisas presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e Secretário de Ciência e Tecnologia; Brum Torres foi também Secretário de Ciência e

⁵¹ Este exercício é uma tentativa de estabelecer pistas para uma pesquisa capaz “de conciliar o estudo relacional das disposições dos atores políticos e aquele das [...] suas tomadas de posições” (Sawicki, 1997, p.14). Isto é, a conformação dos grupos, os repertórios de mobilização utilizados e as competências valorizadas tratadas conjuntamente às tomadas de posições conjunturais que serão trabalhadas no capítulo seguinte.

Tecnologia, Secretário do Desenvolvimento Econômico e dos Assuntos Internacionais⁵²; Cristiano Tatsch, entre vários cargos, ocupou a presidência da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações; Pedro Bisch Neto foi presidente da Companhia Energética do estado CEEE, e Solon Lemos ocupou a presidência da Cia. De Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul)⁵³.

O grupo do Setor Jovem Metropolitano que acabou articulando a Tendência Socialista era constituído basicamente por estudantes universitários (dos mais variados cursos) e secundaristas. Estes se classificam e são classificados como muito mais militantes. Contudo esta categoria encerra qualificações diferentes quando acionada para uma “auto-classificação” e quando utilizada pelos “adversários” da “juventude de esquerda” do MDB. Isto é, enquanto para os primeiros o caráter “militante” do grupo sintetizaria sua atuação intensa e de independência com relação à cúpula partidária, para os demais ela era associada ao “radicalismo” e “voluntarismo” em detrimento de “elaborações intelectuais” (produção de “teses”, discussão literária, exegeses “filosóficas”, etc.).

Dos membros identificados neste grupo apenas Marcos Klassmann não ingressou no PT com a reorganização partidária⁵⁴. Paulo D’Ávila foi um dos principais organizadores da tendência Democracia Socialista (DS) do PT e dirigente partidário. Sempre vinculado ao

⁵² O “independente” Brum Torres também foi Secretário de Captação de Recursos no governo municipal de Tarso Genro.

⁵³ Além destes, também foram identificados como da direção do IEPES Luiz de Miranda, Dilma Rouseff e Raul Pont. Miranda rompe com o PMDB em 1986 antes do primeiro governo deste, não ocupando, portanto, nenhum cargo do partido. No entanto, no atual governo petista (2001) foi indicado para o Conselho da AGERGS. Dilma Rouseff que optou pelo PDT, foi Secretária de Minas e Energia no governo Collares e no governo Olívio Dutra (PT) ocupou o mesmo cargo na cota de indicações do PDT, permanecendo neste posto mesmo com o rompimento da aliança PT/PDT filiando-se ao primeiro. Raul Pont, muitas vezes identificado pelos entrevistados como mais “militante” que “intelectual”, apenas ocupou cargos de direção partidária e mandatos políticos no Partido dos Trabalhadores.

⁵⁴ Marcos Klassmann ingressou no PDT e organizou no interior deste uma ala socialista. Hoje trabalha com Dilma Rouseff e Calino Pacheco (no período estudado jovem liderança do Setor Trabalhista) na Secretaria de Minas e Energia e juntos com estes liderou a dissidência no interior deste partido e a filiação de centenas de pedetistas no PT em 2001.

movimento sindical, seu último cargo foi de Presidente do Sindicato dos Previdenciários e, além disto, é membro dirigente do Sindicato dos Sociólogos. Carlos Schmidt (não entrevistado) também atuante na DS é Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADURGS). Renato Oliveira foi membro da TS e da DS, também foi Presidente da ADURGS e da ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), hoje desvinculado (ao menos formalmente) de qualquer tendência, é Secretário de Ciência e Tecnologia (governo Olívio Dutra) e pré-candidato a deputado federal. José Carlos Oliveira foi candidato a vereador e teve sua carreira interrompida por uma morte precoce. E Raul Pont foi deputado estadual, deputado federal, vice-prefeito na gestão de Tarso Genro, prefeito e em 2001 foi candidato à presidência nacional do PT.

Quanto ao grupo de Santa Maria, este é constituído basicamente de estudantes e jovens recém formados em jornalismo e, não por acaso, tiveram como lugar privilegiado de expressão um jornal classificado como de “imprensa alternativa”. Observou-se, mediante os relatos, a reivindicação de preocupações “filosóficas” e “culturais” como norteadoras das intervenções políticas do grupo. Seu deslocamento para Porto Alegre ocorre depois da fase mais intensa das promoções do IEPES, não participando, portanto, “organicamente” das atividades deste. No entanto, a aproximação estabelecida com André Forster se reflete no engajamento ativo na campanha deste em 1978, na atuação de Sérgio Weigert no GAS, no engajamento na corrente “Oposição Popular” e, conseqüentemente, na escolha inicial pelo PMDB. Em 1984 filiam-se em bloco no PT.

Deste grupo, Adelmo Genro foi vereador, candidato a deputado estadual em 82 e posteriormente lecionou Sociologia e Teoria da Comunicação na Universidade Federal de Santa Catarina, fundando e dirigindo ainda o Centro de Filosofia e Política (CEFIP) em

Porto Alegre e a revista *Práxis*, ambos voltados para o estudo e o debate sobre o marxismo. Sérgio Weigert, que atuou durante um curto tempo no GAS indicado por Forster, é professor de Sociologia e Teoria da Comunicação na Universidade Federal de Santa Catarina, participou do CEFIP e da revista *Práxis* nos cursos de formação política e escrevendo artigos, cursou o doutorado em Sociologia em Paris orientado Michel Lowi e trabalhou como assessor de José Genoíno no mandato de deputado federal (1986) e nas campanhas de Tarso Genro. Maria Rita Assis Brasil, que cursava medicina durante a década de 70, é médica, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do RS e é filiada ao PT. Daniel Herz é jornalista, mestre em Comunicação, organizou junto com Adelmo o CEFIP, está à frente do Instituto de Assessoria e Pesquisa em Comunicação e é responsável pela organização de um site que reúne a “contribuição intelectual” de Adelmo Genro Filho. Tarso Genro, referido como “o irmão mais velho” durante a década 70, é advogado trabalhista, autor de vários livros, foi suplente de deputado federal, elegeu-se vice-prefeito de Olívio Dutra em 88 e prefeito em 92 e 2000 em Porto Alegre.

Em segundo lugar, afora estes diferentes perfis entre os grupos, pode-se igualmente traçar alguns elementos de *homogeneização*. Trata-se de um conjunto de “jovens” que iniciaram a militância institucional no MDB na década de 70 e com atuação prévia no movimento estudantil, sendo a grande maioria proveniente dos quadros universitários.

Tendo em vista a inserção, cada vez mais direta, de intelectuais no processo político, estes “jovens” sofreram as influências das formulações produzidas por estes intelectuais, acima de tudo no tocante à utilização do arcabouço marxista aplicado à “realidade brasileira”. Estes “setores jovens” experimentaram condições similares no interior do partido no que diz respeito às correlações de forças e esforços comuns para efetivação de sua voz no âmbito do MDB. Acrescenta-se a isto as confluências relativas à

apropriação e construção de problemáticas e sua adequação à conjuntura, ou melhor, à agenda política em questão.

Nota-se ainda a articulação de grupos no interior da juventude que, em linhas gerais, podem ser descritos da seguinte forma: vínculos com políticos mais velhos e petebistas (Pedro Simon, Lidovino Fanton, Américo Copetti, Adelmo Genro, etc.), lideranças jovens com experiências políticas anteriores (André Forster, Raul Pont, Adelmo Genro Filho e Tarso Genro) e as lideranças que inauguram seu engajamento político na década de 70 aderindo aos “projetos” dos grupos descritos.

Não cabe então analisar estes grupos através dos rótulos que sintetizam os alinhamentos, uma vez que estes envolvem muitas outras dimensões, mas sublinhar as disputas, os embates, as diferentes leituras sobre o caminho para o socialismo, as opções partidárias, enfim, a série de elementos e deslocamentos que se refletem nas identificações dos grupos e nas identificações distintivas entre os grupos. Este, portanto, será o tema do próximo capítulo.

4 – “UM PASSO ALÉM DO POPULISMO”? POSICIONAMENTOS DA “JUVENTUDE” DIANTE DA CONJUNTURA POLÍTICA (1976-1979)

O presente capítulo trata dos temas e posicionamentos da “juventude de esquerda” do MDB gaúcho durante a segunda metade da década de 70, a partir da utilização de um material produzido naquele momento. Com este tratamento visa-se demonstrar que o arcabouço de problemáticas privilegiadas pelos agentes está relacionado aos movimentos de afirmação da “juventude de esquerda” nas tomadas de posição no interior do MDB gaúcho⁵⁵.

Observa-se, de modo geral, que o engajamento no partido de oposição durante a segunda metade dos anos 70 foi marcado pelo deslocamento da ação coadjuvante dos jovens para uma inserção efetiva nos processos eletivos (com a participação nas eleições de 1976 e nas campanhas de 1978) e, conseqüentemente, na configuração do quadro político vislumbrado com a reorganização partidária. É, pois, na dinâmica destes deslocamentos, evidenciando os elementos utilizados/articulados e os cortes identitários operados, que se pode auferir a base dos laços de identificação e exclusão na constituição de referências comuns entre os agentes envolvidos.

⁵⁵ A comparação entre os grupos efetuada no capítulo anterior e a descrição dos seus posicionamentos no interior do MDB gaúcho realizada neste capítulo permitem que se adote a perspectiva sugerida por Sawicki (1997), que defende a superação das oposições entre estudos centrados exclusivamente nos efeitos das bases sociais sobre o funcionamento partidário ou primordialmente na dinâmica de lutas internas dos partidos, na ênfase na dinâmica local ou na dinâmica nacional. Os posicionamentos diante o cenário político nacional são inseparavelmente articulados às leituras sobre a história local e os posicionamentos locais tomam como quadro de referência as disputas nacionais.

Dito de outro modo, este momento da pesquisa procura dar conta do repertório (temas e tomadas de posição) acionado pela esquerda (jovem) do MDB com vistas a se inserir no jogo político como ator político significativo. Neste processo, as diferenças entre os grupos, observadas no capítulo anterior, estão inicialmente suavizadas em prol de um movimento conjunto de afirmação destes “novos atores” no interior do partido. Portanto não significa que haja uma homogeneidade nas percepções e atuações dos grupos e seus membros – o que poderia ser afirmado caso não se tomasse a constituição dos grupos (tal como feito anteriormente). Significa, isto sim, que em um determinado momento os agentes estão submetidos e submetem os mesmos objetos (eventos, grupos ideológicos, siglas, etc.) e se reconhecem como parte da “mesma coisa”. Esta identidade é forjada com o apoio dos elementos de identificações acionados (“democracia”, “esquerda”, “juventude”, “socialismo”, “participação popular”, etc.) e dos pontos de aproximação e distanciamentos com os “objetos externos” (“juventude”, “esquerda”, etc. *versus* MDB, ou *versus* “autênticos”, ou *versus* “populistas”, ou *versus* “regime”, etc.).

Todavia, esta diferenciação se exacerba paulatinamente até o momento em que ela é realizada principalmente no interior desta “esquerda”. Quer dizer, fica patente a existência de diferentes modalidades de interpelação e tentativas de *construção de equivalências* acionadas nos posicionamentos da “juventude”, porém, em um primeiro momento, o que está em jogo é a tentativa de afirmação/reconhecimento destes como atores indispensáveis no cenário político (para a tradução e intervenção neste cenário). Num segundo momento, (talvez coincidente com aquele mencionado em algumas entrevistas como a “entrada na fase adulta”) - com a possibilidade de abertura política - a questão é a afirmação da melhor “tática” (naquela “conjuntura”) para se atingir o fim último: o socialismo.

A dinâmica de constituição das fronteiras identitárias que conformam a “juventude” pode ser apreendida a partir dos processos de delimitação dos espaços privilegiados de atuação (principalmente Setor Jovem, *Informação*, IEPES, Tendência Socialista) e de “bandeiras” específicas da “juventude de esquerda”. Esta, por sua vez, se alimenta das interpretações dos “intelectuais”, que também estão se afirmando no cenário político (muitos acionando uma “identidade de esquerda”). É dentro da identificação dos públicos alvos (“povo”, “classe popular”, “classe operária”, “setores combativos”, etc.) e da localização dos processos de demarcação de “bandeiras gerais de luta” que são comuns à “oposição” (“democracia”, “direitos humanos”, “anistia”, contra o AI-5, pelo Estado de Direito, etc.) que reside os elementos de aproximação/distanciamento entre os grupos ao longo do período.

Para a análise, foram selecionadas fontes produzidas pelo Setor Jovem Metropolitano, pelo Setor Jovem de Santa Maria, matérias publicadas no jornal *Informação*, no jornal *Movimento* e no jornal *Em Tempo*, pelo IEPES e pela Tendência Socialista, do final do ano de 1975 a 1979. O recorte temporal contemplado se justifica pelo fato de ter sido o engajamento político dos “jovens” em canais oficiais consideravelmente intensificado depois das eleições de 1974, tendo como momento alto de intervenção (em termos de organização, elaboração documental, destaque na imprensa, empreendimentos eleitorais, etc.) o ano de 1976. Ademais, nos anos seguintes (77, 78 e 79) estes fomentaram argumentos e tomadas de posições sobre a conjuntura política e partidária e esboçaram os contornos das alianças que conformariam os primeiros anos do novo quadro partidário gaúcho, principalmente no que concerne aos quadros “esquerdistas”.

4.1 –Constituição de equivalências na “juventude”

A conquista de voz ou a presença dos grupos tratados neste trabalho em espaços no âmbito do MDB se dá com o fortalecimento da ação conjunta da “juventude” no sentido de interferir nos encaminhamentos da organização. O êxito eleitoral do MDB em 74 e a proximidade do pleito de 76, por um lado, as ações do “regime”, por outro lado, bem como as avaliações sobre os posicionamentos da organização oposicionista, são os ingredientes que incrementam a constituição de um deslocamento histórico do campo discursivo, configurando a abertura de espaços para a incorporação de novas posicionalidades e identidades políticas. A intervenção nestes espaços abertos ocorre por meio da construção de interpretações que combinam a utilização de sínteses e narrativas históricas sobre ícones da política brasileira ou gaúcha (como o “populismo”, “trabalhismo”, etc.) com uma reivindicação de singularidade, logo buscando o caráter de “novidade” em relação às interpretações de quadros partidários já estabelecidos na arena política (trabalhistas, autênticos, comunistas, etc.).

Sendo assim, o reconhecimento é buscado dentro do MDB que, por este motivo, se impõe não só como espaço de afirmação, mas também de concorrência para os militantes envolvidos. Estabelecido o corte primordial diretamente com a Arena, os Militares, o “regime”; o MDB é, a um só tempo, objeto de interlocução e diferenciação, e é a partir dele que os agentes procuram construir equivalências, distanciando-se de outras práticas políticas que nele mesmo residem, tentando fortalecê-lo com outros sentidos e ao mesmo tempo consolidando determinadas forças políticas como protagonista na luta política. Aqui, cabe propor, seguindo Laclau (1987), que o caráter polissêmico do partido oposicionista lhe

faculta a condição de significante não fixado a qualquer significado e impulsionador de fixações parciais de sentidos por parte dos envolvidos.

Portanto, a definição mínima do MDB se dá por sua condição de “oposição”, contudo segue desta uma gama de apropriações e atribuições projetadas em consonância com as posicionalidades e identidades forjadas ao longo de seus desdobramentos enquanto partido instituído como único canal de expressão oposicionista.

Especificamente no trabalho de construção e imposição de sentidos por parte da juventude, destacam-se os investimentos de afirmação de uma leitura “mais correta” da “história” da qual emerge a crença na formulação de estratégias compatíveis com o “devir histórico”. Nisto reside o principal trunfo da “novidade” política apresentada, ou seja, por julgarem estar em sintonia com o percurso histórico, os agentes se colocam como detentores da capacidade de apreciação “conjuntural” e, portanto, de formular e aplicar na conjuntura a “tática” adequada para chegar a um fim inquestionável, onde ao “povo”, às “camadas populares”, à “classe trabalhadora”, etc., é imputado o papel privilegiado da “transformação” almejada.

É possível comprovar esta afirmativa atentando para a linha de argumentação utilizada no documento formulado pelo Setor Jovem de Santa Maria sobre a “política da simpatia”⁵⁶ que guiaria o MDB após as eleições de 1974. A expressão criada teria como inspiração o “grave erro de apreciação do processo histórico em geral e da conjuntura brasileira em particular”. Ao detalhar as fontes da produção desta “incompreensão do processo histórico” por parte do MDB, o documento estabelece a detenção de um saber não disponível para os outros emedebistas. Postulado assim a preeminência de uma “leitura

correta”, o documento revela a percepção sobre o significado que se pretende imprimir à sigla. O objeto de interpelação definido por uma síntese abstrata propõe a divisão essencial da sociedade e, com efeito, traz à tona a visão de projeto predominante entre a “juventude de esquerda”:

“O conflito que existe nos grupos do poder está quase totalmente subordinado ao conflito entre o povo (representado pelo MDB, principalmente) e o poder, dominante como um todo. A ‘política da simpatia’ não leva em conta esta hierarquia de conflitos e comete dois erros um de natureza histórica, na medida que acredita ser a vontade ou o sentimento das personalidades (presidentes, reis, ditadores ou revolucionários) o fator principal das transformações sociais... O outro erro é o de caráter político e decorre do primeiro, pois a ‘política da simpatia’ da oposição colabora exatamente com aqueles grupos mais autoritários do poder. Aquilo que pretende ser uma tática é a substituição da pressão popular, força principal das transformações políticas, pela debilidade de um conflito ao nível do palácio, e por isso mesmo secundário” (*Movimento*, 05/01/76, p. 13)

Esta idéia de “política da simpatia” é utilizada pelo Setor Jovem Metropolitano (SJM) em vários momentos, referindo-se a diferentes personagens. No caso em questão, os alvos eram os “adesistas”⁵⁷ e “moderados”⁵⁸ emedebistas que acreditariam na “propalada ‘distensão lenta e segura’” do Presidente Geisel, o que representaria a substituição de uma “política de oposição” pela “política de simpatia” o que, para a juventude, “significava, simplesmente o abandono do programa partidário e a conciliação do regime” (documento produzido pelo SJM do MDB de Porto Alegre, não datado,).

⁵⁶ O documento é datado de julho de 1975 e se insere no debate em torno da idéia de que haveria fissuras no interior do “bloco no poder” o que acabaria levando ao seu fim. O alvo das críticas é os emedebistas simpatizantes da política distensionista de Geisel.

⁵⁷ Como “adesistas” eram classificados os deputados “... cujo apoio eleitoral muito dependia das práticas clientelísticas, defenderia uma linha de tamanha cautela que estaria melhor situado no partido do governo...[de 30] Vinte deputados deste grupo eram do Rio de Janeiro, mais precisamente, os chaguistas, partidários do ex-governador Chagas Freitas, que criara naquele Estado uma máquina clientelista bastante poderosa.” (Kinzo, 1988, pg. 169 e 252).

⁵⁸ Como “moderados” eram chamados os “políticos tradicionais” que baseavam suas ações na tentativa constante de negociação com o “regime” em detrimento de uma postura mais “crítica” ou “combativa”. Pertencentes da cúpula nacional do MDB, tinha entre suas principais expressões Ulysses Guimarães (presidente do MDB nacional) e Thales Ramalho (secretário geral do MDB).

A crítica ao comportamento dos setores “conservadores” do partido nasce e se sustenta na enunciação de princípios que funcionam como instrumentos de exclusão e inclusão de determinadas práticas. O elemento chave ao redor do qual gravitam tais princípios e, por conseguinte, consagrado a elemento de distinção (com os outros) e de junção (entre a “oposição conseqüente”, ou “progressistas”, etc.) é o “povo”, identificado nas “classes populares” e demais categorias que encerram as “classes dominadas”. Deste modo, fixado o público a ser interpelado, os esforços para comprovar a “habilidade” em atuar sobre o processo em curso, na dinâmica das construções distintivas, são manifestos pelas referências à “autenticidade” e à “veracidade” da tarefa em “representar o povo” que fracionariam os “oposicionistas” entre os “oposicionistas de fato” e os “apólogos da reconciliação”(“adesistas” e “moderados”):

“Há, na verdade, um compromisso tácito até agora assumido pelo MDB de não envolver o povo nas questões mais candentes. O MDB não tem, na verdade, uma política correta de isolamento daquelas classes sociais que entram desenvolvimento democrático da nação e mantém a economia do país atrelada aos interesses do capitalismo mundial...O dever de uma oposição autêntica é desenvolver uma luta interna partidária, sem perder a unidade para que o MDB se transforme em instrumento legal e eficaz de transformações democráticas na sociedade brasileira” (*Informação*, 26/02/76, p.10).

“Aos verdadeiros oposicionistas, entre os quais nos engajamos, só resta uma alternativa: o de se voltarem para a conscientização e organização das classes populares... O centro tácito de intervenção das forças oposicionistas deve repousar essencialmente na conquista da democracia. Este documento é mais que uma simples declaração de princípios, tem o papel fundamental de ativar a discussão teórica do MDB, com vistas a aglutinação e organização dos setores progressistas do partido em torno do programa de luta pela democracia” (*SJM*, 1976).

Ressalta-se mediante as duas passagens acima que há igualmente a reivindicação pelo “debate interno” como sinônimo de existência de canais de interlocução e recepção da voz deles mesmos. Assim, o valor democrático aparece também como objeto de

justificação para a emergência deste debate e da participação destes agentes nele. Quer dizer, há a construção de um sistema de equivalências sobre as noções de “oposição” e “democracia”. Desta forma, na lógica da argumentação acionam o caráter oposicionista do MDB e sua luta pela “democracia”, como incondicionalmente associados à garantia de espaços para setores de esquerda.

Os episódios das cassações que ocorreram no primeiro semestre de 1976 e as interpretações sobre as tomadas de posição do MDB perante as ações do “regime” se constituem em objeto significativo para a observação das distinções operadas pelos agentes na divulgação de seus meios de intervenção política. No documento “política da simpatia” o alvo são os posicionamentos do partido, nas avaliações sobre os episódios das cassações ele se repete. Quando da suspensão dos direitos políticos dos deputados paulistas Marcelo Gatto (federal) e Nelson Fabiano Sobrinho (estadual), em janeiro de 76, as cassações dos gaúchos Nadyr Rosseti e Amaury Muller, no final do mês de março e, logo em seguida, a cassação de Lysâneas Maciel⁵⁹, os termos das críticas versavam sobre as posturas que os líderes oposicionistas deveriam assumir naquela circunstância⁶⁰. O comportamento defendido e associado a uma “oposição autêntica” era caracterizado como de “mobilização” e não apenas de “lamentação” como teria ocorrido. A antítese é definida da seguinte forma:

“... escandalizavam-se com os desmandos do poder e que (mais uma vez) consideravam ‘lamentáveis’ atos dessa natureza... Os ‘homens da lamentação’ bebem ainda no ingênuo riacho que considera a política como fruto das vontades

⁵⁹ As cassações de Gatto e Sobrinho bem como as suspensões dos seus direitos políticos foram justificadas por supostos vínculos destes com o Partido Comunista. Rosseti e Muller foram submetidos ao AI-5 por decorrência da divulgação das suas críticas dirigidas às “forças armadas” feitas um comício em Palmeira das Missões (interior do RS), o mesmo destino teve Lysâneas Maciel por ter se posicionado contra as cassações destes últimos em discurso feito na Câmara Federal. (Ver Kinzo, 1988, p. 168).

⁶⁰ Amaury Muller, se referindo à postura do MDB frente ao governo no episódio da sua cassação, desabafa: “Ouviram as acusações que o líder do governo, José Bonifácio, fez contra os parlamentares oposicionistas, da Tribuna da Câmara, atacando até mesmo nossa honra, e nada fizeram para nos defender. Foi assim com o Francisco Pinto [condenado em 74 e preso], com o Marcelo Gatto e agora conosco. E certamente será assim amanhã, quando as cassações atingirem outros colegas” (*Movimento*, 05/04/76, p. 5 e 6).

exclusivas dos ‘grandes homens’. Seus atos pois se orientam no sentido de ‘sensibilizar’ os grandes homens que podem ‘dar’ ao Brasil a democracia que o MDB pede. Por aí explicam-se porque qualquer outra forma de ação política que se encaminhe para fora dos corredores palacianos é imediatamente vista como ‘provocativo’. [os “homens de mobilização”]: Esses setores composto principalmente pela juventude, não desconsideravam a importância das reuniões de cúpulas. Não desconsideravam a repercussão das notas oficiais pela imprensa. Mas entendiam que o partido, ademais, deveria utilizar o episódio para fortalecer-se politicamente. Propunham para tanto que se organizassem concentrações, atos públicos, debates, visando o maior esclarecimento da população, e como única forma de protesto contra o AI-5 e a situação deformada que se gera a partir dele... Os ‘homens da mobilização’, suas ações se definem por si. Acreditam que a única forma real de transformação da sociedade brasileira é aquela que inclui o povo, que inclui a organização do povo, como forma de pressão social”(Artigo de Sérgio Weigert no *Semanário de Informação Política*, 20/02/76, p.2).

No distanciamento com relação aos setores estabelecidos que compõem a cúpula partidária e na apresentação de um projeto que tem como preocupação central a ativação do “povo” para sua execução, revela-se um dos principais cortes realizados pela “juventude”, qual seja, o com o populismo. A urgência em definir e suplantar o “populismo” emerge das configurações políticas processadas na genealogia histórica do Rio Grande do Sul. O “dado” histórico é acionado para fundamentar as condições de origem propícias para um projeto à esquerda advindas de uma “especificidade”. Contudo esta mesma especificidade acaba, paradoxalmente, se constituindo também em obstáculo para a plena realização deste projeto⁶¹.

A “tradição política gaúcha” é marcada por uma bipolarização cuja recorrência se constitui em traço distintivo nas narrativas sobre a história do Rio Grande do Sul, ou seja, onde a diferenciação político-ideológica pode ser caracterizada por dois pólos antagônicos. Sendo assim, a organização de um partido único aglutinador das forças oposicionistas

⁶¹ Ao analisar as narrativas sobre o passado político efetuadas pelos agentes é preciso ter presente, como indicou Sawicki (1997), que o *saber discursivo* destes freqüentemente lança mão de elaborações produzidas pelas ciências sociais. Portanto, o pesquisador deve atentar para as lógicas de identificação e exclusão

instituído pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, traduzir-se-ia, no âmbito estadual, na formalização de correntes lideradas, mormente, pelo trabalhismo petebista, que se afirmara anteriormente como um “partido do povo”, que “trabalharia para o povo”, etc.

Na valorização da categoria “povo” residiria o legado trabalhista fortemente enraizado no RS e a partir do qual os agentes aqui estudados teriam espaço para apresentar sua releitura do papel desta categoria. Esta nova apropriação do conteúdo popular, ou a resignificação da categoria “povo”, é realizada por meio de uma “crítica radical ao populismo” buscando o deslocamento da noção de objeto (de assistência, paternalismo, etc) para ator político. Em suma, o populismo que precisa, no entender dos militantes, ser superado parece ter ele mesmo criado as condições para sua superação.

Em primeiro lugar pode-se recorrer ao estudo feito por uma das lideranças tratadas aqui (Raul Pont) em que manifesta, por um lado, uma perspectiva de positividade da “tradição política gaúcha” e, por outro, examina os mecanismos de superação dos “erros” advindos desta no sentido de um “novo projeto”. Nesta interpretação, à “esquerda tradicional” (comunistas) direciona-se uma das principais críticas de avaliação do populismo que toca na realização de uma leitura “puramente ideológica ou doutrinária do populismo obscurecendo outros aspectos que lhe davam sustentação. O populismo através de suas lideranças respondia também a uma série de reivindicações concretas das massas e que, independentemente se seu objetivo estratégico ser historicamente viável ou não, criava uma base de sustentação ao trabalhismo” (p. 25).

Desta maneira, a positividade do populismo existe, para o autor, no potencial popular dado ao trabalhismo gaúcho que se constituía incorporando bases sindicalistas

próprias às disputas nas quais participam os agentes e os usos feitos das elaborações advindas das ciências sociais.

com forte capacidade de influência entre os trabalhadores. Afora isto, a figura de Alberto Pasqualini, liderança da “União Social Brasileira”, teria fornecido ao PTB gaúcho “uma conotação programática de compromissos ideológicos que não alcançou em outros Estados. É neste quadro que Leonel Brizola e os trabalhistas gaúchos adquirem sua experiência política e formação ideológica” (p. 23). Esta configuração é contraposta, nessa ocasião, ao PTB nacional que funcionaria sob o amparo personalista de Getúlio Vargas e seu “pacto nacional-populista” (p.22).

Uma vez identificado, por um lado, o erro dos comunistas em distanciar-se dos “setores que procuravam representar e isolando-se numa prática sectária e apenas verbalmente radical” (p.19) e, por outro lado, a singularidade do trabalhismo gaúcho dada pela “forma de polarização das forças partidárias gaúchas e pela crescente base popular de sustentação do PTB no Estado” (p.22); o avanço em relação ao populismo que garantiria a inserção dos “jovens esquerdistas” no cenário político investigado, é fundamentado numa leitura marxista do processo histórico e da luta de classes:

“Do conjunto de interpretações da crise [do petróleo, na década de 60], em síntese, duas compunham a peça de resistência da pregação brizolista: *as disparidades regionais e o imperialismo*. O que escapava da análise do populismo sobre a crise era o que estava por trás dessas aparências, dessas constatações. Todos esses reflexos não eram senão a forma adquirida pelo processo de acumulação capitalista dentro do país, e não seria o apelo à racionalidade econômica ou a denúncia das disparidades regionais que evitaria a dinâmica desse modo de acumulação. O desenvolvimento desigual do capitalismo aguçado pela acelerada integração com o imperialismo, impunha seu ritmo na economia brasileira e apressava um processo que ainda hoje mantém seu curso. A constatação das desigualdades regionais, do processo de concentração no eixo Rio-São Paulo, a ‘nordestização’ do Rio Grande constituíam-se no limite da análise do trabalhismo sobre a ‘crise’. A explicação política, ao nível da condução do aparelho do Estado, dos interesses reais das classes, enfim, a que setores sociais interessava tal perspectiva política, que classes poderiam levar até o fim a luta contra o subdesenvolvimento e o imperialismo, está ausente neste diagnóstico” (Pont, 1985, p. 29, texto escrito em 1977).

Pode-se igualmente citar um dos artigos escritos por Tarso Genro sobre o tema publicado no *Semanário de Informação Política*. Com o título “Reflexões sobre o Populismo”, o autor descreve rapidamente o Peronismo, o Getulismo, o Cardenismo, o Battlismo e o Aprismo com o objetivo de demonstrar como o “fenômeno do populismo na América Latina é um dado histórico importante para avaliar corretamente a conjuntura atual...”. O ensaio inicia da seguinte forma:

“A identidade dos líderes populistas repousa exatamente nas oscilações de suas posições políticas e ideológicas, tradicionalmente conhecidas como ‘esquerda’ e ‘direita’. Síntese de interesses de classes antagônicas, o populista acaba por subordinar as aspirações populares aos seus objetivos imediatos de poder, mantendo a luta política adormecida” (12 /03/76, p.5).

Mediante uma leitura marxista do fenômeno e do MDB ser percebido como o “herdeiro direto do PTB” no RS e sendo este partido, segundo Tarso Genro, o depositário desta definição de populismo, a questão que ele coloca é: “poderá o MDB, dentro da situação presente, herdar toda a força do populismo trabalhista e através de uma crítica modernizadora transformar-se num partido de massas, com predomínio dos interesses dos assalariados?” (idem).

As duas posturas, embora originárias de porta-vozes de grupos distintos, recorrem ao mesmo arsenal de noções calcadas no marxismo difundido na época e nas explicações correntes sobre a história política gaúcha. Também frisam a necessidade de superação dos modos de práticas e interpretações sobre a política, projetos cujos diagnósticos serão fontes de debates e reinterpretações até hoje.

As “reflexões sobre o populismo” no entanto não se esgotam em “ensaios teóricos” sobre o tema. Cabe atentar para a sua forte presença nos embates travados tendo como estímulo às eleições de 1976. Neste momento, ressalta-se a ênfase no confronto entre

práticas políticas verbais, baseadas na eficiência administrativa, no atendimento aos setores carentes, etc., em contraposição às práticas de mobilização das chamadas bases populares, ou classes trabalhadoras, à promoção de debates públicos, enfim, ao caráter de “conscientização política” que deveria assumir aquele pleito. Permeando as diferenciações expressas, os agentes se conferem a “missão histórica” de superar este populismo que se ancora (na linguagem deles), na ênfase em biografias pessoais, nos usos de discursos veementes e verborrágicos, no temor camuflado relativo à organização popular e na afirmação de “grandes homens” e seus canais oficiais.

O discurso calcado na suplantação do populismo não é exclusividade destes “setores da juventude” mas é comungado com um outro setor muito próximo a este, no mínimo, em termos de criação de espaços de intervenção de esquerda: os “intelectuais”. Isto pode ser constatado nas avaliações sobre o Seminário para Candidatos a Prefeitos e Vereadores promovido pelo IEPES:

“Fugindo as formulações populistas, as propostas dos intelectuais do IEPES eram de que as prefeituras da oposição, não podiam ser entidades paternalistas, mas organismos que servissem antes de tudo para aprofundar a politização das camadas populares, e orientar sua luta não só nas reivindicações mais específicas de água, luz, saneamento etc., mas também nas grandes questões nacionais: o debate sobre o novo modelo, e as políticas a serem adotadas no sentido do reordenamento da sociedade brasileira, visando maior igualdade e mais justiça social” (*Informação*, 2/09/76, p.5)

Na matéria publicada no jornal *Informação*, é realçada a palestra proferida por Fernando Henrique Cardoso naquela ocasião como indo ao encontro da perspectiva de politização (como oposto ao “populismo”) na defesa do vínculo indissolúvel entre os “problemas específicos e os gerais” junto à população. Ao contrário disto, as intervenções de Brossard e Simon são lidas como “no melhor estilo populista”:

“Da veemência Brossard passava à ironia...Com gestos largos e voz inflamada que lhe são característicos Simon encerrou o Seminário expondo suas já conhecidas idéias sobre a organização do partido, e reiterando a ‘sua fé e esperança na vitória do MDB nas eleições’” (*Informação*, 02/09/76, p.5).

Observa-se então que ao populismo - definido por estilos performáticos e personalísticos, por preocupações estritamente administrativas e técnicas, pela sedução paternalista - opõe-se a “participação popular” (sinônimo de “politização” e “conscientização”). As eleições de 76 proporcionaram a confecção de uma série de documentos que se debruçaram sobre a explicitação de princípios e de estratégias que deveriam reger as ações dos candidatos oposicionistas e a circunscrição dos principais componentes que deveriam caracterizar as prefeituras de oposição, tomando como ponto de distanciamento o “populismo”, e de aproximação a “participação popular”. Isto pode ser evidenciado nas passagens abaixo extraídas do documento “A luta pela democracia hoje”, produzido pelo SJM no segundo semestre de 1976, e um artigo escrito por Adelmo Genro Filho sobre os “Quatro equívocos sobre ‘prefeitura de oposição’”, de julho de 1976:

“Não se trata, no nosso caso, de lutar por uma democracia onde governantes pensariam e agiriam pelas classes populares. Sequer se trata de lutar por uma democracia onde os governantes trabalhariam para as classes populares. Isso quando mundo, pode gerar um autoritarismo paternalista que, no fundo, contribui poderosamente para reforçar os mecanismos de desorganização das classes populares... Trata-se, então, de lutar por uma democracia que lance suas bases na participação popular na gestão do poder público. Nesse sentido, a tarefa que se impõe aos grupos progressistas identificados com as classes populares é de pensar e agir com elas” (SJM, 1976, grifos no original).

Na seqüência o documento explicita o papel do vereador na operacionalização dos “princípios de luta”:

“... colaborar eficazmente na criação de condições práticas para a participação das classes populares... Contribuir para a desmistificação da idéia de que a

administração do município é neutra, como se ela visasse apenas à eficácia técnica... A defesa de nossos princípios de luta significa, no mínimo, o fortalecimento das frações mais progressistas – justamente os setores minoritários que lutam, hoje, por se afirmar no interior do MDB. Além do mais, como decorrência de nossa proposta voltada para as **classes populares e para os setores progressistas da sociedade que com elas se identifiquem**, é de se esperar que o vereador venha a trabalhar pela criação e/ou dinamização do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, do setor trabalhista e da Juventude democrática do MDB. Esses órgãos devem ser chamados a uma participação ativa nos mecanismos de decisão intrapartidários” (SJM, grifos no original).

Adelmo Genro Filho pretende pontuar os equívocos cometidos na definição das administrações do MDB, para discerni-los da concepção de “prefeituras de oposição” que encerra as “formas autênticas de participação popular” e “integrada numa estratégia de luta democrática”.

“[o equívoco] mais difundido é sem dúvida um reflexo da tradição populista – é a confusão entre ‘prefeitura de oposição’ e ‘prefeitura paternalista’[...] Um prefeito paternalista inibe formas de organização e luta autenticamente populares, incentivando o surgimento de pseudo-lideranças – subproduto do esquema vertical de poder – e do favoritismo como substitutivo da ação política [...] A idéia de que um prefeitura do MDB deve ser uma ‘prefeitura exemplo’ em termos administrativos. [Refere-se] a tentativa de substituir a política pela administração serve, sempre, para ocultar posições políticas e serviços dos setores sociais dominantes na sociedade [...] A questão central [é] a criação de canais de participação, e dessa forma a democratização das decisões, é condição essencial para uma prefeitura de oposição. É possibilitando o exercício prático da liberdade para as **camadas populares** (hoje marginalizadas) que uma prefeitura conquistada pelo MDB poderá auxiliar na luta pela democratização. Não há outro caminho. A democratização do poder – mesmo a nível municipal significa uma prefeitura voltada para os bairros e vilas pobres, mas sem paternalismo, incentivando as formas autênticas de representação popular, conduz a uma prefeitura exemplo, não no sentido subjetivo, e sim porque concretamente aponta uma alternativa; significa, enfim, uma prefeitura integrada numa estratégia de luta democrática” (*Informação*, 29/07/76, p. 3).

Inspirado no pleito de 76, o IEPES e a assessoria técnica do MDB (ambos do RS) elaboraram um documento com o título “O MDB e a Ação Municipalista” concebido para o “1º Seminário para candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador”. O texto de 79 páginas foi dividido em cinco capítulos e dois anexos. Os itens trabalhados referem-se às “eleições

e prefeituras do MDB”; traça um “breve diagnóstico do município brasileiro”; aponta as “diretrizes básicas de uma administração de Oposição”; defende a “participação popular na administração municipal”; e propõe “sugestões para medidas administrativas municipais”. Além disso, nos anexos há “informações de referência do município brasileiro” e “componentes fiscais de receita municipal”.

É possível perceber o duplo objetivo do documento: 1) municiar de dados e informações “técnicas” os possíveis administradores e legisladores municipais, facilitando tanto a gestão de prefeituras quanto à fiscalização dos vereadores no caso de ocuparem a oposição, 2) sistematizar as diretrizes políticas de um programa para o MDB visando a conjuntura em pauta.

Os tópicos que atingiram maior repercussão foram (a julgar pela cobertura dos jornais alternativos da época) as “diretrizes básicas de uma administração popular” e a “participação popular na administração municipal”. O jornal *Movimento*, trata do tema na matéria “O MDB e as Prefeituras” sublinhando:

“O MDB do Rio Grande do Sul é seguramente um dos mais – talvez o mais – bem organizado do país, destacando-se pela grande atuação das bases... É dentro dessa linha que o partido vem realizando uma série de seminários para os candidatos a prefeito e vereador no Estado. No primeiro deles... o Iepes, órgão de estudo do partido, preparou um longo trabalho sobre o programa de oposição nas prefeituras...” (*Movimento*, 20/09/76, p. 4-5).

Por sua vez, o jornal *Informação* também cobriu a “divulgação do documento enfatizando: “Na noite de sábado [...] foi discutido o único assunto que realmente gerou polêmica...: a questão da participação popular na prefeitura e a formação de ‘Conselhos Populares’” (*Informação*, 23/12/76, p. 5).

Os temas contemplados no documento integravam o repertório de proposições da “juventude” e da “esquerda” emedebista gaúcha e de suas campanhas nas eleições de 76. Sobre as diretrizes das administrações, o documento do IEPES elenca como planos de ações as reivindicações de bandeiras junto as demais esferas (estadual e federal), a criação de estruturas administrativas adjetivadas de “eficientes” e “dispostas a efetuar mudanças sócio-econômicas em prol da comunidade local, em particular dos segmentos mais desfavorecidos da população” e a “participação popular”⁶².

No que diz respeito à “participação popular” o texto é mais incisivo, sustentando: “Uma das questões centrais que se coloca [...] é a criação e fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações municipais oposicionistas, única instância do poder executivo à qual o MDB tem acesso nas atuais circunstâncias” (“O MDB e a Ação Municipalista”, 08/76, p. 121). O argumento prossegue defendendo tal iniciativa como um “embrião” do modelo político, econômico e social proposto para o país e como propulsor da potencialidade da atuação da “sociedade civil”.

No texto de Miguel Bodea para o *Movimento* (“O que fazer nas prefeituras”) observa-se que os eixos da contribuição do IEPES, do qual é apresentado como membro, reside fundamentalmente na mesma ênfase:

“Uma das questões centrais que se colocam, hoje, perante o partido de oposição é, sem dúvida alguma, a criação e o fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações municipais oposicionistas, única instância do poder executivo à qual o MDB tem acesso nas atuais circunstâncias. As prefeituras de oposição devem procurar gerar, mesmo que de forma incipiente, padrões de organização e atuação política que, contêm pelo menos o embrião do modelo político, econômico e social alternativo que se pretende conquistar para o país... Uma administração fundamentalmente voltada para os

⁶² Este documento é resgatado em discussões atuais sobre a “paternidade” do Orçamento Participativo, experiência que marca as administrações “petistas” (leia-se: Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont). Inclusive na aquisição do documento junto ao diretório do PMDB foi salientado que este seria a “prova” da localização no seu antecessor, no MDB, do marco inicial de idealização do projeto.

bairros e vilas populares, principalmente da periferia, naturalmente deverá mobilizar estas populações nas mais diversas formas de co-participação [...] Muitas destas medidas podem parecer utópicas ou extremamente difíceis de serem atingidas, na maior parte dos municípios brasileiros. Contra elas militam, não só o atual quadro institucional do país, como também décadas de tradição paternalista [...] Cabe àqueles posicionados ao lado da luta por uma verdadeira democracia, econômica e social aprofundar o debate em torno destas questões, adiantar críticas, propor alternativas e fortalecer experiências de participação popular já em curso” (*Movimento*, 28/06/76, p.3) .

A propagação destas idéias no partido por meio do documento do IEPES (“O MDB e a Ação Municipalista” de agosto de 1976), por um lado, externaliza as discussões travadas no interior da “intelectualidade” do MDB (reuniões do IEPES, dos grupos, de estudantes, etc.), por outro lado, abre um espaço para a construção de significados por parte dos engajados nestas questões. Em outros termos, é cabível afirmar que o trabalho de publicização das idéias junto às bases pela direção do partido fortaleceu tais teses, todavia as generalidades das elaborações possibilitavam diferentes apropriações (mais ou menos radicalizadas) cujo exercício de atribuição de significados permanece em curso até os dias atuais.

Este conjunto de posicionamentos incidirá diretamente nas “plataformas” das candidaturas jovens em todo o Rio Grande do Sul. A seguir, serão analisados alguns movimentos que pautaram o comportamento da “esquerda jovem” do partido no pleito de 1976.

4.1.1 – “Vote Contra o Governo”

A campanha eleitoral de 76 significou um dos momentos de maior unificação na ação da “juventude de esquerda” do MDB gaúcho em razão do seu significado na conquista de espaços de voz no interior do partido⁶³. Dois aspectos relativos a este pleito devem ser grifados. O primeiro, de menor relevo, é dirigido às opções defendidas quanto às candidaturas a prefeito. O segundo, que é mais relevante, são as candidaturas a vereador com origens nos “setores jovens”.

Quanto às candidaturas a prefeito (ou às pré-candidaturas) a alternativa considerada mais adequada parece ter sido a de estabelecer claramente vínculos de aproximação com “setores” considerados como mais “progressistas” ou “mais conseqüentes” dentro do partido e que poderiam sair candidatos a prefeito.

Não raro estes “quadros” eram pais de lideranças da “juventude” e, em vista disto, deixam transparecer o quão conflituoso são as passagens geracionais (que neste caso são por filiações), porque não se dão nem por rupturas definitivas, nem tampouco por continuidades tranqüilas. Assim, ao expor rapidamente alguns casos, busca-se marcar algumas pistas de que os laços anteriores de filiação sedimentam uma outra dimensão da constituição de cortes geracionais, colocando em funcionamento, concomitantemente, a

⁶³ Pode-se indicar que esta eleição marcou a entrada dos indivíduos e grupos da “juventude” no cenário político. Isto significa, por conseguinte, que ela marcou, também, uma renovação no repertório de temáticas e posicionamentos do universo político gaúcho. Por este motivo, é possível analisá-la como um momento chave de ‘realinhamento crítico’. Segundo ressaltou Favre (1989), esta noção concebida por V.O. Key (1955-1959) “fornece um bom exemplo do modo no qual podem ser articuladas – se tratando apenas de práticas eleitorais – o evento e a mudança social no estudo geracional. O ‘realinhamento crítico’ se produz quando uma mutação social se traduz por uma crise política, com redefinição ou polarização dos *enjeux* eleitorais, e que essa crise provoca, por seu turno, uma mudança durável nas clivagens partidárias, da composição das elites e definição política” (p. 317).

necessidade de considerar e superar influências no intuito de construir e ocupar um novo espaço⁶⁴.

São exemplos significativos disto, as defesas da candidatura de Jauri de Oliveira (comerciante, ex-udenista, no MDB próximo ao grupo “autêntico”) em São Luiz Gonzaga, pai de José Carlos Oliveira (Zezinho, presidente do SJM, fundador da TS); e da pré-candidatura de Adelmo Genro em Santa Maria (também ligado ao grupo autêntico e trabalhista), pai de Adelmo Genro e Tarso Genro (militantes do Setor Jovem de Santa Maria e das Oposições Populares).

As notas do Jornal Informação ilustram bem estes e outros casos:

“São Luiz: Uma Oposição de Verdade. Em São Luiz o MDB está preocupado com as eleições municipais ‘como mais um tijolo no alicerce da luta democrática’ e propõe uma administração intimamente vinculada aos organismos populares de bairros e vilas...Segundo o candidato do MDB, Jauri Gomes de Oliveira, o programa partidária para a prefeitura deverá ser baseado nos princípios gerias do partido” (*Semanário de Informação Política*, 27/03/76, p.3)

“[...] Adelmo Genro desfruta de grande prestígio não só entre as lideranças do partido, onde é considerado o candidato de coalizão...nas vilas e bairros da cidade seu nome ainda é lembrado, apesar dos dez anos que transcorreram sobre sua gestão. Mostra também que apesar da cassação não se permitiu a desinformação nem o acomodamento político” (*Semanário de Informação Política*, 12/3/76, p.3).

“Os jovens do MDB de Cruz Alta provavelmente lançarão candidatos à vereança, pois possuem um setor ativo que semanalmente realiza reuniões políticas. Identificados perfeitamente com a linha partidária, entre os jovens há as mesmas divergências do Partido em torno de nomes à prefeitura. O presidente do setor jovem é filho de Humberto Ferreira da Silva [candidato] assim como a maioria de seus membros são filhos de políticos de Oposição refletindo-se nele dessa forma os mesmos conflitos do MDB oficial” (*Semanário de Informação Política*, 3/2/76, p.3).

⁶⁴ Pode-se utilizar aqui a noção de transmissão cultural cunhada por Sirinelli (1996) para os intelectuais, isto é “o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita (p.255), mesmo que estejam em obra processos de reivindicadas rupturas.

Ainda mais importantes são as próprias candidaturas dos “jovens” nas eleições à vereança de 1976. Entre outras, é possível elencar as candidaturas de Marcos Klassmann em Porto Alegre (eleito), Adelmo Genro e Maria Rita Assis Brasil e Weigert em Santa Maria (eleitos), José Ivo Sartori em Caxias (eleito), Flavio Coswig, Uil Dias (eleitos) e João Gastal Júnior em Pelotas (2º suplente).

Devido aos resultados eleitorais e às mobilizações alcançadas, este pleito se constitui numa oportunidade privilegiada para evidenciar-se o trabalho de afirmação de um discurso de distinção em relação às posições políticas já existentes. Tendo em vista as condições históricas e contextuais que cercavam a dinâmica política naquele período (cassações, Lei Falcão, instabilidade das “regras do jogo”, etc.), a conferência de excepcionalidade ao episódio eleitoral para os desdobramentos da luta política ganhava uma carga de dramatização ainda maior. Portanto, o embate por atribuição de sentidos e a relevância em demarcar lugares de identificação promove a aproximação de ativistas que ocupavam determinadas posições na configuração do espectro de forças.

Toma-se, pois, a candidatura à vereança de Marcos Klassmann como significativa das candidaturas que representavam a “juventude” e das lideranças que inauguravam sua participação política em disputas políticas eletivas. Apreende-se, partindo da análise do material de campanha deste, a gama de problemáticas tratadas neste capítulo e que compunham o universo de significações acionadas pelos “jovens militantes” na procura por criar as condições de eficácia de sua inserção na arena política. Logo, faz emergir os movimentos de construção identitária e de tentativa de delimitação de espaços de intervenção política.

O panfleto apresentado por Marcos Klassmann foi resultado, conforme sublinhado nas entrevistas realizadas, do “esforço de campanha” das principais lideranças da juventude

em Porto Alegre (entre elas, Sérgio Weigert, Daniel Herz, Adelmo Genro Filho, Raul Pont, José Carlos de Oliveiras, Paulo D'Ávila) em torno daquela candidatura que representava o SJM da capital. Sendo assim, se constitui como um veículo especialmente rico para auferir as sínteses dos elementos articulados no trabalho de fixação de um discurso que pretende sedimentar o arcabouço de contribuições programáticas e temáticas da “juventude”. Enfim, a agenda de temas que compõem o programa informam identificações/exclusões que conformam o universo de proposições defendidas.

Estruturado em sete pontos, inicia com as “propostas de trabalho”, cujo eixo central é a despersonalização da atividade política, com o auxílio da extrapolação do âmbito de intervenção do candidato e estabelecendo uma idéia de “organicidade” do trabalho político junto às “bases”. Este “vínculo orgânico” se opõe a uma prática que é por eles identificada no MDB e da qual almejam se diferenciar, qual seja, aquela sintetizada no binômio “demagogia” e “populismo”. Reforçam então o corte com os “velhos políticos tradicionais” (“adesistas” e “moderados”) se apresentando como o pólo oposto da relação. Nesta linha, é na adoção dos “interesses populares” que reside a definição do que seria a nova proposta do programa. Para tanto, descrevem um cenário de contrastes entre “periferia” e “bairros residenciais”, a partir do atendimento dado e paisagens destes. Descrevem e inscrevem a cidade no “modelo do país” e por meio disto sustentam a “participação popular na administração” e a politização de questões como saúde, educação, habitação e transporte em detrimento de uma administração técnica e onde a participação política da população seria unicamente através do voto.

Panfleto de campanha da candidatura de Marcos Klassmann:

No penúltimo item a ênfase recai na distância entre “os que mandam e os que podem mandar. Os que mandam não são escolhidos por nós, os que escolhemos não podem mandar”. Com isso denotam ao voto um significado de “resposta” ao “governo” e às eleições, assim como a idéia de instrumento de “criação” e “fortalecimento” das “organizações de base”. Aqui, portanto, evidencia-se a construção de cadeias de justificativas para votar na oposição do MDB, nos “setores combativos” do partido, mas principalmente, naquele “candidato claramente comprometido com a tarefa de organização das forças populares na defesa dos seus interesses”.

O panfleto é então finalizado com palavras de ordem, ou bandeiras de luta alinhadas com a lógica de estruturação do programa, isto é, do particular para o geral: “Pela aplicação dos dinheiros públicos em favor da maioria do povo; saneamento básico, água, luz, escola e transporte” até a “Assembléia Constituinte eleita livremente, com anterior liberdade de organização e propaganda para qualquer Partido Político”.

Pela candidatura de Klassmann o SJM também divulga o documento de quatro páginas: “Porque votar, Como votar, em Quem votar” (setembro de 1976). A declaração de apoio é desenvolvida em onze pontos. De início, indicam a importância das eleições sob as condições decorrentes de um “regime de constituição outorgada” e estabelecem as “divisões econômico-sociais da sociedade brasileira”. A partir desta divisão, propõe uma leitura do processo eleitoral do ponto de vista das “classes dominantes” condizente com a utilização das eleições como instrumento para a simulação de uma “ocasião de afirmação da soberania popular”, gerando “a aparência de que há no país um regime democrático”. E do ponto de vista das “classes dominadas”, em que as eleições seriam um “veículo pelo qual porções muito significativas da sociedade brasileira – trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, intelectuais, profissionais liberais, agricultores e empresários

ideologicamente liberais – manifestam seu repúdio à orientação que vem sendo impressa à história brasileira contemporânea, bem como àqueles que são por esta responsáveis”.

Na seqüência, revela-se o significado “tático” dispensado à eleição no sentido de atestar a “ilegitimidade da dominação política” e agir sobre as contradições inerentes ao “bloco no poder”. Para tanto, distanciam-se daquelas “posições hegemônicas” de dentro do partido, nas quais identificam a “política da simpatia” como resultado do “erro político fundamental”: o de adotar como “eixo tático principal da prática [...] o diálogo” com o governo, e ter como “fundamento estratégico [...] a convicção de que as dificuldades políticas e econômicas do Estado autoritário são de tal ordem que tende ele a desagregar-se como que por si próprio”. Da mesma forma, sublinham a pertinência das “definições políticas do partido”, sem as quais não se estabeleceria a correspondência com os “setores” que falam em nome das “bases partidárias e da oposição popular”:

“É importante observar ainda que não consideramos como setores mais coerentes aqueles que tratam apenas de enfatizar um trabalho de organização das bases partidárias e da oposição popular – nos bairros, sindicatos, universidades, associações profissionais – deixando de lado a questão da definição política do partido na atual conjuntura. É vital, portanto, apoiar aqueles que, dentro do partido, associam o trabalho de organização dos setores populares com um esforço de definir uma linha política diversa da que atualmente orienta hegemonicamente o trabalho dos oposicionistas” (panfleto de campanha, SJM, setembro de 76, p. 3).

O documento é encerrado com a indicação de Marcos Klassmann como o “nome que inequivocadamente” corresponde, em Porto Alegre, às características de “indivíduos capazes de liderar a formação desta tendência política alternativa no seio do movimento oposicionista”.

Durante a divulgação da candidatura (panfletagens e “comícios relâmpagos), Klassmann foi detido pela polícia duas vezes, e a consideração de sua propaganda como

“ofensiva ao governo” lhe rendeu a proibição de veiculação pelo Tribunal Regional Eleitoral e a suspensão do *slide* do candidato na televisão. O fragmento abaixo complementa:

“Além disso, vários panfletos, supostamente assinados pelo Setor Jovem Metropolitano, circularam pela cidade desaconselhando o voto em Marcos Klassmann, pois ‘ele é palhaço comunista e subversivo’. Num destes panfletos havia uma foto de Marcos, ao lado de Fidel Castro e Che Guevara. A montagem, de certa qualidade, colocou ainda, um fuzil na mão do candidato e alertava: ‘Companheiros! Cuidado, Marcos Klassmann é subversivo!’” (*Informação*, 25/11/76, p. 5).

Klassmann é eleito, sendo o quinto vereador mais votado (12.118 votos), seguido por Glênio Perez (eleito com 11.478 votos) – naquela circunstância vereador há mais de 10 anos e eleito sucessivamente há quatro pleitos – escolhido líder da bancada de vereadores de 1977. Ocorre que em decorrência do discurso feito por Glênio Perez na solenidade de posse da nova Câmara Municipal de Porto Alegre, e a interpretação de que este teria sido “contestatório aos princípios revolucionários”, o ministério da Justiça comunica, em dois de fevereiro de 1977, a “cassação do mandato eletivo e suspendendo por 10 anos os direitos políticos de Glênio Mathias Perez” (*Movimento*, 7/02/77, p. 3).

A primeira sessão da Câmara de Vereadores, depois da cassação de Perez, ocorre em 9/02/77. Nesta (onde comparecem 15 vereadores, sendo 10 do MDB) Marcos Klassmann faz um discurso que acaba repercutindo também na cassação de seu mandato. Boa parte transcrita do *Jornal do Brasil* pelo jornal *Movimento* (ver o quadro da página seguinte).

Fonte: Jornal *Movimento*, 7/02/77, p. 3.

Cabe grifar que tendo o MDB eleito quatorze vereadores contra sete do governo, ou seja, com uma maioria de dois terços, a oposição ficava com direito de rejeitar os vetos do prefeito nomeado Guilherme Socias Villela e, com maioria absoluta, os projetos da oposição não poderiam ser vetados pelo prefeito. Com a cassação de Perez, o partido perdia esta possibilidade.

A eleição de Klassmann (e de outros vereadores do setor jovem) seguida da sua cassação parece fechar um ciclo de atividades da juventude emedebista gaúcha assinalada por programas de intervenção comuns aos diferentes grupos. O momento subsequente é marcado pela dispersão de projetos políticos que encarnavam os diferentes agrupamentos, culminando com as escolhas partidárias dos mesmos.

4.2 – Dispersão na Esquerda: posicionamentos e alinhamentos (1977-1979)

Ao longo dos anos 70 muitas foram as aproximações programáticas entre a “juventude”, mas gradativamente as opções “táticas” passam a divergir cada vez mais nitidamente. Com efeito, é mister não descolar da idéia de que os “distanciamentos” no interior da “juventude” eram impulsionados muito mais em decorrência da aposta em diferentes “perspectivas de engajamentos” do que resultantes da adesão a “projetos societários” divergentes. Pode-se tomar os diversos grupos como que vinculados entre si pelas condições de entrada, permanência e disputa, no interior do MDB (definidores da própria denominação de “juventude”) e pela orientação de um “transfundo intelectual básico: o marxismo” (Sorj, 2001)⁶⁵.

Com base no material apresentado até aqui, foi possível inferir a busca em construir alianças, por parte das lideranças da “juventude”, com outros setores considerados por eles como “mais conseqüentes” ou mais “coerentes” (entre eles, estudantes, intelectuais e, no interior mesmo do partido, o grupo “autêntico” e os chamados “neo-autênticos”). Os *links* desta aproximação se constituíam em um conjunto de problemáticas definidas, especialmente, pela preocupação com a ativação política das “massas” ou da “população” (dentre outras denominações) como significado de politização, o que se refletia, conseqüentemente, na exigência da “politização da política municipal”.

⁶⁵ Tal noção foi trabalhada por Sorj (2001) que se referia à “ênfase unilateral na lógica universal de acumulação capitalista” dada pelo Cebrap que se impunha com um “transfundo intelectual básico e se transformou numa influência central nas ciências sociais” (p. 107). A idéia de tomar o marxismo compartilhado pelos jovens emedebistas estudados como um transfundo de uma geração se demonstrou bastante instigante.

Passadas as eleições, os personagens estão submetidos a uma nova etapa em que é preciso reacomodar o discurso de síntese e singularidade que garantia a sua existência. Para tanto, as avaliações sobre o processo eleitoral se impõem como recurso propício para marcar (novamente) e radicalizar as distinções com relação aos demais políticos e, assim, reforçar a condição de “novidade” no cenário político gaúcho.

Esta afirmativa pode ser demonstrada através das críticas direcionadas aos componentes dos grupos “autêntico” e “neo-autêntico”⁶⁶. As primeiras feitas por Adelmo Genro Filho e em seguida pelo SJM.

“A maioria dos parlamentares que hoje formam o grupo **neo-autêntico**, assim como ocorreu com os **autênticos**, não foram eleitos em função de uma plataforma diferenciada da totalidade da Oposição, mas no bojo de um processo político que possibilitava a eficácia eleitoral de conceitos genéricos de oposição desde que apresentados com certa veemência. Foram eleitos, portanto, não como facção conseqüente da Oposição, mas a partir de complexas alianças e vinculações com a estrutura intermediária do MDB, onde persiste fortemente o oportunismo e os vícios do populismo” (artigo de Adelmo Genro Filho, jornal *Informação*, 25/11/76, p. 8, grifos no original).

Na exposição do argumento, há a interpretação de que os “neo-autênticos” teriam cometido um erro de atuação durante a campanha política devido à “análise superficial da conjuntura brasileira”. Firmado o obstáculo, o artigo indica a tarefa principal a ser assumida pelo grupo dos “neo-autênticos”, caso objetivassem transpor os erros praticados pelos

⁶⁶ “[...] o grupo conta com 16 deputados, entre os quais se destacam João Gilberto e Odacir Klein, ambos do Rio Grande do Sul; Tarcísio Delgado, de Minas; Luís Henrique, de Santa Catarina; Jader Barbalho, do Pará; João Cunha, de São Paulo [...] Uma das características desses deputados que se juntaram para formar o grupo *neo-autêntico* é a de que são uma espécie de safra própria do MDB, pois quase todos não conheceram outro partido antes de ingressarem no MDB, ao contrário dos deputados do antigo grupo *autêntico*, onde a maior parte da cúpula veio do ex-Partido Socialista Brasileiro (Freitas Nobre, Alencar Furtado, Marcos Freire e Lysâneas Maciel), alguns do PTB (Alceu Collares, Getúlio Dias, Elói Lenzi) e outros do PSD (Chico Pinto, Freitas Diniz, Paes de Andrade)... Antes de chegar à Câmara, em 1974, a maioria destes novos deputados que acabaram formando o grupo *neo-autêntico* era deputado estadual, prefeito ou mesmo vereador...e isso ajuda a explicar a sua maior aproximação com as bases – outra característica que os diferencia dos membros do antigo grupo *autêntico*.” (jornal *Movimento*, 15/11/76, p. 5). Além dos citados, destacam-se no RS: Lindovino Fanton, Jorge Uequed, Rosa Flores (eleitos em 74 e 76) e Waldir Walter e Eloar Guazelli (eleitos em 76).

“autênticos”, que seria a de “fortalecer as tendências autênticas que estão junto às bases populares”. Ora, que grupos representariam estas “tendências autênticas” se não aqueles que podem ser exemplificados pelo próprio grupo do articulista da matéria?

No que tange a “superficialidade na análise da conjuntura” esta se refere ao fato de que teria sido assumida pelo grupo “neo” a “tese do impasse político”. Quer dizer, teriam eles apostado em uma “vitória esmagadora” do MDB como instrumento pelo qual criariam um “impasse de legitimidade ao governo”, constringendo-o, assim, à democratização. Na perspectiva defendida no artigo, o investimento na vitória de 76 não deveria ser a única meta do grupo:

“... ao nível da atuação do próprio grupo ‘neo-autêntico’, deveria ser outra a luta prioritária: auxiliar decididamente no avanço dos setores intermediários identificados com suas propostas (candidatos ou setores de vanguarda do partido a eles ligados), que estão bem mais próximos das camadas populares. Seria uma oportunidade de fortalecer politicamente o grupo parlamentar e dar-lhe substância popular, o que não ocorreu com os ‘autênticos’” (idem, grifos no original).

A receita dada aos neo-autênticos estabelece uma fórmula clara de intervenção e uma modalidade de construção de laços políticos entre diferentes setores do partidos tidos como “conseqüentes”. Em primeiro lugar, os setores auto-denominados de “vanguarda” seriam portadores da “substância popular” e ocupantes de um “setor intermediário”. Em segundo lugar, estaria o grupo neo-autêntico em busca da distinção em relação aos autênticos baseada na proximidade com as bases do partido e na capacidade de mobilização. O elo de identificações proposto no texto visa reunir estes setores (“intermediários” ou “vanguarda” e “neo-autênticos”) e através deste elo os primeiros se fortaleceriam frente ao partido e os segundos levariam a cabo seu intuito de maximizar seu caráter popular.

O próprio uso da denominação de “setor intermediário” já revela o caráter que tentam assumir de potenciais mediadores entre o “povo” e o “parlamento”, que é incrementado ainda com a menção aos resultados eleitorais:

“Os próprios grupos intermediários, identificados com as posições dos **novos autênticos** com a força de que dispunham, conquistaram resultados visíveis especialmente no RS. E com isso foram abertas novas possibilidades para que de fato as propostas mais avançadas extravasem o parlamento e cheguem às camadas populares. Urge, portanto, aos parlamentares conseqüentes reavaliar. E de agora em diante encampar a tarefa” (idem, grifo no original).

Da mesma forma o SJM dirige críticas aos grupos “autêntico” e “neo-autêntico”, contudo, ao contrário do que está manifesto no artigo da liderança anterior (isto é, de uma vinculação entre os detentores da capacidade de “mobilização das camadas populares” e os novos parlamentares), para estes a “tática” que se impõe é a da demarcação formal de um grupo, ou uma “tendência política”, cuja a ação conjunta intra e extra-partidária tem como foco não a mobilização das “camadas populares” mas os “setores explorados” e a “organização independente das classes trabalhadores”.

“... refere-se, claramente, a formação e atuação dos ‘autênticos’ e ‘neo-autênticos’, cujos equívocos fundamentais deram-se, justamente, pela omissão [nos seguintes] pontos... e que já há muito tempo o SJM vem sustentando: necessidade de organização dos setores progressistas do MDB, enquanto tendência política caracterizada por uma tática comum, nas propostas e na ação desenvolvida no seio do Partido e fora dele, o que só poderá ocorrer a partir de definições políticas mínimas... no campo político-ideológico, diferenciando-se das demais propostas... que se dá a principal definição. Por uma prática correta, entendemos como fundamental o engajamento na perspectiva e nas lutas dos setores explorados, onde se coloca na ordem do dia como questão primordial a necessidade de organização independente das classes trabalhadoras” (Ante-projeto da carta programática para o SJM, p. 6, grifo no original).

Observa-se que procuram distanciar-se dos demais setores do partido que não compartilhe com os objetivos específicos de defesa dos “explorados” e sua organização,

constroem, desta forma, uma cadeia de equivalências bem mais restritiva do que aquela que abrange as “camadas populares” e os “parlamentares conseqüentes”. Isto se reflete igualmente nos empreendimentos no sentido de ocupação, na luta interna do partido, de um espaço ideológico específico, onde os projetos de “transformação social” e “organização das massas” (entendida como o ator privilegiado desta transformação) coloca-se desde já, pautando o “discurso socialista” de distinção destes agentes.

Nota-se o amadurecimento da idéia nas passagens extraídas do documento que trata de “alguns aspectos do trabalho político do MDB”, propondo-se a analisar as eleições de 1974 e 1976 “numa perspectiva de esquerda”. Perguntando-se sobre “que frações oposicionistas se aproximam do MDB”, no texto há a menção ao “velho populismo reformista”, de um lado, e, do outro lado:

“... setores egressos da antiga esquerda organizada não reformista e continentes de jovens recém chegados ao processo político, ávidos de participação e cujo compromisso ideológico ainda é um tanto vago, embora potencialmente socialista”. O documento é finalizado situando “o MDB como uma plataforma ideológica coesa que deve ser enfrentada pelos socialistas” e, por isso, coloca-se “a explicitação de uma tendência socialista no partido como obra indispensável. Tal explicitação exige que se supere o distanciamento das esquerdas e que se encaminhe um programa comum socialista” (s/ data, p. 2 e 4).

A pretensão de articulação de uma “tendência socialista” no MDB por parte do SJM de Porto Alegre é divulgada nacionalmente, ao lado da possível articulação da “convergência socialista” de São Paulo, e inserida no debate sobre a criação de novos partidos antevendo “a eventualidade de uma mudança no quadro partidário por iniciativa do governo ou por pressão popular” (*Movimento*, 15/07/77, p. 3). Com pouca receptividade entre os parlamentares gaúchos como, por exemplo, o “autêntico” Getúlio Dias para o qual

o Setor Jovem estaria servindo de “inocente útil do sistema” e César Schirmer na defesa de que seria “preciso manter a frente oposicionista”.

Este debate é desencadeado no ano de 1977, ano inaugurado com a discussão acerca da viabilidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tema este que não só predominava no centro das atenções dos debates políticos como se caracterizava pela convergência do engajamento da grande maioria dos oposicionistas na campanha, entendida como um forte trunfo na “luta democrática”. Em que pese existirem nuances nas percepções das modalidades, perspectivas e significados mais específicos da “luta” pela Constituinte, naquela situação, observa-se nitidamente a confluência no que diz respeito às avaliações de sua urgência e o caráter popular que deveria assumir (ao contrário dos chamados “moderados” e “adesistas” que veriam a convocação como risco ou de desestabilização, ou enrijecimento do “regime”, ou prejudicial para as eleições de 1978, etc.).

As articulações tendo em vista a campanha do MDB pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte (“livremente eleita” para a “juventude” expressada no SJM) é impulsionada pela instituição do “Pacote de Abril” e concorre com a proposta de “diálogo”, apresentada pelo então senador arenista Petrônio Portela, baseado nas pretensões de reforma política do governo⁶⁷. O debate sobre estes dois temas somados ao “despertar da

⁶⁷ As eleições de 1978 para governadores seriam diretas conforme a Constituição em vigor e este é um dos motivos que levam à instituição do “pacote de abril”. Conforme Velasco e Cruz no artigo escrito com Estevan Martins: “Tomando como pretexto a negativa do MDB em aprovar sem emendas um projeto de reforma do Judiciário..., no 1º de abril Geisel decreta o recesso temporário do Congresso e... edita no dia 14 um conjunto de disposições modificando o regime político vigente em várias esferas... [entre elas] eleições indiretas para escolha de governadores...; extensão à eleições estaduais e federais da legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e TV; alteração do *quorum* para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso, de 2/3 dos membros para maioria simples...; ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial”. Os autores destacam como reações a ação do governo a nota de repúdio do Conselho federal da OAB: “que classificou de crescente desfiguramento do Estado de Direito e reclamava o fim do AI-5 acompanhado de ampla reforma constitucional a ser feita por uma assembléia constituinte eleita especialmente para esse fim”. (1984, p.85).

sociedade civil”⁶⁸ e a proliferação de expectativas e debates alusivos à constituição de novos partidos constituíram a centralidade do ano de 1977 nos encaminhamentos em direção à abertura política.

A matéria do jornal *Movimento* de 10/10/77, ressalta que já em 1971, modificações feitas pelo governo na lei de organização partidária⁶⁹ possibilitando a criação de um novo partido para os parlamentares que desejassem desvincular-se de sua sigla sem a perda do mandato, permitiu que a idéia de criação de um “sub-partido” fosse aventada entre os “autênticos”, provavelmente em decorrência do acirramento das dissensões entre “autênticos” e “moderados” evidenciadas na eleição do Diretório Nacional do partido em abril de 1972⁷⁰. A discussão, segundo o texto, retornaria em 1975 devido às divergências suscitadas na ocasião da convenção para a eleição do diretório nacional. Ademais, a participação de lideranças como Marcos Freire e Fernando Gasparian (a convite da IIª Internacional) da reunião de dirigentes políticos da Europa e América do Sul, onde dirigentes de partidos socialistas, social-democratas, etc., discutiriam o tema da “Solidariedade Democrática Internacional” e os encontros de parlamentares brasileiros com o primeiro ministro português Mário Soares e outros líderes políticos europeus, seriam indicativos da busca de “reciclagem” por parte das lideranças opositoras do Brasil. A

⁶⁸ . Quanto ao “despertar da ‘sociedade civil’” alguns movimentos podem ser destacados como a dissolução do III Encontro Nacional dos Estudantes, em Belo Horizonte: “visando a reconstituição da UNE...; presidente do Movimento Feminino pela Anistia rompe cerco da guarda de segurança do Congresso e entrega relatório de familiares de presos, desaparecidos e exilados a Rosalyn Carter...; MDB lança tese da Constituinte em simpósio reunido em Porto Alegre; comunidade acadêmica reage a tentativa do governo de impedir a realização da 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, negando-lhe os fundos necessários”. Além disto, há a rearticulação do movimento sindical através da campanha pela ‘reposição salarial’ (Velasco e Cruz e Estevan Martins, 1984, p. 56-57).

⁶⁹ A lei da Fidelidade Partidária que determinava a perda do mandato para os parlamentares que por voto ou atitude contrapunha-se “à posição legitimamente estabelecida pelo partido”, foi resultado do “caso Moreira Alves” de 68, em que alguns deputados da Arena votaram contra a condenação do deputado do MDB (ver Kinzo, 1988, p. 174-75).

mesma matéria soma a estes movimentos, a proposta apresentada pelo SJM do MDB de Porto Alegre (final de 1976 e ao longo de 1977) de nuclear as diversas correntes ideológicas existentes no MDB dentro da perspectiva de formação de um bloco parlamentar socialista, destacando os apoios de Américo Coppeti e João Gilberto Lucas Coelho à idéia veiculados no *Boletim Informativo do SJM*.

A partir, então, da campanha pela Constituinte, do lado oposicionista, e da possibilidade de implantação de uma reforma partidária por parte do governo, o ano de 1978 é inaugurado com o debate sobre a criação de novos partidos e as articulações tendo em vista as eleições estaduais. Neste tocante, um dos principais temas em que se debruçou a oposição nacionalmente foi a proposta de constituição de uma Frente de Oposição defendida pelo general Euler Bentes e pelo senador Magalhães Pinto, no sentido de apresentar uma candidatura presidencial a concorrer no pleito de 78⁷¹.

Apesar de algumas lideranças “populares” terem se posicionado contra a idéia de uma “Frente Ampla de Democratização”⁷², a grande maioria abrigou a idéia, vislumbrando-a como favorável ao projeto de democratização do país. Entre as lideranças da “juventude”

⁷⁰ Na ocasião desta Convenção Nacional os “autênticos” apresentam uma “lista dissidente” para disputar os cargos da Executiva e obtém apenas 96 votos contra os 200 votos obtidos pela “chapa oficial” liderada por Ulysses Guimarães (Kinzo, 1988, p.143-44).

⁷¹ “A Frente Nacional de redemocratização foi, em grande medida, uma ação conjunta de dissidentes do regime, tanto civis como militares, fruto do descontentamento provocado pela postura absolutista de Geisel ao impor a candidatura do general João Batista Figueiredo para Presidente da República. Três figuras proeminentes se destacaram nas articulações para a criação da Frente: o senador da ARENA, Magalhães Pinto – auto-proclamado líder civil da ‘Revolução de 1964’ – o general Hugo Abreu – ex-chefe da Casa Militar da Presidência da República – e o general da reserva Euler Bentes Monteiro – ex-presidente da SUDENE... em agosto, o MDB decidiu-se finalmente a lançar candidatura do general Euler Bentes e do senador do MDB, Paulo Brossard, à Presidência e Vice-Presidência da República” (Kinzo, 1988, p. 197 e 199-200).

⁷² Entre as manifestações desfavoráveis publicadas no *Movimento* de 29/05/78, pode-se citar a dos líderes sindicais de São Paulo, Aluísio de Oliveira, “operário” da Toshiba e presidente da chapa de oposição à direção, daquele momento, do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, e Olívio Dutra, então presidente do Sindicato dos Empregadores em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre. O primeiro entendeu ser a proposta “uma manobra contra as classes populares” e o segundo que o MDB está é legitimando a eleição indireta” (p. 4 e 5).

gaúcha não foi diferente. Uma vez firmado o “inimigo comum” (governo Geisel, Gen. Figueiredo, pacote de reformas), a Frente se constituiria como instrumento “tático” para o acirramento do impasse no interior do “bloco dominante” podendo levá-lo, enfim, ao seu esfacelamento. Com efeito, com maior ou menor grau de radicalidade nas críticas endereçadas à composição da Frente e, ainda que as “táticas” para a sua aceitação sejam diferentes para os grupos tratados, há a mesma reivindicação de interferência na condução das ações da composição para justificar a sua pertinência.

Com base nas passagens abaixo, representativas do posicionamento de três grupos tratados nesta dissertação (o grupo de Santa Maria, do IEPES e da Tendência Socialista), pode-se detectar o acordo quanto à pertinência na constituição da “Frente” no quadro político daquele momento, mas, principalmente, pode-se atentar para as diferentes perspectivas no que concerne ao seu caráter diante das “lutas políticas” nas quais estão engajados. Deve-se ainda considerá-los (os posicionamentos) como indicativos dos desdobramentos e das articulações políticas privilegiadas pelas forças políticas a partir de então.

Abaixo segue o fragmento de um artigo escrito por Adelmo Genro Filho em que este estabelece o sentido “tático” da apresentação de uma “anticandidatura” no sentido de promover a inserção dos interesses “populares” nos compromissos políticos:

“Na perspectiva estratégica dessas lutas é que seria fundamental neste momento a decisão do MDB (ou pelo menos a posição clara dos seus setores mais progressistas) de boicotar as eleições indiretas, aliada a uma abertura com relação à ‘Frente’, mas exigindo compromissos – daqueles que estão aderindo – com as lutas efetivas do povo brasileiro, inclusive pelo seu efeito propagandístico. E como parte deste boicote, definir a *anticandidatura* do General Euler Bentes, para que ele saia mesmo sobre um caminhão a pregar a liberdade, ouvindo os reclamos populares e assumindo compromissos concretos. E *anticandidatura*, ao contrário do que alguns podem pensar, não é apenas uma palavra. É o desdobramento prático de uma visão estratégica, uma forma determinada de inserção no momento tático, basicamente comprometido com as

lutas exteriores ao parlamento” (Adelmo Genro Filho em artigo para o *Movimento*, 28/05/78, p. 6).

O IEPES se dedicou ao tema da “anticandidatura” e da “Frente Ampla” em um documento intitulado “O MDB na conjuntura política eleitoral”. Este documento discorre sobre a erosão do “regime” (econômica, jurídica, social e política) e sobre os “dilemas” e “impasses” criados pelo próprio governo. Como desdobramento o instituto postula como “tarefa básica”: “transformar, de fato, o estado de espírito oposicionista num partido nacionalmente organizado”. Tal empreendimento estaria amparado pela ativação “da mediação possível, em condições dadas (políticas), os partido, os sindicatos, a imprensa, as organizações da sociedade civil numa palavra” para combater os efeitos das desigualdades provocadas pelo “modelo autoritário”. Da mesma forma a “postura pedagógica” cujo exemplo seria o encaminhamento do MDB à questão presidencial “buscando a sensibilidade para o problema fundamental do fluxo de informações e formação de uma opinião”.

Este “programa de ação” não se faria, conforme defendido, sem romper com as demais posições no seio da oposição. Em primeiro lugar, com a opção que sustenta que a oposição deve ser composta pelos setores discordantes da elite (“moderados” e “adesistas”). Em segundo lugar, com a opção de grupos que almejam trilhar “os caminhos do fortalecimento político... pela mobilização populista ou contestatória”. Ainda segundo o texto: “a oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados..., chamados ‘modernos’ ou ‘integrados’, englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos”.

Na ótica do argumento, a primeira opção (divergências intra-elite) é desmobilizante eleitoral e socialmente, e a segunda (populista ou contestatória) faz uma aposta em setores “ainda” incapazes de “constituir a linha de frente de um partido democrático”. Acreditam, logo, que inicialmente devem recrutar os quadros (estudantes, intelectuais e técnicos) que formariam a espinha dorsal do partido e, após sim, “deverão juntar-se, no futuro, os protestos e energias da maioria explorada” reivindicada pelos defensores da “mobilização populista ou contestatória”.

O IEPES constrói, portanto, a defesa da anticandidatura como parte de um conjunto de iniciativas de incorporação dos setores da “sociedade civil”, de direção dos rumos partidários por setores que fazem a “mediação possível” (sobretudo intelectuais e estudantes) e de construção de cortes com os “moderados” e com grupos identificados com o “populismo” ou com a “contestação” exacerbada.

Observa-se na construção do argumento a utilização de uma idéia de “mediação” muito próxima daquela empregada por Adelmo Genro Filho nas suas avaliações sobre as tarefas que deveriam ser adotadas pelos novos parlamentares “conseqüentes” do MDB (“neo-autênticos”) para adquirirem uma “substância popular”. Ambos os argumentos apostam no fortalecimento de “setores intermediários” ou da “mediação possível” como mecanismo mais eficaz, na conjuntura dada, de fortalecimento partidário e de constituição de um veículo para a incorporação das “camadas populares” ou “setores da sociedade civil”.

Adiciona-se a isto, a proximidade entre as atribuições do sentido “tático”, dado por Adelmo, e da “postura pedagógica” apresentada pelo IEPES, nas tomadas de posição relativas à “anticandidatura”. Quer dizer, em ambas as formulações, a apresentação de uma “anticandidatura” surge como instrumento de mobilização no sentido de agravar as

condições de existência do “regime”, isto é, a Frente e a anticandidatura são componentes de projetos mais gerais para os dois grupos de propagar as idéias oposicionistas do MDB e de vinculá-las aos porta-vozes (mediadores e intermediários) dos “interesses populares”.

As elaborações oferecidas pela Tendência Socialista (no programa de fundação da corrente política) acenam para o engajamento positivo deste grupo na iniciativa. Como os demais, sinalizam a relevância deste movimento no enfraquecimento do regime, como pode ser apreendido no fragmento que segue:

“Num primeiro momento, aparentemente, essa eclética composição: o nacionalismo de Severo Gomes, com o ‘udenismo liberal’ de Magalhães Pinto e o ‘patriotismo’ de Euler Bentes; não poderia compor mais que uma salada ideológico-político-econômica, onde o oportunismo elitista das classes dominantes montaria mais uma farsa. A Frente, no entanto, não é apenas o resultado de brigas pessoais contra o autoritarismo do General Geisel ou o despeito de candidatos preteridos. A entrada do MDB na Frente lhe dá um novo componente, uma possibilidade de esqueleto que a sustente, que lhe dê vida. É obvio que esse esqueleto é descalcificado pois lhe falta o apoio das classes trabalhadoras, mas suficiente ereto para transformar a Frente numa alternativa viável para as classes dominantes, principalmente, às frações hoje descontentes com a forma que o mandatário militar há 14 anos vem dando a ‘coisa pública’ no País... Nosso papel é no sentido de mostrar seus limites, seu elitismo, seus compromissos com a ideologia burguesa mas sem confundi-la com algo idêntico ao governo Geisel ou seu substituto. Pontos de seu programa interessam aos trabalhadores e as classes populares. Nesse sentido, devemos exigir coerência e compromisso entre sua teoria, seu discurso e sua prática política. Suas promoções massivas devem contar com nossa presença para cobrar seus limites e suas promessas populares. Devemos força-la a radicalização frente ao governo Geisel. Força-la principalmente, a questionar o próprio modo de dominação atual da burguesia. Leva-la a questionar a ditadura, o regime militar em si...”
(*Projeto de Construção e Programa da Tendência Socialista*, julho de 1978, p. 10).

Embora haja a convergência entre este posicionamento e os demais quanto à adequação da postura diante das brechas proporcionadas pelo enfraquecimento do regime, são visíveis as distinções de elementos que são articulados na produção de uma interpelação classista no interior da oposição. Soma-se a isso, o lugar de voz construído pelos agentes ao se situarem na fronteira partidária. Quer dizer, referindo-se à Frente

afirmam: “Nosso papel é no sentido de mostrar **seus** limites, **seu** elitismo, **seus** compromissos com a ideologia burguesa” (grifos meus). O que denota uma posição de externalidade em relação à articulação e ao mesmo tempo de internalidade, uma vez que proclamam a possibilidade de intervenção nos seus encaminhamentos.

Neste caso, buscam se diferir dos argumentos posteriores pelos quais os militantes falavam de dentro, em nome e para o partido, mas esta diferença encontra seu limite na própria tomada de posição em relação à “Frente” e ao lugar ocupado naquele momento (dentro do MDB). O que se observa, pois, é a tentativa de construção de uma posição diferencial com relação àqueles de quem querem se discernir (no âmbito emedebista e entre as “esquerdas” coexistentes) para marcar uma singularidade.

Neste momento, se poderia, então, atribuir uma relativa unidade no interior da “juventude” ou da “esquerda” no que tange aos posicionamentos mais gerais frente ao jogo político nacional (apoio à Frente Ampla, por exemplo). No entanto, quando se atenta para as justificativas dos posicionamentos, evidencia-se claramente os esforços de distinção no próprio âmbito da “juventude” ou da “esquerda”. Pode-se aventar que, sob uma influência “externa” ou quando submetidos à uma pressão “externa” à “juventude” ou à “esquerda”, ou militantes que aí se reconhecem continuam agindo na mesma direção e mesmo conjuntamente. Quando se trata de se distinguir enquanto “esquerda” ou enquanto a apreciação das intervenções (modalidades e objetivos) no interior desta, aí se revelam as diferenças entre os grupos e suas expectativas mais específicas. Esta indicação será retomada mais adiante. Por agora, cabe descer para a análise dos confrontos entre estes diferentes grupos e suas expectativas de intervenção política e, para tanto, procede-se a algumas considerações sobre as candidaturas de Américo Coppeti e André Forster para deputado estadual nas eleições de 1978 por Porto Alegre.

4.2.1 – Duas Apostas “Em Nome do Socialismo”

Os debates políticos nacionais predominantes durante o ano de 1978, tendo em vista as eleições estaduais a ocorrerem neste ano, foram a Assembléia Constituinte, a anticandidatura e a criação de novos partidos. Concomitantemente a estes debates, no nível estadual, a definição de candidaturas e as campanhas dos candidatos se impunham como objeto privilegiado de atenção⁷³. Em Porto Alegre, talvez seja correto afirmar, duas candidaturas à deputação estadual – denominadas “candidaturas populares” – polarizaram as lideranças da “juventude”, ou melhor, a agora chamada “ala de esquerda da oposição gaúcha”: Américo Coppeti e André Forster.

O nome de Américo Coppeti é lançado pela Tendência Socialista⁷⁴ e, devido a isto, sua articulação se deu em conformação com o programa de fundação da corrente. Os eixos principais sustentados no programa podem ser sinteticamente apresentados:

⁷³ Esta campanha marca a entrada em cena do “político” Fernando Henrique Cardoso. Shiguenoli Miyamoto (1980) analisa a campanha eleitoral de 1978, cuja especificidade adviria das seguintes condições: Em primeiro lugar, a derrota em 74 desmotivava empreendimentos eleitorais arriscados por parte dos potenciais candidatos da Arena em 78, em contrapartida, a possibilidade de vitória para os candidatos do MDB refletia-se no inchaço de pretendentes às legendas partidárias. Devido ao grande número de candidatos, a possibilidade de vitória dependia, além de uma plataforma articulada, da sustentação de um “padrinho” que transferisse ao aspirante seu prestígio e seu possível eleitorado. Somava-se a isso, o cerceamento da propaganda eleitoral nos meios de comunicação (Lei Falcão), o que acabava por estimular a procura de mecanismos alternativos para conquistar votos e grupos de apoio: “Grupos como Sociedade de Bairros (SABs), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entidades religiosas e profissionais, clubes, camada estudantil e entidades assistenciais, entre outras”. (Miyamoto, 1980, p. 117). Atentando para estas condições que se apresentavam no pleito de 1978, Miyamoto ampara-se em entrevistas, propaganda eleitoral dos candidatos e material da imprensa e destaca, mesmo que ainda no âmbito formal das disputas, o processo de seleção dos candidatos ao Senado (análise das candidaturas de Franco Montouro e Fernando Henrique Cardoso, pelo Movimento Democrático Brasileiro, e Cláudio Lembo, pela Aliança Renovadora Nacional) e à deputação. Para tanto, observa as titulações e articulações políticas e sociais que potencializavam seu êxito: as plataformas políticas apresentadas; as estratégias espaciais de campanha; e a mobilização dos grupos de apoio. Nesta dinâmica, evidencia-se nitidamente a eficácia do capital proveniente dos meios intelectuais no jogo político.

⁷⁴ Américo Coppeti contou assim com o apoio das principais lideranças da TS como Raul Pont, José Carlos de Oliveira, Paulo D’Avila, Renato Oliveira, entre outros.

“Estatização dos setores básicos da economia e nacionalização das empresas estrangeiras; estatização de todos os serviços básicos da sociedade (transporte coletivo, educação, hospitais); solução da questão agrária, fundamentalmente através da coletivização e cooperação da terra... luta pela liberdade de expressão e organização para qualquer partido político e associação de classe, garantia total do direito de greve, extinção da lei trabalhista que atrela a organização sindical do Estado, Anistia Ampla e irrestrita, fim dos atos ditatoriais e convocação de uma Assembléia Constituinte” (*Em tempo*, 22/05/78).

A outra das “candidaturas populares” é a de André Forster⁷⁵, que se apresenta como sociólogo, ex-presidente da Associação Gaúcha dos Sociólogos, Membro do Conselho Editorial do Jornal Movimento, Membro do Conselho Político do Setor Jovem Estadual, Coordenador do IEPES e Assessor Especial de Pedro Simon. A produção do programa seria resultado de encontros com “trabalhadores”, estudantes e profissionais liberais, e o foco do programa seria:

“... a superação de uma crítica ou denúncia da conjuntura política e na extensão da crítica à estrutura de dominação política e econômica, cuja ‘transposição precisa ser viabilizada e posta como horizonte de nossa luta política’... ao indicar a questão da transformação estrutural, aponta [Forster] na direção do socialismo... um balanço de forças que garantisse sua viabilidade. Não sendo esta a realidade atual... a questão de um programa socialista não deve ser colocada imediatamente... O trabalho prioritário no momento é o de levantar questões que radicalizem democraticamente, como chamamento para a organização das bases populares e setores progressistas. Dentre essas questões está a das liberdades democráticas que, inicialmente devem ser específicas, entre as quais colocam-se: liberdade sindical e autonomia; liberdade de organização de partidos políticos; direito de greve; fim dos atos de exceção; liberdade de imprensa; anistia ampla e irrestrita” (*Em tempo*, 22/5/78).

As duas passagens acima permitem reforçar as distintas posições que encaravam os setores considerados mais “à esquerda” do partido de oposição gaúcho e, igualmente, seus pontos de aproximação.

⁷⁵ Forster teve como aliados na sua campanha vários segmentos do partido que posteriormente integraram as chamadas “Oposições Populares”.

Da análise dos conteúdos programáticos defendidos pelos candidatos, destaca-se que tanto Coppeti como Forster tomam os “trabalhadores” e os “setores populares” (respectivamente) como forças sociais a serem ativadas no processo de alteração não só do quadro político conjuntural, mas de superação de um processo histórico linearmente definido no qual o ápice é o socialismo. Comungam, assim, da crença existente, sobretudo entre os intelectuais da época, de que o socialismo era o fim último das lutas sociais. Ou seja, compartilhavam de uma leitura marxista da realidade em que o “capitalismo promove o acirramento das contradições incipientes” da sociedade desembocando no socialismo.

Não obstante, é nas interpretações sobre as condições históricas para a efetivação deste projeto que emergem as divergências fundamentais. Os dois candidatos defendem projetos que se apresentam como alternativas postuladas por pretensos detentores de saberes sobre as “leis históricas” e, por isso, capazes de decifrá-las constituindo-se em porta-vozes seja das “bases populares”, seja dos “trabalhadores”. O que está em jogo é a ordenação de um sistema de distinção que se traduz em diferentes apropriações e diferentes trajetos para o mesmo fim. Estas diferenças se deixam transparecer desde a utilização da categoria “bases populares” (que implica na interpelação de um espectro de forças muito mais amplo) e de “trabalhadores” (cujo apelo mais classista, mais essencialista e, portanto, com menor alcance equivalencial), passando pelas diferentes apostas no jogo político mais imediato e na capacidade de apresentar propostas acreditadas mais eficazes, chegando ao caráter mesmo dos partidos políticos que pretendem afirmar.

Fragmentos de um debate com os candidatos a deputado estadual de Porto Alegre: Américo Coppeti e André Forster:

Fonte: Jornal *Em Tempo*, 6/11/78.

Tem-se, então, em Forster o representante dos investimentos com vistas a congregar as “Oposições Populares”, que se desdobrará depois na corrente assim denominada e que terá dentre seus principais porta-vozes Adelmo e Tarso Genro, advogando pela continuação, pós-79, no MDB (que passará a ser denominado PMDB). E, tem-se em Coppeti o representante da TS, já deputado estadual, que vence as eleições, mas não permanece com a corrente. Os articuladores da candidatura, fundadores da TS, ou seja, aqueles que reivindicaram a demarcação de um espaço político-ideológico no interior do MDB, estão entre os fundadores do PT no Estado.

O aprofundamento das divergências – que invariavelmente são justificadas como opções táticas – não eliminou os nódulos de aproximação primordial durante o período estudado, quais sejam: a luta contra a ditadura e o conteúdo popular cujo significado pretendiam imprimir nesta. Tal afirmativa pode ser constatada por meio da participação das principais lideranças e dos diferentes grupos em uma chapa concorrente à Convenção do Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre realizada em 26/8/1979. Conforme explicitado no material que se referiam ao acontecimento, esta seria a oportunidade de avaliação das forças com relação à organização partidária.

Com a denominação de Frente das Oposições pela Organização dos Trabalhadores e em oposição à chapa auto-denominada trabalhista composta pelo ex-prefeito Sereno Chaise, pelo vereador Clóvis Brum, etc., esta chapa “tem como eixo programático central a combinação da unidade de todas as oposições no combate à ditadura militar e a defesa de organização independente dos trabalhadores e setores populares. ...”. Compõem a mesma a Tendência Socialista (José Carlos de Oliveira, Raul Pont, Paulo D’Ávila, Renato Oliveira, Flávio Silveira, Gerson Almeida, Luis Marques, entre outros) e as Oposições Populares

(André Forster, João Carlos Brum Torres, Cristiano Tatsch, Pedro Bisch Neto, Tarso Genro, Adelmo Genro, Carlos Horácio Herz Genro, etc.).

Além desta chapa, outras duas então concorreriam: a já referida que seria aquela que “reuniria os setores mais atrasados do partido numa chapa ‘trabalhista’” (Clóvis Brum - Sereno Chaise) e uma organizada pela direção do MDB naquele momento que reuniria o “emedebismo oficial” e propondo uma “composição ‘tripé’ que incluía ‘emedebistas, trabalhistas e socialistas’” (*Boletim Informativo da TS/MDB*, nº 5, abril de 1979). Em junho de 1979, o *Boletim da Tendência Socialista* divulga com o título “Uma Frente Contra os Pelegos do MDB”:

“No mês de julho, o MDB de Porto Alegre realizará eleições para o seu Diretório Metropolitano, para o qual concorrem três chapas. A chapa 1 é integrada pela Tendência Socialista do MDB, pela tendência emedebista Oposição Popular, vários companheiros de esquerda independente e por opositoristas vinculados aos trabalho comunitário nas vilas e bairros da Grande Porto Alegre e ao movimento sindical. Sob o nome de Frente das Oposições pela Organização dos Trabalhadores, a chapa 1 lança um programa onde propõe-se a lutar pela democratização e dinamização dos órgãos partidários, apoiando as lutas populares e reivindicações dos trabalhadores, bem como a lutar pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar.

Os companheiros que integram a direção da chapa são Firmo Rodrigues Trindade, da Comissão Regional pró-Partido dos Trabalhadores; João Carlos de Oliveira, presidente do Setor Jovem Metropolitano e membro da Tendência Socialista; Tarso Fernando Genro, advogado e integrante da Oposição Popular.

Além da chapa 1, concorrerão às eleições que se realizam dia oito de julho, mais duas chapas, ambas dirigidas por setores de direita do partido. A chapa 2, liderada por Paulo Pinto, João Satta e Wilson Arruda; a chapa 3, trabalhista, liderada pelo ex-sargento e 4º suplente a vereador, Clóvis Fonseca Brum” (*TCHÊ! Boletim da Tendência Socialista do MDB/RS*, ano 1 nº 3, junho de 1979).

A composição desta chapa e o corte identitária que esta revela permite retomar o argumento sustentado anteriormente quando foram analisados os posicionamentos diante da frente Euler-Magalhães. Quer dizer, como naquele caso, evidencia-se que as identidades construídas ao longo da década de 70 entre os militantes estudados e seus grupos permanecem sendo acionadas a despeito da pulverização crescente de posicionalidades

entre eles. Neste caso a construção de um objeto externo (os adversários representados nas duas demais chapas) alimenta-se da série de cortes operados pelos agentes em relação aos setores tradicionais, “oficiais”, “atrasados”, “pelegos” do partido e das marcas de contemporaneidade que os jovens quadros partidários de “esquerda” – que reivindicavam a defesa dos “trabalhadores”, dos “setores populares”, da “dinamização do partido” – cultivaram entre eles.

Este episódio evidencia inicialmente que o corte com os trabalhistas demonstra que afora as diferenças de apreensão das modalidades de engajamentos e seus encaminhamentos práticos, a ocupação (fruto de lutas comuns) de posições no interior do partido (identificações) e os contrapontos forjados em relação a outras posicionalidade (exclusões) constituíram marcas de contemporaneidade.

4.3 – Notas Finais sobre a Construção de um Espaço de Esquerda no MDB

Ao longo deste capítulo procurou-se demonstrar alguns posicionamentos de aproximação e distanciamento da juventude em relação às demais forças do MDB e no interior desta. Os movimentos ora descritos permitem evidenciar dois momentos: 1) a cristalização de um espaço próprio construído a partir da idéia de juventude e dos elementos que esta conseguiu articular, 2) a ativação de diferenças no interior deste espaço e a delimitação de espaços próprios no interior dele.

Com efeito, no primeiro momento observou-se o trabalho de construção de uma identidade entre a “juventude de esquerda” no sentido de abrir um espaço de reconhecimento. A questão é como ocorreu a reivindicação deste espaço. Para tanto, em um nível mais geral os corte operados são com o populismo e com os setores predominantes na cúpula partidária adjetivados de “moderados”, “adesistas”, “conservadores”, etc. A partir de uma leitura marxista (em voga entre a intelectualidade) da “história” e da “conjuntura política” os agentes procuravam se distanciar das demais práticas políticas e se apresentavam como detentores de um saber que lhes fornecia as chaves da intervenção pretensamente mais eficientes em direção à democracia e, com isso, reivindicavam um espaço de interlocução no interior do MDB.

Os elementos articulados no sentido de constituição desta “novidade política” (em relação às “velhas práticas”) confluíam, então, para a atribuição de significados à idéia de “oposição” contrapondo adjetivações como “autêntica”, “de fato”, “de mobilização”, “prática”, “combativa”, “conseqüente”, “progressista”, etc. às de “conciliação”, “moderação”, “imobilista”, “lamentação”, “discurso”, etc. A idéia de inserção atuante das

camadas, setores ou classes populares constituía-se no principal *link* de identificação do discurso de esquerda que buscava se afirmar. Contribuía para a construção da valorização da “participação popular” as formulações dos intelectuais paulistas dentro do MDB sobre a ativação da “sociedade civil”.

As campanhas de 1976 através das candidaturas jovens (principalmente a de Marcos Klassmann) maximizaram os elementos que forneciam os elos entre a juventude. A crítica ao populismo, as plataformas de mandatos voltados para a participação popular e para a politização do exercício da política fixaram o espaço desta “nova” gama de problemática e de seus porta-vozes.

A consolidação deste espaço de reconhecimento simultaneamente no âmbito do partido (reconhecimento dos pares) e no plano eleitoral (comprovado pelos resultados das candidaturas jovens em vários importantes municípios), desloca o trabalho de afirmação política destes agentes para novos empreendimentos.

As especificidades das origens políticas, dos alinhamentos, das linguagens e das avaliações quanto ao sujeito a ser interpelado, até então minimizadas em prol da afirmação da juventude de esquerda, afloram nos discursos analisados. As distinções verificadas no segundo momento, como as interpretações sobre a candidatura Euler-Magalhães e os posicionamentos na campanha de 1978, refletem isto. Há, então, as demarcações de um projeto de cunho mais classista e a interpelação e mediação das camadas populares como caminhos para o socialismo defendidos respectivamente pela Tendência Socialista e pelos grupos mais vinculados ao IEPES e às lideranças de Santa Maria.

Todos estes espaços e movimentos compartilhados não se dão sem a manifestação de diferenças entre os agentes envolvidos. A insinuação de convergência na necessidade de tomar posição sobre determinados temas, bandeiras, etc. não significa que haja constantes

convergências quanto aos encaminhamentos e às ênfases privilegiadas nestes posicionamentos. Pelo contrário, a convivência sob determinadas condições e a procura de afirmação nos mesmos espaços acaba gerando a procura, entre os “iguais”, de sinais de distinção que se traduzem na utilização de um vocabulário próprio compatível com o reconhecimento reivindicado e com os empreendimentos distintivos dos grupos.

Os vários movimentos descritos no decorrer deste capítulo de aproximações e distanciamentos em relação aos outros segmentos partidários e entre os militantes tratados neste estudo alimentaram a constituição de referências comuns que serão reativadas pelo trabalho de memória que será analisado no capítulo seguinte.

5 – GERAÇÃO E MEMÓRIA

“A edificação de uma memória e a auto-afirmação de uma geração andam juntas, como as duas faces de um mesmo fenômeno... Em um mundo de mudanças incessantes onde cada um é levado a fazer a história de si mesmo, a geração é a mais instintiva das maneiras de transformar sua memória em história. É em definitivo isso, a geração: o horizonte espontâneo da objetivação histórica individual” (Nora, 1997, p. 2976 e 3005).

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar o corte geracional acionado pelos agentes na dinâmica de identificações retrospectivas. As análises feitas permitem apreender que a utilização espontânea da idéia de “geração” parece responder ao trabalho incessante (e nem sempre racionalizado como tal) por parte dos agentes de ordenar pertencimentos relacionais, ou seja, em oposição à “um outro”. A constituição geracional parece, igualmente, promover uma visibilidade social e a possibilidade de contar com solidariedades (Favre, 1989, p.318). Soma-se a estas que:

“A divisão em geração exprime igualmente uma relação coletiva no tempo, é uma máquina a fabricar um tempo histórico portador de sentido social. Sabemos há muito tempo o quanto são fundamentais os mecanismos que estruturam as categorias sociais do conhecimento coletivo. Um povo vê sua história introduzindo sem parar pontos de entender acontecimentos, e esses acontecimentos-entendimento, e esses são percebidos indissociavelmente dos atores que os tem dominado”. (Idem).

Afirma-se que as narrativas sobre o passado e suas lembranças, fazem emergir uma idéia de geração cuja consagração se dá na ativação de um pertencimento (individual ou de

grupo) e na celebração de um evento (“a luta contra a ditadura militar”) instituído na sua singularidade histórica.

“... de parte em parte, atravessada de história, pelo simples fato de que se trata antes de tudo de um fenômeno largamente construído, retrospectivo e fabricado. A geração não tem nada de uma fâisca no ardor da ação: é uma constatação, um balanço, um retorno sobre si para uma primeira inscrição na história... A geração é produto da lembrança, um efeito de rememoração. Ela somente se concebe por diferença e por oposição”. (Nora, 1997, p. 2999).

Para tanto, são utilizados os seguintes tipos de materiais: algumas passagens dos depoimentos em que os agentes revelam uma identificação geracional, uma crônica em homenagem a um membro da “geração” (Sérgio Metz) escrita por Adelmo Simas Genro (pai de Adelmo Genro Filho), a apresentação do *site* que visa celebrar a vida e a obra de Adelmo Genro Filho desenvolvida por Daniel Herz e a análise de um “Grande Expediente” em homenagem póstuma a André Forster.

5.1 – Memória Geracional: depoimentos de (auto) consagração

“O grande marco é que todas as pessoas que estiveram envolvidas nesse período estão em algum segmento participando. Em segundo lugar, **reconhecem todos entre si**, mesmo que haja distancia política e ideológica, há respeito e admiração pelo trabalho fecundo que foi realizado na ocasião. Que é difícil construir às vezes, mas eu acho que em política a primeira coisa que tem que construir é esse respeito, essa admiração recíproca. Porque cada um defendendo suas idéias é melhor que ter uma visão de que é adversário perene. Ninguém é adversário perene. Existem motivos que são às vezes superiores às divergências e no qual as pessoas podem se encontrar. Uma outra marca é que ninguém teve medo de enfrentar a realidade. Claro que alguns dos nossos passaram por privações, dificuldades, penalizações de todo tipo e de toda sorte, mas existiram outros que também procuraram fazer uma composição de um modelo onde todos pudessem sobreviver sob o ponto de vista político pelo menos, da sua prática. Eu acho que o que está em exercício aí e o que tem outro valor é uma prática, um tipo de, aprender a fazer reunião, a levar as pessoas a se organizarem, a participar cada vez mais, a evoluir no pensamento, a evoluir na forma de administrar e quantos e tantos quantos não estão aí administrando, não digo uma prefeitura, um governo estadual, mesmo nacional né! Hoje o presidente da república era dessa época, era do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento que seguidamente estava no RS dando palestras no Iepes junto com o Chico de Oliveira... o Weffort, bom tantos e tantos, Eduardo Suplicy, Paul Singer, Roberto freire, por aí vai... **A grande marca** é que existiam forças democráticas engajadas politicamente, mas que tinham a capacidade de fazer aglutinação de todas as forças. E me parece que hoje isso é bastante necessário ainda”. (José Ivo Sartori).

“Intelectualmente eu devo tudo a esse período. Porque foi um ambiente de discussão, provocativo, de curiosidade, de ler, de aprender. Eu não seria, porque a vida, principalmente no interior ia em função da censura, além de ser uma coisa muito limitada, então alguma coisa que sei teórica e intelectualmente eu devo a essa militância. Pela possibilidade que eu tive de conviver com pessoas importantes, intelectuais de destaque, políticos importantes. Nós tínhamos um grande objetivo. Tu tinha dificuldades de falar, de discutir dentro da universidade, tudo controlado, os professores eram medíocres, então **essa geração tinha um objetivo** bem visível que era derrubar a ditadura militar” (Beto São Pedro).

“... **uma geração inteira** deve a sua formação política aos debates daquela mesa democrática do Iepes... A formação política eu devo ao Iepes... presenciar um debate sobre a conjuntura que era honestíssimo do ponto de vista intelectual que era possível se dá organizadamente sem uma liderança visível e que posições antagônicas estavam constantemente postas no debate. Dizer ‘ó, não concordo com a tua posição, acho ela conciliadora, e tal, ta propondo a conciliação de classe’, ‘não, seu trotskista, o escambal... Visto de hoje, eu posso dizer que faia tudo de novo. Tive o privilégio de trabalhar com pessoas com as quais até hoje eu tenho laços de amizade, que eu respeito profundamente. Se tu pegar os quadros que estão mudando o Rio Grande do Sul, todos eles participaram conosco daquele período, maior ou menor. O Raul Pont, Tarso Genro, o Adelmo que morreu, o Olívio que foi preso pela polícia federal no dia exato que o Brizola pisava no RS... nós exigimos que pra falar com o Brizola a segurança fosse dispensada, o Brizola mandou a polícia pro raio que a parta e aí nós entramos pra falar como ele, era o Glênio Perez, eu, Carlos Araújo, a Dilma, o Miranda economista, o Paulão [Paulo D’Ávila]... O André [Forster], apesar das divergências políticas que nós sempre tivemos, os demais da posição dele... Pedro Bisch Neto, o Cristiano Tatsch...” (Marcos Klassmann)

As passagens acima permitem apreender a importância atribuída pelos personagens a um aprendizado comum que se concentra principalmente no caráter de formação política e intelectual adquirido na participação de um evento marcante maior (luta contra ditadura). Tal possibilidade de “aprender” está relacionada à existência de espaços de elaboração e assimilação intelectual em que o IEPES é referido como a expressão privilegiada.

Ao mesmo tempo, fica evidente a instrumentalização dos conteúdos caracterizados como “intelectuais” na disputa política naquele período e a apresentação disto quase como a “gênese” de determinadas características e valores presentes nas disputas políticas posteriores. Assim, as habilidades como “fazer reuniões”, “organização”, “participação”, “aglutinação”, “curiosidade”, “aprender”, “debater”, etc., cuja origem é conferida às experiências de um momento, são interpretadas e identificadas como atributos que persistem.

Além disso, há referências aos vínculos estabelecidos e à experiência compartilhada naquele momento como componente significativo nos itinerários dos quadros políticos. A reivindicação de um “reconhecimento entre si”, o contato com “pessoas importantes” (intelectuais e políticos), os “laços de amizade” e a utilização de expressões como “admiração” e “respeito” revelam um sentimento de contemporaneidade que se constitui também por sua dimensão afetiva, ou seja, a construção geracional é fruto de estruturas de sociabilidade que informam origens de solidariedades que são acionadas em narrativas sobre o passado e balizam as lutas no presente.

Este círculo de reconhecimentos é sedimentado pela participação comum em episódios significativos e criadores de vínculos. Dentre estes, as eleições, sobretudo aquelas ocorridas em 1976, são constantemente sublinhadas. Como é possível notar nos fragmentos abaixo:

“**Em 76, aquela geração do MDB jovem** saiu da adolescência. Porque desse período aí um processo de relações políticas vai se consolidando... Em certa medida a densidade da ação política nessa época resulta nisso, isso significou dentro do MDB, nem sei se prosseguiu atuando no MDB jovem, com o mandato já se é do MDB adulto. A própria distinção do MDB jovem já era uma maneira de se criar um dique de contenção da esquerda... A campanha do Marcos [Klassmann] e o André [Forster] foram as campanhas mais fortes assim, do ponto de vista de postulação, de posicionamento, foram as campanhas mais fortes, eu acho que um sucesso se credita a isso também. A relação era tão ruim de composição dos candidatos que mesmo as idiossincrasias e as diferenças, a diferença do Coppeti para os demais candidatos do MDB era uma coisa gritante. Então eu diria que a relação embora fosse de disputa no contexto global, acaba sendo de cooperação porque era a mais próxima”. (Daniel Herz).

“A partir das eleições de **76 se divide praticamente a esquerda daquela nossa geração...** A pulverização da esquerda começou a partir de 76, 77 a formular hoje a continuidade desses projetos. Então naquele momento a disputa da esquerda já ocorria internamente tendo em vista que cada um desses grupos, dessas lideranças passavam a integrar um grupo da esquerda, um setor da esquerda... Chegou a eleição de 76 e foi o ano que nós passamos da vida universitária pra participar do processo eleitoral”. (Flávio Coswig).

“Então a candidatura do Klassmann a vereador foi um momento de virada de prática política... não tinha como disputar espaços no MDB sem estar no MDB... no Setor Jovem havia uma **turma muito nova, que não tinha nenhuma influência de passado, nem de MDB, nem de PTB, nem de esquerda dos anos 60...** apoiamos a candidatura do Klassmann... e a candidatura dele foi muito assumida por todo mundo, até pelo pessoal de Santa Maria, essa turma que depois vai dar origem ao PRC, todo esse pessoal em torno do Adelmo, do Tarso. Eu me lembro, nós fizemos o programa do Klassmann reunindo lá no próprio *Informação*, ali no Bom Fim, reuniões que fazíamos lá na sala da minoria, o famoso panfleto ‘Vote Contra o Governo’, que foi o panfleto usado na campanha, um panfleto que gerou uma crise na cidade, porque cada panfletagem era uma prisão. Tu imagina, **em pleno 76, em plena ditadura**, a gente saí panfletando ‘Vote Contra o Governo’, **hoje é uma bobagem, naquela época isso era a máxima subversão**”. (Raul Pont).

Pode-se ressaltar, pois, nos relatos a ativação da categoria de “geração” associada à construção de espaços no interior do MDB, da política e da esquerda. Deste modo, os agentes se inserem enquanto grupo geracional no deslocamento de uma condição de atuação política restrita ao espaço disponível para a “juventude” – associada à idéia de “esquerda” – para uma condição de concorrentes na luta política do Rio Grande do Sul.

A centralidade da campanha de 1976 como o momento de passagem, ou melhor o caráter de divisor de águas assumido, a constitui como um dos eventos marcantes no itinerário político dos entrevistados, e neste sentido duas considerações são relevantes. Em

primeiro lugar, no que tange a apreensão dos momentos eleitorais no período estudado este é expressão das bandeiras forjadas na “juventude” e, ao mesmo tempo, é a afirmação daqueles indivíduos como lideranças políticas. Em segundo lugar, no que diz respeito à plasticidade da categoria de “juventude”, uma vez que esta não se define por critérios objetivos de classificação (etária, por exemplo), mas por uma mudança de condição e reconhecimento na luta política. A “juventude” como categoria homogeneizadora das ações extra-partidárias ou extra-eletivas, quando transposta para o jogo político eleitoral produz sua “pulverização” ou a entrada numa “fase adulta”. Quer dizer, a passagem da “juventude” à “vida adulta” é medida muito antes pela temporalidade da política e pelos itinerários da “geração” do que por mudanças da condição etária.

Da associação entre “juventude” e “geração” agilizada pelos agentes é possível extrair então que de uma etapa transitória da vida, a condição de “jovem” torna-se um princípio ordenador de uma imagem *“distribuidora dos papéis e dos lugares, um fim em si mesmo”* definindo os pertencimentos e *“quando os jovens assumem o papel dos adultos, tomam a si a dinâmica da transformação política e social”*. (Nora, 1997, p. 2986-1987).

Por sua vez, o trabalho de memória sobre a categoria geração também sofre os efeitos das transformações no estatuto dos agentes que elaboram as releituras sobre uma condição etária. Com efeito, o “envelhecimento”, indistintamente social, político e biológico dos indivíduos, acaba originando referências estandardizadas, como as presentes nos relatos que seguem:

“Todos nós, a geração de 70, tínhamos uma preocupação política, uma preocupação social e política e que em um momento de ditadura, ela se expressou de alguma forma. Então, nós tínhamos uma, quando a gente entrou na política, nós tínhamos pela frente o paredão da ditadura, o paredão da contra-cultura, dificuldade de se reunir da dificuldade de continuar aprendendo e, claro que o que unia o pessoal todo era a luta contra a ditadura... Nós, da década de 70, nós estávamos vivendo uma revolução de costumes... então tinha música, tinha Gilberto Gil, mas eram muitas coisas ao mesmo tempo. Tinha

o marxismo, a atividade política que era um pouco perigosa, era sexo, descoberta da relação afetiva... a descoberta da percepção, da análise, drogas... tudo isso. Nós tínhamos uma coisa muito rica na década de 70". (Cristiano Tatsch).

“Esse período foi assim, riquíssimo, bárbaro. Eu costumo dizer que **a gente é o rescaldo, quase o final dessa geração, dessa luta contra a ditadura**, então nós nos construímos assim como militantes de uma maneira muito importante eu acho. Eu sempre digo assim que eu tenho claro ainda mesmo que mudado tantas coisas na sociedade, e tal, eu tenho muito claro qual é meu horizonte, qual é meu ponto de vista frente as coisas, né, mesmo que eu tenha mudado a minha situação econômica, porque eu era uma estudante, não tinha grana nenhuma, as vezes não tinha dinheiro não só pra comprar cerveja pros meus amigos na minha casa, como não tinha dinheiro pra comprar cachaça e limão tinha no pé. Quer dizer, imagina, era aquela coisa bárbara assim, não tinha jeito de nada, arroz com lingüiça era uma lingüiça e dois quilos de arroz, tava bom pro sábado de noite, né. Então assim, o fato de a gente, até do ponto de vista profissional, acho que muitos de nós deu certo amplamente, não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista econômico, muitos de nós se mantêm com uma postura muito boa, frente a vida, frente ao mundo... Um exemplo importante disso é o Tarso, é uma pessoa com um sucesso estatal digamos, quero dizer um sucesso social é uma pessoa que consegue se manter muito firme com suas coisas, com seus projetos.” (Maria Rita Assis Brasil).

Nos depoimentos acima a categoria de geração aparece relacionada principalmente à vivência em um processo mais amplo “a luta contra a ditadura” e sua definição encerra uma idéia de temporalidade, ou seja, revela uma continuidade entre gerações que lutaram contra a ditadura. As ênfases recaem sobre o caráter lúdico atribuído à militância política e esta ludicidade se investe de uma carga de desprendimento e responsabilidade (política e social) que é saudada por seu resultado, isto é, pelos êxitos em termos materiais conquistados e em termos de posturas diante o mundo daqueles que conviveram sob as mesmas condições.

Os entrevistados então não estão apenas situando um ambiente ou uma série de manifestações sob um mesmo evento (luta contra a ditadura), mas autoproclamam toda a “geração” por um sentido “missionário, poético, social e político” valendo-se legitimamente da “autoridade juvenil” investida pelo “mundo adulto” no qual se localizam nos dias atuais (Nora, 1997). Assim, conforme Nora:

“O que dá ao grupo... sua missão poética, social e política, é sua condição histórica: ela é a geração diferenciada. É isso o que faz ser imediatamente

reconhecida e saudada por aqueles mesmos que ela pretende substituir... O sentimento de perseguição é o ingrediente capital à constituição de uma consciência de geração". (1997, p. 2989-2991).

Desta forma, a celebração de um período como um “momento extraordinário” se dá simultaneamente à atribuição de extraordinariedade da intervenção dos agentes neste evento. Por conseguinte, da participação e identificação neste momento, os homens políticos extraem trunfos (de experiência militante, de dedicação a uma causa, de intervenção no desencadeamento de um processo político, etc.) acionados e disputados nos desdobramentos políticos posteriores. A possibilidade de utilizar na luta política (explicitamente ou não) tais trunfos, disputar objetos forjados naquele momento e dar-lhes relevância, paradoxalmente, implica na existência de um reconhecimento mútuo entre os agentes envolvidos e este reconhecimento, por seu turno, é sintetizado no uso da categoria de “geração”.

Ou seja, a referência geracional não explicita as diferenças que a compõem, mas proclama uma horizontalidade entre seus membros, portanto, banaliza uma experiência compartilhada para se tornar um lugar de memória e:

“... se ela é lugar de memória, é pelo jogo simples e sutil da memória e da história, a dialética eternamente prenhe de um passado que habita o presente, de atores tornados suas próprias testemunhas, e de novas testemunhas transformadas por seu turno em atores”. (Nora, 1997, p. 3007).

Pode-se ainda exemplificar a influência do “olhar adulto” nas construções sobre a “juventude” e seu componente geracional de uma outra forma. Através de uma crônica feita pelo pai de um dos agentes tratados aqui em homenagem a morte de um amigo do filho (também já falecido e merecedor de uma crônica presente no mesmo livro), é possível observar a enunciação de algumas características atribuídas aos “jovens” em questão.

A citação abaixo enseja atentar para duas questões importantes. A primeira já foi referida e consiste em focar a “autoridade juvenil” conferida pelo “mundo adulto” não do ponto de vista dos próprios agentes na leitura sobre o “seu passado” mas no que concerne à percepção de alguém de “outra geração”. A segunda, diz respeito à apreensão das homenagens feitas aos “mortos” como reconhecimento daqueles que se mantêm vivos ao indivíduo celebrado.

“Aquele rapazote estranho”

“Aquele rapazote estranho, aquele que o Memo [Adelmo Filho] levou lá em casa, pela primeira vez. Sestroso, monossilábico, parava os olhos, quando fixava alguém. Mas de qualquer maneira, foi se aquerenciando no torvelinho das vozes da gurizada, que tínhamos, e da gurizada sempre chegada para o café da tarde no ranchão da Duque de Caxias, onde morávamos.

Lá em casa, quase um festival de idéias, de discussão, dessa mocidade cheia de vida, de sonhos, de socialismo, pensado como solução para tudo e para todos.

E o tempo foi passando. **Era a época da ditadura militar, e nós tínhamos fundo receio por eles, tão jovens, tão cheios de entusiasmo, com ímpeto de virar tudo em democracia, através da ilusão russa, chinesa, albanesa...**” (Genro, 1999, p. 95, grifos meus)

Adelmo Simas Genro escreve esta crônica (parcialmente transcrita) para Sérgio Metz que, em agosto de 1976 é apresentado da seguinte forma no jornal *Informação*, na seção de cultura do jornal em que é publicado o seu conto “A Cadela e o Guri”:

“Sérgio Metz é estudante de jornalismo em Santa Maria, **um dos contistas da novíssima geração** [grifo meu] que maneja uma linguagem singular e tensa. Publicou vários contos no jornal *A razão*, no *Semanário de Informação Política* de Ijuí, está preparando seu primeiro livro” (*Informação*, 26/8/76, p. 11).

Observa-se que Metz é inserido num ambiente geracional, na primeira citação, como decorrência de um olhar externo (de um “pai” e político ex-petebista) que evidencia a autonomização e compartimentalização do conjunto de indivíduos “jovens” entrando na vida ativa mais ou menos na mesma época e compartilhando aspirações e expectativas político-ideológicas. Na segunda citação, Metz é caracterizado como membro de uma

geração específica em formação, literária. Portanto, novamente, inserido na uniformidade que a categoria encerra em colaboração com o olhar “dos outros”.

A crônica de Adelmo (pai) permite captar este olhar externo sobre a “juventude” daquele período (especificamente aquela atuante em Santa Maria) e suas qualificações legítimas (“cheia de vida”, “de socialismo”, “de sonhos”, “de entusiasmo”, “de ímpeto”) constituídas a partir de uma militância política. A valorização na lembrança desta condição “jovem/militante” inserido num ambiente histórico é privilegiada pelo autor para localizar o protagonista homenageado de seu texto. E possibilita, igualmente, pensar a importância das homenagens aos mortos como reveladoras daquilo que Hélias (1979) denomina de *intencionalidade de recompensa* procurada pelos vivos, antes que um simples registro de morte.

Estas considerações são retomadas no tópico seguinte em que a análise do “Grande Expediente” em homenagem póstuma a André Forster se constitui em um material privilegiado, uma vez que possibilita trabalhar o enquadramento da memória e a construção de uma idéia geracional a partir das homenagens feitas por agentes de diferentes posicionamentos políticos.

5.2 – Homenagem Póstuma a André Forster: o “grande-expediente” como um *lugar de memória*

O propósito desta seção é realizar uma análise a partir de um material empírico específico e localizar alguns dos elementos discutidos até então a partir do Grande-Expediente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizado no dia 11 de dezembro de 1997, em homenagem ao primeiro ano da morte de André Forster, presidente regional do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Antes de tudo, deve-se ressaltar que o que está em questão aqui é como os depoimentos de celebração de lideranças após seu falecimento possibilitam apreender uma gama de sentidos compartilhados e disputados e como estes se constituem na consagração não só do “morto”, mas de categorias como “geração” e eventos (momentos ou períodos) significantes, bem como dos próprios agentes que se autorizam a depor sobre o homenageado.

Sendo assim, pode-se adotar algumas indicações de Yves Hélias (1979) no sentido de considerar a consagração dos mortos com reflexo de uma “estrutura de trocas simbólicas” impulsionada pela crença na função gratificante desempenhada pelo indivíduo (em vida). O “juízo valorizante” das qualificações ou ações do indivíduo legitima a realização de “homenagens” que acaba assumindo o caráter de retribuição suscitada pelo reconhecimento por parte daqueles que permanecem vivos. Este sentimento de “dívida simbólica” com o indivíduo privado de vida, não se funda apenas na consagração de sua “obra” (num sentido bem amplo), mas simultaneamente uma consagração de um universo de significados - no caso de um período repleto de lutas, eventos, feitos, marcas – que, em

última instância, consagra os agentes que oferecem a homenagem. Estes, além de “saldar” uma dívida histórica com o homenageado, retiram do ritual, através dos vínculos atualizados nas falas, trunfos políticos para si mesmos.

Deste modo, os elementos articulados à figura do homenageado permite a compreensão de “todo um jogo de papéis no qual o funcionamento é particularmente esclarecedor”, além das lógicas que tornam o homenageado “credor” e aqueles que homenageiam “devedores” (Hélias, 1979, p.747)

A importância de Forster enquanto referência de uma geração evidencia-se facilmente nos depoimentos quando de seu falecimento há 09 de dezembro de 1996. A caracterização do seu “legado” é a forma como recorrentemente se reivindica a conservação de sua “memória”, sendo revelador de uma série de princípios compartilhados. Isto pode ser observado na descrição dessa trajetória exemplar, que é fornecida por um dos principais atores e propagadores desta memória, no dia seguinte à morte de Forster:

“Poderíamos falar do líder estudantil, do sociólogo, do vereador, líder da bancada e da Câmara Municipal, do diretor da Metroplan ou do Secretário de Ciência e Tecnologia, etapas da sua vida onde esteve sempre presente a marca do seu talento e competência. Mas lembremos o presidente do IEPES (Instituto de Estudo Políticos, Econômicos e Sociais) e o dirigente estadual do PMDB. Forster esteve à frente dos que optaram pela resistência democrática ante o regime ditatorial. Coordenou um organismo do MDB que representou, à certa altura, a única trincheira e voz dos que não concordavam com os desmandos do autoritarismo. Organizou corajosos painéis, trazendo figuras de peso na luta pela democracia, como Ulysses Guimarães, e intelectuais identificados com o projeto das forças democráticas, como o então professor Fernando Henrique Cardoso”. (Por José Ivo Sartori, Seção Opinião do Diário da Assembléia, 10/12/96, p.2)

Deste modo, a utilização do Grande-Expediente para homenagear “a memória de André”, proposta pela bancada do PMDB, constitui-se em registro de consagração de um homem, mas também de uma época, estes viabilizados pela estratégia de consagração de um partido que herdou a sigla da oposição e reivindica a herança de sua história e de sua

posição no campo político. A descrição pura e simples deste material já explicitaria sua compatibilidade com os argumentos expostos na seção anterior, dado a riqueza para a identificação da gama de classificações que emergem do que se pode chamar de uma “memória de geração”, bem como da transmissão desta memória.

Por tudo isso, as homenagens proferidas ao “homem político”, falam muito não apenas dos atributos acumulados que destinaram a ele uma posição de destaque, mas sobre a existência de uma referência comum aos diferentes agentes, das diferentes siglas partidárias, que se manifestaram para depor sobre o homenageado. Os pronunciamentos destes agentes neste espaço de consagração, falam, então, muito sobre eles mesmos, das suas próprias experiências e referências, da seleção operada quando da leitura sobre eventos marcantes e, para aqueles que não o vivenciaram, da aquisição destes conhecimentos. Pedir um “aparte”, formalidade desta situação institucional, significa, desta forma, confirmar um posicionamento, reconhecer-se com autoridade para posicionar-se, é estar na *doxa*, é reconhecer no homenageado uma pessoa à altura para homenagear-se e inclusive sentir-se incumbido de saldar uma dívida com o homenageado e com a sua obra.

5.2.1 – A Homenagem

O discurso de Giovani Feltes (Deputado Estadual do PMDB, organizador da atividade) articulou a valorização de traços do caráter de André Forster com suas ações e convicções políticas. A reunião dos adjetivos qualificadores da personalidade do político (competência, profissionalismo, dignidade, ativismo, etc.), posteriormente reafirmados nos “apartes”, comporiam o “legado” deixado, ou seja, “um grande patrimônio ético e político”. Adiciona-se a isso, a ênfase dos primórdios deste capital reside no período ditatorial, que marca a singularidade das ações não de um “jovem”, mas de uma “juventude” que localiza nele, agora com um olhar retrospectivo sobre a história, um parâmetro de conduta, mas igualmente de distinção e singularidade (tal referência, ou reverência, se repete em outros discursos, até nos mais imprevisíveis, com será ilustrado mais adiante):

“André Forster é resultado político e ético de uma parcela da nossa juventude que ingressou na universidade em 1964, defrontando-se direta e imediatamente com o regime militar que então se instaurava” (Giovanni Feltes, PMDB).

Porém, é na reprodução do relato de Sérgio Gonzaga concernente a ocasião da eleição de Forster à presidência do diretório acadêmico da filosofia, que sobressai o peso dos significados atribuídos àquele momento que imprimem os princípios de constituição de uma geração, sublinhando o sentido de “missão” que lhe confere, colado ao vínculo etário, sua homogeneidade, seu *efeito sobre-regenerador*⁷⁶:

⁷⁶ A idéia de *efeito sobre-regenerador* foi concebida por Daniel Gaxie (1977) para definir a habilidade de determinadas estruturas militantes em criar outras formas de gratificações (não materiais), baseadas na afirmação de valores como integração social, sentimento de participar de uma “causa justa” e engajamento em uma “aventura rica de sentido” e de “devotamento”.

“Estamos no Bar Alaska. André Forster acaba de ser eleito presidente do Centro Acadêmico da Filosofia da UFRGS. Comemoramos a sua vitória. Na mesa, representantes de todas as facções da esquerda do movimento estudantil. Apesar dos desvios ideológicos de algumas tendências, nos julgamos a vanguarda indiscutível da luta popular contra a ditadura. Somos jovens, apenas e tão-somente jovens, e alimentamos grandes esperanças”.

A heterogeneidade de tendências políticas e ideológicas patentes naquela ocasião se manifesta, como já foi dito, na heterogeneidade dos dirigentes políticos firmando declarações na sessão solene da Assembléia Legislativa: representantes de diferentes partidos⁷⁷ prestaram seu testemunho, num total de 16 pronunciamentos. Para fins de ilustração foram selecionados fragmentos dos seis relatos considerados mais representativos em termos de filiação partidária, e mais exemplares na explicitação de princípios compartilhados.

“Não só como representante de minha bancada mas muito decididamente por **meu sentimento pessoal**, não poderia deixar de falar hoje...para a **geração** que compartilhou das etapas das lutas de André Forster, há esta oportunidade de homenageá-lo. E são **várias as gerações**. Sou talvez da primeira. Fui presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da Faculdade de Filosofia em 1963, destituído pelo golpe militar de 64. **Se a minha memória não me está traíndo**, André Forster e eu, quando recuperamos o centro, vencemos, com a candidatura de Clóvis Paim Grivot, que foi o primeiro presidente depois da intervenção – André Forster foi o seu sucessor...**As cenas do Bar Alaska, onde eu estava, lembram todo um episódio, toda uma geração....**Quando se pode falar de uma pessoa, que, em várias etapas da sua vida, foi capaz de lutar, foi capaz de discernir e, muitas vezes, escolheu o lado mais difícil e, quando aqui se diz que foi um lutador pela **redemocratização do País**, teve um papel fundamental na **organização e na articulação da intelectualidade** neste Estado, teve um papel fundamental na articulação do próprio MDB, naquela oportunidade, o centro de aglutinação e de ação política da proposta que tentava trazer o partido à normalidade institucional e democrática – isso significa discernimento, visão e, principalmente, persistência”.(Flávio Koutzii/PT, grifos meus).

⁷⁷ Valdir Fraga (PTB), Jussara Cony (PC do B), Wilson Covatti (PPB), Beto Albuquerque (PSB), Onyx Lorenzoni (PFL), Vieira da Cunha (PDT), João Fischer (PPB), Divo do Canto (PTB), Flávio Koutzii (PT), Francisco Appio (PPB), Alcides Vicini (PPB), Eliseu Santos (PTB), José Ivo Sartori (PMDB), Paulo Odone (PMDB), Giovane Feltes (PMDB) e Quintiliano Vieira (PMDB).

“Não desejava me manifestar. Até pensei, como Chico Buarque de Holanda, ‘falando sério, preferia não falar’. Quando o deputado Flávio Koutzii, muito emocionado, não conseguia prosseguir o seu aparte, pedi a ele que continuasse, pois **me sentia exatamente na mesma condição, pela amizade, pela identidade política ou por outras razões**....André Forster era tão habilidoso com a mente que –muitos deputados devem ter lembrança disso, especialmente o Sr. Rospide Netto -, foi no Rio Grande do Sul, nas promoções do **IEPES**, que vieram a ser conhecidos Fernando Henrique Cardoso, Francisco Wefort, Chico Lopes e, posteriormente, Fernando Gabeira. Enfim, **todos os grandes cientistas políticos brasileiros oriundos do Cebrap**, que eram desconhecidos no País, vieram para cá nessa época, além do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e outros....André Forster nos dá a capacidade de entender que temos que continuar lutando, cada um no seu partido, cada um no seu lugar, para realmente valorizar a atividade política feita com dignidade...” (José Ivo Sartori/PMDB, grifos meus).

Os dois fragmentos acima referidos permitem recuperar algumas discussões precedentes: num primeiro momento, no tocante à idéia de geração e às noções nela imbricadas (memória, espaços de socialização, identidade e evento) e, num segundo momento, no que tange à interferência intelectual nos espaços de elaboração política e vice-versa.

Inicialmente, destaca-se a cumplicidade estabelecida entre dois protagonistas, contemporâneos de Forster no momento histórico celebrado como de “luta pela redemocratização”. Embora atualmente pertencentes a partidos políticos oponentes (PT e PMDB), a situação que se apresenta (o peso de significações que ela expressa) promove a neutralização (mesmo que parcial) de diferenças formais e revela um nível de solidariedade. Deste modo, evidencia-se um vínculo localizado no passado, mas sempre prestes a interceder no presente, e quando isso acontece, tem-se uma percepção de geração: “sentir-se na mesma condição”.

A referência comum constituída pelos atores é viabilizada por um *enquadramento de memória* (Pollack, 1989) que retira do momento histórico e da experiência vivida em tal momento, elementos que ordenam posições e sentidos retrospectivamente. Termos como

“sentimento pessoal”, “laços de amizade”, “identidade”, convivência em espaços lúdicos (bar Alaska), unem indivíduos sob a noção de geração (ela mesma reivindicada nas falas). Adiciona-se a isso que referidos valores adquirem um sentido político quando articulados a uma idéia de “missão histórica” que sintetiza a mobilização dos atores pela “luta democrática”.

Os argumentos expostos acima apontam para a constituição de uma identidade. A participação militante produz, então, a valorização desta identidade quando privilegia a concepção do engajamento político como algo transcendente à biografia pessoal (Neveu, 1996). No caso analisado observa-se o esforço nesta direção, isto é, a missão proclamada pelo pertencimento de geração e seus objetivos práticos (a “democratização”) se sobrepõem às individualidades.

Fica patente, igualmente, a importância conferida à interface com os intelectuais. Esta se expressa nas referências à organização da intelectualidade, à presença de intelectuais com notoriedade acadêmica nacional no Rio Grande do Sul e, principalmente, ao papel de André Forster na estruturação do IEPES.

O período de maior intensidade de atividades promovidas pelo IEPES converge com a demarcação dos empreendimentos mais sistemáticos dos intelectuais no campo político. Ou seja, no início da década de 70, os intelectuais se apresentavam como ator coletivo relevante, encabeçado por lideranças formadas no seu meio, comungando de crenças e fixando estratégias de intervenção. A veemência do processo de abertura política manifestava-se já contando com a integração efetiva destas lideranças acadêmicas no debate político propriamente dito, através do qual a oposição se fortalecia. Este mergulho na política se cristalizou, inclusive, na revisão do programa do MDB em 1974 (Pécaut, 1990, p. 260).

Assim sendo, o ano de 1974 foi marcado pelo engajamento decisivo dos intelectuais na “causa democrática”. O destaque de Fernando Henrique Cardoso (citado no relato) é o mais notável no que tange à gama de investimentos dedicados as formulações teóricas e posturas práticas a serem adotadas pela oposição naquele momento⁷⁸. O acúmulo de recursos no campo intelectual lhe garantiu legitimidade e êxito no campo político⁷⁹.

As formulações coladas na conjuntura definem fortemente o pensamento democrático⁸⁰ elaborado pelas Ciências Sociais no Brasil. Após 1973, os textos destinados ao tema da democracia (na sua maior parte) se constituíram em formas de intervenções políticas dos intelectuais, informadas pelos eventos em curso e motivadas por novos desdobramentos (aberturas) possíveis (Fontes, 1996, p.52 e Pécaut, 1990, p.259).

O impacto das formulações acadêmicas, mas conjunturalmente informadas, nas ações e concepções políticas dos atores é inegável tanto quanto os trunfos políticos que a participação em fóruns de debate, como o IEPES, trouxeram para os intelectuais.

⁷⁸ Para Virgínia Fontes (1996), os dois textos que podem ser considerados fundadores, pois que re-introduzem o tema da democracia no interior do universo intelectual são os de Fernando Henrique Cardoso: “A questão democrática” de 1973, e Wanderley Guilherme dos Santos, com a tese da “descompressão gradual” para chegar à democracia, também de 1973. A autora aponta como interlocutores de Cardoso a “elite dirigente (presidente, militares e ideólogos), os “intelectuais”, não mais de formulação de um projeto de salvação nacional e a “oposição”, suggestionando o investimento no espaço político sem mais “sonhar com um via ‘condottiere’ ” ou de apagamento de conflitos (p.55).

⁷⁹ Sobre isso ver, Pécaut (1990) e Fontes (1996), Miyamoto (In.: Lamounier, 1980).

⁸⁰ Segundo Pécaut, este “pensamento democrático” fundamenta-se reativação da “sociedade civil: este é na verdade o lema que se difundirá no quadro de abertura. Ele não comporta quaisquer concessões ao liberalismo ou exaltações à democracia formal” (1990, p. 290). A ordem agora é institucionalizar o dissenso, por uma ação sustentada em um realismo pragmático em detrimento das práticas revolucionárias, estas últimas desvalorizadas pela estratégia dos militares de definir o “golpe de 64” como “revolução”, apresentando um *deslocamento da significação política da palavra* (Fontes, 1996, p. 232). Conforme Fontes, apenas com a reativação dos movimentos sociais no fim da década de 70 é que ocorrerá a revalorização da idéia de “revolução”.

5.2.2 – O Olhar dos Oponentes

“Líderes e políticos que **realmente praticam política na sua essência, na sua pureza**, destacam-se em todos os tempos, e André Forster destacou-se num momento importante da vida política brasileira, **liderando muitos jovens**, mantendo-se ao lado de muitos jovens **de todos os partidos de esquerda**...Espero que os jovens que nos acompanham, que militam na política tenham o sucesso e a habilidade política de André Forster” (João Fischer/PPB).

“V. Exa. tenha a absoluta certeza de que não há nenhuma contradição em ver um **filho da Arena** se manifestar, respeitosamente, para **reconhecer o trabalho de um antigo adversário político**, André Forster, num escalão bem mais superior ao meu, deu exemplos consolidado, idéias de ações no Rio Grande do Sul que todos nós reconhecemos” (Francisco Appio/PPB)

As passagens de políticos oriundos da Arena e situados em posições políticas opostas as do homenageado, indicam a relevância do reconhecimento da autoridade do oponente no embate político. O que se observa é a afirmação de eventos históricos que impuseram, por meio das lutas dos seus protagonistas, uma carga simbólica da qual nem os oponentes podem se esquivar.

Assim, devido à importância social e política conquistada por Forster em um evento histórico marcante para todos aqueles nele inseridos (o regime militar e a “luta pela democracia”), o mesmo acaba incorporando o capital simbólico acumulado nas e pelas lutas travadas naquele momento⁸¹. É ele o referencial de um engajamento ocorrido no momento dos fatos e de uma reivindicação da fidelidade às atitudes adotadas então.

É importante lembrar que os atributos ressaltados na homenagem são resultado de um longo e incessante trabalho de “recuperação da memória” ou de reconstrução efetuada

⁸¹ Vale fazer referência às proposições de Bourdieu (1996): “o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do *reconhecimento*, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, só pode funcionar

pela memória dos atores políticos envolvidos (entre eles o próprio homenageado). A eficácia deste trabalho é tão marcante que, independente das posições políticas, o valor democrático passa a ser patrimônio de protagonistas de uma jornada historicamente situada.

Cabe ainda ressaltar a afirmação de um corte etário que distingue, que classifica e que fornece ao ator-referência uma série de qualificações socialmente reconhecidas e valorizadas, tais como a “pureza na prática política”, “liderança” e “habilidade”, estas evidenciadas em um “momento importante da vida política brasileira”. Observa-se, novamente, a afirmação do evento como produtor de efeitos duráveis e de identificação.

A condição de “jovem”, que é afirmada e reafirmada em quase todos os pronunciamentos, é utilizada para informar uma especificidade etária correlacionada a atributos como disposições, voluntarismos, desprendimentos, etc. Cumpre lembrar que a categoria “juventude” adquire diferentes usos e sentidos conforme o espaço de lutas em que ela está inserida. A caracterização feita é indissociável do universo de protestos em que ela foi produzida.

enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso” (p.60).

5.2.3 – A Recepção de um “Legado”

“André Forster, sem dúvida, é merecedor deste registro histórico. **Queremo-nos associar à sua conduta pessoal**, à sua disposição de não se afastar de suas convicções políticas, como forma de prestar, hoje, aqui, uma homenagem à sua luta política, contribuiu decisivamente, às vezes a duras penas, para que este País fosse **redemocratizado, para que houvesse abertura**, para que efetivamente nos livrássemos do processo ditatorial, concentrador e até opressor, que vivemos ao longo de trinta anos”. (Beto Albuquerque/PSB).

“Recordamos a época em que fazíamos campanha na universidade e a **influência política que o homenageado exercia sobre as lideranças estudantis da época, entre os quais nos incluímos...** André Forster pelo papel relevante que desempenhou contra a ditadura militar e, depois, na luta de todos nós pela **consolidação do regime democrático...** Tomamos **caminhos político partidários diferentes**, mas tenho absoluta convicção de que **nos une ao André o laço do objetivo comum** pela construção da sociedade que desejávamos construir, aliás, uma sociedade muito diferente da que está aí”. (Vieira da Cunha/PDT)

As passagens acima corroboram as considerações já feitas, motivadas pelos relatos precedentemente explicitados. No entanto, aqui se expressa um novo elemento, qual seja o da proclamação e reivindicação da herança deixada por Forster.

A localização e a centralidade facultadas ao homem político para a “abertura” e “consolidação democrática”, sendo enfatizadas por dois políticos que ingressaram na atividade política posteriormente (final da década de 70), demonstram os resultados dos investimentos empregados pela “geração de André Forster”, no sentido de promover e fixar símbolos de identificações políticas e ideológicas. Numa arena de diversificação partidária (reorganização do sistema partidário), há a permanência do legado e dos valores anteriormente construídos e constantemente re-atualizados, inclusive com o apoio das novas versões oferecidas pelos novos atores.

Desta forma, “associar-se a sua conduta” e “incluir-se entre aqueles influenciados” por Forster, assim como “homenagear a luta política” e estabelecer a equivalência do

“objetivo comum” (sociedade diferente), significa partilhar das prerrogativas inerentes àqueles que comungam uma causa vivida como transcendental. Muitas vezes estes herdeiros são responsáveis pela atualização da causa e pela construção da sua memória, constituindo sentidos para os seus atos e suas posições na esfera política mediante a organização de uma narrativa e da sua localização nesta narrativa.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação proposta teve como foco a “juventude de esquerda” do MDB gaúcho durante a década de 70. Buscou-se, ao longo dos capítulos, operacionalizar e demonstrar as hipóteses levantadas na introdução desta dissertação. Assim, procurou-se sustentar que há a constituição de grupos diferentes no interior da “juventude”, contudo pode-se observar momentos de aproximação e de identificação entre eles conforme a fixação de objetos exteriores. Deste modo, foi evidenciado que em um determinado momento, os militantes atuam conjuntamente visando sua afirmação no interior do partido para num momento posterior – em que já haviam conquistado um relativo espaço de reconhecimento neste – fazer emergir suas diferenças de constituição. Para tanto, atentou-se para os espaços e as modalidades de intervenção, bem como os sentidos compartilhados e os objetos disputados entre a “juventude emedebista de esquerda”.

Sendo assim, buscou-se demonstrar mediante a descrição das instâncias de engajamento da “juventude de esquerda” do MDB a dinâmica de constituição de grupos de identificação e de demarcação de espaços de atuação e formação política. Os grupos privilegiaram como canais de atuação o IEPES e o Setor Jovem do MDB. Enquanto o IEPES possuía o objetivo explícito de debate político/intelectual e de formação política, abarcando membros de diferentes gerações e reunindo agentes políticos com experiências variadas e que pautavam sua participação por objetivos diferenciados, o SJ se definia pela atuação política e pela ativação de cortes etários e ideológicos. Ou seja, os “jovens” que

dele participavam possuíam uma faixa etária que determinava essa condição de “jovem”, no entanto esta condição etária era muitas vezes substituída por outras condições, objetivas e não objetivas (aproximação ideológica, por exemplo) que incidiam na inserção dos agentes nesta instância e proclamava uma identificação comum entre a “juventude”.

A descrição desenvolvida no capítulo 2 e 3 possibilitou evidenciar que entre o grupo formado em torno de André Forster e identificado como o núcleo do IEPES; o grupo liderado por Raul Pont e identificado pela formalização da “Tendência Socialista” do MDB; e o grupo articulado em torno da liderança de Adelmo Genro Filho e identificado como o “pessoal de Santa Maria”⁸²; havia uma série de diferenças de constituição e de percepções do engajamento político.

O primeiro grupo se definia basicamente por uma “condição intelectual” e, portanto, de promoção de discussões e de produção de instrumentos de compreensão e intervenção política oposicionista. Atuando quase que exclusivamente dentro do IEPES, constituíam-se nos mediadores entre a “sociedade civil” e a organização partidária, posição esta muito próxima das “lideranças paulistas” as que os inspiravam (principalmente o CEBRAP e Fernando Henrique Cardoso). Os membros deste grupo, quando da reorganização partidária, optam pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, ao longo dos seus itinerários, ocupam fundamentalmente cargos técnicos, a não ser André Forster que concorre a cargos eletivos, elegendo vereador em 82, sendo líder da bancada peemedebista e presidente da Câmara de Vereadores⁸³.

⁸² Este grupo tinha estreitos vínculos ainda com Tarso Genro, que em alguns momentos se transformava em porta-voz do grupo (logo um deles) e em outras era visto como o “irmão mais velho” alguém muito próximo mas separado pela diferença de idade.

⁸³ Porém é na posição de presidente do diretório estadual do PMDB no final dos anos 80 e durante a década de 90 que adquiriu maior notoriedade, reconhecimento este muitas vezes associado às suas “habilidades” de administração, formulação, negociação tidas como provenientes de “qualificação técnica”.

O segundo grupo, se definia primordialmente por um posicionamento de militância “contestatória”, de crítica ao MDB, de ocupação de todos os espaços internos e externos a este, isto é, a universidade, o Setor Jovem, o IEPES, etc. Com origem principalmente na universidade (UFRGS) e de variados cursos, eram identificados e identificavam-se, então, como os mais “à esquerda”, pautavam sua atuação pela reivindicação de independência em relação à cúpula partidária e esta posição, por sua vez, fundamentaria a necessidade de formalização de sua condição de “socialistas” dentro do partido. Com a reorganização partidária, as principais lideranças deste grupo fundam o Partido dos Trabalhadores e, na sua maioria, ao longo dos seus trajetos políticos, ocupam postos sindicais, partidários e eleitorais, sendo que alguns também são professores universitários, sem deixar de ser sindicalistas.

O terceiro grupo, formado também no âmbito universitário, era constituído de jovens estudantes de jornalismo que assumem o Setor Jovem local e depois fundam um “jornal alternativo” com sede em Porto Alegre. Proclamam a mescla, para sustentar sua militância, do engajamento “prático” com “preocupações teóricas” e, por este viés, reivindicam uma prática política “intelectualmente guiada”. Este elemento está na base da aproximação dos membros do grupo com André Forster, incidindo, inclusive, na suas filiações ao PMDB com a abertura política. No entanto, este vínculo partidário se rompe em 1984, devido, segundo os depoimentos coletados, ao progressivo “endireitamento” do partido, resultando na entrada do grupo no PT. Neste grupo, há agentes que se dedicaram e se dedicam a atividades partidárias variadas (assessorias, cargos partidários e eletivos, etc.), são professores universitários e atuam fortemente na área “cultural” (como literatos, poetas, contistas, autores de ensaios políticos, filosóficos, jurídicos, críticos de literatura e poesia, etc.).

A recuperação desta descrição confirma, portanto, a idéia de que os grupos se diferenciam quanto às origens, aos perfis, às identidades e aos itinerários. Ocorre, entretanto, que outras diretrizes sugeridas indicam a minimização das diferenças no momento de afirmação dos agentes no jogo político institucional e a constituição de identificações entre eles. Para a validação da suposição construída, foram trabalhados no capítulo 4 os posicionamentos e posicionalidades dos agentes e grupos durante o período estudado.

Evidenciou-se, então, que uma série de condições confluía para a construção de equivalências no interior da “juventude” (e a própria construção desta categoria) em oposição a outras posicionalidades aglutinadas no MDB. Os movimentos articulatórios operados, as interpelações ativadas revelaram as tentativas de construção de espaços de reconhecimento no âmbito partidário. Os elementos e objetos assimilados e os cortes operados no discurso da “juventude” se cristalizaram na campanha eleitoral de 1976, verificados através da candidatura de Marcos Klassmann. A ênfase na “participação popular”, a crítica ao populismo e a reivindicação de debate interno ao MDB, amparados na ênfase “democrática” que pautava o discurso da “oposição”, se constituíram nos marcos da tentativa de fixação destas identidades.

Uma vez construídos estes espaços, há condições de manifestação das distinções constituintes dos indivíduos e grupos que compõe a “juventude”, inclusive promovendo um deslocamento da categoria “juventude” – não que esta deixe de existir como categoria de identificação entre os agentes envolvidos – para a de “esquerda” – e não que esta também não existisse antes. Desloca-se, com efeito, às ênfases em decorrência do lugar ocupado pelos agentes no âmbito político institucional e do cenário político que se avizinhava no final da década de 70.

Em síntese, em primeiro lugar, observou-se a importância das aproximações ideológicas e da constituição de uma linguagem comum. Em segundo lugar, foram evidenciados cortes acionados no interior do partido (juventude *versus* populismo, ou *versus* moderados e adesistas, etc.) e no interior da juventude (quadros provenientes da luta armada *versus* jovens inaugurando o engajamento político, ou “Tendência Socialista” *versus* “Oposição Popular”). Em terceiro lugar, notou-se a articulação de grupos no interior da juventude que, em linhas gerais, podem ser descritos da seguinte forma: vínculos com políticos mais velhos e petebistas; inexistência de filiações a siglas partidárias anteriores à “ditadura militar”; formados com lideranças com experiências na luta armada; constituídos fundamentalmente nas universidades; influenciados pela propagação do “conhecimento intelectual”, sobretudo sociológico e econômico, entre os estudantes universitários, entre a imprensa denominada “alternativa” e dentro do MDB.

Logo, a descrição efetuada ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 permitiu evidenciar os movimentos e elementos acionados por um conjunto de militantes do MDB gaúcho no período compreendido entre 1975 e 1979. Estas práticas possibilitaram que os espaços institucionais como o IEPES e os Setores Jovens (muitas vezes concebidos como forma de controle e canalização dos setores à esquerda e intelectualizados do partido) – sob condições históricas nacionais (influência do meio intelectual, distensão política, etc.) e estaduais (perfil do MDB, tradição política local, etc.) – se transformassem em espaços de identificação e de constituição de novas forças políticas.

Da convivência partilhada num “momento de exceção” e da construção de um repertório comum entre os agentes envolvidos, seguiu a verificação de uma segunda dimensão de análise. Isto é, as condições comuns (históricas, etárias, ideológicas, etc., mesmo que disputando um espaço diferencial no interior da “juventude” e da “esquerda”) e

os laços de identificação e exclusão forjados contribuíram para a produção de uma idéia de “pertencimento geracional” reivindicado pelos agentes nas suas referências sobre o passado.

A idéia de geração é construída retrospectivamente pelos agentes como resultado de sua leitura (influenciada pelo *trabalho de memória*) sobre um momento específico e a construção deste momento só pode se dar, como qualquer construção identitária, na localização dos concorrentes externos e daqueles que disputavam no mesmo patamar, constituindo-se, portanto, em identificações distintivas. Estas práticas de reconhecimentos, por um lado, unificam os agentes sob categorias como “juventude”, “esquerda” e “socialismo” e sob os elementos (luta contra a ditadura, ênfase na participação popular, crítica às demais posições partidárias, etc.) recuperados como “emblemas de uma época”. Por outro lado, amparam-se nas “questões disputadas” e nos rótulos de identificações intrajuventude que forneceu os sentidos dos engajamentos no momento e são ativados nas narrativas retrospectivas.

Assim, a categoria “geração” aproxima os agentes, ligando uns aos outros e estes aos eventos marcantes das suas afirmações no espaço político gaúcho e delinea os contornos de uma gama de repertórios comuns. Contudo, esta mesma categoria que vincula os agentes e os distingue dos demais políticos comporta um sistema de classificações interno. Classificações como as relativas às diferenciações ideológicas entre os grupos, à hierarquização entre militantes com experiência prévia e aqueles mais jovens e às notoriedades advindas das participações em “eventos” (campanhas, cassações, prisões, etc.) quando transformados em trunfos políticos agilizados a partir da construção geracional.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- AQUINO, M^a Aparecida. “O semanário *Movimento*: democracia, nacionalismo e os interesses populares: a imprensa alternativa e a proposta do semanário”. In. AQUINO, M^a Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1990.
- BARROS, M. M. Linz de. “Memória e Família”. **Estudos Históricos**, vol 2, n^o3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- BERSTEIN, S. “Os partidos”. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In.: BOURDIEU, Pierre. **“Questões de Sociologia”**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRAUD, Philippe. **Science Politique. 1 La Démocratie**. Paris: Seuil, 1997.
- CARNEIRO DA CUNHA, Simone D.B. **A passeata dos ‘cem mil’ na cidade do Rio de Janeiro do ano de 1968**. Paper apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, no GT 1 Biografia e Memória. Petrópolis, 23 a 26 de outubro de 2000.
- DOBRY, Michel. **Sociologie des Crises Politiques**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.
- DROUIN, Vincent. **Enquêtes sur les Générations et la Politique (1958-1995)**. Paris: L’Harmattan, 1995.
- FAVRE, Pierre. “De la question sociologique des générations et de la difficulté à la résoudre dans le cas de la France”. In. FAVRE, Pierre e CRÊTE, Jean. **Générations et Politique**. Paris: Economica et PUL, 1989.

- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- FONTES, Virgínia M^a G. de M. **Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et pensée politique ao Brésil contemporain**. Paris, Tese de doutorado, Universidade de Paris X, 1996.
- GAXIE, Daniel. “Économie des Partis et Rétributions du Militantisme”. In: **Revue Française de Science Politique**, vol. 27, n^o 2, fev. 1977.
- GIRARDET, R. “Du concept de génération a la notion de contemporanéité”. In **Revue D’Histoire Moderne**, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968
- HÉLIAS, Yves. “Pour une sémiologie politique des monuments aux morts”. In. **Revue Française de Science Politique**, v. 29, n^o 4-5, 1979.
- HIRSCHMAN, Albert. “Saída, voz e o destino da República Democrática Alemã”. In.: **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HIRSCHMAN, Albert. **Salida, Voz y Lealtad: respuestas al deterioro de empresas, organizaciones y estados**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- KINZO, M^a. D’Alva G. **Oposição e Autoritarismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- LACLAU, Ernesto. “Más allá de la emancipación”; “Universalismo, particularismo y la cuestión de la identidad”. In.: **Emancipación y Diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LACLAU, Ernesto. **“Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro tiempo”**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBRAP e Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. Rio de Janeiro: CEBRAP e Vozes, 1980.
- LAMOUNIER, Bolívar. “O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982”. **DADOS**, vol.29, n^o3, Rio de Janeiro, 1986.
- LE BART, Christian. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1998.

- LOUREIRO, M^a Rita. “Economistas e elites dirigentes no Brasil”. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, ano 7, outubro de 1992.
- MOISÉS, J.A. “Contradições urbanas, Estado e movimentos”. **Revista de Cultura e Política**. Ano I, nº 1, São Paulo: CEDEC, 1979.
- NEVEU, Érik. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris:La Decouvert, 1996.
- NOLL, M^a Izabel. “Partidos e eleições no Rio Grande do Sul”. In. BAQUERO, Marcello (org.). **Transição, Eleições, Opinião Pública**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 1995.
- NORA, Pierre. “La Génération”. In.: NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Mémoire**., vol. 2, Paris: Gallimard, 1997.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**, entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, Céli R.J. “Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos de eleição”. In. BAQUERO, Marcello. **Transição, Eleições, Opinião Pública**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 1995.
- PIZZORNO, Alessandro. “Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional”. In. Foxley, A. (et alli). **Desenvolvimento e Política**. São Paulo: Vértice, 1988.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, vol 2, nº3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- PROCHASSON, Christophe. **Les intellectuels, le socialisme et la guerre**. Paris: Seuil, 1993.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- REIS, F. W.(org.). **A lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REY, Henri e SUBILEAU, Françoise. **Les Militants Socialistes: à l’épreuve du pouvoir**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.
- ROUQUIÉ, Alain. “La desmilitarización y la institucionalización de los sistemas políticos dominados por militares en América Latina”. In: O’DONNELL, E. SCMITTER, Ph. E WHITEHEAD, L. (orgs.). **Transiciones desde um Gobierno Autoritario**. Barcelona: Paidós, 1994.

- SAWIKI, Frédéric. **Les réseaux du Parti Socialiste**. Paris: Belin, 1997.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. RÉMOND, René. **Por uma Histórica Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ ed. FHV, 1996.
- SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura a Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- TRINDADE, H. e NOLL, Izabel. **Estatísticas Eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul:1945-1994**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.
- TRINDADE, H. e NOLL, Izabel. **Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: ed. da UFRGS e Sulina, 1991.
- VELASCO E CRUZ, S. e MARTINS, C.E. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. In. SORJ, B. e TAVARES DE ALMEIDA, M.H. **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- YMONET, Marie. “Les heritiers du capital. L’invention du marxisme em France au lendemain de la commune”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 55, 1984.
- ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres**. São Paulo: Ática, 1994.
- XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. “As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul”. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 23.

7.1 – Fontes Bibliográficas e documentais

- “A luta pela democracia, hoje”, texto de circulação interna do SJM (2ª semestre de 1976)
- “Cartilha nº 1” e carta de princípios do Setor Jovem metropolitano (1º semestre de 1976)
- “Manifesto da Oposição Jovem”, SJM/MDB de Porto Alegre (08/10/1972)
- “O MDB e a Ação Municipalista”: 1º Seminário para candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. MDB-IEPES/RS (28 e 29/8/1976)
- “O MDB na conjuntura política eleitoral”. Texto de circulação interna do IEPES (1978).

Ante-projeto da Carta Programática para o Setor Jovem Metropolitano (MDB/Porto Alegre).

As eleições no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições Síntese Boletins da Tendência Socialista de 1978.

CARDOSO, F.H. **Ideologia e desenvolvimento.** Texto elaborado para conferência na Semana de Sociologia. Porto Alegre, 1968.

Declaração de Porto Alegre, MDB/RS (25/4/ 1971)

Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul Grande Expediente: Homenagem a André Forster organizado por Giovani Feltes (11/12/97)

Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Enterro de Forster e **Deputados reverenciam Forstes** (10/12/96)

Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. **O legado de André Forster** por José Ivo Sartori e Aparte de Giovani Feltes (PMDB) homenagem para Forster (11/12/96)

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GENRO, Adelmo Simas. “Aquele rapazote estranho”. In. GENRO, Adelmo Simas. **Compadre Doralino e outras histórias.** Santa Maria: Pallotti, 2001.

IVª Convenção Ordinária: Relatório Anual da Comissão Executiva do SJM/MDB – Porto Alegre (11/7/1976).

Jornal *Em Tempo* de 1977 a 1979 (34 matérias).

Jornal *Informação* 22 de julho de 1976 a 1977 (23 números)

Jornal semanário “*Movimento*” de 1975 a 1978 (93 matérias)

Jornal *Semanário de Informação Política* de 1975 a 1976 (22 números).

Luta Contínua, Boletim Informativo do Setor Jovem.

MDB, 10 anos depois. MDB/RS (não datado).

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB. Semeadores da Democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

O MDB aproximando o futuro! MDB/RS (24/8/1975)

PASSOS, Manoel Caetano e NOLL, Maria Izabel. **Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992).** Cadernos de Ciência Política. UFRGS/PPGCP, número 4, Porto Alegre, 1996.

PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à construção do PT.** Porto Alegre: Seriema, 1985.

Programa de Fundação da Tendência Socialista (julho de 1978)

Revista “Textos & Debates” do SJM/MDB de Porto Alegre (maio de 1977)

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários:** memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou:** a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista

Dados de origem

- 1-Profissão e instrução dos pais
- 2-Localidade de nascimento
- 3-Escolas e Universidades frequentadas
- 4-Cursos realizados
- 5-Possui familiares com algum tipo de participação política?
- 6-Ano e Forma que iniciou o engajamento político
- 7-Localidade em que iniciou o engajamento político
- 8-Atividades profissionais ou não desempenhadas durante a década de 70

O Setor Jovem e o MDB

- 9-No MDB local, quais eram as divisões evidenciadas na década de 70?
- 10-Que lideranças se destacavam nesta época no Setor Jovem e que correntes seguiam?
- 11-Poderia caracterizar cada uma destas lideranças?
- 12-O Sr. participava de algum grupo na juventude do MDB? Qual?
- 13-Poderia caracteriza-lo e distingui-lo dos outros?
- 14-Como caracterizaria o Setor Jovem do MDB?
- 15-Que elementos diferenciava o Setor Jovem dos demais setores do partido?
- 16-O Sr. manteve ou mantém laços com pessoas que conheceu neste momento? De que tipo?

O IEPES

17-Participou do IEPES? De que forma? Por quê?

18-Quem foram os idealizadores do Iepes?

19-Quais as principais lideranças do instituto?

20-Como se dava o trabalho de recrutamento dos participantes? Qual era o público alvo?

21-Havia divisões internas? Quais?

22-Qual era a estrutura do instituto?

23-Quais eram os principais temas debatidos? Como eram escolhidos? Como se dava a dinâmica de discussão?

24-Quais eram ou outros espaços de discussão política naquela época?

Os itinerários

25-Participou de campanhas na década de 70? Quais? Como foram?

25-Qual foi a sua opção partidária com a reorganização de 79? Por quê?

26-Participou de outros partidos? Quais?

27-Ocupou cargos partidários, administrativos ou eletivos? Quando?

28-Participou ou participa de entidades sindicais, associativas, políticas, etc? De que forma?

Anexo 2: Fotos de palestras no IEPES

Conferência de Fernando Henrique Cardoso no IEPES (primeiro à esquerda).

Conferência de Luciano Coutinho no IEPES (segundo da esquerda para a direita).

Anexo 3: Integrantes do Conselho Editorial do jornal *Movimento*. Entre eles, André Forster.

Fonte: Jornal *Movimento*, 20/10/1975, p. 8.

Anexo 4: Chamada do jornal *Movimento* para matéria assinada pelo Setor Jovem de Santa Maria

Fonte: Jornal *Movimento*, 12/12/1975, p.5.

Anexo 5: Editorial do jornal *Informação* explicitando os significados atribuídos à idéia de “populismo”

Fonte: Jornal *Informação*, 16/9/1976, p. 2

Anexo 6: Avaliação da “juventude” das eleições de 1976

Fonte: Jornal *Informação*, 25/11/76.

Anexo 7: Votação obtida por partido para a Câmara de Vereadores nas eleições de 1976

Fonte: PASSOS, Manoel, e NOLL, M^a Izabel. “Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992)”. **Cadernos de Ciência Política**, UFRGS/PPGCP, n° 4, Porto Alegre, 1996, p. 40.

**Anexo 8: Votação obtida por candidatos à Câmara de Vereadores nas eleições de 1976
– Bancada do MDB**

Fonte: PASSOS, Manoel, e NOLL, M^a Izabel. “Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992)”. **Cadernos de Ciência Política**, UFRGS/PPGCP, n° 4, Porto Alegre, 1996, p. 41.

Anexo 9: Dados eleitorais em Caxias do Sul (1976)

Fonte: **As Eleições no Rio Grande do Sul**. Editora Síntese, p. 63.

Anexo 10: Dados eleitorais de Pelotas (1976)

Fonte: **As Eleições no Rio Grande do Sul**. Editora Síntese, p. 156.

Anexo 11: Dados eleitorais de Porto Alegre (1976)

Fonte: **As Eleições no Rio Grande do Sul**. Editora Síntese, p. 161.

Anexo 12: Dados eleitorais de Santa Maria (1976)

Fonte: **As Eleições no Rio Grande do Sul**. Editora Síntese, p. 181.

Anexo 13: Panfleto de Campanha de André Forster para as eleições de 1978

Fonte: *Coojournal*, outubro de 1978, p. 14.

Anexo 14: Panfleto da candidatura de Américo Coppeti e Erani Müller pela Tendência Socialista de 1978.

Anexo 15: Matéria vinculadas a “Tendência Socialista” sobre as eleições de 1978

Fonte: Jornal *Em Tempo*, 6 a 12/11/78, p. 2, e 27/11 a 2/12/78, p. 5.

Anexo 16: Primeiro Boletim Informativo da TS

Anexo 17: Matéria sobre a fundação da TS no RS

Fonte: Jornal *Em Tempo*, 30/10 a 5/11/78, p. 2

**Anexo 18: Carta de campanha tendo em vista a Convenção do Diretório
Metropolitano do MDB de Porto alegre de 1979**

Anexo 19: Biografia de André Forster



André Cecil Forster

Homenagem Póstuma

Nasceu em 17 de maio de 1945, no município de Estrela, mudando-se para Santa Cruz do Sul, onde passou sua infância e adolescência com cinco irmãos e uma irmã. Em 1964, transferiu-se para Porto Alegre, onde cursou Sociologia, na UFRGS. Foi casado com Marí Forster, com quem teve Gabriela e com Iara Rosa Leite. Desse segundo casamento nasceram Leandro, Tatiana e Juliano.

Desde jovem, André interessou-se pela política, participando ativamente do Movimento Estudantil. Ocupou vários cargos no Grêmio Estudantil do Colégio Mauá, de Santa Cruz do Sul, e da União dos Estudantes Secundaristas Santa Cruzense (UESC). Desempenhou as funções de Secretário-Geral e Presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Foi Assessor Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, de 1964 a 72. Iniciou sua participação na política gaúcha e brasileira prestando assessoria ao MDB. Como Presidente do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), teve a coragem, em plena Ditadura, de promover seminários, cursos, debates, trazendo a Porto Alegre intelectuais de renome da esquerda brasileira da época, dentre eles o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Foi eleito Vereador de Porto Alegre, com a maior votação dentre os concorrentes. Foi conduzido ao cargo de Líder da Bancada e eleito, por unanimidade, Presidente da Câmara Municipal. Foi convidado pelo recém-eleito Governador Pedro Simon para ocupar os cargos de Superintendente da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) e de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. Foi eleito Presidente do Diretório Estadual do PMDB do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou por três mandatos (de 1989 a 1996). Uma de suas últimas conquistas foi a revitalização da Fundação Pedroso Horta/RS, da qual foi Presidente do Conselho Curador. Faleceu em 09 de dezembro de 1996.

Fonte: Página do PMDB/RS da Internet.

Anexo 20: Homenagem de José Fogaça (senador gaúcho pelo PMDB)

Fonte: Zero Hora, dezembro de 1996.

O marxismo perde um revolucionário

Nos últimos cinco anos, o companheiro Adelmo Genro Filho dedicou quatro aos Cursos de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Há um ano licenciado sem remuneração, entendia que neste período poderia dedicar-se com mais determinação a investigar e buscar, através de uma disciplina rigorosa consigo mesmo, a renovação do marxismo que o mantivesse dialético e revolucionário.

Adelmo teria ainda mais um ano de licença, mas sua morte, aos 36 anos, no Hospital Universitário de Florianópolis, às sete da manhã do dia 11 de fevereiro de 1988, uma ensolarada quinta-feira, põe em nossos ombros um duplo peso difícil de suportar: o do teórico e militante, que amparado numa sólida formação, apontava novos caminhos possíveis de percorrer no interior do marxismo e do colega e amigo que, navegando entre uma postura generosa e cordial, conseguia socorrer as pessoas em seus mais duros momentos existenciais e, ao mesmo tempo enfrentar os adversários políticos com uma exemplar conduta ética e política.

A morte de Adelmo deixa uma vazia difícil de preencher no curso de jornalismo, nos debates, palestras e aulas em que sempre brilhavam sua lucidez teórica, clareza didática e coragem política, sem jamais abrir mão de uma sincera humildade para tratar dos temas mais simples aos mais complexos.

A lembrança de sua presença amiga e sábia continuará povoando nossos dias, assim como a sempre bela imagem de seu coleguismo, combatividade e intervenções públicas.

Adelmo morreu no Hospital Universitário, três dias após sua internação de uma maneira, até este momento, inexplicável. A causa mortis ainda não foi esclarecida pelo H. U.

Anexo 22: Texto de apresentação do site da internet produzido depois da morte de Adelmo Genro Filho, sobre sua “vida e obra”:

“Por que criar um site para Adelmo Genro Filho?”

"A vida do espírito não é a vida que se ausenta ante a morte e se mantém pura [diante] da desolação, mas é a vida que sabe afrontar a morte e manter-se vida".
G.W.F. Hegel

Esta epígrafe fez parte da nota póstuma de Adelmo Genro Filho feita por Aldo Fornazieri em 1988. Na realidade, trata-se de uma profunda e belíssima reflexão filosófica sobre a condição e a essência humana. Nada melhor, portanto, para homenagear Adelmo Genro Filho. O texto de Fonazieri, apesar de elaborado às pressas, no calor da emoção causada pela notícia da perda de Adelmo, conseguiu fazer uma profunda reflexão sobre a morte e nos leva a pensar, como costuma acontecer nestas ocasiões, sobre o próprio sentido da vida.

A morte significa que o indivíduo deixou de ser um nome para si mesmo. É um nome apenas para aqueles que o lembram. Como destaca Aldo, "a grande maioria dos mortos permanecem como uma lembrança quieta na sombra das famílias". Entretanto, alguns indivíduos desaparecidos nos evocam a sensação análoga à de contemplarmos ruínas históricas. Além da degradação temporal, e da inevitável finitude das coisas, pode também afirmar-se nossa valorização sobre o significado do desaparecido. É nossa apreciação, portanto, sobre seu significado que constitui o "lado vivo" daquele que já está morto. O que sobrevive é a produção consciente e socialmente significativa dos indivíduos. "Quanto mais universal esta produção for, mais ela sobrevive, porque foi mais consciente e significativa. (...) Quanto mais significativa e universal for a vida de um indivíduo mais significativa e universais serão sua história singular e sua biografia".

Com estas breves considerações indicamos os fundamentos e motivos que, conscientemente, nos levam a construir este site na Internet. Um de seus propósitos - não nos escusamos em declarar - é justamente preservar este "lado vivo" de Adelmo arrancando-o, ao menos parcialmente, da sombra do esquecimento ou da mera lembrança das famílias.

[...] Ao contrário da representação dos monumentos, a obra dos mortos interage e só permanece viva no contato e na crítica feita pelos vivos [...]

Adelmo pode ser pensado como um daqueles indivíduos "que integraram uma sociedade, que agiram e buscaram afirmar e desenvolver a sua individualidade como exemplos significativos para os outros, como uma lição de vida e de existência para os outros". E, assim "tomou-se também um indivíduo que, em grande parte, pode ser compreendido e conhecido". Pelo seu vigor intelectual, pela sua originalidade, pela sua generosidade, Adelmo "tornou-se um daqueles homens que não pode ser escondido no anonimato da soma abstrata de todos os outros homens". Porto Alegre, 27 de junho de 2000.

Fonte: Site da Internet: www.adelmo.com.br

